



**Anais do 5º Encontro de Perspectivas**

**PODER E SIMBOLISMO EM TRÊS  
DÉCADAS DE CIDADANIA E  
REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA**

Gimima Beatriz Melo Silva

Geórgia Pozzetti Daou

ORGANIZAÇÃO

LETRAPITAL

Conselho Editorial  
**Série Letra Capital Acadêmica**

Ana Lole (PUC-Rio)

Beatriz Anselmo Olinto (Unicentro-PR)

Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFTM)

Claudio Cezar Henriques (UERJ)

Ezilda Maciel da Silva (FAAO)

João Medeiros Filho (UCL)

Leonardo Santana da Silva (UFRJ)

Luciana Marino do Nascimento (UFRJ)

Maria Conceição Monteiro (UERJ)

Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá (UERJ)

Michela Rosa di Candia (UFRJ)

Olavo Luppi Silva (UFABC)

Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)

Pierre Alves Costa (Unicentro-PR)

Rafael Soares Gonçalves (PUC-Rio)

Robert Segal (UFRJ)

Roberto Acízelo Quelhas de Souza (UERJ)

Sandro Ornellas (UFBA)

Sergio Azevedo (UENF)

Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz (UTFPR)

Gimima Beatriz Melo Silva  
Geórgia Pozzetti Daou  
*Organização*

**Anais do 5º Encontro de Perspectivas  
PODER E SIMBOLISMO EM TRÊS  
DÉCADAS DE CIDADANIA E  
REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA**

LETRCAPITAL

Copyright © Gimima Beatriz Melo Silva e  
Geórgia Pozzetti Daou (Organização), 2019

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.  
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os  
meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITOR João Baptista Pinto

CAPA Rhassan Ferreira Valente

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO Luiz Guimarães

REVISÃO Pat Dassi

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

---

E46

Encontro de Perspectivas (5 : 2019 : Manaus - AM)  
[Anais do] V Encontro de Perspectivas [recurso eletrônico] : poder e simbolismo em  
três décadas de cidadania e redemocratização brasileira / organização Gimima Beatriz Melo  
Silva, Geórgia Pozzetti Daou. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.  
recurso digital; 14 MB

Formato: epdf

Requisitos do sistema: adobe acrobat reader

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7785-687-9 (recurso eletrônico)

1. Brasil - Condições sociais - Congressos. 2. Brasil - Política e governo - Aspectos  
sociais - Congressos. 3. Livros eletrônicos. I. Silva, Gimima Beatriz Melo. II. Daou, Geórgia  
Pozzetti. III. Título.

19-60867

CDD: 306.20981

CDU: 316.74:32

---

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária CRB-7/6439

LETRA CAPITAL EDITORA  
Telefax: (21) 3553-2236/2215-3781  
*vendas@letracapital.com.br*

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

**Wilson Miranda Lima**

*Governador*

**Carlos Alberto Souza de Almeida Filho**

*Vice-Governador*

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

**Cleinaldo de Almeida Costa**

*Reitor*

**Cleto Cavalcante de Souza Leal**

*Vice-Reitor*

**Orlem Pinheiro de Lima**

*Pró-Reitor de Administração*

**Maria Paula Gomes Mourão**

*Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação*

**Kelly Christiane Silva de Souza**

*Pró-Reitora De Ensino De Graduação*

**Maria Olivia de Albuquerque Simão**

*Pró-Reitora De Planejamento*

**Samara Barbosa de Menezes**

*Pró-Reitora De Interiorização*

**André Luiz Tannus Dutra**

*Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários*

ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO

**Fábio Carmo Plácido Santos**

*Diretor da Escola Superior de Artes e Turismo*

**Eneila Almeida dos Santos**

*Coordenadora de Qualidade e Ensino*

Esta publicação contou com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, sendo um dos resultados do projeto contemplado no Edital nº 009/2018 - PAREV

## COMITÊ ORGANIZADOR

Dra. Gimima Beatriz Melo Silva (*Coordenação*)  
Dr. Otávio Rios Portela | Dra. Lúcia Marina Puga Ferreira  
Dra. Cristiane da Silveira | Msc. Diego Omar da Silveira  
Dra. Izaura Rodrigues Nascimento | Dr. José Alcimar de Oliveira  
Dr. José Camilo R. de Souza | Dr. Sanderson de Oliveira  
Dr. Valmir César Pozzetti

## COMITÊ CIENTÍFICO

Dra. Carla Monteiro Souza (UFRR)  
Dr. Djalma Thürler (UFBA)  
Dr. João Miguel Teixeira Lopes (UPORTO)  
Dra. Edma Socorro Moreira (UNIFESPA)

## MONITORES

Adriano Ferreira da Silva | Alana Patricia Pires de Oliveira Alano  
Alcione Deodato de Souza | Ariel Amador Vaz  
Betânia de Assis Reis Matta | Flávia de Oliveira Fernandes  
Georgia Pozzetti Daou | Gonzalo Renato Nuñez Melgar  
Hérica Cardoso da Silva | Jefferson Claudino Pereira Santos  
Jéssica Tapajós | Klissy Kely Guimarães  
Luan Cristóvão dos Santos Dias | Luciano Sá Ribeiro  
Luiz Carlos Braga da Silva | Magiles de Souza Macedo  
Maria Inah de Almeida Freitas | Rafael Seixas Amoêdo  
Verônica Lima Fernando

## REALIZAÇÃO

Universidade do Estado do Amazonas – UEA  
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM  
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH  
Laboratório de Pesquisa em Ciências Sociais da Amazônia – LAPECSAM  
Observatório de Cidadania e Relações de Poder

## PRODUÇÃO E ELABORAÇÃO DOS ANAIS DO 5º ENCONTRO DE PERSPECTIVAS

Dra. Gimima Beatriz Melo Silva  
Mestranda Georgia Pozzetti Daou

*Site do Evento* | [www.even3.com.br/vencontrodeperspectivas/](http://www.even3.com.br/vencontrodeperspectivas/)

*Facebook* | [facebook.com/vencontrodeperspectivas](https://facebook.com/vencontrodeperspectivas)

*E-mail* | [encontrodeperspectivas@gmail.com](mailto:encontrodeperspectivas@gmail.com)

# Sumário

Apresentação.....	12
Programação Geral.....	15
<b>Grupo de Trabalho 1.....</b>	<b>19</b>
Quem é o “Deus” de Bolsonaro? Reflexões sobre o discurso religioso de Bolsonaro durante sua campanha eleitoral em 2018 sob a perspectiva da ideologia da competência de Marilena Chauí .....	20
<b>Wendell Pereira Barreto Garcez</b>	
Política criminal: suas influências na redução da criminalidade e as distinções em relação às políticas públicas e a sua eventual influência no sistema carcerário.....	26
<b>Lilian Barbosa Vieira</b>	
<b>Maxwell Marques Mesquita</b>	
Observatórios da cidadania: promoção da democracia participativa em tempos de redução do controle social .....	32
<b>Moysés Silva de Souza</b>	
<b>Thiago Lima de Oliveira</b>	
<b>Gimima Beatriz Melo da Silva</b>	
O dever fundamental de prestar segurança pública e a responsabilidade do Estado .....	39
<b>Moisés Israel Silva dos Santos</b>	
<b>Davyd Spencer Ribeiro de Souza</b>	
Subalternidade e condições de dominação no caso Latino-Americano: Brasil.....	43
<b>Fernanda Arruda de Oliveira</b>	
<b>Lucilene Ferreira de Melo</b>	
Movimentos sociais, cidadania e desafios contemporâneos .....	49
<b>Hérika Cardoso da Silva</b>	
<b>Gimima Beatriz Melo da Silva</b>	
<b>Grupo de Trabalho 2.....</b>	<b>54</b>
A cidade de Manaus nas artes visuais de Sérgio Cardoso .....	55
<b>Mariene Mendonça de Freitas</b>	

<b>Grupo de Trabalho 3</b> .....	60
De pés descalços: promessas a São Sebastião na cidade de Manaus.....	61
<b>Raimunda Nonata Nunes da Silva</b>	
O processo de legitimação dos Bois-Bumbás de Parintins: das ruas à institucionalização .....	66
<b>David Wilson Pires Dagnaisser</b> <b>Edilza Laray de Jesus</b>	
A estrutura organizacional na segurança pública do Amazonas	71
<b>Lilian Barbosa Vieira</b> <b>Maxwell Marques Mesquita</b>	
Afiml, isso (não) é uma festa? Um olhar sobre A Marcha para Jesus no interior do Amazonas .....	76
<b>Diego Omar da Silveira</b>	
Estrelas anônimas do festival, Boi-Bumbá Caprichoso.....	82
<b>Rendrick Gama de Azevedo</b>	
As representações das religiões afro-brasileiras nas toadas dos Bois-Bumbás de Parintins (1990-2019).....	86
<b>Caroline dos Santos Bruce</b> <b>Diego Omar da Silveira</b>	
Umbanda na visão dos pequenos: a significância das relações sociais para as crianças de um terreiro em Parintins-AM .....	91
<b>Roberlan Melo da Silva</b> <b>Renner Douglas Gonçalves Dutra</b> <b>Clarice Bianchezzi</b>	
A Patrimonialização da festa de Nossa Senhora do Carmo – Parintins (AM) .....	97
<b>Marilina C. O. Bessa Serra Pinto</b> <b>Rosimay Corrêa</b>	
Desafios contemporâneos do cristianismo no Amazonas .....	102
<b>Johêdyr Adjyan Cartaxo de Freitas</b>	
 <b>Grupo de Trabalho 4</b> .....	 108
Perfil das imigrantes haitianas “vendedoras de tabuleiro” no comércio de rua na cidade de Manaus .....	109
<b>Maria Celestina Barbosa Corrêa</b> <b>Lúcia Marina Puga Ferreira</b>	

Imigrantes venezuelanos: um processo de categorização e suas implicações nas relações de trabalho.....	115
<b>Maria Inah de Almeida Freitas</b> <b>Dra. Lucia Marina Puga Ferreira</b>	
Atividade comercial e a estabilização do imigrante no Amazonas .....	119
<b>Georgia Pozzetti Daou</b> <b>Dra. Lucia Marina Puga Ferreira</b>	
<b>Grupo de Trabalho 5</b> .....	123
O panorama da educação escolar indígena no município de São Gabriel da Cachoeira-AM: avanços e desafios .....	124
<b>Aparecida Eufelia Fonseca Alencar</b>	
Pedagogia intercultural indígena: os perfis sociolinguísticos e suas relações com a proposta formativa do curso “PARFOR”, realizado em São Paulo de Olivença/AM.....	130
<b>Kelson Oliveira da Rocha</b> <b>Sanderson Castro Soares de Oliveira</b>	
Educação escolar indígena e a diversidade sociolinguística....	134
<b>Sanderson Castro Soares de Oliveira</b>	
Dinâmica indígena no Amazonas: a necrópole de Miracanguera em Itacoatiara .....	138
<b>Paulo Holanda</b> <b>Cristiano Paiva</b>	
<b>Grupo de Trabalho 6</b> .....	144
A violência contra a mulher os desafios dos atendimentos realizados na DECCM-Manaus/AM.....	145
<b>Laura Garcia Alencar</b> <b>Izaura Rodrigues Nascimento</b>	
(In)certezas no combate à violência doméstica e familiar contra mulheres .....	151
<b>Thamyres Alves Depietro</b> <b>Lucilene Ferreira de Melo</b>	
Aspectos da prática institucional no sistema penitenciário nas fases anterior e posterior ao massacre no COMPAJ, em 2017 .....	157
<b>Ruth Dutra Vieira</b> <b>Lucilene Ferreira de Melo</b>	

O cenário político-institucional para a prevenção à família em situação de violência em Manaus .....	163
<b>Larissa Matos de Souza</b>	
<b>Lucilene Ferreira de Melo</b>	
Programa “fica vivo” e redução de crimes letais no morro das pedras, em Minas Gerais.....	169
<b>Lilian Barbosa Vieira</b>	
<b>Maxwell Marques Mesquita</b>	
O direito à segurança alimentar e nutricional na perspectiva da sustentabilidade: um debate a partir da política pública de assistência social no Amazonas .....	174
<b>Elizabeth Cristina Castro Gomes</b>	
<b>Marjory Batista da Rocha</b>	
Avanços e desafios no trabalho do assistente social frente à educação ambiental .....	179
<b>Elizabeth Cristina Castro Gomes</b>	
<b>Marjory Batista da Rocha</b>	
Conjuntos, loteamentos, ocupações e política: as conjunturas do transporte coletivo no bairro Novo Aleixo, Manaus-AM .....	184
<b>Gabriel Augusto Nogueira dos Santos</b>	
Viver distante ou viver melhor: notas sobre o transporte coletivo nos projetos habitacionais de Manaus-AM e Belém-PA .....	190
<b>Gabriel Augusto Nogueira dos Santos</b>	
<b>Rafael de Jesus Corrêa Quaresma</b>	
<b>Eduardo Lucas da Silva Pereira</b>	
Liberdade, respeito e dignidade: rodas de conversas para crianças .....	197
<b>Fernanda Arruda de Oliveira</b>	
<b>Lucilene Ferreira de Melo</b>	
Ir e vir na periurbanização: notas sobre os assentamentos e acampamentos do mst na região metropolitana de Belém - PA.....	202
<b>Gabriel Augusto Nogueira dos Santos</b>	
<b>Eduardo Lucas da Silva Pereira</b>	
As violências praticadas na ótica das requerentes e requeridos do 1º Juizado Maria da Penha .....	208
<b>Malena Nascimento de Freitas</b>	
<b>Lucilene Ferreira de Melo</b>	

Direitos sociais, civis e políticos como bem essencial humano tutelado com caráter individual e coletivo .....	212
<b>Deicy Yurley Parra Flórez</b>	
<b>Ulisses Arjan Cruz dos Santos</b>	
Municípios, poderes e a busca por novas modernidades: a desmilitarização do corpo de bombeiro como medida eficiente para uma segurança mais cidadã e humana no Amazonas.....	217
<b>Ernandes Herculano Saraiva</b>	
<b>Grupo de Trabalho 7</b> .....	222
As contribuições das influências africanas na construção identitária dos estudantes da Escola Estadual Eduardo Sá, Tefé-Amazonas .....	223
<b>Thaila Bastos da Fonseca</b>	
Escola: um lugar de transformação ou reprodução das desigualdades sociais, um olhar dessa perspectiva no 1º Centro Municipal de Aplicação em Educação	
Walter Cabral.....	229
<b>Naraiza Caldas Lira</b>	
<b>Rosa Maria Ferreira dos Santos</b>	
Educação e povos indígenas: por uma educação específica e diferenciada .....	234
<b>Magiles de Souza Macedo</b>	
<b>Cristiane da Silveira</b>	

# Apresentação

A Constituição de 1988 foi um marco importante na história recente do Brasil depois de um período de exceção que vivemos com o governo militar (1964-1985). Ela teve um significado importante, pois seu mérito foi abrir para a sociedade a possibilidade de participação democrática, reprimida pelos 21 anos de ditadura. O documento preservou as liberdades plenas, coletivas, individuais da sociedade, impôs valores a serem respeitados, como a cidadania, daí o nome Constituição Cidadã. Contudo, após três décadas de sua promulgação, cabe uma reflexão acerca dessas condições possibilitadas pela promulgação da CF de 1988 no que diz respeito às relações de poder que se estabelecem entre a esfera do Estado e a Sociedade, e, ainda, quanto às condições de garantias desses direitos constitucionais em relação a manifestações políticas, culturais, religiosas, bem como em relação às políticas públicas de segurança, meio ambiente e moradia. O Laboratório de Pesquisa em Ciências Sociais da Amazônia-LAPECSAM e o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH/UEA promoverão essa reflexão entre os dias 12 e 21/06/2019 em Manaus, Tefé e Parintins, com uma programação que envolverá Grupos de Trabalho, Fóruns, Mesas Temáticas e Conferências. Venha somar-se a esse esforço reflexivo para realizarmos o balanço dessas três décadas de redemocratização envoltas em relações simbólicas de poder. Participe!

O **Evento** objetiva, em linhas gerais, promover um espaço para socialização dos projetos de pesquisa desenvolvidos por alunos e professores/pesquisadores dos cursos de graduação e pós-graduação vinculados ao LAPECSAM e a outros grupos de pesquisa originados na UEA e/ou fora dela.

Entende-se que, ao compartilhar com pesquisadores de fora do Amazonas e do Brasil as experiências de pesquisa desenvolvidas pelos docentes e discentes da UEA, será possível alcançar, com essa troca de experiências, a ampliação de uma rede de pesquisas que tem se consolidado. Verifica-se, essa ampliação da rede, ainda, a partir das experiências de membros desses grupos de pesquisa, envolvi-

dos na organização do evento e por meio dos projetos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas (PPGICH), no qual a coordenadora do evento e parte da comissão organizadora atuam.

## Finalidades

- Possibilitar um espaço para apresentações dos resultados dos projetos desenvolvidos por pesquisadores, ligados ou não ao LAPECSAM, a partir de grupos de trabalho.
- Promover trocas de conhecimento entre estudantes da graduação e da pós-graduação e com professores/pesquisadores de diferentes IES nacionais e internacionais.
- Realizar conferência com pesquisador de Universidade Internacional de Excelência sobre a importância da temática que dá origem ao evento.
- Realizar reunião da Rede de Programas Interdisciplinares do Norte (REDEinterNorte).- Recepcionar alunos da rede pública estadual em atividade na modalidade “Portas Abertas” nas dependências da Universidade do Estado do Amazonas.- Premiar os trabalhos científicos apresentados ao longo do evento.

## Público-alvo

Profissionais da Educação Básica, da Educação Superior, Professores/Pesquisadores e alunos de Educação Básica, da Graduação e da Pós-Graduação.

## Histórico

A primeira edição do Encontro de Perspectivas ocorreu em 2013, com apoio do edital de eventos da UEA, composto por quatro palestras programadas mensalmente por pesquisadores de diferentes IES (UFAM, UEA e UFF), que possibilitaram diversificar a abordagem sobre “O Debate Contemporâneo Sobre a Amazônia”.

No ano de 2014, o II Encontro de Perspectivas foi realizado

de forma conjunta ao “I Seminário da Especialização em Metodologia do Ensino de Sociologia”, curso ofertado pela UEA aos docentes da rede pública de ensino, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação. Nesse ano, foi elaborada uma programação diversa, contemplando quatro palestras, desenvolvidas por docentes e pesquisadores diversos (UEA, UFAM e PNCSA). O evento foi vinculado ao programa de uma disciplina específica da Especialização em Sociologia, cujo nome “Desenvolvimento da Sociologia no Brasil” foi o tema abordado no evento.

Em 2015, o evento compôs a programação da Semana Nacional de Ciências & Tecnologia, realizando a apresentação de pesquisas desenvolvidas por docentes e discentes vinculados ao LAPECSAM, na modalidade “Café Científico”.

Em 2017, a realização do evento foi prevista no cronograma de atividades do projeto “Elementos para a alfabetização política entre jovens da Amazônia”, coordenado por pesquisadoras vinculadas ao LAPECSAM e ao PPGICH, apresentando como tema gerador “Promovendo a alfabetização política para a cidadania crítico-reflexiva no Amazonas”.

Em 2019, com o tema “Poder e Simbolismo em três décadas de cidadania e redemocratização brasileira”, propõe-se uma reflexão sobre o contexto de exercício da cidadania nessas três décadas de redemocratização, envoltas em relações simbólicas de poder.

**Período:** dias 12,13,14 e 21/06/2019

**Local:** Escola Superior de Artes e Turismo – ESAT/UEA  
Centro de Estudos Superiores de Tefé – CEST/UEA  
Centro de Estudos Superiores de Parintins – CESP

# Programação Geral

## DIA 12 DE JUNHO DE 2019

---

**8h – Manaus** – Credenciamento

**8h – Manaus** – Cerimônia de abertura – com transmissão para Parintins e Tefé via IPTV

**9h – Manaus** – Mesa 1: Brasil e Portugal: três décadas de redemocratização e duas distintas realidades – com transmissão para Parintins e Tefé via IPTV

*Convidados:* **Dr. João Miguel Teixeira Lopes** (UPORTO)  
**Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida** (PNCSA & PPGICH – UEA)

*Mediação:* **Dra. Gimima Beatriz Melo da Silva** (UEA)

**12h – Manaus, Parintins & Tefé** – Intervalo de almoço

**14h – Manaus** – IV Fórum do Observatório da Cidadania e Relações de Poder – com transmissão para Parintins e Tefé via IPTV

*Convidados:* **Dra. Carla Monteiro Souza** (UFRR)  
**Dr. José Alcimar de Oliveira** (UFAM)  
**Dr. João Miguel Teixeira Lopes** (UPORTO)

**17h – Manaus** – Atividade cultural com Fabricio Cromwell

**17h30 – Manaus** – Coquetel de abertura

**18h30 – Tefé** – Cerimônia de abertura local

**19h – Tefé** – Conferência: Poder, simbolismo e protagonismo indígena: experiência dos Munduruku

*Convidado:* **Dr. Márcio Couto Henrique** (UFPA)

## DIA 13 DE JUNHO DE 2019

---

**8h – Manaus & Parintins** – Comunicações orais dos grupos de trabalho de 1 a 6

**8h – Tefé** – Mesa 1T: Relações de poder e religiosidade

*Convidados:* **Raimundo Batuqueira**

**Padre Valdemar Aparecido Reis**

**Macário Lopes de Carvalho Junior** (UEA)

*Mediação:* **Patrícia Oliveira** (PPGICH/ UEA)

**10h40 –Tefé** – Atividade cultural: o canto das três raças

**12h – Manaus, Parintins & Tefé** – Intervalo de almoço

**14h – Manaus** – Atividade fechada: Reunião da Rede Internorte

**14h – Tefé** – Oficina: Elaboração de projetos

**16h – Manaus** – Mesa 2: Perspectivas para a pós-graduação interdisciplinar no Norte frente ao atual cenário político econômico – com transmissão para Parintins e Tefé via IPTV

*Convidados:* **Dra. Edma Socorro Moreira** (UNIFESPA)

**Dra. Edilza Laray de Jesus** (UEA)

**Dr. Maxim Paolo Repeto** (UFRR)

**Dra. Edneia Carvalho** (UFOPA)

**Dr. Plábio Marcos Desidério** (UFT)

**Dr. José Guilherme Fernandes** (UFPA)

*Mediação:* **Dr. Otávio Rios** (UEA)

**18h – Manaus** – Lançamento do livro Desmilitarizar, de Luiz Eduardo Soares

**19h – Manaus** – Atividade cultural com Kely Guimarães

**19h – Tefé** – Mesa 2T: Ciência, democracia e interdisciplinaridade

*Convidados:* **Verônica Lima Fernanda** (PPGICH/UEA)

**Guilherme Gitay** (PPGICH/UEA)

**Marília de Jesus** (Mamirauá/ PPGICH)

**Paulo Roberto** (Mamirauá)

*Mediação:* **Betânia de Assis Reis Mata** (PPGICH/UEA)

## **DIA 14 DE JUNHO DE 2019**

---

**8h – Manaus** – Comunicações orais dos grupos de trabalho de 6

**8h – Tefé** – Mesa 3T: Cidadania e povos indígenas

*Convidados:* **Alexandre Cavalcante Junior** (FUNAI)  
**Valtorino Raimundo Nonato** (CIMI)  
**Valcides Valtonino** (SEMI)  
**Valcideise** (Movimento da Mulher Indígena)  
**Fabiola Feitosa** (PPGICH/ UEA)

*Mediação:* **Magiles Macedo** (PPGICH/ UEA)

**12h – Manaus, Parintins & Tefé** – Intervalo de almoço

**14h – Manaus** – Mesa 3: Patrimônio imaterial da Amazônia: os bois de Parintins ontem e hoje

*Convidados:* **Dr. Sergio Ivan Gil Braga** (UFAM)  
**Dr. Allan Soljenitsin Rodrigues** (UFAM)

*Mediação:* **Dra. Lúcia Maria Puga Ferreira** (UEA)

**14h – Parintins** – Mesa 4: Patrimônio em movimento: memórias e identidades do Festival Folclórico de Parintins

*Convidados:* **Ms.C. Ericky Nakanome** (UFAM – Boi Caprichoso)  
**Clarice Bianchezzi**  
**Adelson da Costa Fernando**  
**Ms.C. Diego Omar** (UEA)

*Mediação:* **Dr. José Camilo Campos** (UEA)

**14h – Tefé** – Comunicações orais dos grupos de trabalho de 6

**17h – Manaus** – Premiação dos melhores trabalhos

**18h – Manaus** – Mesa 5: Perspectivas futuras para a democracia no Brasil – com transmissão para Parintins e Tefé via IPTV

*Convidados:* **Dr. João Miguel Teixeira Lopes** (UPORTO)  
**Dr. Luiz Eduardo Soares**  
**Dr. Djalma Thüler** (UFBA)

*Mediação:* **Dra. Gimima Beatriz Melo da Silva** (UEA)

**19h30 – Manaus** – Atividade cultural com grupo Tubones, seguida de encerramento

**19h30 – Tefé** – Mesa 4T: Declínio das políticas públicas no atual governo brasileiro

*Convidados: Esdras Carlos de Lima (IFAM)*

*Sandro Augusto Regatiere (Mamirauá)*

*Gabriel de Lima e Silva (UEA)*

*Mediação: Fabiola Feitosa (PPGICH/ UEA)*

## **DIA 21 DE JUNHO DE 2019**

---

**14h – Tefé** – Conferência: A antropologia da dança no Brasil

*Convidada: Giselle Guilhon Antunes Camargo (UFPA)*

**17h – Tefé** – Atividade cultural e encerramento

# Grupo de Trabalho 1

## ESTADO E DEMOCRACIA NO BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS DA CIDADANIA DIANTE DAS TENSÕES SOCIAIS E DAS RELAÇÕES DE PODER

---

*Coordenação:*

*Profa. Dra. Gimima Silva (UEA)*

*Prof. Dr. José Alcimar de Oliveira (UFAM)*

*Prof. Dr. João Teixeira Lopes (UPORTO)*

*Local:*

*Escola Superior de Artes e Turismo (ESAT/ UEA)*

**Resumo:** este Grupo de Trabalho abrigará estudos e debates sobre Estado e democracia no Brasil a partir da problematização dos avanços e retrocessos da cidadania, das tensões sociais e das relações de poder. Poderão, assim, ser submetidos estudos em vista da análise de processos eleitorais, experiências de projetos educacionais, culturais, de movimentos sociais urbanos e rurais, bem como das relações entre conhecimento, poder e dispositivos midiáticos, uso de novas tecnologias de comunicação, o poder das redes sociais, sob a perspectiva da promoção da cidadania em um cenário sociocultural tensionado pelas variadas formas de exercício do poder.

# Quem é o “Deus” de Bolsonaro? Reflexões sobre o discurso religioso de Bolsonaro durante sua campanha eleitoral em 2018 sob a perspectiva da ideologia da competência de Marilena Chauí

Wendell Pereira Barreto Garcez<sup>1</sup>

**Resumo:** o presente trabalho busca analisar como o discurso religioso realizado por Jair Bolsonaro, nas eleições em 2018, reformou o poder de dominação de uma classe já dominante, perpetuando dogmas morais que geram desigualdade e afetam a autonomia daqueles que não fazem parte da classe dominante. A análise foi realizada sob a perspectiva filosófica do livro *Ideologia da Competência*, de Marilena Chauí. Utilizando-se da metodologia materialista-dialética, percebemos que tais discursos religiosos determinam comportamentos e costumes próprios que, estendidos obrigatoriamente a toda população, superam garantias legais, afetando negativamente as minorias.

**Palavras-chave:** controle social; classe dominante; moralidade; religião.

## Introdução

O atual Presidente da República, Jair Bolsonaro, utilizou exacerbadamente de discurso religioso como ferramenta política nas eleições em 2018, com o objetivo claro de buscar apoio de eleitores de religião cristã, em suas vertentes mais populares no Brasil: evangélica e católica, além do claro direcionamento ao público judaico. O slogan de campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” elucida quaisquer dúvidas sobre a discussão. Acertadamente, percebemos que o atual presidente demonstra clara preferência a um

---

<sup>1</sup> Advogado especializando em Filosofia e Teoria do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Amazonas, com habilitação em Direito Internacional. E-mail: wendell.garcez95@gmail.com.

deus, pertencente a alguma das religiões majoritárias. Portanto, o objetivo desta pesquisa é analisar a volubilidade do discurso religioso de Jair Bolsonaro para cada um dos subgrupos religiosos majoritários citados: evangélicos, católicos e judeus, além de utilizar como perspectiva a reflexão da filósofa brasileira Marilena Chauí sobre a “Ideologia da Competência” como forma de entender o processo de dominação a partir do discurso religioso de Bolsonaro.

## Metodologia

Política e Direito são resultados da existência humana gravados pelo homem em uma memória coletiva que chamamos de história; logo, como a discussão é resultado claro de relações dialéticas e recíprocas entre homem, sociedade e natureza, parece-nos adequado que a pesquisa seja realizada sob a metodologia materialista-dialética. Apesar de todas as críticas realizadas a tal método, pelo fato de não apresentar significativa rigidez dogmática, esta característica demonstra sua maior vantagem em face da complexidade do comportamento humano.

## Resultados e discussão

Quase todas as pessoas que cresceram acompanhando algum tipo de ficção infantojuvenil já imaginaram como seria sua realidade transportada para um universo fictício alternativo. Particularmente, acredito que a obra que mais nos ajudaria a ilustrar o presente ensaio seria *Deuses Americanos*, de Neil Gaiman. Brevemente será explicado que, neste universo fictício, cada crença e cada ato de fé e devoção cria uma entidade específica. Na obra, uma passagem estranhamente cômica indica a existência de infinitos “Jesuses”, afinal, cada pequeno grupo cristão o imaginaria dentro de suas particularidades. De uma forma bem simplista, teríamos um Jesus asiático, um Jesus negro, um Jesus caucasiano, um Jesus latino e assim por diante. Essa obra foi escolhida, especificamente, em razão da curiosidade acerca do(s) Deus(es) que Jair Bolsonaro venerou durante o período eleitoral.

A ideia de explorar o impacto e a maleabilidade dos discursos religiosos de Bolsonaro durante as eleições de 2018 não é propriamente uma novidade, prova disso seriam as diversas manifestações de grupos pertencentes a essas comunidades religiosas majoritárias.

Assim, em fevereiro de 2019, a representação católica progressista no congresso, aproveitando o vácuo criado por uma forte rejeição à esquerda, foi considerada oposição ao governo atual, apesar de parte significativa dos votos que elegeram Bolsonaro ter vindo da comunidade católica brasileira. O fato gerou diversos debates dentro da comunidade religiosa, além de questionamentos na mídia. Ainda assim, aproveitamos para destacar o texto de Ronaldo de Almeida, denominado “Deus acima de todos”, no livro *Democracia em risco?*, utilizado como referência nesta pesquisa, na qual é realizada uma análise da economia do discurso religioso de Bolsonaro.

Não é surpresa que o candidato citado tenha instrumentalizado a fé, não apenas em um “deus”, mas também na esperança da salvação da nação por meio de um milagroso Messias. Bolsonaro, em seus discursos direcionados, apresentou a cada um desses grupos religiosos majoritários um ângulo específico de seu plano de governo. A proposta de plano de governo apresentada por Bolsonaro não peca em tecer elogios sutis à Israel. O Estado é citado pelo menos quatro vezes na proposta de governo<sup>2</sup> como um argumento contra a esquerda, com baixos índices de homicídios por arma de fogo, como exemplo de inovação tecnológica descentralizada, como um polo de conhecimento quanto à tecnologia de agricultura e, por fim, é citado como exemplo de uma “democracia importante”. Bolsonaro veio estreitando laços com a comunidade judaica brasileira há algum tempo. Assim, alguns encontros, como o realizado na Hebraica em 2017, tiveram destaque na mídia graças às polêmicas declarações do atual presidente, mas, talvez o argumento que mais tenha sido enfatizado por Bolsonaro em seus discursos neoliberais vira-latas<sup>3</sup> seja o do reconhecimento de Jerusalém como a capital de Israel.

Em sua casa, ao mesmo em que faltava ao debate presidencial, no dia 04 de outubro de 2018, Bolsonaro concedeu uma entrevista exclusiva à rede televisiva Record<sup>4</sup>, na qual é possível observar um Menorá<sup>5</sup> ao fundo. Embora o narrado acima, Bolsonaro não é judeu,

<sup>2</sup> *O caminho da prosperidade: proposta de Plano de Governo*. Disponível em: <[https://static.cdn.pleno.news/2018/08/Jair-Bolsonaro-proposta\\_PSC.pdf](https://static.cdn.pleno.news/2018/08/Jair-Bolsonaro-proposta_PSC.pdf)>. Acesso em: 17 de maio de 2019.

<sup>3</sup> *Resgatar o Brasil*. Capítulo 1, coordenação de Jessé de Souza e Rafael Valim.

<sup>4</sup> Bolsonaro na Record: TV dá 30 minutos para candidato se defender. Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/2018/10/04/bolsonaro-na-record-tv-da-30-minutos-para-candidato-se-defender\\_a\\_23551558/](https://www.huffpostbrasil.com/2018/10/04/bolsonaro-na-record-tv-da-30-minutos-para-candidato-se-defender_a_23551558/)>. Acesso em: 17 de maio de 2019.

<sup>5</sup> A Menorá é um candelabro de sete braços e um dos principais e mais difundidos sím-

mas, sim, católico, recebendo o santo sacramento católico na infância. Contudo, apesar de católico, em 2016 foi batizado novamente no rio Jordão, ato simbólico de grande importância à comunidade evangélica nacional, uma vez que o batismo de crianças não tem valor reconhecido pelos evangélicos por ser praticado sem autonomia. Assim, com um discurso que flertou com uma comunidade majoritariamente cristã e judaica, Bolsonaro, implicitamente, não demonstrou muitas preocupações com outras religiões, não fazendo referências a religiões afro-brasileiras e espíritas. Desse modo, questiona-se: qual deus estará acima de todos? Yahweh? O deus católico, que supostamente prega uma teologia da libertação? Ou o deus evangélico, que prega uma teologia da prosperidade neopentecostal? Se perguntássemos ao presidente da República Jair Bolsonaro, a resposta certamente dependeria de quem é seu ouvinte.

O problema desse tipo de comportamento e do discurso do atual representante do Poder Executivo é a supervalidação e a valorização de religiões que historicamente exerceram, e ainda exercem, papel predominante na determinação do comportamento individual conforme seu regramento moral na sociedade.

A professora Marilena Chauí apresenta o conceito de “Ideologia da Competência” como a forma de controle que determinada classe social tem sobre o julgar válidos ou inválidos alguns comportamentos. Ela complementa que essa classe social, além de determinar a validade de um comportamento, ainda determina quem tem o conhecimento “especializado”, quem tem de ser ouvido, ou seja, quem deve ser ouvido em referência àquela validação. A ideologia da competência é identificada no comportamento de uma classe dominante: que não aceita ser questionada por qualquer um, que determina quem pode emitir opiniões válidas sobre algum assunto, que determina quando, onde e o quê vai ser dito.

Inicialmente, o termo “especializado” pode remeter a um caráter mais técnico, quando idealizamos, por exemplo, que poderia fazer referência ao doutor (acadêmico), que não aceita questionamentos por ter uma posição de poder e importância dentro da Academia). Porém, a ideologia de competência se manifesta em sua principal faceta nas relações do dia a dia, quando, por motivos de dominação, o outro desconsidera sua capacidade autonômica e, em vez de fornecer

---

bolos do Judaísmo.

fatos e premissas, apresenta, na verdade, um direcionamento e um pensamento crítico já prontos, disfarçados de explicação.

Neste ponto retornamos ao discurso religioso de Bolsonaro, que, ao ascender como representante/salvador de uma moral judaico-cristã, fortalece a representatividade de grupos dominantes, revalidando suas regras morais e como elas supostamente devem ser importantes para que uma sociedade possa prosperar. Enquanto isso, os discursos desse ser messiânico transbordam preconceito e destilam o ódio contra as minorias, que cada vez mais são vistas como “moralmente incompetentes”. Até certo ponto, é irônico pensarmos que a ideologia de competência de Marilena Chauí propõe, em suma, que aqueles que detêm o conhecimento técnico têm o poder de liderança, uma vez que deveriam guiar os incompetentes, o que, de fato, já é um pensamento excludente e elitista. Mas, em realidade, o que fazer quando os dominantes nem realmente são técnicos, mas sustentam seus comandos em moralidade? Marilena Chauí nos diz que estamos divididos entre aqueles que supostamente sabem e têm o direito de mandar e os que supostamente não sabem e têm obrigação de obedecer.

No plano religioso, mais especificamente, nos dividimos entre aqueles que supostamente são competentes e dominam o conhecimento absoluto sobre os limites do amor, sobre o que é vida, sobre o que você deve fazer ou não deve fazer com seu corpo, ou seu destino, e aqueles que supostamente não sabem, os incompetentes, que incompreensivelmente continuam a atrapalhar e a obedecer cegamente às regras morais dos competentes. Se ainda restar alguma dúvida quanto à validação da moral judaico-cristã como a “correta”, basta consultar a primeira página da Proposta de Plano de Governo de Bolsonaro, em que, no canto esquerdo, há a seguinte citação a João 8:32: “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”. Quem é essa tal de verdade? Precisamos com urgência conhecê-la, porque as amarras morais dessa classe dominante prendem e sufocam a nossa diversidade cultural.

## Conclusões

Resta comprovado que o discurso religioso utilizado por Jair Bolsonaro em sua campanha eleitoral foi propositalmente modificado para agradar aos seus principais eleitores, sendo a fé e a moral

religiosa transformadas em ferramentas para a reiteração da força de classes sociais historicamente dominantes. Ainda assim, é perceptível que a reflexão de Marilena Chauí sobre a ideologia da competência sofre uma pequena adaptação em análise ao objeto de estudo: o discurso religioso de Bolsonaro durante as eleições em 2018, em que aquele que detém o conhecimento dá lugar àquele que é supostamente conhecedor, porém, infelizmente, ainda dominante.

## Referências bibliográficas

ALMEIDA, Ronald de *et al.* **Democracia em risco? 22 Ensaios sobre o Brasil hoje.** Deus acima de todos, cap. 2. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. CHAÚÍ, Marilena. **A ideologia da competência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014. INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Foram os evangélicos que elegeram Bolsonaro?** Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584446-foram-os-evangelicos-que-elegeram-bolsonaro>>. Acesso em 16 maio 2019.

# Política criminal: suas influências na redução da criminalidade e as distinções em relação às políticas públicas e a sua eventual influência no sistema carcerário

Lilian Barbosa Vieira<sup>1</sup>

Maxwell Marques Mesquita<sup>2</sup>

**Resumo:** as políticas públicas são formuladas principalmente por iniciativa dos Poderes Executivo ou Legislativo, separadas, conjuntamente ou a partir de demandas e propostas da sociedade, em seus diversos segmentos. A participação da sociedade na formulação, no acompanhamento e na avaliação das políticas, em alguns casos, é assegurada na própria lei que as institui. Assim, as políticas públicas posiciona-se sobre o aspecto da política criminal. Imagina-se que a política criminal não pode ser caracterizada como uma ciência, pois, apesar de valer-se, em muitas oportunidades, de dados científicos, estes, em verdade, pertencem a outros ramos do saber, como as ciências e, no mais das vezes, à própria ciência jurídica. Além disso, o aperfeiçoamento da legislação penal e suas conseqüentes modificações, visados pela política criminal, estão, em muitas proposições, carregados por componentes ideológicos, que não podem ser considerados substratos científicos. Em certa medida, a existência do Direito Penal não só impede a sobreposição total de interesses dominantes como protege o acusado, o qual não estaria à mercê de vinganças privadas, mas, sim, submetido a um sistema mediado por uma série de garantias fundamentais.

**Palavras-chave:** política criminal; sistema prisional; criminalidade; políticas públicas; sistema carcerário

---

<sup>1</sup> Especialista em Administração Estratégica. E-mail: lbvieira6@hotmail.com.

<sup>2</sup> Mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: maxwellmesquita@hotmail.com.

# 1 Introdução

A Política Criminal é um conjunto sistemático de princípios e regras, por meio dos quais o Estado promove a luta de prevenção e repressão das infrações penais. A manutenção das penas, das prisões e do sistema penitenciário colabora com a aplicação efetiva dos Direitos Humanos e com a ressocialização de presos, buscando a preservação do bem-estar da sociedade. Quando esse sistema não é bem , ele provoca impunidade e cria uma explosão nos índices criminais.

Como consequência do pensamento de que o Brasil encarcera muitas pessoas, ocorreu o apontamento de possíveis soluções para o sistema penitenciário e para a criminalidade no Brasil, tendo por base as propostas do Abolicionismo Penal e do Direito Penal Mínimo, ideologias advindas da criminologia crítica ou política criminal, que, por sua vez levaram para os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário a cultura do desencarceramento. Contudo, apesar desses esforços, a criminalidade no Brasil continua crescendo, devido também ao aumento da impunidade. Percebe-se, pois, que as dificuldades do sistema prisional persistiram. São elas: o fortalecimento da política de integração social; a ampliação da transparência, da participação social e do controle da execução penal; a definição de parâmetros para trabalhadores e metodologia prisional nacional; o respeito à diversidade; a melhoria das condições do cárcere; a garantia de tratamento digno do preso e a instituição de modelo de gestão prisional e combate aos fatores geradores de ineficiência. Por fim, demanda-se o fortalecimento da política de reintegração social, para garantir apoio ao egresso do sistema prisional em seu retorno à sociedade.

## 2 Política criminal

A expressão política criminal não conta com um conceito unânime na doutrina penal, em que, segundo Garcia (2008), é a ciência e a arte dos meios preventivos e repressivos que o Estado dispõe para atingir o fim da luta contra o crime. Examina o Direito em vigor e, em resultado da apreciação de sua idoneidade na proteção contra os criminosos, trata de aperfeiçoar a defesa jurídico-penal contra a delinquência, sendo o seu meio de ação, portanto, a legislação penal.

O conjunto de convicções ideológicas, os diversos modos de pensar peculiares aos grupos sociais, portanto, influenciam e informam a política criminal tanto ou mais que as razões científico-jurídicas, motivo pelo qual não conta sempre com uniformidade, pois representa o resultado do enfrentamento no plano das ideias de grupos com posicionamentos distintos.

## **2.1 Encarceramento em massa no Brasil**

Observando o ranking elaborado pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), que é um órgão de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro, o Brasil encontra-se na terceira posição em número absoluto de presos, estando apenas atrás dos Estados Unidos e da China. Nesta análise, o Brasil conta com um número um pouco maior de 690 mil presos, o que não leva em consideração que o país tem uma das maiores populações do mundo.

## **2.2 Movimentos de política criminal: Punitivista, Abolicionista e Minimalismo Penal**

O abolicionismo abarca correntes que, de acordo com Ferrajoli (2002, p. 200):

[...] não reconhecem justificação alguma ao direito penal e almejam a sua eliminação, quer porque contestam o seu fundamento ético-político na raiz, quer porque consideram as suas vantagens inferiores aos custos da tríplice constricção (*sic*) que o mesmo produz, vale dizer, a limitação da liberdade de ação para os que observam, a sujeição a um processo por aqueles tidos como suspeitos de não observá-lo, e a punição daqueles julgados como tais.

As doutrinas abolicionistas mais radicais afirmam não haver nenhuma legitimidade em qualquer tipo de constricção ou coerção, penal ou mesmo social. Outras correntes, ainda que advoguem pela supressão de qualquer medida punitiva e mesmo a abolição do Direito Penal, não afastam outras formas de controle social (FERRAJOLI, 2002, p. 203).

De maneira geral, a perspectiva abolicionista, ao questionar o sistema punitivo a partir dos custos que são inerentes à utilização da

pena, tem como mérito [...] favorecer a autonomia da criminologia crítica, de solicitar-lhe as pesquisas sobre a origem cultural e social da desviança e sobre a realidade histórica e política dos interesses penalmente protegidos, e, via de consequência, *de contrastar, talvez mais do que qualquer outra orientação teórica, o latente “legitimismo” moral das doutrinas penais dominantes.* (FERRAJOLI, 2002, p. 204).

Outro defeito seria o fato desse movimento não atentar às questões de justificação e de deslegitimação do Direito Penal. Portanto, nada obstante as doutrinas abolicionistas demonstrem as deficiências do sistema penal, olvida da necessidade de, concretamente, mesmo à luz de um processo de deslegitimação cada dia mais evidente, apresentar propostas concretas e eficientes para a construção de um modelo penal mais eficiente e humano.

Destaca-se que, em uma sociedade em que os avanços tecnológicos são mais do que consideráveis e que a decisão de uma só pessoa pode colocar em risco toda a comunidade, o Direito Penal surge para evitar as lesões aos bens jurídicos, em um Direito Penal caracterizado pela administrativização, globalização e desconstrução do paradigma liberal.

Ressalta-se, ainda, a lei de crimes ambientais que, ademais de fixar tipos que escapam a princípios como o da tipicidade, definiu, de forma aparentemente peremptória, que a pessoa jurídica poderá ser responsabilizada penalmente pelos delitos que vier a praticar, embora culminado penas que equivalem às medidas repressivas e punitivas dispostas na legislação administrativa e civilista.

Em contraposição a esses movimentos, máxime esse último, passa-se à análise do minimalismo. Doutrina justificadora do sistema penal, o minimalismo parte do pressuposto de que, nada obstante a atuação do Direito Penal tenha em vista a redução da violência que abala a comunidade, é preciso, igualmente, limitar a violência formal que advém da incidência de tão repressivo ramo do Direito.

Dessa forma, depois de percebido que a conduta é de tal magnitude que merece a atenção do Direito Penal, premente adotar as medidas punitivas mais adequadas ao caso, considerando que as penas não devem ser desproporcionais ou desumanas. Portanto, incomodações de pequena monta, ou que causem diminutos dissabores, são consideradas como desprovidas de relevância jurídico-penal, ficando, em razão disso, a sua resolução relegada a outros mecanismos formais ou informais de controle social.

### 3 Conclusão

Após análises realizadas, destaca-se a necessidade de se elaborar estratégias para o enfrentamento ao uso abusivo da prisão provisória, que atualmente é um dos principais mecanismos de entrada no sistema prisional. O olhar para as pessoas com transtornos mentais revela que ainda há barreiras a vencer para a superação dos estigmas que envolvem essa população, o que faz com que muitos indivíduos que poderiam estar cumprindo medidas em meio aberto ainda sejam levados ao sistema de internação.

Aponta-se, na sequência, a necessidade de atender às especificidades das mulheres, a fim de que se inverta a tendência de crescimento da população carcerária feminina, que tem sido superior ao dobro do aumento da população prisional masculina. Também se reconhece o racismo como elemento estrutural do sistema penal e que as medidas para o seu enfrentamento são fundamentais para a promoção de equidade e justiça.

Do mesmo modo, é necessário enfrentar os estereótipos e padrões que influenciam os processos de criminalização e contribuem para que as pessoas de baixa renda sejam mais vulneráveis ao poder punitivo. O tratamento jurídico diferenciado para os crimes contra o patrimônio, bem como a necessidade de estabelecer novo modelo para o enfrentamento das drogas são medidas voltadas para situar as principais infrações penais que têm levado pessoas a serem encarceradas. Por fim, pugna-se pela construção de uma visão de justiça criminal que garanta o direito de defesa.

Por fim, quanto às medidas de segurança, é necessário que sua estrutura esteja adequada aos pressupostos da reforma psiquiátrica, com o objetivo de reinserção social do paciente em seu meio, observado o respeito aos direitos humanos, a desinstitucionalização e a superação do modelo tutelar, asilar e manicomial. O reconhecimento da monitoração eletrônica como política penitenciária, que visa ao desencarceramento e deve respeitar a dignidade da pessoa monitorada, bem como buscar sua inserção social é a terceira medida definida.

## 4 Referências bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, 05 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 13 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. 2016.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária**. 2016.

CDDPH. Resolução nº 8 de 21 dez. 2018. Disponível em: <[http://www.lex.com.br/legis\\_24066914\\_RESOLUCAO\\_N\\_8\\_DE\\_20\\_DE\\_DEZEMBRO\\_DE\\_2012.aspx](http://www.lex.com.br/legis_24066914_RESOLUCAO_N_8_DE_20_DE_DEZEMBRO_DE_2012.aspx)>. Acesso em 21 nov. 2018.

WPB – WORLD PRISON BRIEF. Disponível em: <<http://www.prisonstudies.org>>. Acesso em 01 dez. 2018.

CONDEPE. Disponível em: <[http://www.lex.com.br/legis\\_24066914\\_RESOLUCAO\\_N\\_8\\_DE\\_20\\_DE\\_DEZEMBRO\\_DE\\_2012.aspx](http://www.lex.com.br/legis_24066914_RESOLUCAO_N_8_DE_20_DE_DEZEMBRO_DE_2012.aspx)> Acesso em 10 nov. 18.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão: teoria do garantismo penal**. São Paulo: RT, 2002.

GARCIA, Basileu. **Instituições de Direito Penal**. Vol. 1.7 ed. Saraiva, 2008.

# Observatórios da cidadania: promoção da democracia participativa em tempos de redução do controle social

**Moysés Silva de Souza<sup>1</sup>**

**Thiago Lima de Oliveira<sup>2</sup>**

**Gimima Beatriz Melo da Silva<sup>3</sup>**

**Resumo:** em que pese o claro processo em curso na esfera do Governo Federal de limitação do envolvimento da sociedade civil no debate e na proposição da condução das políticas públicas, a exemplo do recém-promulgado Decreto 9759/2019, que pretende reduzir de 700 para 50 o número de conselhos previstos pela Política Nacional de Participação Social (PNPS) e pelo Sistema Nacional de Participação Social (SNPS), o esforço interpretativo aqui apresentado sustenta a tese de que Observatórios da Cidadania podem ser instrumentos utilizados para promoção da participação popular na esfera política. Acredita-se que a adoção de efetivas práticas de estímulo ao envolvimento popular na esfera política e o envolvimento da academia com a comunidade externa, na condução de algumas dessas experiências, tendem a contribuir para a efetivação da democracia participativa. Os exemplos apresentados constituem-se em distintas experiências, que podem se dar inclusive em ações de extensão universitária, na perspectiva de dar subsídios à construção do contradiscurso. Assim, o uso desse instrumento pode fazer surgir um coletivo permanente voltado à discussão e à disseminação de opinião crítica, que se contraponham aos discursos institucionalizados pelo poder público. A análise

---

<sup>1</sup> Acadêmico do 7º período do Bacharelado em Administração pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Bolsista do Programa de Extensão Universitária (PROGEX). E-mail: moi1500souza@gmail.com.

<sup>2</sup> Acadêmico do 3º período do Bacharelado em Administração pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Bolsista do Programa de Extensão Universitária (PROGEX). E-mail: thiago\_lima13@live.com.

<sup>3</sup> Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: gbsilva@uea.edu.br/gbeatriz2008@hotmail.com.

sustenta a ideia de que esses instrumentos ainda vigentes devem ter seu uso massificado e reforçado, de forma a promover a ampliação do diálogo, da reflexão e da disseminação do pensamento crítico, mas, sobretudo, propositivos.

**Palavras-chave:** controle social; democracia; participação

## Introdução

Em que pese o processo em curso na esfera do governo federal brasileiro de limitação do envolvimento da sociedade civil no debate e proposição da condução das políticas públicas, a exemplo do recém-promulgado Decreto nº 9759/2019, que pretende reduzir de 700 para 50 o número de conselhos previstos pela Política Nacional de Participação Social (PNPS) e pelo Sistema Nacional de Participação Social (SNPS), o esforço interpretativo aqui apresentado sustenta a tese de que Observatórios da Cidadania podem ser instrumentos utilizados para promoção da participação popular na esfera política.

Acredita-se que a adoção de efetivas práticas de estímulo ao envolvimento popular na esfera política e o envolvimento da academia com a comunidade externa, na condução de algumas dessas experiências, tendem a contribuir para a efetivação da democracia participativa e do controle social. Os exemplos apresentados constituem-se em distintas experiências que podem se dar inclusive em nível de ações de extensão universitária, na perspectiva de dar subsídios à construção do contradiscurso pela sociedade civil.

O uso desse instrumento pode fazer surgir coletivos permanentes voltados à discussão e disseminação de opinião crítica que se contraponha aos discursos institucionalizados pelo poder público. A análise sustenta a ideia de que esses instrumentos ainda vigentes devem ter seu uso massificado e reforçado de forma a promover a ampliação do diálogo, reflexão e disseminação do pensamento crítico mas, sobretudo, propositivo.

## Metodologia

Na atualidade, considera-se que é de fundamental importância resgatar a essência originária da política em suas bases filosóficas

como a de um instrumento de promoção da justiça social, distributiva e participativa, tal como preceitua Chauí (2000), referindo-se à proposição aristotélica sobre essa dimensão da vida em sociedade.

O presente texto propõe uma reflexão sobre as estratégias vigentes de exercício da democracia participativa diante do cenário atual de crescente redução das vias de participação e controle social na esfera do Governo Federal. Para tanto, ele baseou-se em pesquisa bibliográfica e análise de experiências vigentes, divulgadas em páginas oficiais e pautadas em distintas formas de operacionalização da democracia participativa por meio de ações de algumas experiências de Observatórios da Cidadania no Brasil, como o ObservaPOA, o OSBrasil e o Observatório da Cidadania e Relações de Poder.

## Discussão e resultados

O Observatório da Cidade de Porto Alegre (ObservaPOA) e o Observatório Social do Brasil (OSBrasil), em funcionamento desde 2006 e 2011, respectivamente, são instrumentos para o exercício da cidadania por parte dos munícipes e, em seu espaço, proporcionam um ambiente favorável a uma integração entre a sociedade civil e os entes estatais para maior efetividade e alcance de políticas públicas que beneficiam a sociedade como um todo. Juntamente com o Orçamento Participativo, o observatório fiscaliza os poderes, com a participação maciça em audiências públicas e votações de projetos de lei de relevância para a sociedade, fiscalizam o executivo na prestação dos serviços, fazendo visitas surpresas em obras e na distribuição de recursos para evitar desvios e contribuir para uma maior eficiência, eficácia e efetividade do poder público.

Vale ressaltar também a criação de indicadores socioeconômicos das necessidades culturais e de infraestrutura por parte do ObservaPOA, a partir dos quais o observatório busca trazer informações pertinentes à comunidade, auxiliando a tomada de decisão e, conseqüentemente, a resolução dos principais problemas de cada bairro da cidade de Porto Alegre. Tudo isso por meio do Sistema de Informações Municipais (SIM), devidamente constituído pelo Decreto n° 19.938, de 16 de fevereiro de 2018.

Os referidos Observatórios também buscam em parcerias internacionais maior cooperação com as cidades globais, sendo uma dessas parcerias com o ObservaPOA com o Observatório Interna-

cional da Democracia Participativa (OIDP). Juntos, eles tentam desempenhar um intercâmbio de informações sobre as melhores técnicas e estratégias para melhor prestação de serviços por parte do Observatório.

Já o Observatório de Cidadania e Relações de Poder é desenvolvido no âmbito do Programa de Extensão Universitária da Universidade do Estado do Amazonas – PROGEX, desde julho/2018, e envolve uma equipe de docentes e discentes da graduação e da pós-graduação na abordagem de temáticas voltadas ao exercício da cidadania e das relações de poder.

Coordenado por iniciativa do Grupo de Pesquisa Laboratório de Pesquisa em Ciências Sociais da Amazônia – Lapepsam, e com vinculação à atividade extensionista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas-PPGICH, este observatório tem como objetivo estreitar as relações da comunidade acadêmica com a comunidade externa. Assim, os Fóruns realizados por este observatório estão sempre ligados à importância da promoção do exercício da cidadania e da atitude reflexiva sobre direitos como diversidade racial e religiosa, acesso à educação e à participação política, que têm sofrido no contexto atual um visível processo de subtração e/ou cassação.

Homofobia, racismo, intolerância religiosa contra praticantes de religiões de matriz africana, entre outras situações que afetam de forma negativa a construção de uma Política Nacional de Promoção da Diversidade Racial, foi alvo do II Fórum do Observatório, realizado em dezembro/2018. A temática, debatida no formato de Fórum, envolveu sujeitos que representam instâncias públicas que lidam com os grupos sociais historicamente alvos de discriminação e, também, com a representação desses grupos atingidos como movimentos sociais independentes, a exemplo do Movimento Negro do Amazonas e o Coletivo Rosa Zumbi. Tendo participado também representações da Ordem dos Advogados do Brasil e de universidades federais, por exemplo.

O Golpe de 1964 e o Ato Institucional 1 – AI 1 foram temas abordados no III Fórum do Observatório da Cidadania e Relações de Poder, realizado em abril de 2019. Esse encontro debateu a temática da cassação de direitos individuais, iniciando o período da ditadura, promovido pelo governo militar no Brasil (1964/1985). Tal período foi exaltado no discurso oficial do atual governo, ao

determinar sua comemoração no âmbito das forças armadas como um processo denominado “Revolução Gloriosa”.

Nesses encontros, tanto o público presente pessoalmente quanto o que acompanhava via Internet Protocol Television – IPTV (plataforma utilizada pela UEA), como no município de Tefé, pôde enviar perguntas e considerações, a partir de interação on-line, ratificando que não existem fronteiras quando se trata do exercício da cidadania.

As discussões realizadas no âmbito do Observatório atingem sujeitos de vários segmentos sociais, propiciando o entendimento mais claro sobre algum dos temas que seja alvo de políticas públicas. Há de se considerar, ainda, a página do Observatório em rede social como meio de comunicação dos fóruns, o plano de divulgação posterior desses fóruns gravados em um futuro canal e a criação de novos observatórios em outros municípios, além de Manaus, constituindo-se em uma rede que dê transparência ao que se propõe como política pública, estimulando a participação e o controle via debate propositivo.

## Transparência, controle social e retrocesso

Ao referir-se à transparência na gestão pública, Pereira (2017) ressalta:

A transparência tem como objetivo garantir a todos os cidadãos, individualmente, por meio de diversas formas em que costumam se organizar, acesso às informações que explicitam as ações a serem praticadas pelos governantes, as em andamento e as executadas em períodos anteriores, quando prevê ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos e divulgação de audiências públicas, dos planos, diretrizes orçamentárias, orçamentos, relatórios periódicos da execução orçamentária e da gestão fiscal, bem como das prestações de contas e pareceres prévios emitidos pelos tribunais de contas. (PEREIRA, 2017, *apud* SILVA, 2009, p. 10)

Um outro conceito essencial para o entendimento dos objetivos e pretensões de Observatórios da Cidadania é o Controle Social. Segundo Monteiro, Pereira e Peruchena (2016), o controle social pressupõe mecanismos formais de atuação da sociedade, pois até as

camadas mais privilegiadas da sociedade não têm o conhecimento suficiente de como funciona a máquina pública. Os procedimentos são, em geral, obscuros e não há a publicidade adequada dos atos que afetam diretamente as comunidades. O controle social e os demais dispositivos institucionais são complementares e contribuem de forma gigantesca para o funcionamento saudável do Estado.

Contudo, na contramão do que diz respeito ao controle social, vale ressaltar que, em ato recente, datado de 11 de abril de 2019, o Governo Federal brasileiro, por meio do Decreto nº 9759/2019, declara que pretende diminuir de 700 para menos de 50 o número de **conselhos** previstos pela Política Nacional de Participação Social (PNPS) e pelo Sistema Nacional de Participação Social (SNPS). Esses programas, criados pelo Governo Federal em 2014, também são extintos pelo referido ato, o que, segundo a coordenadora-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Informação, a jornalista Renata Mielli, representa um ato discricionário que atinge o coração da democracia participativa no Brasil, ataca instrumentos essenciais para a participação da sociedade no debate, aprovação e acompanhamento da aplicação de políticas públicas, sendo na sua interpretação, uma medida de explícito “viés autoritário”.

## Considerações finais

A temática aqui apresentada possibilita uma análise dos Observatórios da Cidadania no rol dos instrumentos, a partir dos quais a cidadania participativa ainda pode ser exercida, visto que, para maior participação popular e melhoria na formulação de políticas públicas, faz-se necessária a utilização desses importantes instrumentos sociopolíticos. Tais instrumentos, embasados tanto na iniciativa comunitária quanto na ação institucional da extensão universitária, têm potencial de manter aberto um canal permanente de diálogo entre a sociedade e as universidades, além de ser um espaço destinado à construção do contradiscurso e de ações efetivas de participação política.

Em que pese o atual processo de limitação desse envolvimento da sociedade civil no debate e na proposição da condução das políticas públicas, acredita-se que esses instrumentos ainda vigentes devem ter seu uso massificado e reforçado de forma a promover a ampliação do diálogo, a reflexão e a construção do pensamento crí-

tico mas, sobretudo, propositivo, dando à sociedade brasileira reais possibilidades de exercício da cidadania participativa.

## Referências bibliográficas

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

MATIAS PEREIRA, J. (2017). **Controle social e transparência: avaliação do modelo de acesso à informação no Brasil**. GIGAPP – Estudios Working Papers, 2(33), 1-21. Recuperado a partir de <<http://www.gigapp.org/ewp/index.php/GIGAPP-EWP/article/view/56>>.

MONTEIRO, Renato Pereira; PEREIRA, Cléber Augusto; PERUCHENA, João Luis Thomaz. **Accountability e controle social: uma reflexão sobre sua importância e relação para a democracia**. Revista UNEMAT de Contabilidade. V. 5, n. 9, jan./jun., 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/ruc/article/viewFile/1162/1359>>. Acesso em: 23 set. 2018.

OBSERVATÓRIO DA CIDADE DE PORTO ALEGRE – ObservaPOA. Disponível em: <[http://www.observapoa.com.br/default.php?p\\_secao=3](http://www.observapoa.com.br/default.php?p_secao=3)>. Acesso em 30 ago. 2019.

# O dever fundamental de prestar segurança pública e a responsabilidade do Estado

Moisés Israel Silva dos Santos<sup>1</sup>

Davyd Spencer Ribeiro de Souza<sup>2</sup>

**Resumo:** o Estado Social preconiza o bem comum. A segurança pública contém grande relevância social e ordem prioritária, sendo imprescindível na vida em sociedade, uma vez que é o direito fundamental que propicia condições para efetivação de existência dos demais direitos, também classificados como fundamentais, presentes, inclusive, na Magna Carta. Diante desta garantia fundamental pertencente aos cidadãos, surge a possibilidade de ver o Estado responsabilizado civilmente quando houver omissão no cumprimento de seu dever de manter a segurança pública, desde que referida omissão decorra de deficiência ou falha na prestação do serviço, dentro dos parâmetros de razoabilidade. Este artigo se preocupará com a obrigação e, mais que isso, com o dever fundamental do Estado de prestar segurança pública, em contrapartida ao contrato social firmado entre a sociedade civil e o Estado. Nesse sentido, procurar-se-á entender a segurança pública sob a ótica constitucional, bem como o dever fundamental e os fatores limitadores de entrega desse serviço, para, ao final, discorrer sobre as hipóteses de responsabilidade do Estado, diante dos casos de desídia, tal qual o caso ocorrido no estado do Espírito Santo, em 2017.

**Palavras-chave:** segurança pública; dever fundamental; responsabilidade objetiva do estado; omissão estatal

---

<sup>1</sup> Mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Especialista em Gestão e Segurança pela Faculdade Boas Novas (FBN), Graduado em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade Estadual do Amazonas (UEA), Graduado em Direito pela Universidade Estadual do Amazonas (UEA).

<sup>2</sup> Doutorando em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), graduado em Ciências Sociais e mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor efetivo do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas – DCiS (UFAM) e do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas – MPSP (UEA).

## Introdução

O Estado Social preconiza o bem comum. A segurança pública contém grande relevância social e ordem prioritária, sendo imprescindível na vida em sociedade, uma vez que é o direito fundamental que propicia condições para efetivação de existência dos demais direitos, também classificados como fundamentais. Diante desta garantia fundamental e constitucional pertencente aos cidadãos, surge a possibilidade de ver o Estado responsabilizado civilmente quando houver omissão no cumprimento de seu dever de manter a segurança pública.

A configuração do problema da pesquisa revela a necessidade de análise da viabilidade em invocar o princípio da reserva do possível, a fim de justificar omissões ou desídia estatal, bem como delimitar a responsabilidade do Estado diante de seu dever fundamental de prestar segurança pública.

Em consonância com o problema, os objetivos desta pesquisa consistem em analisar a responsabilidade do Estado diante do dever fundamental de prestar segurança pública à luz da reserva do possível e do conceito de Estado Providência; conceituar, contextualizar e relacionar princípios atinentes à segurança pública; discorrer sobre o dever fundamental de prestar segurança pública para trazer esclarecimentos acerca da participação do Estado e da sociedade; analisar a responsabilidade objetiva do Estado diante dos conceitos de Reserva do Possível e Estado Providência ao ilustrar o caso ocorrido no estado do Espírito Santo.

## Metodologia

A metodologia aplicada ao trabalho será explicativa, quanto aos fins, e bibliográfica, quanto aos meios. Será explicativa (seja genérica ou específica), pois pretende elucidar a responsabilidade do Estado diante do caos de omissão e da proposta temática e da problemática apresentada. Na fundamentação teórica do trabalho, a pesquisa foi realizada por meio de livros de Direito Constitucional, Direito Administrativo, revistas científicas, artigos sobre essas disciplinas e pesquisa jurisprudencial nos sítios dos Tribunais Estaduais e Superiores, a sistematizar todo o material encontrado para balizar os objetivos desta pesquisa.

## Resultados e discussão

Pelo disposto do artigo 144, da Constituição Federal, a segurança pública é dever do Estado, ou seja, obrigação que gera responsabilidade, sem olvidar tratar-se de direito e responsabilidade de todos os integrantes da sociedade. Dessa forma, a responsabilidade quanto à segurança pública é tanto da sociedade quanto do Estado, porém, o Estado possui responsabilidade que vai além do sentido estrito, pois tem o dever de agir diante das diversas hipóteses que se apresentam no cotidiano: a obrigação de prestar segurança de forma eficiente e de garantir a todos a incolumidade física, mental e patrimonial.

Quanto à possibilidade de invocar a reserva do possível, destaca-se que esta não pode ser considerada uma excludente de responsabilidade como as que são previstas em lei, pois é dever/obrigação do Estado garantir a todos um mínimo de condições para uma vida digna. Por conseguinte, todas as vezes em que o Estado for omissivo na garantia desse mínimo existencial, deverá responder objetivamente, não sendo possível, utilizar-se da reserva do possível para justificar sua desídia com aqueles que lhe fornecem legitimidade.

Por fim, acerca da responsabilidade por omissão, conclui-se que não é possível classificar a responsabilidade do Estado objetiva ou subjetiva sem antes verificar se a omissão estatal é do tipo genérica ou específica. Logo, a responsabilidade estatal oriunda de omissão relativa à segurança pública deve ser analisada sempre em caso concreto e de forma, individual a fim de identificar o tipo de omissão.

Se genérica, é o caso de responsabilidade subjetiva, que exige do solicitante a comprovação da culpa estatal pela ausência ou insuficiência de prestação de serviços de segurança pública; se específica, a responsabilidade será objetiva, ou seja, o solicitante deverá apenas comprovar o prejuízo e o nexo de causalidade entre o dano e a ação ou omissão do Estado.

## Conclusão

A segurança pública não pode ser estudada separadamente do Estado Social. Os objetivos do bem comum e da erradicação das desigualdades sociais, preconizados pelo Estado de Bem-Estar Social e corolários do princípio da dignidade da pessoa humana,

reafirmam o dever fundamental do Estado de prestar segurança pública.

Nesse sentido, a Constituição Federal reconhece, em seu artigo 37, *caput*, parágrafo 6º, que a administração pública deverá fornecer seus serviços pautados nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e, também, que os servidores públicos responderão por seus atos caso não sejam observados os preceitos legais, bem como por prejuízos ocasionados ao particular.

## Referências bibliográficas

CANOTILHO, J. J. GOMES. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7 ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CARNELUTTI, Francesco. **As misérias do processo penal**. Tradução de José Antônio Cardinalli. 7ª ed. Campinas: Bookseller, 2005.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

FILHO, Sérgio Cavalieri. **A responsabilidade civil objetiva e subjetiva do Estado**. R. EMERJ, Rio de Janeiro, v. 14, n. 55, p. 10-20, jul.-set. 2011.

JÚNIOR, Aury Lopes. **Sistemas de Investigação Preliminar no Processo Penal**. 4 ed. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2006.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 23 ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 20 ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

MENDES, Gilmar Ferreira *et al.* **Curso de direito constitucional**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANTIN, Valer Foletto. **Controle judicial da segurança pública**. Eficiência do serviço na prevenção e repressão ao crime. São Paulo: RT, 2004.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. Vol. I, II, III e IV. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 9 ed. São Paulo: Malheiros, 1993.

# Subalternidade e condições de dominação no caso Latino-Americano: Brasil

**Fernanda Arruda de Oliveira<sup>1</sup>**

**Lucilene Ferreira de Melo<sup>2</sup>**

**Resumo:** a formação dos Estados Nacionais da América Latina ambienta um cenário violento que refaz e segue um modelo de subalternidade e dominação que marcou a trajetória de países que ainda sofrem com determinadas estratégias. Contudo, esse é somente o resultado de longos e duros processos históricos e sociais dentro de uma ampla discussão. Portanto, para entender o decorrer dessa caminhada, o ponto de partida será as estratégias postas pelo grande capital internacional, dominado pelos Estados Unidos da América, que, rompendo as barreiras do primeiro mundo, chegam à América Latina. Objetiva-se, então, perceber os processos formadores dos resquícios de colonização, bem como o surgimento e a criação de uma identidade nacional muito peculiar. O estudo é de caráter bibliográfico para a identificação dos objetivos propostos. No momento decisivo de desenvolvimento do país, em meio a perda de direitos e processos e de contrarreformas, faz-se necessário retornar aos importantes pensadores da Sociologia: Octavio Ianni e Celso Furtado, assim como os demais autores que orientam os estudos sobre colonização, subdesenvolvimento, teoria da dependência, crise do capitalismo e globalização, em busca de compreender a formação de um país subalterno e dominado, suscetível às políticas de interesse do capital.

**Palavras-chave:** colonização; capitalismo; subdesenvolvimento

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas e integrante do Fórum da Juventude Negra do Estado do Amazonas. E-mail: frearrudaoli@gmail.com.

<sup>2</sup> Prof. Dra. do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: lucilenefmelo@yahoo.com.br.

## Introdução

O subdesenvolvimento, sendo uma condição estrutural de países pouco industrializados, como os países latino-americanos, cria um descompasso entre os padrões de consumo e os métodos produtivos. Tendo em vista que o capitalismo possibilita o próprio subdesenvolvimento, já que não integra e tampouco precisa integrar todos na divisão social do trabalho, obviamente o fenômeno do subdesenvolvimento é estritamente funcional para o próprio desenvolvimento.

Frantz Fanon, ao analisar a colonização do continente africano, percebeu a formação da identidade colonial, a qual usaremos para elucidar a violenta colonização latina. Diz o autor: “Desde o seu nascimento, está claro para ele [o colonizado] que esse mundo encolhido, semeado de interdições, só pode ser questionado pela violência absoluta” (FANON, 2005, p. 53). Na obra *Os condenados da Terra*, Fanon constrói uma perspectiva exclusiva acerca da colonização africana. Para isso, é atribuída à violência a relação de poder, os papéis centrais para se entender colonização. Esse fato nos faz perceber que não há um sistema colonial que não tenha usado a violência como mediação para as relações.

É válido lembrar que a colonização no continente ocorreu de forma violenta e furtiva tanto no que diz respeito à territorialidade quanto à própria identidade que correspondia a esse território. Assim, a crescente violência imperialista posta pelo continente europeu entre os séculos XVI e XIX gerou ações práticas políticas de ambos os lados: de guerrilhas a meras reflexões intelectuais de estratégia de dominação, a consequência dessas medidas reflete uma identidade nacional fraca de “segunda classe”. Como afirma Jessé Souza (2003), uma “subcidadania”, nesse caso, dos povos tradicionais em meio à modernidade periférica, lugar esse que foi colocado e assumido por negros, mestiços, indígenas e por minorias étnicas do povo latino.

Os países periféricos tornaram-se, em razão das relações desiguais, produtores de bens primários, agrícolas e minerais, todos fornecidos por uma demanda internacional de pouca dinâmica. Nesse aspecto, o Estado se apropria dos interesses privados e centraliza-se. No cenário pós-guerra e durante o regime soviético, a intervenção estatal foi efetivada. A centralidade do Estado fundava-se em razões

históricas e, principalmente, sociais, vinculadas à própria teoria do Desenvolvimento. No caso brasileiro, essa modalidade de intervenção estatal em favor da industrialização somente seria possível com o apoio nacional via “substituição de importação”. Dessa forma, o resultado da estagnação é oriundo, sobretudo, do processo inicial de indústrias simples, para, depois, alcançar as indústrias de bens de capital de matérias-primas intermediárias. (FURTADO, 1961).

Em meio a esse processo problemático, a sociedade nacional se forma de modo contraditório, com variadas divergências internas (IANNI, 1988). Na tentativa falha de se evitar a eminente estagnação do processo de industrialização, o Brasil apenas incorporou a saída do limbo em um dualismo social e inflacionário. Partindo de todo o exposto, o presente trabalho busca compreender os processos que formaram o país em meio à subalternidade e à dominação, bem como a formação do seu Estado Nacional em meio ao processo colonial.

## Metodologia

O entendimento geral que orienta a discussão do debate nos permite conceituar os traços que irão aderir à concepção do desenvolvimento brasileiro. Para tanto, e a fim de alcançar os objetivos proposto, a pesquisa tem caráter bibliográfico e foi orientada em três etapas.

Primeiramente, e como parte do referencial teórico, o levantamento bibliográfico relacionado ao tema, bem como a sua categorização; no segundo passo, foram elencados, a partir da obra dos autores escolhidos como base teórica, os eixos fundantes, os quais originaram os processos mais marcantes e decisivos para a formação do Estado Nacional da América Latina, no caso específico brasileiro; por último, a análise desse material bibliográfico, na intenção de construir uma trajetória histórica e crítica a esses processos.

## Resultado e discussões

*Até que os leões tenham seus próprios historiadores,  
as histórias de caçadas continuarão glorificando o caçador.*  
(GALEANO, 1997, p. 115)

O maior exemplo latino-americano, segundo Nibert Lecner (1993), é o fato de a democracia não garantir o desenvolvimento

econômico e, tampouco, poder ser considerada um pré-requisito. Partindo desse pressuposto, o grande resultado dos processos que compuseram a subalternidade do continente é um desenvolvimento para dentro e fragmentado.

A fundação desses Estados eleva a uma condição de poder pessoal, que permeia as estruturas de uma sociedade que já nasce falida, orientada pelo patriarcado e pela escravidão. O Brasil vive ciclos de exploração que nada rende ao desenvolvimento social; ao contrário, apenas eleva a distância entre as camadas sociais em meio à concentração de renda. Essa constituição do poder pessoal no Brasil leva-nos a uma contraditória faceta que irá corresponder a grandes problemas futuros. Historicamente, após a existência dos senhores de terra, da mão de obra escrava, da burocracia e do patrimonialismo, chega a revolução burguesa, que vai transformando de forma lenta a sociedade brasileira para os confins do capitalismo. Como pano de fundo, havia entraves fortíssimos, como a instauração da democracia sob a hegemonia da burguesia. Hoje, é perceptível que a contribuição para o não avanço da democracia real no Brasil foi o patrimonialismo, que não permitia a diferenciação entre esfera pública e privada.

Os processos que dão os moldes subalternos para o Brasil são diversos, e estão semeados em processos interdependentes, como a criação de formas de dominação patrimonial para a manutenção das estruturas de poder. Inevitavelmente, há conflitos regionais (exemplo: Guerra de Canudos), que caracterizam as várias tentativas de criação de uma nação díspar e fragmentada, ou seja, em praticamente todo território latino, o poder se concentrou nas oligarquias (IANNI, 1988). Embora, os processos de construção e consolidação sejam inconclusos, as lacunas abertas deixadas pela dominação cria uma unidade nacional, atravessada pelas desigualdades sociais, raciais e culturais. Dessa forma, a diversidade latina esconde a desigualdade, ou ao menos tenta.

Nesses entraves, as desigualdades locais se recriam nos blocos de poder: governo, regime, Estado. Eles apontam para o que se denomina, aqui, uma *Nação de Mercado*, montada sob os princípios da burguesia e em cima de três grandes eventos não isolados: democracia racial, ou o seu mito; questões indígena e quilombola; e a perda forçada da identidade dos povos, causando desigualdade, blocos de poder e hierarquias sociais, provocando formas compulsórias

de trabalho. Inicialmente, essas formas de trabalho diziam respeito a terra, com a apropriação de latifúndios, se modernizando com as novas formas de acumulação capitalista e subalternidade.

Octavio Ianni (1985) sinaliza que a sociedade brasileira viveu uma época razoável de progresso democrático de 1945 até 1964, com instituições políticas e judiciárias reaproveitadas da Ditadura do Estado Novo (1937-45), as quais favoreciam uma democracia sob a luz da burguesia, razoavelmente autoritária. A princípio, as manifestações de cunho antidemocrático que iam contra as atividades sociais, políticas e culturais desenvolvidas por operários urbanos, camponeses, empregados, funcionários, intelectuais e estudantes implicavam o progresso democrático e circulavam desde a cassação de registros de partidos comunistas – a título de conhecimento, em 1947, o governo de Eurico Gaspar Dutra, pós-segunda era Vargas, cassou o registro do Partido Comunista do Brasil e o mandato dos seus deputados e vereadores eleitos – até violenta repressão de greves e outras manifestações, feitas principalmente pelos operários. Assim, não é à toa que o Brasil, a cada dia, fortalecia ainda mais o poder da sua grande burguesia industrial associada ao capital imperialista e atendia às imposições postas pelo capital internacional.

No entanto, não podemos cometer o equívoco de olhar esses eventos históricos do Brasil como fatos isolados de uma política vigente da época, uma vez que não são, como insistimos no decorrer do trabalho, oriundos senão de um plano total de um continente que nem chegou a se formar como economia nacional. Mesmo após mais de 100 anos da maioria desses processos, convivemos com classes senhoriais e subalternidade. Assim, se no processo colonizador o Brasil e a América Latina fundaram suas identidades nacionais, forçadas em meio a todos os entraves já expostos, hoje sobrevivemos com todas essas expressões entranhadas nas estruturas da sociedade.

## Considerações finais

A partir do que expõe Machado (1999), desde o século XIX, o próprio sistema político implementado dentro das nações hegemônicas impôs um modelo de exploração em nome do liberalismo, que começou a submeter a participação do capital estrangeiro nas economias periféricas. A partir da internacionalização do Estado e do próprio setor privado – utilizando-se de estratégias que permitiam,

primeiramente, a formação de uma dependência para anteceder o subdesenvolvimento –, o deslocamento de produção e mão de obra para esses países bloqueavam quaisquer resquícios de crescimento, seja nas economias periféricas ou nas economias emergentes.

Esses processos culminaram na formação de países com características de acumulação do excedente econômico, relação de trocas desiguais, endividamento externo, má distribuição de renda e criação de excedentes improdutivos para o consumo. Portanto, antecedente a essa fase do subdesenvolvimento há a dependência, a concentração de capital e a sua acumulação.

Um dos resultados dos longos e duros processos históricos e sociais é o contínuo “sangramento” do capitalismo e um cenário violento que segue um modelo, de subalternidade e dominação.

## Referências bibliográficas

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

\_\_\_\_\_. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: L&P, 1997, p. 15.

\_\_\_\_\_. **Formação econômica do Brasil**. 24 ed. São Paulo: Nacional, 1991.

IANNI, O. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. **A questão nacional da América Latina**. Estudos Avançados, v. 2 n. 1, 1988.

LECHNER, Nobert. **Estado, mercado e desenvolvimento na América Latina**. Lua Nova. São Paulo, n. 28/29, 1993, p. 237-248.

MACHADO, Luiz Toledo. **A teoria de dependência na América Latina**. 1999, vol.13, p. 199-215.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: , 2003.

# Movimentos sociais, cidadania e desafios contemporâneos

Hérika Cardoso da Silva<sup>1</sup>

Gimima Beatriz Melo da Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** os movimentos sociais sempre estiveram presentes na história. Suas ações resultaram em conflitos que geraram mudanças sociais e congregaram indivíduos em prol da efetividade da cidadania; logo, inerente a ambos é a ideia de participação: o atuar e o agir com a finalidade de construção de um destino próprio. Justifica-se este estudo pela importância que esses fenômenos têm enquanto componentes inclusivos de agentes construtores na permanente constituição de uma nova ordem mundial. O objetivo geral compreende analisar os movimentos sociais e a cidadania diante dos desafios contemporâneos. Nos objetivos específicos se pretende: entender os fenômenos estudados; apresentar seus avanços ao longo dos tempos, considerando os desafios contemporâneos; mostrar o impacto social dos movimentos sociais e da cidadania na atualidade, de modo que se justifique a existência dos fenômenos e suas ações no futuro. Trata-se de pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa a partir de informações coletadas, sistematizadas e objetivadas para a análise do conteúdo. Os resultados evidenciam: a relevância do nexo entre os temas em virtude das complexidades conceituais e sociais do momento; os desafios contemporâneos como elementos que subsidiam constantes estudos na compreensão do cenário nacional atual; os avanços quanto à contribuição no legado histórico e na conquista de direitos; os impactos sociais na vida das pessoas, inserindo-as no contexto de cidadão participativo; justificativas para a existência desses movimentos no tocante à continuidade de suas averiguações para que o resultado de suas ações seja compreendido não só

---

<sup>1</sup> Mestranda vinculada ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas - PPGICH/UEA. Ingresso 2019. E-mail: herika264@gmail.com

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH/UEA. Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: gbeatriz2008@hotmail.com

cientificamente, mas diante de uma coletividade esclarecida dos efeitos de sua efetiva participação.

**Palavras-chave:** movimentos sociais; cidadania; participação

## Introdução

Muitos estudiosos consideram os movimentos sociais e a cidadania fenômenos essenciais a serem compreendidos, pois suas fontes e elementos ocasionam participação ativa, inovações e transformações sociais (GOHN, 2011). Esses elementos se concatenam à medida que congregam indivíduos em prol de objetivos em comum, sobretudo, no que tange ao grau de intervenção dos sujeitos no usufruto de seus espaços e na manifestação em poder nele intervir e transformá-lo. Nessa congruência, justifica-se a pesquisa em razão da importância que os movimentos sociais e a cidadania têm enquanto componentes inclusivos de agentes construtores na permanente constituição de uma nova ordem mundial e diante dos desafios de uma sociedade moderna, que se encontra progressivamente permeada pela complexidade do mundo moderno e globalizado. Torna-se importante ressaltar que não é proposta deste resumo buscar a definição ou propor um modelo analítico sobre movimentos sociais e cidadania. O que se pretende aqui é colocar em evidência algumas questões, entendimentos e conceitos, visando a considerar um repertório, a fim de construir caminhos para análises futuras e melhor compreensão do cenário nacional atual. Dessa forma, o objetivo geral deste artigo é analisar os movimentos sociais e a cidadania diante dos desafios contemporâneos, a partir de uma revisão bibliográfica. Quanto aos objetivos específicos se pretende: entender o fenômeno estudado; apresentar o avanço dos movimentos sociais ao longo dos tempos, considerando os desafios contemporâneos; mostrar o impacto social dos movimentos sociais na atualidade, de modo que se justifique a existência do fenômeno e suas ações no futuro.

## Metodologia

O estudo seguiu a linha de pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, fundamentado em revisão bibliográfica. A compreensão do fenômeno estudado se deu a partir de dados e de informações coletadas, sistematizadas e objetivadas para a análise do conteúdo.

Nesse sentido, foi utilizada a “Análise de Conteúdo” como método para organização e interpretação dos dados (BARDIN, 2010), que consistiram na comparação das teorias diante do objeto investigado. Sob esse prisma, Demo (2011) considera que, ao definir a maneira de coletar os dados sobre determinado fenômeno, são estabelecidos os contornos e as definições com a intenção de encontrar a “verdade” sobre a inquietação inicial da pesquisa. Por fim, Minayo (2010) entende que essa prática contribui para a produção de modelos teóricos com elevada aplicabilidade.

## Resultados e discussão

Indubitavelmente, o avanço dos movimentos sociais e da cidadania passa pelas transformações do mundo que ocasionaram vários desdobramentos em diversas temáticas. Não obstante, esses temas têm sido alvo constante de estudos, sobretudo, no campo analítico, o que, de certa forma, vem alterando as formas de interpretação e produção. Nessa vertente complexa e desafiadora, no decorrer dos tempos até a contemporaneidade, pesquisadores vêm propondo diálogos e integração entre os distintos enfoques teóricos. No entanto, há várias abordagens consideradas de difícil comparação. Muito embora vários autores tentem isolar alguns aspectos empíricos dos fenômenos coletivos, a cada análise, são acentuados elementos diferentes, restando clara a dificuldade em comparar as definições (MELUCCI, 1989). Os desafios contemporâneos perpassam, também, pela observação de condutas coletivas diante das crises ou das formas de evolução de um sistema. Esse sistema é, por vezes, antagônico e intensamente marcado por protestos, manifestações populares ou quaisquer eventos caracterizados pela presença de multidões nas ruas e nos espaços públicos, independentemente da ideologia e da capacidade de criar mudanças na sociedade.

Assim, cabe aqui uma reflexão sobre algumas distinções teóricas, uma vez que, para Touraine (2006), não se deve aplicar a noção de movimentos sociais a qualquer tipo de ação coletiva, conflito ou iniciativa política. Para o autor, o movimento social é a combinação de um conflito com um adversário social organizado, com referência comum dos dois adversários a um mecanismo cultural, sem o qual eles não se enfrentariam. Nessa lógica, sabe-se, também, que a cidadania se estende no sentido passivo e ativo; no entanto, para

que a cidadania seja plena, ela não pode ser passiva, ou seja, deve ser ativa, pois se trata de um processo ativo (GOHN, 2013). Essas dualidades e/ou distinções variadas continuam passíveis de alterações e se tornam crescentes à medida que suas observações se encontram justapostas a uma série de informações e/ou desinformações. Essas são características de uma sociedade contemporânea, em que a velocidade da informação impacta na qualidade, sobretudo, das diferenças existentes no âmbito da teoria e da prática nas diversas áreas de estudo. Considera-se, portanto, que, embora exista certa dificuldade de definição entre esses elementos, torna-se imperativo, também, averiguá-los a partir da ação coletiva, pois a relação entre eles reflete seus atos e efeitos; ou seja, ao longo da história, os movimentos sociais mobilizaram sujeitos socioculturais que incidem, especialmente nos anos mais recentes, na configuração do espaço público para o efetivo exercício da cidadania. Em face do exposto, significativo neste estudo é a correlação de ambos os conceitos a partir das apreciações de suas formas analíticas no decurso da história, que se configuram patentes nos dias de hoje. Assim, com o passar dos tempos, a aproximação conceitual entre os termos se torna notória e indissociável quanto à participação efetiva de seus autores na busca por direitos e por políticas que afetam-nos diretamente. Portanto, a argumentação da estrutura de suas bases teóricas diante dos desafios contemporâneos passa a ser mais que um exercício preliminar, tornando-se um requisito para o entendimento satisfatório, de modo que se justifique a existência dele no cenário contemporâneo. Dessa forma, é imprescindível compreender como esses movimentos são constituídos e como sobrevivem no tempo em relação aos seus contextos, uma vez que suas ações deixam um impacto social vinculado a legados de conquistas de direitos que, por vezes, culminam na formulação de políticas públicas em várias áreas. Esses feitos, por sua vez, justificariam a necessidade da existência desses movimentos que se ladeiam da modernização, estimulando inovações e impulsionando reformas.

## Conclusões

O estudo analisa a relevância do nexo entre movimentos diante das complexidades do mundo contemporâneo; entende os desafios postos como elementos que subsidiam constantes estudos para a

melhor compreensão do cenário nacional atual; apresenta os avanços desses movimentos na contribuição de um legado histórico na conquista de direitos; mostra que os impactos sociais de ambos estão ligados à modificação da realidade das pessoas, inserindo-as no contexto de cidadão e possibilitando a criação de políticas públicas; justifica a existência desses movimentos no tocante à continuidade de suas averiguações diante das distinções e contribuições para que o resultado de suas ações seja compreendido não só cientificamente, mas por uma coletividade esclarecida dos efeitos de sua efetiva participação.

## Referências bibliográficas

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004. Apêndices termo de consentimento livre e esclarecido, 1, 2010.

DEMO, Pedro. **Definindo conhecimento científico**. In. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 47, maio/ago, 2011.

\_\_\_\_\_. **Desafios dos movimentos sociais hoje no Brasil / Challenges of social movements in Brazil today**. Brasília. V. 15, n. 33, p. 261-384, jul. / dez. 2013.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?** Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451989000200004>>. Acesso em 6 jun. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

TOURAINÉ, Alain. **Na fronteira dos movimentos sociais**. Sociedade e Estado. Brasília, v. 21, n.1, p. 17-28, jan./abr. 2006.

# Grupo de Trabalho 2

## PAISAGENS, VESTÍGIOS: AMAZÔNIA DO PASSADO E DO PRESENTE

---

*Coordenador:*

*José Camilo Ramos de Souza (CESP/UEA)*

*Local:*

*Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP)*

**Resumo:** este GT nasce das pesquisas e discussões desenvolvidas no âmbito do Grupo de Pesquisas em Educação, Patrimônio, Arqueometria e Ambiente na Amazônia (GEPIA), articulando a multidisciplinaridade. O objetivo é compreender o ambiente amazônico e a atuação humana neste espaço, transformando, ressignificando e registrando os vestígios arqueológicos na paisagem e as recorrências de fixação dos grupos humanos em espaços geográficos tanto no período pré-colonial como nos dias de hoje, que elegem as áreas ribeirinhas dos rios, as proximidades com nascentes de água, ricas em frutos e pescados, como locais estratégicos para fixação e cultivo agrícola. Serão bem-vindos trabalhos que discutam a presença humana no passado e no presente na Amazônia, os vestígios e as significações do ambiente, da paisagem, dos resquícios arqueológicos, assim como abordagens sobre fontes para a história da Amazônia que se apresentem sobre e/ou sob o solo, a floresta, as curvas dos rios ao longo do território amazônico e que tenham significado para os grupos passados, como suas ressignificações na atualidade.

# A cidade de Manaus nas artes visuais de Sérgio Cardoso

Mariene Mendonça de Freitas<sup>1</sup>

**Resumo:** esta pesquisa objetivou analisar a configuração visual em que se apresenta a cidade de Manaus na obra artística *Khaopolisnow*, do dramaturgo e artista visual amazonense Sérgio Cardoso, e tem como temática a cidade de Manaus, sendo esta um elemento recorrente na poética do artista.

Na primeira parte do trabalho, trazemos como suporte teórico uma discussão acerca do conceito de cidade e de estrutura sociocultural ao longo do seu processo histórico. A segunda parte consiste em um breve levantamento acerca do percurso histórico da cidade de Manaus e, por fim, fazemos uma análise visual da obra de Sérgio Cardoso, acima citado. Assim, apontamos as correlações existentes entre a obra *Khaopolisnow* e Manaus. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, que se utilizou da pesquisa documental como instrumentação técnica em seu percurso investigativo. A presente análise justifica-se na contribuição para a compreensão da arte amazônica bem como os entrelaçamentos existentes entre a obra de arte e o contexto sociocultural do artista.

**Palavras-chave:** Manaus; artes visuais; Sérgio Cardoso

## Introdução

Esta pesquisa abordou a forma como o dramaturgo e artista visual amazonense Sérgio Cardoso contextualiza, em sua obra artística, a cidade de Manaus, a partir da análise visual de *Khaopolisnow*. A obra fez parte da exposição *Oh, city, stages*, realizada em Manaus, na Galeria de Artes do Instituto Cultural Brasil/Estados Unidos (ICBEU), no ano de 2013.

A partir da contextualização dos conceitos de cidade e de visualidade, que tocam o tema em questão, buscamos como objetivo

---

<sup>1</sup> Mestranda no programa de pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – UFAM, professora do curso de Licenciatura em Arte Visuais – UFAM/ICSEZ.

principal deste trabalho destacar a maneira como o artista Sérgio Cardoso vê a cidade de Manaus e a configura visualmente na obra em questão. A obra *Khaopolisnow* é uma arte visual do tipo intermídia, técnica que mistura em seu processo de criação a pintura, a fotografia digital e a instalação artística. Constitui-se de uma tríade de unidades de pintura em tinta acrílica sobre papel e, ainda, dez impressões digitais sobre PVC, as quais compõem a instalação artística. A obra em questão foi exposta ao público no ano de 2013, tendo composto a exposição individual do artista intitulada *Oh, City Stages*. Nesse trabalho, buscamos como objetivo delinear a subjetividade artística de Sérgio Cardoso a partir da análise visual de sua obra, que, de forma recorrente, tem pensado a cidade de Manaus como um dos principais temas para suas obras em artes visuais.

## As cidades: formação e transformação ao longo da história

Há, no passado animal, uma primeira ligação com a permanência, o que viria a favorecer a convivência coletiva em determinado espaço e lugar, sendo esse um fator que traz função à formação de uma cidade. O homem contemporâneo, todavia, apresenta-se habituado à configuração estrutural da cidade, sendo costume pensá-la sob a forma de muralha, ou, ainda, de planta baixa, propensa à escavação e ao reconhecimento pelos arqueólogos (MUNFORD, 2004, p.9). Porém, antes de tudo, a cidade sob o signo pelo qual hoje concebemo-na, passou pelo estágio de apresentar-se como uma pequena povoação, o santuário de uma aldeia, esconderijo, caverna ou simples amontoados de pedras. A territorialidade, caractere da evolução animal, que requer a melhor reprodução e variabilidade genética, seria o antecedente remoto que levou à primitiva aldeia, considerada a infância das cidades.

Os mortos do paleolítico foram os primeiros a ter uma moradia fixa Munford (2004, p.12). As construções funerárias, em cavernas, templos ou mesmo as localizadas nas pedras faziam com que os vivos retornassem a tais locais. Nesse contexto, a cidade dos mortos seria anterior à cidade dos vivos, sendo, portanto, de certo modo, o núcleo de toda e qualquer cidade.

O papel da mulher – que teve articulação central na economia e na formação das aldeias (MUNFORD, 2004, p.17), – e a nova inte-

ração sexual experienciada – que viria a permitir cada vez mais o aumento e o contato entre os grupos humanos, possibilitando uma organização social em aldeias e posteriormente colônias – são nuances deste processo de formação das cidades. Ao longo da história, as cidades passaram por um processo de mudança, desenvolveram-se e tornaram-se cada vez mais populosas e numerosas. Nas primeiras cidades, o comércio foi um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento, como explica Benevolo (1997, p. 26).

As cidades não são apenas espaços de imóveis e ruas; as tradições religiosas e demais manifestações de seus habitantes fazem parte dela. As práticas culturais dos grupos que vivem e formam o seu grupo social constituem uma espécie de ecologia humana (VELHO, 2009, p. 30) no ambiente da cidade.

A colonização da Amazônia e a origem de Manaus remontam ao século XVII. Conforme Freire (1990, p. 32), o Governo do Estado do Maranhão e Grão-Pará precisava construir fortalezas para proteger a região de invasões estrangeiras. Assim, um desses fortes recebeu o nome de São José da Barra do Rio Negro, o qual, posteriormente, deu origem à cidade de Manaus, nome dado em homenagem aos índios Manaós que habitavam a região. Muitos índios já habitavam esse território, como os Tarumã, Manaó, Baré, Mura, sendo os primeiros habitantes de onde hoje é a cidade de Manaus. Entre essas tribos ocorria uma intensa troca comercial.

O fato de ser bastante povoado pelos indígenas, o local atraiu a atenção dos portugueses (FREIRE, 1990, p. 38). Em 1751, em razão da posição geográfica privilegiada, Manuel da Gama Lobo D’Almada transferiu a sede do governo de Mariuá para o então lugar da Barra, que começa a se desenvolver, abrindo comércios e serviços públicos, como um hospital e uma delegacia. Em 1883, o lugar da Barra elevou-se à categoria de Vila, mudando o nome para Vila de Manaós, tornando-se, ainda, a capital da comarca do Alto Rio Negro. Nessa época, as características da cultura europeia, principalmente na arquitetura da cidade, eram já marcantes.

Em 1856, a Barra do Rio Negro passou a se chamar cidade de Manaus. Alguns costumes dos habitantes foram proibidos por lei (MESQUITA, 1999, p. 29), a fim de que seguissem as concepções de civilidade dos europeus e de seus descendentes que habitavam a cidade.

Manaus é uma cidade de ambiente natural, com vegetação típica tropical e cortada de igarapés, que, ao longo do tempo, passou e ainda passa por diversas transformações de ordem urbana e socio-cultural, o que veio a transformar sua paisagem.

## Resultados e Discussões

Como vimos, a cidade passa por transformações ao longo do tempo, tanto com relação à sua estrutura como na cultura estabelecida em seu ambiente. A arquitetura, a arte, a culinária, o lazer são elementos inerentes à cidade, e dela carregam características e subjetividades. Uma obra de arte tem uma mensagem a passar ao público, que vai interpretá-la ou decodificá-la de acordo com suas referências culturais e visuais. O trabalho artístico surge do imaginário do artista, que certamente foi influenciado por aspectos singulares existentes no seu meio e personificados em sua obra, por meio de elementos visuais (ARNHEIM, 2003, p. 13).

Na obra analisada, o artista expressa visualmente o aspecto urbano da cidade de Manaus, bem como o elemento natural “rio”, que a entrecorta. As obras do artista em questão estão voltadas para o caos em que a cidade se encontra segundo sua visão. A denúncia social é característica comum e constante em seus trabalhos, assim como a própria cidade que, para Cardoso, ultrapassa o sentido de referência para criação artística, tornando-se a própria obra de arte, por ser um palco: “Todos somos personagens no palco de todos os lugares”.

## Conclusões

As pinturas mostram a cidade vista de cima em plena madrugada, como imagens de um satélite. “As pinturas postas de modo cinético representam as plantas urbanas vistas do alto, além de seus traçados monolíneos cromáticos que os atos aéreos propiciam ao olhar animado no ato criativo na madrugada” (CARDOSO, 2013). O processo ocorre de forma abstrata, mas também faz referência a características locais da região, como os rios. “As pinturas abstracionam ruas e os planos codificados dos trânsitos e moradias, os rios passam no meio e os pontos indicam as vidas expressas” (CARDOSO, 2013). Na tríade de pinturas em acrílico, há três principais

elementos na composição visual, sendo eles: o ponto, a linha e a cor.

## Referências bibliográficas

ARGAN, Giulio Carlo. **Clássico anti-clássico: o Renascimento de Brunelleschi a Bruegel**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ARNHEIM, Rudolf. **Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criadora**. 13 ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

BENEVOLO, Leonard. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

DONDIS, Donis A. **Sintaxe da linguagem visual**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

# Grupo de Trabalho 3

## RELIGIÕES, FESTAS, FOLCLORE E CULTURA POPULAR NO NORTE DO BRASIL

---

*Coordenador:*

*Diego Omar da Silveira (CESP/UEA)*

*Local:*

*Escola Superior de Artes e Turismo (ESAT/UEA)*

**Resumo:** os estudos recentes sobre a formação do pensamento social na Amazônia trouxeram à tona a necessidade de revisitar criticamente os clássicos e reavivaram, conseqüentemente, o interesse por temas como religiões, festas, folclore e cultura popular na região Norte, que, no passado, tinham sido temas de eruditos e intelectuais, que propuseram, em suas etnografias e ensaios, modelos interpretativos que viriam a se tornar canônicos. Há algumas décadas, a validade explicativa desses trabalhos vem sendo questionada, adensada mais recentemente com a expansão e interiorização da universidade, a sistematização de novas fontes e a emergência de novos sujeitos/protagonistas das pesquisas. Este Grupo de Trabalho se coloca como um espaço para divulgação de trabalhos monográficos ou de reflexões teórico-metodológicas que explorem a relação entre as religiões/ religiosidades e as manifestações culturais na Amazônia, em especial as festas e o folclore. Também acolherá propostas que versem sobre aspectos pontuais de uma dessas áreas isoladamente ou que analise as formas pelas quais essas instâncias da vida aparecem na literatura. Trata-se de uma proposta aberta a diálogos interpoli-transdisciplinares, que aceita estudos que partam da Geografia, História, Antropologia, Sociologia, Teologia e do campo das Letras e Artes. Nosso objetivo é aprofundar, na medida do possível, as relações existentes entre a pesquisa, as práticas e as representações sociais, o que significa apontar para a função social da ciência na conformação de uma sociedade mais democrática, onde diferentes manifestações identitárias possam conviver legítima e pacificamente no espaço público.

# De pés descalços: promessas a São Sebastião na cidade de Manaus

**Raimunda Nonata Nunes da Silva<sup>1</sup>**

**Resumo:** Este resumo explora, por meio de um estudo etnográfico, a devoção, o festejar e o pagamento das promessas a São Sebastião em Manaus, Amazonas. O objetivo é destacar os ritos que manifestam a devoção, sobretudo em seus aspectos de testemunhos dos “pés descalços”, que dão margem à reelaboração da identidade social do Santo, de modo a aproximá-lo de Oxossi, traduzindo a diversidade religiosa no catolicismo popular. O estudo justifica-se em mostrar de forma viva e íntima a vinculação entre o devoto e o santo. Embora esse tema já tenha sido debatido, ainda é merecedor de reflexão e permite criar novas controvérsias e conversas. Vivido o campo, os passos seguintes foram a busca da compreensão antropológica e histórica, o que foi feito simultaneamente pelo cruzamento dos dados obtidos no campo e nas bibliografias. Nas análises, os discursos presentes que compõem a procissão foram problematizados, demonstrando que, pelos caminhos devocionais, a prática das promessas tem a capacidade de mobilizar e reunir um grande número de devotos. Esses discursos podem, ainda, se desdobrar em inúmeras manifestações de ações votivas. Os resultados apontam as expressões de religiosidade, que fazem parte do sistema de vida de um grupo que, no campo religioso, envolve, além da crença, um conjunto de práticas comportamentais coletivas.

**Palavras-chave:** devoção; procissão; etnografia; antropologia

## Introdução

A devoção é o sentimento religioso dedicado a Deus e aos santos. É o sentimento que move o crente a demonstrar, em atos e ações

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Antropologia Social – PPGAS-Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Antropologia Social – PPGAS-Universidade Federal do Amazonas. Socióloga com registro nº 0000101- AM. Atuando principalmente nos seguintes temas: Antropologia da Religião, Urbana e Visual. Diretora/Atriz Teatral, registro nº 0000074. E-mail: nonatansilva@hotmail.com.

de especial veneração, sua disposição afetiva de adoração, utilizando-se das promessas como objeto de agradecimento a ser oferecido aos santos (GUTILLA, 2006). Nesse contexto, apresentamos um desdobramento a partir de uma investigação realizada sobre as festividades de São Sebastião na cidade de Manaus, revelando o presente/passado, desse ato de religiosidade. Diante desse cenário, justificamos a pesquisa em reconhecer as referências culturais locais, por meio da imagem representativa dos devotos de pés descalços no ato da procissão. Dessa forma, podemos considerar que o hábito religioso da gratidão e da oferta diante de uma graça alcançada aos santos pode se caracterizar como uma troca de favores com o divino ou com o espaço sagrado (MAUSS, 2003).

O quadro teórico e as reflexões antropológicas sobre o campo e a metodologia utilizada são os principais guias, ambos entrelaçados e apoiando-se mutuamente em um aporte teórico-conceitual (DA MATTA, 1991; ELIADE, 1992; FERRETI, 1995; GEERTZ, 1989; GURAN, 1996; GUTILLA, 2006; MAUSS, 2003; SANCHIS, 1994; Silva (2003); Silva (2005).

Além do viés etnográfico, aliado à linguagem da antropologia visual para efetivação dos objetivos elencados, é fundamental compreender as concepções que orientam essas devoções e explicitar as promessas, que ganham maior relevância durante a procissão de São Sebastião.

## Metodologia

O presente trabalho foi elaborado em várias fases, no qual a primeira delas consistiu na pré-seleção de textos sobre o tema proposto, ou seja, a história de São Sebastião, a construção da igreja em Manaus. Na segunda fase, ocorre a pesquisa de campo, em que foram realizadas entrevistas informais, observação participante, filmagens e fotografias. A imagem é um testemunho antropológico e tem papel agregador de significados, formas, comportamentos no cotidiano da sociedade (GURAN, 1996). No estudo de caso sob uma perspectiva etnográfica, mostrou-se a abordagem metodológica mais adequada para a realização da mesma. Contudo, os temas devoção, procissão e promessas são bastante amplos, por isso optamos em fazer um recorte em nossa pesquisa, elegendo como objeto de estudo a Devoção a São Sebastião em Manaus. Partindo de questões

referentes à religiosidade e a suas formas de expressão seus símbolos e valores instituídos, já que o homem se esforça em imitar e se aproximar dos deuses (ELIADE, 1992).

## Resultados e discussão

São Sebastião é considerado protetor da humanidade contra a fome, a peste, a guerra e os inimigos da religião. É um dos santos mais populares da Igreja Católica no Brasil e também tem grande influência no Candomblé e na Umbanda, em que recebe o nome de Oxóssi. De acordo com o quadro de sincretismos do antropólogo Wagner Gonçalves da Silva, Oxóssi é sincretizado com diferentes santos em regiões distintas do Brasil. É simbolizado pela cor verde na Umbanda, e pela cor azul clara no Candomblé, podendo ser representado ainda pela cor prateada. Por isso, é muito festejado nessas vertentes como o Santo Guerreiro, recebendo muitas e merecidas homenagens.



Fonte: São Sebastião – Manaus (SILVA, 2019).



Fonte: Oxóssi (Terreiro Mártir São Sebastião).

Esse fenômeno é considerado, em geral e subjetivamente, como “mistura”, embora não haja um consenso, como afirma Ferretti (1995). Nos chamados terreiros, os “pais de santos”, juntamente com os “filhos”, cantam, dançam, se alimentam e bebem ao ritmo de cantorias, em eventos que costumam entrar pela madrugada, sempre com muito respeito e muita alegria. Outro elemento importante a ser destacado são os significados expressos pela coletividade na festa ao Santo, que justifica essa saída do tempo habitual. Inclusi-

ve, o caso em exame representa uma situação ritual de cunho lúdico, festivo, na qual a exaltação coletiva cria um ambiente quente, acolhedor e familiar, em uma “relação igualitária” (MATTA, 1991; SILVA, 2003). A presença do devoto na procissão, além de ser um compromisso com a religião e um sinal de devoção, é também a possibilidade de sociabilidade e solidariedade. Para os sujeitos ouvidos na presente pesquisa, principalmente os “pés descalços”, esse é o tempo do arrependimento, da possibilidade de se purgar dos pecados ou pagar uma promessa recebida, ou seja, é o momento íntimo entre o fiel movido pela fé, e o santo São Sebastião/Oxóssi é um símbolo sagrado que “sintetiza um ethos”, conforme afirma o antropólogo Clifford Geertz.



Fonte: Promesseiras na Procissão (SILVA, 2019).



Fonte: Promesseiro (SILVA, 2019).

Em face das diferentes experiências observadas de apropriação do sagrado que hoje se apresentam com grande visibilidade – e entendendo a religião como uma das formas de percepção do mundo –, tornou-se oportuna essa discussão reflexiva sobre a prática do catolicismo do popular e seus novos elementos. Diante dos resultados, fica claro que o ser humano acredita e tem fé na realização dos seus desejos a partir da existência de uma entidade espiritual. Sendo assim, ele cultua e transmite essa crença para as novas gerações.

## Conclusões

Diante do exposto, percebe-se que a pluralidade religiosa é um traço constitutivo na configuração do catolicismo popular, um modo de alargar as possibilidades de proteção que o homem sempre necessita, ou seja, na fala de Pierre Sanchis, “há religiões demais nesta religião”. Essas percepções serviram como porta de acesso a um corredor com dezenas de outras portas cujas chaves serão desdobramentos de futuras pesquisas, para esclarecer as significações e apropriações dos universos simbólicos entre sagrado e profano, entre a obrigação e a devoção. Ao final do processo de pesquisa, conclui-se que a expansão dos elementos que foram levantados vieram certamente promover uma “mobilização do olhar” em favor da compreensão do mosaico religioso em que consiste esse panorama da Devoção, abrindo uma infinidade de possibilidades de registros e análises antropológicas, que possibilitem novos diálogos.

## Referências bibliográficas

- DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.
- ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. Tradução Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992. FERRETTI, Sérgio Figueiredo. **Repensando o sincretismo**. São Paulo: Universidade de São Paulo. **São Luís, FAPEMA, 1995**.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- GURAN, Milton. **Fotografia e pesquisa antropológica**. Caderno de Textos: Antropologia Visual, Rio de Janeiro, 1996.
- GUTILLA, Rodolfo. **Casa do santo e o santo da casa**. São Paulo: Landi, 2006.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Rio de Janeiro: Cosacnaify, 2003.
- SANCHIS, Pierre. **O repto pentecostal à cultura católico-brasileira**. Revista de Antropologia. São Paulo: USP. V. 37, 147-181, 1994.
- SILVA, S. A. da. **Virgem/Mãe/Terra: festas e tradições bolivianas na metrópole**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2003.
- SILVA, Vagner G. **Candomblé e Umbanda: caminhos da devoção brasileira**. 2 ed. São Paulo: Selo Negro, 2005.

# O processo de legitimação dos Bois-Bumbás de Parintins: das ruas à institucionalização

David Wilson Pires Dagnaisser<sup>1</sup>

Edilza Laray de Jesus<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo busca, a partir de fatos históricos descritos acerca dos bois-bumbás de Parintins, relacioná-los com a literatura analisada na pós-graduação, com enfoque na obra de Robert Avé-Lallemant e sua descrição contida em *Viagem pelo Norte do Brasil*, bem como *O magnífico Folclore de Parintins*, do parintinense Tonzinho Saunier. As referidas obras serão aqui trabalhadas a fim de dar luz ao processo de legitimação, ocorrido em Parintins, por meio da institucionalização dos bois-bumbás Garantido e Caprichoso. Tais figuras deixaram as ruas e passaram a se apresentar em arena própria, conquistando um festival que, originalmente, não era feito para eles ou somente por eles. O evento tinha a participação das quadrilhas juninas, que foram perdendo foco e dando espaço para o crescimento dos bois-bumbás e sua tomada de poder, passando a protagonistas do espetáculo.

**Palavras-chave:** legitimação; cultura popular; boi-bumbá

## Introdução

A festa de boi-bumbá, hoje intrinsecamente ligada à identidade do povo parintinense<sup>3</sup>, passou, no decorrer de sua história, por altos e baixos, das ruas à arena, de uma inocente brincadeira desinteressada até uma das maiores festas culturais competitivas a céu aberto do mundo.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas na Universidade do Estado do Amazonas e bolsista CAPES. E-mail: daviddagnaisser@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) e professora efetiva da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: ejesus@uea.edu.br.

<sup>3</sup> Parintinense refere-se a toda pessoa natural da cidade de Parintins localizada no estado do Amazonas e que tem por capital a cidade de Manaus.

Essa história, por muitos desconhecida, está cheia de fatos que nos revelam um pouco mais sobre seu passado e sobre seu processo de legitimação, quando o referido evento, formalmente, deixou de ser realizado nas ruas, à margem, e passou a ser apresentado em local específico, conhecido localmente por “Bumbódromo”<sup>4</sup>.

O trabalho tem como base não somente a história, a origem e a difusão do boi-bumbá na pequena ilha parintinense, mas, também, o processo de institucionalização, percebido aqui como legitimação, na qual os bois-bumbás Garantido e Caprichoso, antes concebidos e realizados por famílias comuns da cidade nas ruas de Parintins, passaram a estar sob o poder e domínio do estado.

Desse modo, objetiva-se aqui adentrar o universo das festas populares em Parintins, mais especificamente no que diz respeito aos bois-bumbás Caprichoso e Garantido, buscando evidenciar fatores pelos quais perpassam os bois-bumbás em si e a beleza das festas apresentadas, trazendo à luz fatos históricos que possam corroborar com o argumento de legitimação. Neste trabalho, é dada voz a pessoas que fazem parte do movimento, como os descendentes dos fundadores dos bois Garantido e Caprichoso, elucidando e contando suas versões sobre assuntos como território, pertencimento, entre outros.

## Metodologia

O presente estudo, de cunho qualitativo, buscou adentrar o universo dos bois-bumbás de Parintins Caprichoso e Garantido, por meio de pesquisa documental, na qual foram catalogados arquivos digitais e impressos, acerca do histórico dos bois-bumbás.

O trabalho tem embasamento em obras pioneiras que narravam sobre os bois-bumbás na Amazônia – já em meados do século XIX – como: Robert Avé-Lallemant, um dos pioneiros a descrever sobre a manifestação cultural no Norte do país, em sua obra *Viagem pelo Norte do Brasil*, 1859; e escritores parintinenses, como Tonzinho Saunier, em *O magnífico folclore de Parintins*.

Vale ressaltar que o presente estudo faz parte de um processo em construção (dissertação de Mestrado) e que há, ainda, uma infinidade de elementos a serem explorados e trabalhados no decorrer do ano de 2019.

<sup>4</sup> Bumbódromo é uma grande arena construída em Parintins pelo Governo do Estado, em 1988, com capacidade para 12,2 mil pessoas.

## Fundamentação teórica

Como mencionado anteriormente, este estudo embasa-se primariamente em obras pioneiras, como a de Robert Avé-Lallemant, um dos primeiros a descrever sobre a manifestação cultural no Norte do país, em a *Viagem pelo Norte do Brasil*, 1859; além de escritores parintinenses, como Tonzinho Saunier, em *O magnífico folclore de Parintins*.

Verifica-se, aqui, o desejo de corroborar com o processo de legitimação dos bois-bumbás Garantido e Caprichoso, quando tais figuras se institucionalizaram e deixaram as ruas para se apresentar em uma arena própria. Deu-se, assim, ênfase ao discurso de pessoas diretamente ligadas à história dessas personagens, como os descendentes dos fundadores dos bois-bumbás Caprichoso e Garantido.

A “legitimação” aqui pontuada encontra amparo nas palavras de Carvalho (2017), ao citar Thompson, pois esse entendia que relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem representadas como legítimas, ou seja, como justas e dignas de apoio, como é o caso dos defensores da existência de uma “alta cultura”.

Lallemant (1980), em sua obra, discorre a respeito do uso de versos na manifestação folclórica presenciada por ele. O autor escreve com precisão de detalhes o que seria o sofrimento, não só do boi de pano folclórico ali desfalecido, mas das pessoas que faziam parte do espetáculo dramático.

Enquanto o coro acompanha o compasso do batuque, entoando uma espécie de *bocca chiusa* monótona, o pajé, o feiticeiro, avança em passo de dança para o seu par e canta: “O boi é muito bravo. Precisa amansá-lo [...]. Por fim, o boi fica manso, quieto, absorto, desanimado, cai por terra, e no mesmo instante tudo silencia. Reina em volta um silêncio da morte! Que aconteceu ao boi? Está morrendo ou já está morto, o bom boi, que ainda há pouco representava tão bem seu papel? Chamam depressa outro pajé para socorrê-lo [...]. Este começa a cantar diante do boi uma melodia muito sentida, que porém não produz efeito. O boi não se mexe. Ensaia uma melodia esconjuratória ainda mais eficaz, mas em vão; o boi imóvel! [...] o boi está morto. (LALLEMANT, 1980, p.107)

Com o objetivo de enfatizar a origem dos bois-bumbás Garantido e Caprichoso, encontramos apoio em diversos autores, com destaque para Braga (2002):

Deve-se observar que as versões sobre o surgimento dos bois-bumbás Garantido e Caprichoso fazem menção a uma promessa feita a São João por um dono ou amo de boi, com a finalidade de receber uma graça, no caso em função de doença – de que foi acometido Lindolfo Monteverde – ou para alcançar êxito na nova terra, como acontecera aos irmãos Cid. (BRAGA 2002, p. 354).

Assim, este trabalho também se propõe a dar voz a pessoas diretamente ligadas à história dos bois-bumbás de Parintins, como Dé Monteverde, neto de Lindolfo Monteverde, que afirma que, quando criança, seu avô insistia para que sua família ajudassem-no a levar para a rua a brincadeira de boi, porém sem sucesso: “Começou com um boi forjado em Curuatá (casca que envolve o cacho dos frutos da palmeira inajá), já era mais do que sólida apenas pela paixão de Lindolfo pela arte. Mas se fortaleceu de vez na promessa que ele fez a São João Batista” (Acrítica, 2013).

## Resultados

Os resultados preliminares mostraram que, a partir do momento em que os bois-bumbás deixaram as ruas e foram se apresentar em arena própria, as personagens ganharam destaque e, conseqüentemente, apoio midiático e reconhecimento pela população. Por fim, caíram nas graças dos agentes de poder (estado, prefeitura e patrocinadores), tornando-se o cartão de visitas da região para quem ouve falar de “Parintins a terra do boi-bumbá”.

## Conclusão

Conclui-se, portanto, que a “brincadeira” que teve origem pautada na simplicidade das ruas, completamente desprendida de quaisquer anseios por capital financeiro, hoje se encontra institucionalizada por agentes do poder social (o estado), e completamente readequada aos padrões midiáticos que fizeram-na conhecida. Este é o resultado de um processo que culminou na institucionalização

da mencionada “brincadeira”.

Fica claro que o boi-bumbá não se tornou menos folclórico ou menos cultural por transformar-se ao longo de sua história. Porém, sua institucionalização marcou o fim de uma era, um ponto de mudança crucial entre uma brincadeira para algo padronizado, como as competições nas arenas. É notório, também, que a rivalidade arraigada nos indivíduos que fazem parte desse pedaço de cultura levaram a figura do boi-bumbá ao sucesso e à consagração que hoje se verifica.

## Referências bibliográficas

ACRÍTICA. **Boi de promessa: Garantido nasceu da teimosia de Lindolfo Monteverde**. Disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/especiais-3b7127e7-0b22-4a69-b4a5-7fecfe9c0f00/news/boi-de-promessa-garantido-nasceu-da-teimosia-de-lindolfo-monteverde/>>. Acesso em 20 nov. 2018.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo Norte do Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.

BRAGA, Sérgio Ivan Gil. **Os bois-bumbás de Parintins**. Rio de Janeiro: FUNARTE/EDUA, 2002.

CARVALHO, Beatriz Sequeira de. **O processo de legitimação cultural das histórias em quadrinhos**. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde31102017123128/publico/BEATRIZSEQUEIRADECARVALHOVC.pdf>>. Acesso em 15 maio 2019.

# A estrutura organizacional na segurança pública do Amazonas

Lilian Barbosa Vieira<sup>1</sup>

Maxwell Marques Mesquita<sup>2</sup>

**Resumo:** o presente trabalho tem como objetivo abordar a estrutura organizacional na segurança pública. Nesta abordagem, observou-se a contribuição de uma estrutura organizacional para a compreensão do fenômeno acerca das organizações da segurança. Tais processos necessitam de uma implementação, para que possam atuar em consonância com as premissas de uma administração pública voltada para o atendimento à população e dentro dos parâmetros democráticos, tendo em vista as tendências preconizadas pelas ciências administrativas. Dessa forma, as condições para instrumentalizar propostas para melhoria de atuação das organizações na segurança pública revela a atualidade do debate e a riqueza do campo de análise para a administração. Dos resultados, foram elaborados, a partir da argumentação teórica pertinente ao tema: a estruturação institucional; a teoria institucional; a teoria institucional na segurança pública; e os fenômenos organizacionais e sua contribuição para o fenômeno da segurança pública. Portanto, este estudo tem como objetivo oferecer o aprofundamento de uma abordagem teórica da estrutura de instrumentos organizacionais que poderiam ser utilizados na formatação de avanços do sistema da segurança pública. Notadamente, tal instituição é voltada para atuação em um ambiente complexo – ao lidar com o fenômeno da violência e da criminalidade –, necessitando de uma atuação flexível. Ela também utiliza-se de recursos de inteligência e de qualidade no atendimento dispensado à comunidade, sem a manutenção dos estereótipos vigentes. A importância e a profundidade das questões de segurança pública exigem maior interação com as ciências administrativas, visando à elaboração de estratégias preventivas para a ação no combate à criminalidade.

**Palavras-chave:** estrutura organizacional; segurança pública; institucionalização; Amazonas

---

<sup>1</sup> Especialista em Administração Estratégica. E-mail: lbvieira6@hotmail.com.

<sup>2</sup> Mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: maxwell\_mesquita@hotmail.com.

# 1 Introdução

Em parte, a estrutura organizacional refere-se à distribuição das pessoas nos níveis organizacionais, que influenciam seus respectivos papéis, a partir da divisão do trabalho e dos variados níveis hierárquicos. Sua amplitude abrange as estruturas tradicionais ou mecânicas e também as estruturas modernas ou orgânicas, de modo não restritivo, com ênfase nas pessoas e nas complexas inter-relações existentes.

A necessidade de transformação da administração pública deverá ter foco nos resultados e na efetividade dos serviços públicos, a partir de mecanismos de descentralização de poder e autoridade aos gestores, bem como na divisão e na planificação das organizações, de modo que ocorra a real aproximação entre o Estado e o cidadão usuário.

É possível observar, assim, que algumas estruturas organizacionais resistem às mudanças e têm dificuldades de internalizar as novas regras democráticas aos seus sistemas, sendo estes um dos maiores obstáculos para construir um sistema de segurança pública que atenda, de fato, o interesse público (KWEN, 2013, p. 15).

Diferentes posições políticas e institucionais interagem para que a segurança pública não esteja em torno de uma única definição conceitual e imersa em um campo de disputas. Trata-se menos de um conceito teórico e mais de um campo empírico e organizacional que estrutura instituições e relações sociais em torno da forma como o Estado administra a segurança pública (LIMA, 2014, p. 82).

A metodologia do estudo vem principiar o quadro teórico com a revisão bibliográfica e elaborar um panorama mais amplo das diversas maneiras como o tema tem sido tratado. Para chegar à sua maneira específica, a combinação precisa de perspectivas e conceitos (TEIXEIRA, 2005, p. 47).

## 2 Argumentação teórica

### 2.1 A estruturação institucional

Segundo DiMaggio Powell (2005, p. 3), o processo de estruturação institucional consiste em quatro elementos. Um aumento na amplitude da interação entre as organizações no campo; o surgimento de estruturas de dominação e padrões de coalizões interorganizacionais claramente definidos – um aumento na carga de

informação com a qual as organizações dentro de um campo devem lidar e o desenvolvimento de uma conscientização mútua entre os participantes de um grupo de organizações de que estão envolvidos em um negócio comum.

Existe variabilidade na medida e na taxa em que as organizações em certo campo se transformam, a fim de se tornarem mais parecidas com as organizações de seu tipo. Algumas organizações respondem rapidamente a pressões externas; outras se transformam somente após um longo período de resistência.

Segundo DiMaggio Powell (2005, p. 11), nas implicações para a teoria social, as sociedades abrangem instituições que se entrosam confortavelmente em função de interesses como eficiência, interesses relacionados ao sistema de valor dominante ou, na versão marxista, interesses capitalistas. As organizações, ao contrário, ou são anarquias ou federações compostas de partes frouxamente acopladas ou constituem agentes à procura de autonomia, trabalhando sob formidáveis restrições, como racionalidade limitada, metas incertas ou contestadas e tecnologias ambíguas.

Embora questione a oposição entre o velho e o novo institucionalismo, em texto recente Silva; Fonseca; Crubellate (2010, p. 85) apud Misoczky (2003, p. 158), afirmam que o novo institucionalismo sugere que as preferências individuais e categorias básicas do pensamento, como ação social, Estado e cidadania, são moldadas por forças institucionais. Os autores enfatizam, ainda, os modos como a ação é estruturada e a ordem tornada possível por meio de sistemas de regras compartilhadas, que limitam a inclinação e a capacidade dos autores de aperfeiçoamento.

Os referidos autores abordam que a estrutura formal é institucionalizada tanto de dentro como de fora da organização, e que esses dois fluxos, se vislumbrados como momentos distintos e não simultâneos, podem não coincidir, seja nas suas dimensões aparentes ou operacionais, seja no seu significado.

## **2.2 Teoria institucional na segurança pública**

Para Fonseca; Pereira; Gonçalves (2015, p. 405), na administração pública burocrática, as principais preocupações em matéria de governança eram aquelas ligadas à ordem social e à eficácia administrativa. No que se refere à nova gestão pública, supõe-se que a es-

tabilidade política e a eficácia do Estado na aplicação da Lei tenham sido razoavelmente alcançadas. As maiores preocupações políticas são, agora, aquelas que dizem respeito à responsabilização democrática e à eficiência administrativa, ou seja, transpor para os serviços públicos a eficiência econômica que os mercados asseguram à produção de bens e serviços.

O Sistema de Administração Pública consiste nos diferentes segmentos organizacionais e tendem a agir segundo lógicas distintas e, muitas vezes, conflitantes, em função da inserção institucional que desfrutam. Disputas por espaços de poder são recorrentes, além da competição por recursos escassos (CRUZ; BARBOSA; QUEIROZ, 2004, p. 214).

### **2.3 Fenômenos organizacionais e sua contribuição na segurança pública**

Fonseca; Pereira; Gonçalves (2015, p. 402) citam que as organizações de segurança pública dos Estados-membros do Brasil, por serem essencialmente burocráticas, valorizam o uso de normas, regras e regulamentos, que se tornam mais importantes do que os objetivos para cuja consecução foi criada para contribuir. Essa excessiva normatização faz com que os órgãos mencionados se tornem muito rígidos e passem a ter dificuldades em lidar com os cidadãos-usuários e demais aspectos do contexto ambiental.

É por meio da legitimação que a ordem institucional ganha validade cognoscitiva, atribuindo dignidade normativa a seus imperativos práticos. Nas palavras de ROSSONI (2016, p. 112), “a legitimação não apenas diz ao indivíduo por que deve realizar uma ação e não outra, diz-lhe por que as coisas são o que são”.

Conforme afirmação de Cruz Barbosa (2002, p. 47), no período contemporâneo, acredita-se que as estruturas das organizações devam ser transformadas, a partir da descentralização de poder para a “ponta da linha”, da delegação de autoridade para os gestores locais organizacionais com a redução de níveis hierárquicos, propostas estas apresentadas pelos defensores do modelo gerencial.

## **3 Considerações finais**

As organizações são caracterizadas como burocráticas, com hierarquia, disciplina, autoridade, regras, carteira, divisão do tra-

balho, estabilidade, conforme preconizado pelo alemão Max Weber no início do século XX. Assim, as organizações também são locais de ação social, com abertura a conhecimentos de disciplinas formais e explicitadas, além de temas que permeiam o tecido social, e apresentam interpretações distintas entre as normas e suas práticas.

De modo geral tem-se concebido a reorganização da estrutura do setor de segurança pública a partir da desconcentração de autoridade para o âmbito local, em suas respectivas áreas de gestão, o que é pontuado como condição suficiente. Em todo o mundo, as organizações públicas estão se dividindo em unidades menores e independentes, substituindo a tradicional hierarquia burocrática, tendência esta que parece ser irreversível, e a principal mudança talvez se refira ao convencimento de que as burocracias públicas não são eficazes.

#### 4 Referências bibliográficas

COSTA, Arthur Trindade Maranhão; LIMA, Renato Sérgio de. Segurança pública. In LIMA, Renato Sérgio de; RAJTON, José Luiz AZEVEDO, Rodrigo Ghiringelli de. **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves da; BARBOSA, Allan Claudius Queiroz. **Análise Institucional da Segurança Pública: um Caso de polícia no Brasil**. Rio de Janeiro: Rev ANPAD, 2004. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/le-nanpad>>. Acesso em 14 dez. 2017.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. **A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais**. EUA RAE, v. 45, n° 2, abr./jun, 2005.

FONSECA, Jeferson A.; PEREIRA, Luciano Z.; GONÇALVES, Carlos A. **Retórica na construção de realidades na segurança pública: abordagens dos sistemas de Minas Gerais e São Paulo**. Rio de Janeiro: Rev. Adm. Pública, v. 49, n° 2, p. 395-422, mar./abr. 2015.

KWEN, Nara Josepin. **A segurança pública como um tema de desenvolvimento. um panorama sobre seus principais instrumentos institucionais**. São Paulo. Publicar Direito, 2013. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=b206b11178110930>>. Acesso em 16 dez. 2017.

PASTORAL CARCERÁRIA. aoeO:>

ROSSONI, Luciano. **O que é legitimidade organizacional?** Salvador: o & s. V. 23, n. 76, p. 110-129, jan./mar. 2016.

SILVA, Clóvis L. Machado da; FONSECA, Valéria Silva da; CRUBELLATE, João Marcelo. **Estrutura, agência e interpretação elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização**. Curitiba: RAC, art. 4, p. 77-107, Edição Especial 2010.

# Afinal, isso (não) é uma festa? Um olhar sobre A Marcha para Jesus no interior do Amazonas

**Diego Omar da Silveira<sup>1</sup>**

**Resumo:** as festas têm sido, ao longo dos séculos, uma marca do catolicismo. Herança ibérica profundamente arraigada no Brasil, conviveu relativamente bem com uma formação religiosa realizada sobre a hegemonia da igreja católica. No entanto, com a atual pluralização do campo religioso e com o crescimento expressivo dos evangélicos, as festas entram novamente em pauta, em que arranjos e adequações parecem estar em curso. E um deles é que, em oposição à exterioridade (festiva) católica, outras igrejas, grupos e movimentos religiosos têm criado formas de ocupar os espaços públicos nas mais variadas cidades do país, de modo que também suas performances (rituais) e demandas sejam apresentadas. A presente comunicação analisa brevemente esse conjunto de questões a partir da Marcha para Jesus. Trata-se de um evento realizado há mais de vinte anos e que se tornou um dos mais importantes eventos religiosos e midiáticos do Brasil. Todos os anos, o referido evento reúne milhões de evangélicos, de diferentes igrejas e confissões, que saem às ruas “em ato de louvor ao Senhor”. Atualmente, o movimento conta com um site institucional que registra sua realização em várias regiões. Partindo desses dados, buscamos apresentar o resultado de algumas etnografias realizadas durante as marchas em cidades do interior do estado do Amazonas, como Parintins, Maués e Boa Vista do Ramos. Também apresentamos brevemente alguns resultados de questionários aplicados durante esse evento em três anos consecutivos (2017, 2018 e 2019) e que nos permitem mapear opiniões e crenças participantes das Marchas.

**Palavras-chave:** Marcha para Jesus; opiniões; conservadorismo religioso; São Paulo; Maués

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor do curso de História no Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: diegomarhistoria@yahoo.com.br.

## Introdução

Essa comunicação nasce de um conjunto de inquietações que têm brotado nos últimos anos de envolvimento com diversas frentes de pesquisa, minhas e dos meus orientandos, sobre o processo de diversificação religiosa na região do médio-baixo Amazonas. Ao orientar trabalhos e conduzir investigações sobre festas e devoções católicas, sobre o crescimento evangélico e também sobre os bois-bumbás, nos deparamos com culturas políticas (e religiosas) em transformação. eu um dos aspectos que mais nos chama à atenção é o fato de que (neo)pentecostais de diferentes igrejas vêm aderindo, nos últimos anos, a alguns projetos de grandes lideranças religiosas, interiorizando formas próprias e novas formas de expressão das suas demandas no espaço público. Isso foi se tornando cada vez mais evidente na medida em que foi possível acompanhar, em três cidades do Amazonas, a Marcha para Jesus.

Do ponto de vista que aqui se pretende abordar, esse evento recoloca e ressignifica a relação entre festa e religião, ocupando o espaço público com estratégias ao mesmo tempo parecidas e dissonantes daquelas historicamente utilizadas pela igreja católica para legitimar-se como religião da maioria, ou, pelo menos, aquela que apresenta hegemonia e aceitação das elites.

Em seu texto publicado no início dos anos 2000, Gedeon Alencar considerava as marchas – que ainda não tinham se enraizado naquele momento como “carneval gospel” – como “a cara do neopentecostalismo moderno: desordenada, lúdica, diversificada, liberal nos costumes (bem ao contrário da ordenação do *Dia da Bíblia*), não precisa afirmar alguma coisa”. Um rito de reforço porque se “propõe à evangelização”, mas também de inversão, uma vez que nele cabem todas as pessoas, de diferentes igrejas, posturas, vestimentas (ALENCAR, 2005, p. 89). Ainda que permaneça válida em alguns aspectos, as análises desse autor têm sido retrabalhadas, detalhadas e suas hipóteses aprofundadas tanto em trabalhos de campo/etnografias (cf. MENDES, 2008; GOMES; DIDIER, 2011; SILVA; MÚSCARI, 2016) quanto em pesquisas que acompanham a evolução das marchas ao longo dos anos, as (in)constâncias no perfil dos participantes e seus impactos no meio evangélico brasileiro (GIUMBELLI, 2014).

De acordo com o site oficial do evento, que ganha novo layout a cada ano:

A Marcha para Jesus é um evento internacional e interdenominacional que ocorre anualmente em diversas nações. Nele, a Igreja tem a oportunidade de mostrar que não é restrita aos templos, mas viva e aberta para toda a sociedade. O que se vê todos os anos, na manifestação, são milhões de cristãos, de todas as idades, raças, nacionalidades e culturas, caminhando juntos. Roupas coloridas, bandeiras, faixas e outros adereços apenas complementam o principal: a radiante feição dos participantes por poderem manifestar publicamente sua fé. Durante o percurso, os fiéis são conduzidos por dezenas de trios elétricos, em uma caminhada marcada por louvores e orações. (<http://marchaparajesus.com.br/2019/historia-marcha>) Segundo consta desse portal:

O evento chegou ao Brasil em 1993 por uma iniciativa do Apóstolo Estevam Hernandes, líder da Igreja Renascer em Cristo e atual presidente da marcha no país. Naquele ano, os fiéis saíram da Avenida Paulista, cruzaram a Avenida Brigadeiro Luís Antônio e chegaram ao Vale do Anhangabaú para a grande concentração. Mais de 200 mil pessoas participaram da manifestação (idem)..

Atualmente, 27 anos depois, o evento conta com amparo legal: “faz parte do calendário oficial do país desde setembro de 2009, quando a Lei Federal 12.025 foi sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva” (idem). e, “em 18 de novembro de 2015, o então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, assinou o Projeto de Lei 729/2015, de autoria do deputado estadual Carlos Cezar, que institui o Dia da Marcha para Jesus no feriado de Corpus Christi” (idem)..O evento arrasta milhões de evangélicos em todo o país, não mais apenas nas capitais. Ainda de acordo com o site, “em 2018, apesar da greve, mais de seis mil caravanas de diversos estados brasileiros, incluindo Rio de Janeiro, Bahia, Piauí, Santa Catarina, Minas Gerais, Amazonas, Rondônia, Goiás, Rio Grande do Norte, Paraná e Rio Grande do Sul, marcaram presença na Marcha para Jesus. O evento também agregou as principais denominações do país, como: Igreja Apostólica Renascer em Cristo, Evangelho Quadrangular, Mundial do Poder de Deus, Igreja Bíblica da Paz, Sara Nossa Terra, Igreja Fonte de Vida, Assembleias de Deus (dos mais diversos ministérios), Igreja Plenitude do Trono de Deus, Igreja Bola de Neve, Ministério Voz da Verdade, Metodistas (do Brasil, Independentes, Wesleyanas e outras), Presbiterianas (das mais diversas correntes),

Universal do Reino de Deus, Comunhão Plena, Deus É Amor, O Brasil para Cristo e Aliança da Paz. Vieram também lideranças cristãs do México, Estados Unidos, Israel, Portugal, Chile, Bolívia, Argentina e de dezenas de países do continente africano (detalhes no site <http://marchaparajesus.com.br/2019>).

## Metodologia

Buscamos realizar nas abordagens do campo religioso um exercício de diversificação metodológica que seja condizente com uma leitura mais realista e rigorosa da realidade (cf. SILVEIRA; BIANCHEZZI; GLÓRIA, 2018), ao mesmo tempo dialogando com campos do conhecimento multirreferenciados teórica e metodologicamente, com as ciências da religião, por exemplo.

Especificamente nesta pesquisa, temos combinado o trabalho etnográfico (PEIRANO, 2014) – que nos permite acompanhar e registrar as Marchas em cada cidade (até o momento trabalhamos com Parintins, Maués e Boa Vista do Ramos) – com a aplicação de questionários sobre as sensibilidades religiosas e políticas dos frequentadores de cada evento. Assim, o referido questionário foi formatado a partir da pesquisa “Evangélicos, política e pensamento conservador”, dos pesquisadores do Grupo de Pesquisa MIRE – Mídia, Religião e Sociedade, de São Paulo.

Tomamos por base as indagações levantadas em 2016 para a Marcha para Jesus da cidade de São Paulo, com o intuito inicial de obter padrões comparativos, já que se tratava de realidades sociodemográficas muito distintas. No entanto, na medida em que temos replicado o mesmo questionário em cidades do médio-baixo Amazonas, também criamos possibilidades de compreender os diálogos que se estabelecem entre as lideranças evangélicas da região, bem como as (in)constâncias no perfil dos frequentadores.

## Resultados e discussão

Os resultados da aplicação dos questionários ainda estão sendo tabulados, de modo que ainda não foi possível produzir uma leitura mais consistente acerca de como pensam aqueles que marcham para Jesus no interior do Amazonas. Mas nossa aproximação com o evento, na função de observadores, já nos permite apontar para o fato de

que as marchas têm cada vez mais se padronizado (de acordo com o modelo fornecido pela marcha de São Paulo). Há um calendário implementado que, embora com dissonâncias, tem sido seguido, de modo que os eventos evangélicos em todo o país estejam próximos do Corpus Christi, quando católicos fazem procissões em vias públicas. Também o formato tem sido adequado, de forma a sequenciar uma concentração, caminhada ou passeata por ruas expressivas da cidade, shows de música gospel e cultos e louvores públicos em um palco em espaços centrais de cada cidade. Vale destacar, por fim, que em todos os casos que pudemos observar, estava clara uma articulação dos líderes evangélicos locais. Em alguns casos, a promoção da marcha cabe à associação local de pastores, em outros, isso acontece de forma mais espontânea. No entanto, todas apresentam mesma finalidade: afirmar uma identidade evangélica e, em regra, também sua expressão numérica em cada local.

O caráter festivo advém, muitas vezes, do encontro, da celebração e da comunhão de perspectivas. Também do fato de que durante os atos públicos se constituem no entorno de ambientes guarnecidos de alimentos, bebidas (não alcoólicas, no caso) e suvenires por ambulantes e fiéis, que buscam arrecadar fundos para os projetos de suas igrejas.

Não raramente, também estão presentes nas marchas os políticos alinhados às igrejas, o que as têm tornado um local de expressão das pautas políticas dos evangélicos. Nos últimos anos, essas pautas gravitam ao redor da defesa da família tradicional, da autoridade masculina, de um patriotismo de caráter religioso, da presença da Bíblia nas escolas e do combate a todas as pautas liberalizantes no campo dos costumes e da moral.

## Referências bibliográficas

- ALENCAR, Gedeon. **Protestantismo tupiniquim**: hipóteses sobre a (não) contribuição evangélica à cultura brasileira. São Paulo: Arte Editorial 2005.
- ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. In: **Cadernos Pagu**. Campinas: Unicamp, n. 50, 2017.
- GIUMBELLI, Emerson. **Símbolos religiosos em controvérsia**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.
- GOMES, Edlaine de Campos; DIDIER, Hugo. “Marcha para Jesus - Rio de Janeiro”. In: **Ponto Urbe** [Online]. São Paulo: USP, n. 8, 2011, posto online no dia 05 agosto 2014, consultado o 26 junho 2019.

MENDES, Napoleão Marcos de Moura. “Ritual, *communitas* e espetáculo religioso na Marcha para Jesus em Fortaleza – CE”. In: **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza: UFC, v. 39, n. 2, 2008.

MIRE. Mídia, Religião e Sociedade. **Evangélicos, política e pensamento conservador**. Pesquisa realizada em 26.05.2016 na Marcha para Jesus de São Paulo. Mimeo.

PAEGLE, Eduardo; KLUG, João. A Marcha para Jesus como rito de inversão: uma análise em Florianópolis. In: **Protestantismo em Revista**. São Leopoldo: EST, v. 21, jan.-abr. 2010.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: UFRGS, ano 20, n. 42, jul.-dez., 2014.

PONTES, Gabriel de Melo. O Gospel da Renascer em Cristo e a Marcha para Jesus: mídia e espetáculo. In: **Integratio**. Campinas: Faculdade Nazarena do Brasil, ano I, n. 1, 2015.

SANT'ANA, Raquel. O som da marcha: evangélicos e espaço público na Marcha para Jesus. In: **Religião & Sociedade**. Rio de Janeiro: ISER, v. 34, n. 2, dez. de 2014.

SILVA, Juliana Cristina Alves; MÚSCARI, Marcello. **Festividades combativas: etnografia dos eventos Marcha para Jesus e Parada do Orgulho LGBT na cidade de São Paulo**. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/pontourbe/3280>>. Acesso em 1 mai. 2019.

SILVEIRA, Diego Omar; BIANCHEZZI, Clarice; GLÓRIA, Cristian Sicsú. Diversificação metodológica nos estudos da religião no Amazonas: um inventário de possibilidades. In: SILVA, Rosângela Siqueira da; SILVEIRA, Diego Omar da (org.). **Interfaces contemporâneas entre religião e educação na Amazônia**. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

# Estrelas anônimas do festival, Boi-Bumbá Caprichoso

**Rendrick Gama de Azevedo<sup>1</sup>**

**Resumo:** o presente trabalho é resultado do esforço de elaborar um pré-projeto de pesquisa em história com a temática do boi-bumbá de Parintins. Mais especificamente, buscamos considerar as possibilidades de investigar trajetórias e significados das pessoas anônimas que fazem do Festival Folclórico de Parintins uma das mais importantes manifestações de cultura popular do país. Trata-se de um trabalho que ainda está sendo construído e que considera a perspectiva de uma história “vista de baixo”.

**Palavras-chave:** Parintins; festival folclórico; sujeitos

## Introdução

A escolha da temática se deu em função de observações acerca do Festival Folclórico em sete anos de vivências em Parintins. Foi possível notar, nesse tempo, que o discurso dos bumbás é direcionado à cultura popular, sendo uma festa do povo para e com o povo. Contudo, o povo que compõe esse cenário é anônimo, ou seja, sem rosto e, muitas vezes, sem qualquer expressão.

É sabido que parte da população, de fato se beneficia com a geração de empregos e renda nos dias da festa.. No entanto, o que se verifica em massa são pessoas sem o menor ganho financeiro, que ajudam todo o ano na produção do espetáculo e que ainda preservam os aspectos mais tradicionais do brincante – aquele que vive e se alegra com o boi.

Eventualmente, algumas lentes se voltam para essas pessoas, que enfrentam sol e chuva pelo seu bumbá, que vibram e choram, seja com a vitória ou a derrota de sua agremiação folclórica.

Outro aspecto que nos chama à atenção é que cada boi cons-

---

<sup>1</sup> Graduado em Artes Visuais na Universidade do Estado do Amazonas e graduando em História no Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: rendrick.gama.13@gmail.com.

trói, idealmente, seu reduto, sem que nenhum deles contemple os bairros periféricos, não considerados integrados, nem do lado azul da cidade (parte mais antiga e tradicional da cidade, em que estão a Francesa e o Palmares dos torcedores do boi Caprichoso) nem do lado vermelho (com São José – a baixa e São Benedito).

Por que esses indivíduos sem grande visibilidade, apesar de não serem reconhecidos, permanecem no ambiente em torno do festival? O que motiva a construção de identidade como torcedor “apaixonado” pelo boi? O que os leva a engajarem-se em algumas atividades fundamentais na produção do espetáculo, como participação na galera, na marujada ou como voluntários nos galpões e na movimentação dos módulos até a arena?

Busca-se, nesta pesquisa, promover uma análise reflexiva sobre como esses indivíduos anônimos veem sua participação na realização do Festival Folclórico de Parintins. Também pretende-se, aqui, identificar o discurso de pertencimento cultural e social promovido pelo boi-bumbá Caprichoso em relação a esses indivíduos anônimos e constatar como, muitas vezes, esse acaba sendo um espaço de sociabilidade fundamental na construção da autoimagem desses sujeitos e dos seus grupos.

## Metodologia

Inicialmente, será realizado um levantamento bibliográfico sobre os bumbás em textos teóricos que se alinhem à perspectiva da “história vista de baixo” e “história das pessoas comuns”. Em um segundo momento, selecionaremos alguns indivíduos de diferentes segmentos do boi Caprichoso que atuam em coletivos fundamentais à construção e à realização do espetáculo de arena, ou seja, sujeitos que participam de forma voluntária da festa e, preferencialmente, provenientes de bairros periféricos da cidade ainda a serem selecionados.

Nossa ideia é trabalhar com a construção de vídeo-histórias, na perspectiva descrita por Ana Maria Mauad (2006), que é quando se contempla, em uma execução videográfica, um argumento construído com base na pesquisa histórica. Para tal, serão realizadas entrevistas que não apenas serão elencadas em um artigo acadêmico, mas que farão parte de um pequeno documentário, que busca interlocuções mais dinâmicas com a sociedade local ao mesmo tempo em

que se torna ele próprio fonte de análise e inspiração para outras pesquisas sobre o tema.

## Questões norteadoras e principais discussões

As principais questões norteadoras são então: a compreensão das formas de engajamento de uma multidão de protagonistas anônimos na realização do festival e a forma como esses indivíduos (e seus grupos) constroem laços identitários por meio da realização com o boi, de sua autoimagem como torcedor, marujeiro, dançarino etc.

Optamos por restringir a pesquisa a um dos bois, tendo em vista a quantidade de material a ser analisado, mas levando também em consideração a facilidade de acesso a diferentes instâncias do boi Caprichoso. Por isso, a pesquisa também contemplará alguns aspectos da história do boi azul e branco, bem como de sua ligação com sua torcida e suas bases mais tradicionais.

## Referências bibliográficas

- ASSAYAG, Simão. **Caprichoso**. O boi de Parintins. Manaus: Novo Tempo, 1997.
- BARROS, José D' Assunção. **O projeto de pesquisa em história**: da escolha do tema ao quadro teórico. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BRAGA, Sérgio Ivan Gil. Festas religiosas e populares na Amazônia. In: **Anais do VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra, 2004.
- BRAGA, Sérgio Ivan Gil. O Boi é bom para pensar: estruturas e história nos bois-bumbás de Parintins. In: **Somanlu**. Manaus: UFAM, v. 2. 2002.
- BURKE, Peter. **A escrita da história**: Novas Perspectivas. Trad. de Magda Lopez. São Paulo: Unesp, 1992.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. Rio de Janeiro: UFF/PPGH. s/d.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Festa na floresta: o boi-bumbá de Parintins**. Rio de Janeiro: Funarte, 2000.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. O boi-bumbá de Parintins, Amazonas: Breve história e etnografia da festa. In: **História, Ciência, Saúde**. v. VI, 1999. pp. 1009-1046.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- COMPLEXO CULTURAL DO BUMBA-MEU-BOI DO MARANHÃO. **Dossiê do registro do complexo cultural do bumba-meu-boi do Maranhão**. Instituto do Pa-

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. São Luiz: Iphan/MA, 2011.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** um conceito antropológico. 14 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

NOGUEIRA, Wilson. **Boi-bumbá:** imaginário e espetáculo na Amazônia. Manaus: Valer, 2014.

RODRIGUES, Allan. **Boi-Bumbá Evolução.** Manaus: Valer, 2006.

# As representações das religiões afro-brasileiras nas toadas dos Bois-Bumbás de Parintins (1990-2019)

Caroline dos Santos Bruce<sup>1</sup>

Diego Omar da Silveira<sup>2</sup>

Resumo: esta pesquisa tem como objetivo analisar as toadas dos bois-bumbás Caprichoso e Garantido entre os anos de 1990-2019, buscando evidenciar nelas as representações das religiões afro-brasileiras. Trata-se de uma forma de abordar a presença negra tanto na história da Amazônia quanto na de Parintins, bem como seus legados históricos e culturais e as formas pelas quais, contemporaneamente, essas raízes e as questões identitárias a elas relacionadas têm ganhado relevância.

**Palavras-chave:** religiões afro-brasileiras; toadas; boi-bumbá

## Delimitação do tema

O interesse de pesquisar como aparecem as representações e as simbologias das religiões de matriz africana no Festival Folclórico de Parintins advém de múltiplos questionamentos, dentre os quais o papel de coadjuvante, ao qual a cultura negra ficou submetida por muitos anos, na festa e na história dos bumbás. Pouco se falou sobre a importância dos negros para o desenvolvimento da cultura amazônica, uma vez que seus aspectos e peculiaridades não eram enfatizados ou eram mascarados, sem que se discutissem as questões étnicas no espetáculo de arena. O desconhecimento por parte da maioria das pessoas e certo desapareço por essas questões fizeram com que essa camada continuasse sendo marginalizada. Se o silen-

---

<sup>1</sup> Graduanda em História no Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: caroline.bruce1999@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor do curso de História no Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: diegomarhistoria@yahoo.com.br.

ciamento está em todas as culturas populares, o boi-bumbá não é uma exceção.

Muitas questões sociais e culturais eram deixadas de lado pelos compositores. Contudo, atualmente, percebe-se maior incorporação das religiões afro-brasileiras nas toadas. Com isso, surge o questionamento: a partir de que momento houve maior reflexão em torno dessas questões e de como começaram a ser valorizadas entre as pessoas que projetam o boi na arena? Há muitos pontos que ainda precisam ser pensados e discutidos para que as religiões afro-brasileiras sejam mais bem compreendidas. As toadas foram escolhidas para ser os objetos de análise, em razão de regerem o espetáculo dos bumbás e representarem as mais variadas identidades.

Assim sendo, este trabalho busca analisar essas representações nas toadas dos bois-bumbás em suas mais variadas formas, durante os anos de 1990 a 2019, buscando sempre refletir sobre essas mudanças ocorridas e também sobre a visibilidade dessas religiões, muitas vezes mal interpretadas por aqueles que assistem à festa.

## Justificativa

Esta pesquisa, então, propõe analisar como essas mudanças nas toadas (o ritmo do festival) impactaram no imaginário parintinense, seja dos compositores ou brincantes, de forma a reorganizar a forma como as pessoas viam/veem as religiões afro-brasileiras. Por meio da análise das letras e dos ritmos/melodias, almejamos perceber como os bumbás foram buscando referências nas concepções e práticas religiosas para construir representações culturais.

A pesquisa poderá servir de ponto de partida para futuros debates mais amplos e complexos sobre as particularidades da cultura negra dentro do Festival Folclórico de Parintins, em especial suas peculiaridades estéticas e as fontes nas quais os artistas buscam tais elementos.

## Objetivo geral

Analisar as representações das religiões afro-brasileiras nas toadas dos bois-bumbás de Parintins entre os anos de 1990 a 2019.

## Objetivos específicos

- Refletir sobre os aspectos afroreligiosos que são mais comumente elencados nas toadas ao longo desses anos, bem como eventuais variações.
- Construir um corpus de entrevistas com alguns dos responsáveis pela composição e pelo Conselho/Comissão de artes do bumbás, que constroem os repertórios dos bois.
- Analisar de modo comparativo os elementos afroreligiosos que têm sido trabalhados nos bois Caprichoso e Garantido.

## Referencial teórico

O ponto de partida teórico para esta pesquisa foi texto *Danças e andanças de negros na Amazônia: por onde anda o filho de Catirina?*, de autoria de Sergio Ivan Gil Braga (2011). O texto constitui parte do livro *Fim do Silêncio*, de organização de Patrícia Melo Sampaio. Dentre as discussões que o texto apresenta, está o silenciamento que a cultura negra enfrenta na história amazônica, inclusive entre as manifestações populares, aí incluído o boi-bumbá. Nessa perspectiva, Braga menciona que “é provável que muitos eventos realizados ainda hoje encubram de forma inadvertida, sob o signo do folclore, de hibridismos culturais, uma estética negra ainda não visível para quem não se dispõe a olhar para ver o que se esconde por de trás de tais expressões culturais” (2011, p. 158).

A música, não somente no boi-bumbá, mas dentre as diversas manifestações populares presentes na Amazônia, é muito importante para essa análise, pois permite, na perspectiva de Braga (2011), a identificação da presença negra (cultural e religiosa) nessas manifestações, por meio de um traço duradouro: seus instrumentos e sonoridades, “posto que dos tambores são produzidos os toques e temporalidades necessárias para os ritos festivos”. O filho perdido de Catirina e Pai Francisco, um negro, representaria essa herança perdida que agora parece estar sendo recuperada.

Além disso, podemos inferir nesses movimentos impactos das Leis 10.639/03 e 11.645/08, bem como das discussões sobre políticas afirmativas levantadas nas duas últimas décadas. Elas recolocaram em cena não apenas o questionamento de nossa suposta democracia racial, mas também abriram caminhos para que se reavaliasse

a contribuição das culturas religiosas de matriz africana em nossa formação nacional, permitindo que grupos antes marginalizados ascendessem à cena pública.

## Metodologia

Nossa metodologia é baseada em pesquisa bibliográfica e em entrevistas. O primeiro momento da pesquisa consistirá em leitura de textos teóricos e da bibliografia sobre os bois-bumbás, que nos permitirão compreender a especificidade da cultura do boi-bumbá em Parintins e seus processos de atualização, assim como aprofundar o conhecimento sobre as diversas religiões afro-brasileiras presentes no Brasil.

Num segundo momento será feita a análise das fontes: letras e melodias das toadas dos bumbás, dos anos 1990 até 2019. A busca pelas letras será feita nos CD's disponibilizados ao público e nas plataformas digitais. Nas composições, se buscará encontrar como eram trabalhadas as representações das religiões afro-brasileiras ao longo desses anos pelos compositores, bem como elementos sonoros da cultura afro ou afrorreligiosa foram sendo incorporados pelos bois.

Ao longo da pesquisa, buscaremos realizar entrevistas com alguns compositores e membros do Conselho/Comissão de Arte dos bois. Essas entrevistas têm como finalidade dialogar com as pessoas que fazem parte da construção das letras das toadas, da pesquisa e da elaboração do boi de arena. Eventualmente, poderemos entrevistar lideranças dos cultos afro em Parintins ou especialistas nas temáticas abordadas na pesquisa.

Como se trata de uma pesquisa em construção – boa parte ainda por fazer – ainda não temos apontamentos conclusivos.

## Referências bibliográficas

- ASSAYAG, Simão. **Caprichoso**. O boi de Parintins. Manaus: Novo Tempo, 1997.
- BATALHA, Socorro de S. Festival Folclórico de Parintins: um estudo sobre a presença indígena na composição das toadas e a produção do cenário artístico apresentado no bumbódromo (1995-2010). In: **Somanlu**. Manaus: UFAM, n. 10, 2010. pp. 85-102.
- BRAGA, Sérgio Ivan Gil. Danças e andanças de negros na Amazônia: por onde anda o filho de Catirina? CNPq. In: SAMPAIO, Patrícia Melo (org.). **Fim do Silên-**

cio. Belém: Açai, 2011.

\_\_\_\_\_. Festas religiosas e populares na Amazônia. In: **Anais do VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra, 2004.

\_\_\_\_\_. O boi é bom para pensar: estruturas e história nos bois-bumbás de Parintins. In: **Somanlu**. Manaus: UFAM, v. 2. 2002.

\_\_\_\_\_. **Os bois-bumbás de Parintins**. Funarte. Rio de Janeiro: Universidade do Amazonas, 2002.

CARDOSO, Maria Celeste de Souza. **Cancioneiro das toadas do boi-bumbá de Parintins**. Dissertação (Mestrado em Letras e Artes). Manaus: UEA, 2013.

CARVALHO, Rui Manuel Senico. **Parintins: boi-bumbá e afirmação identitária**. Discurso, representações, sororidades e identidades no Amazonas contemporâneo. Campinas, 2014.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. O boi-bumbá de Parintins, Amazonas: breve história e etnografia da festa. In: **História, Ciência, Saúde**. v. VI, 1999. pp. 1009-1046.

\_\_\_\_\_. **Festa na floresta: o boi-bumbá de Parintins**. Rio de Janeiro: Funarte, 2000.

COMPLEXO CULTURAL DO BUMBA-MEU-BOI DO MARANHÃO. **Dossiê do registro do complexo cultural do bumba-meu-boi do Maranhão**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. São Luiz: Iphan/MA, 2011.

COSTA, Marcos Antônio Lima; FERNANDO, Adelson da Costa. A composição da toada na Amazônia e a festa de boi-bumbá: a poética do imaginário do compositor. In: **Revista Eletrônica Mutações**. Parintins: UFAM, 2013.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução: Renato Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIAS, Júlio Cezar. **De Parintins para o mundo ouvir: na cadência das toadas dos bois-bumbás Caprichoso e Garantido**. Rio de Janeiro: Litteris, 2005.

LETIZIA, Maria Eva. **Os enredos caboclos e nativistas nas toadas dos bois-bumbás Garantido e Caprichoso, heróis do Festival Folclórico de Parintins**. In: **Somanlu**, ano 3, 2003.

MONTEVERDE, Dé; MONTEVERDE, João Batista. **Boi Garantido de Lindolfo**. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2003.

NOGUEIRA, Wilson. **Boi-bumbá: imaginário e espetáculo na Amazônia**. Manaus: Valer, 2014.

RODRIGUES, Allan. **Boi-bumbá evolução**. Manaus: Valer, 2006.

SILVA, Dulcilândia Belém da. **A presença do léxico indígena nas toadas de boi-bumbá de Parintins**. Dissertação (mestrado em Letras e Artes). Manaus: UEA, 2015.

SILVA, Marivaldo Bentes da. Produção artística e movimentos sociais: a questão do índio e do meio ambiente nos domínios da festa do boi-bumbá de Parintins. In: **IV Encontro de História e Arte**. Unicamp, 2008.

VIEIRA FILHO, Raimundo Dejud. A festa de boi-bumbá em Parintins: tradição e identidade cultural. In: **Somanlu**. Manaus: UFAM, v. 2, 2002.

# Umbanda na visão dos pequenos: a significância das relações sociais para as crianças de um terreiro em Parintins-AM

Roberlan Melo da Silva<sup>1</sup>

Renner Douglas Gonçalves Dutra<sup>2</sup>

Clarice Bianchezzi<sup>3</sup>

**Resumo:** esta comunicação objetiva analisar a influência da religião umbandista e sua contribuição na formação da identidade das crianças inseridas no contexto sociorreligioso do terreiro de umbanda *Janaína e Ogum Beira-Mar*, em Parintins (AM), trazendo a concepção da criança em relação à religião. Assim, buscamos dar visibilidade à criança que convive no espaço umbandista, destacando a contribuição religiosa na sua formação enquanto sujeito social e agente histórico. Este estudo é de cunho qualitativo e possui a abordagem fenomenológica, tendo como base a pesquisa etnográfica, apropriando-se da observação participante para análise do contexto. A pesquisa evidenciou o modo como as crianças entendem a umbanda, a importância dos guias espirituais e os componentes do terreiro, como os atabaques, a figura da mãe e do pai-de-santo e a sua presença em família neste espaço onde também vive a fé religiosa. Observamos, para tal, como se constroem o afeto e a gratidão ao cuidado dos caboclos com a família dos pequenos e analisamos, também, a significância do espaço do terreiro e o modo como a criança nele se relaciona.

**Palavras-chave:** umbanda; religião; significância; crianças

---

<sup>1</sup> Graduado em Pedagogia no Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: roberlan90@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Educação e Ensino de Ciência na Amazônia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), onde é professor do Centro de Estudos Superiores de Parintins da Universidade (CESP). E-mail: rennergonalvesdutra@hotmail.com.

<sup>3</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutoranda em Antropologia/Arqueologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora do curso de História do Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Membro do grupo de pesquisa Centro de Estudos Políticos, Religião e Sociedade (CEPRES). E-mail: cbianchezzi@yahoo.com.br.

## Introdução

A pesquisa intitulada *Demografia, cartografia e história das religiões em Parintins: novas possibilidades para o estudo da diversidade religiosa na Amazônia* (BIANCHEZZI; SILVEIRA, 2015) destaca a relevância da descentralização de domínio da igreja católica na cidade de Parintins, sendo possível perceber outras manifestações religiosas que têm ganhado espaço neste município. A partir da inquietação levantada sobre a presença das crianças na religião umbanda e como elas entendem e refletem a sua vivência dentro dessa religião, buscamos analisar brevemente a influência umbandista e sua contribuição na formação da identidade infantil inserida em um contexto sociorreligioso.

Em relação à identificação acima mencionada, seguimos as ponderações de Kramer (2002): “com a preocupação de não revelar a identidade das crianças por se constituir em risco real”, tornando-se “necessário, em muitas situações, usar nomes fictícios”. As crianças escolheram seus próprios nomes fictícios em uma roda de conversa, sendo: Mariazinha (4 anos), Aninha (6 anos) e Flechinha (12 anos).

## Metodologia

A pesquisa desenvolvida foi de cunho qualitativo, tendo em vista que “as informações sobre a vida dos povos não podem ser quantificadas e precisam ser interpretadas de forma muito mais ampla que circunscrita ao simples dado objetivo” (TRIVIÑOS, 2008, p. 120). As relações vivenciadas foram analisadas e interpretadas tendo como base as relações sociais vividas dentro do terreiro. O tipo de abordagem foi fenomenológica, com vistas a captar “a essência da percepção, a essência da consciência [...] compreender o homem e o mundo a partir de sua facticidade” (cf. TRIVIÑOS, 2008, p. 43).

Para análise deste objeto, partimos dos princípios da pesquisa etnográfica que “consiste no levantamento de todos os dados possíveis sobre a sociedade em geral e na descrição, com a finalidade de conhecer melhor o estilo de vida ou a cultura específica de determinados grupos” (LAKATOS, 2010, p. 32). A observação foi participativa, na qual o pesquisador não fica passivo, se dispõe a viver/conviver no contexto observado (GIL, 2002).

**Também houve o cuidado de obter** a autorização dos pais e responsáveis para a participação das crianças nesta pesquisa, in-

clusivo quanto ao uso de suas imagens. A construção de dados teve como suporte as entrevistas semiestruturadas; para isso, utilizamos o gravador de voz como ferramenta.

## As relações sociais e religiosas no terreiro na visão dos pequenos

Na oficina de desenho realizada no terreiro *locus* da pesquisa, as crianças tiveram a oportunidade demonstrar a significância da umbanda em suas vidas. Assim, conferimos a importância de dar espaço para as crianças colocarem nos desenhos o que expressam nas palavras e o que elas significam subjetivamente sobre a vivência na religião. Os desenhos correspondem a elementos sociais de cada contexto no qual as crianças estão inseridas, variando de acordo com o espaço e o tempo, fazendo-se necessário considerar a cultura na expressão da realidade exterior (FILHO; PRADO, 2011).

O desenho de Mariazinha (Figura 01), nos chamou à atenção pelos traços simples, mas de expressiva significância para a criança.

**Figura 1: Representação dos brinquedos dos Erês**



Fonte: Melo, 2018.

O desenho nos mostra traçados com formas circulares em diversas cores. Por meio de traçados, a criança nos explicou, em poucas palavras, o significado de seu desenho. “É as bolas do Joãozinho, ele joga comigo” (Mariazinha, 2018). O desenho e sua explicação apresentam amplo significado, indicando algo que ocorre quando os erês “descem” no terreiro e brincam com as crianças com brinquedos diversos. As representações das crianças estão sempre inse-

ridas em estruturas sociais, em que a interpretação deve considerar todas as estruturas (SOARES, 2005).

O desenho seguinte, de Flechinha (12 anos), representa os guias incorporados nos médiuns e os atabaques – instrumentos usados na festividade religiosa no terreiro:

**Figura 2: Representação de alguns componentes do terreiro**



Fonte: Melo, 2018.

Flechinha explica seu desenho: “Aqui é o Milardison, a Ilci e o John. Aqui é a dona Mariana e o Marinheiro. A dona Mariana é a mãe daqui. Seu Marinheiro vem pra ajudar” (Flechinha, 2018). A hierarquia é representada no desenho por meio das figuras dos guias mentores e a significância da cabocla Mariana para a criança.

Durante o desenvolvimento da oficina, foi possível notar a importância da figura dos guias espirituais na vida das crianças. O desenho de Aninha (06 anos) se refere à cabocla Mariana é semelhante à escultura encontrada no terreiro. Aninha explica: Essa é Dona Mariana, isso aqui é um peixe e isso na mão é um arpão”.

**Figura 3: Representação da Cabocla Mariana**



Fonte: Melo, 2018.

“Eu gosto dela [...] ela fala pra eu tomar cuidado. Fala pra mamãe fazer remédio pra mim tomar [...]. Ela cuida de mim, da mamãe, do titio, da titia, do papai” (ANINHA, 6 anos). A criança expõe seu respeito, a valorização da guia (cabocla Mariana) e a importância dela na sua vida e na de seus familiares. Percebe-se, aqui, uma relação de cuidado e afeto, que faz com que Aninha tenha um relacionamento afetivo e respeitoso com a entidade.

Os desenhos demonstram os aspectos vivenciados pelas crianças dentro do espaço e na vida da religião, evidenciando suas percepções acerca do mundo ao seu redor. Elas também apontam para o que mais lhes atrai na religião umbanda, da qual participam com seus pais e familiares. Os desenhos também destacam a importância dos guias em momentos específicos na vida das crianças, como a indicação de remédio, conforme citado por Aninha.

## Algumas considerações

A partir dos desenhos, as crianças colocaram seu modo de entender a religião e os aspectos significativos por cada uma. Notamos a importância atribuída aos guias em suas representações e descrições e como elas percebem o espaço do terreiro. Esta pesquisa indicou alguns aspectos da relação das crianças no espaço e na vivência religiosa afro-brasileira, da mesma forma que outras crianças também estão presentes em ambientes de inúmeras outras confissões religiosas presentes na cidade de Parintins. Em qualquer crença, as famílias frequentam com certa regularidade a religião que professam, o que não é diferente na umbanda. Então, neste estudo, tentamos analisar alguns aspectos da vida de crianças que frequentam um terreiro de umbanda, em família, nesta cidade, e indicar como elas atribuem seu próprio significado aos aspectos da religião no espaço onde vivem a fé religiosa.

## Referências bibliográficas

BIANCHEZZI, Clarice; SILVEIRA, Diego Omar da. Demografia, cartografia e história das religiões em Parintins: novas possibilidades para o estudo da diversidade religiosa na Amazônia. In: FERREIRA, Arcângelo da Silva; BIANCHEZZI, Clarice; SILVEIRA, Diego Omar da; SILVA, Júlio Cláudio da (org.). **Pensar, fazer e ensinar: desafios para o ofício do historiador no Amazonas**. Manaus: UEA Edições: Valer, 2015.

FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 3 ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2008.

FILHO, Altino José Martins; PRADO, Patrícia Dias. **Das pesquisas com crianças à complexidade da infância**. Campinas: Autores Associados, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KRAMER, Sônia. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. In: **Cadernos de Pesquisas**, n. 116, julho/ 2002. pp. 41- 59.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas 2010.

SOARES, Natália Fernandez. **Infância e Direitos: Participação das Crianças nos Contextos de Vida – Representações, Práticas e Poderes**. Universidade do Minho Portugal, 2005.

TRIVIÑOS. Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2008.

# A Patrimonialização da festa de Nossa Senhora do Carmo – Parintins (AM)

**Marilina C. O. Bessa Serra Pinto<sup>1</sup>**

**Rosimay Corrêa<sup>2</sup>**

**Resumo:** dentre as festas religiosas amazônicas herdadas da tradição ibérica, a Festa de Nossa Senhora do Carmo, celebrada no município de Parintins (AM), foi declarada Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Amazonas, por meio da P.L. n° 19/2018, de autoria de agente público. Sua grandiosidade em relação à piedade popular e à importância turístico-religiosa estadual, talvez, tenha servido como motivador para o reconhecimento. Levantamos alguns questionamentos sobre este fato político-cultural. Assim, citamos o levantamento etnográfico inovador sobre a festa, que tomou como premissa a existência de uma fé hibridizada, cujas vozes dos consumidores do sagrado puderam ser ouvidas como histórias de vida, que se articulam com o discurso oficial, mobilizando tempos e espaços distintos imbricados na esfera do profano, do sagrado e das margens. Questionamos, para tanto, quais serão as implicações sociais, econômicas e religiosas da patrimonialização dessa celebração.

**Palavras-chave:** patrimonialização; hibridismo cultural; festa religiosa.

## Introdução

A devoção à Virgem do Carmelo chegou em Parintins no bojo do missionamento promovido pela Ordem Carmelita, na conquista da América portuguesa, a partir do século XVII. Segundo dados do último censo do IBGE 2010, do universo de 113.168 habitantes do município, 83.487 residentes na sede, declaram-se católicos. Depreende-se daí que a devoção mariana encontrou solo fértil para dar início

<sup>1</sup> Graduada em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas (1991), mestra pela Universidade do Porto (1997), doutora em Ciências Sociais pela PUC/SP (2005). Lidera o OIKOMENE – Grupo de Estudos e Pesquisas em Religião, Cultura e Imaginário. E-mail: marilina-pinto@ig.com.br.

<sup>2</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia/Parintins (AM) graduada em Filosofia e mestra em Sociologia (UFAM), doutoranda pelo PPGSCA (UFAM). E-mail: rosimaycorrea@bol.com.br.

a uma espécie de sincretismo religioso observado nas duas maiores celebrações profanas e sagradas do calendário festivo da Ilha.

As origens dos festejos em homenagem à Nossa Senhora do Carmo remontam ao século XIX, que, de pequeno ato devocional, transformou-se, com o tempo, no principal eixo cultural da cidade, como são as “festas de santo no interior do Brasil”. Um dos aspectos centrais dessa festa é o pagamento de promessas que, na economia das trocas religiosas, representa a oportunidade de os fiéis fortalecerem os laços de fé, por meio dos agradecimentos pelas dádivas recebidas. Cabe observar que próprio Festival Folclórico de Parintins, em suas origens, contém esse apelo religioso, pois ambos os bois nasceram do pagamento de promessas a santos. O fato é que ambas as festas se popularizaram para além dos limites da devoção à santa e do brincar de boi pelas ruas da cidade. O ano de 2018, em termos políticos e culturais, foi especialmente importante no calendário dessas festas, em razão do reconhecimento do valor desses eventos, que se transformaram em patrimônios culturais.

### A fé iguala as diferenças?

É na dinâmica da religiosidade popular que as expressões do sagrado ganham legitimidade social. Embora o discurso oficial romanizado colocasse a igreja católica como promotora da passagem da barbárie para a civilização (SILVEIRA apud CORRÊA, p. 86, 2019), o monopólio da organização das festas de santo, historicamente, nunca pertenceu inteiramente à diocese parintinense, pois envolve interesses múltiplos de instituições públicas, associações, políticos, empresários e artísticos. Corrêa (2019) traz em sua pesquisa uma abordagem etnográfica inovadora da Festa de Nossa Senhora do Carmo. Assim, por meio de narrativas orais, procura mostrar personagens e aspectos outros, cada um vivenciando, a seu modo, a experiência com o divino, como elemento catalizador, desta fé hibridizada e materializada nos aspectos sagrado e profano, nas performances rituais, na criatividade dos artistas, no empenho do poder público e privado. O fato de a festa religiosa ocorrer após a realização do Festival Folclórico também é carregado de simbolismos, que expressam soluções de convivência no cenário, nem sempre pacífico, da cultura local. Pontuamos, entre tantos outros, um aspecto importante da pesquisa de Corrêa (2019), que foi o trata-

mento epistemológico dado ao problema como mais um esforço em produzir narrativas decoloniais, a exemplo do Festival Folclórico de Parintins deste ano, ao colocar em discussão na arena pautas a favor das minorias (SILVEIRA, 2019).

## Parintins “para o mundo ver”

Se, por um lado, tais inovações que estão ocorrendo dentro da Academia procuram dar visibilidade a grupos que historicamente sempre estiveram “de fora”, por outro lado, é crescente, por parte de agentes públicos do Estado ou não, o ato de executarem, com instrumentos próprios, ações de valorização relacionadas ao patrimônio cultural. Parintins, no Amazonas, se tornou *locus* interessante para um estudo de caso, em função de três iniciativas dessa natureza: o Complexo Cultural do Boi Bumbá, que passou a fazer parte do *Livro de Registro das Celebrações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, como Patrimônio Cultural do Brasil (2018); o Prédio da Catedral de Nossa Senhora do Carmo, tombado pelo Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas (2004) e a Festa de Nossa Senhora do Carmo declarada como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Amazonas, por meio de Projeto de Lei (2018).

Identificação, documentação e sistematização dos dados acerca das referências culturais são os três processos que envolvem a prática da preservação do Patrimônio Imaterial. A partir do processo de redemocratização e da Constituição de 1988, houve maior participação dos grupos sociais também como formadores de identidades e não mais como receptores de memórias apontadas pelo Estado (ROLLEMBERG, p. 23, 2014). Tais ações inclusivas passam, como diz a autora, inicialmente, pela “construção do olhar” sobre aquele bem, trabalho coletivo somado pelos produtores e consumidores da cultura.

Assim, cabe aqui a inquietação sobre a história dos processos que culminaram com o reconhecimento da Festa de Nossa Senhora do Carmo como Patrimônio Imaterial, de autoria de um agente público, no exercício do seu mandato atual. Fica aqui, como questão de pesquisa, a produção de literatura que vise a recuperar como se deu esse processo: Quem demandou o referido reconhecimento? Quais foram as providências tomadas? Quem participou da elabo-

ração do documento? A quem interessa esse ato? Que vozes foram ouvidas? Quais metodologias foram adotadas?

Costa e Nascimento (2019), em Carta Aberta dos Profissionais Envolvidos na Proteção do Patrimônio Cultural do Estado do Amazonas, endereçada à Câmara Municipal de Manaus e à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, alertam, a partir de levantamento prévio, que os projetos de lei aprovados nas casas legislativas que versam sobre o patrimônio cultural precisam, em alguns aspectos, de encaminhamentos adequados ao Poder Executivo, de acordo com informações técnicas e legislação vigente.

Sendo fato para se pensar, as manifestações culturais, enquanto expressões autênticas dos saberes e fazeres coletivos, se constituem como possíveis respostas na construção do pensamento social e no fortalecimento das identidades como ação política inclusiva (CÔRREA, 2019). Como resultado de sua pesquisa doutoral, desloca para o centro de sua etnografia fatos e vozes até então alijadas do discurso oficial, demonstrando por onde devemos começar quando se trata de valorizar e escrever a história, afinal “a voz do povo é a voz de Deus”.

## Considerações finais

Ao trazermos para a discussão o processo de patrimonialização da Festa de Nossa Senhora do Carmo, na cidade de Parintins, procuramos dar visibilidade a um fenômeno cultural complexo que extrapola seu estatuto de celebração religiosa, na medida em que mobiliza, durante vários meses do ano, um vasto espectro de atores sociais distintos, quais sejam: comerciantes, religiosos, artistas, políticos, intelectuais, promesseiros e romeiros. Assim como o Festival do Bumbás que atraem milhares de visitantes à região do Médio Amazonas, ambas as comemorações mereceram, no ano de 2018, o reconhecimento dos seus valores como patrimônios culturais, pelo poder público, federal e estadual. No entanto, em função do reconhecimento recente, ainda não foi possível medir os impactos e a recepção da mudança de status dessas festas em nível local e global. Nesse sentido, os argumentos aqui expostos cumprem o papel de provocar tais indagações preliminarmente. O que fica demonstrado, de fato, é que a pauta em questão vai ao encontro do escopo do seminário em tela e da ementa proposta neste grupo temático, que

é, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, pensar a questão da formação dos professores e dos alunos, no que diz respeito à alfabetização cultural, cujo níveis baixíssimos têm levado ao empobrecimento dos debates que envolvem posturas cidadãos nos processos democráticos.

## Referências bibliográficas

CORRÊA, Rosimay. A Flor do Carmelo: o céu e os inferninhos na festa da padroeira de Parintins, no Amazonas. **Exame Geral de Qualificação** (Doutorado em Sociedade e Cultura no Amazonas). Universidade Federal do Amazonas. Manaus, p. 211, 2019.

COSTA, Rila; NASCIMENTO, Rubem Valério. Carta Aberta dos Profissionais do Patrimônio Cultural do Amazonas. **Museus do Amazonas**. Disponível em: <<http://museusdoam.blogspot.com/2019/07>>. Acesso em 22 jul, 2019.

DISTRITO FEDERAL. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. **Dossiê Final**. Processo de Instrução do Inventário de Reconhecimento do Complexo Cultural do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins, p. 286. Brasília, abril, 2018. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em 18 jul. 2019.

ROLLEMBERG, Ana Carolina. O ofício da patrimonialização: a identificação, a valorização dos saberes e o INRC. **Dissertação** (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural). Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional. Rio de Janeiro, p. 112, 2014.

SILVEIRA, Diego Omar. Virada Decolonial ou Mergulho no Neoconservadorismo: dois caminhos para o Festival de Parintins. **Portal Parintins 24 horas**. Disponível em: <<http://parintins24hs.com.br>>. Acesso em 22 jul 2019.

# Desafios contemporâneos do cristianismo no Amazonas

Johêdyr Adjyan Cartaxo de Freitas<sup>1</sup>

**Resumo:** a história do Brasil remonta a 400 anos, conforme o ensino branco europeu. No entanto, atualmente, já se reconhece a experiência milenar dos povos tradicionais que compõem o desenvolvimento religioso da nação. Essas crenças, em associação àquelas de matrizes africanas, juntas, foram influenciadas pela massificação do catolicismo apostólico romano advindo das missões jesuítas.

Assim, apesar de sua proeminência, o cristianismo precisa se mostrar relevante em uma sociedade contemporânea, uma vez que, por suas diferenças ideológicas, é exigido um discurso pertinente ao julgamento individual e também coletivo de cada pessoa e grupo.

Por isso, este trabalho busca refletir sobre os diversos enfrentamentos do cristianismo na sociedade pós-moderna, facilitando uma discussão de ideias a partir do ponto de vista de diversos autores. Assim, por meio do método qualitativo, uma literatura selecionada por acessibilidade foi utilizada para revisão bibliográfica, compondo um estudo introdutório. Esse resultado identificou o Amazonas como uma parte do território brasileiro propícia à vida religiosa, inclusive sob a perspectiva pós-moderna, afinal, o pensamento contemporâneo valoriza a diversidade e a liberdade de pensamentos, uma realidade proeminente no espaço amazônico desde sua formação histórica. O processo reconhecendo, ainda, que o pensamento pós-moderno traz expectativas e necessidades relacionadas ao afeto interpessoal, à valorização da experiência situacional, à informalidade de rito e ao relativismo.

Assim, este estudo destaca essas características para a continuidade do desenvolvimento religioso cristão em Manaus, Amazonas.

**Palavras-chave:** religiosidade; pós-modernidade; revisão bibliográfica

---

<sup>1</sup> Graduado em Teologia (Unasp) e Pós-graduado em Cultura Teológica (UCDB). Mestrando em Ciências Humanas pela UEA. E-mail: johedyr@gmail.com.

## Introdução

A historiografia do Brasil é considerada recente, uma vez que é escrita a partir de 500 anos, quando o mundo europeu teve conhecimento da existência do nosso território cujos aspectos religiosos não foram esquecidos no processo de colonização (CONCEIÇÃO, 2014).

Descrevendo a formação do cristianismo no país, Hoornaert (1991, p. 13) reforça a proeminência do catolicismo, que “assumiu nos primeiros séculos de sua formação histórica um caráter obrigatório. Era praticamente impossível viver integrado no Brasil sem seguir ou pelo menos respeitar a religião católica”.

Na contemporaneidade, o cristianismo no Brasil, mesmo com a presença das religiões primitivas e daquelas de matrizes africanas (BRANDÃO, 1990), continua sendo a religião de maior influência, inclusive, por sua forma plural de se mostrar, a partir de uma variedade expressiva de igrejas católicas e protestantes.

Guerrero (2003) valoriza essa pluralidade do ponto de vista científico, mostrando o Brasil como um laboratório da espiritualidade sob dois pontos de vista em particular: do ponto de vista da liberdade religiosa, visto como a operação legal da expressão de fé; e do ponto de vista societal, visto como a interação possível e real entre essas diferentes religiosidades.

No entanto, estatísticas têm mostrado o avanço numérico dos autodeclarados sem religião (IBGE, 2010), inclusive, no estado do Amazonas.

Assim, diante do mencionado, o presente trabalho se propõe a refletir acerca dos desafios contemporâneos do cristianismo na capital Manaus.

## Metodologia

Esta pesquisa é qualitativa e caracterizada, por sua natureza, como descritiva (por descrever as características de um objeto de estudo – cristianismo) e explicativa (por identificar os fatores que contribuem para este objeto) (TURATO, 2011).

A partir de uma literatura selecionada por acessibilidade, foi realizada uma revisão analítica dos textos, a fim de promover a reflexão necessária para o cumprimento dos objetivos propostos, se configurando, assim, em um estudo introdutório.

## Resultados e discussão

Hoornaert (1991) afirma que a religiosidade brasileira foi desenvolvida em tons sincréticos (ao fazer lembrar das tradições indígenas e africanas); no entanto, ela foi tolhida pelo catolicismo, o que justifica as diversas manifestações religiosas cotidianas. Casamentos e velórios, por exemplo, são rituais amplamente vinculados à religiosidade, mesmo que submetidos a aspectos legais. Flor *et al.* (2009) adiciona os exemplos a partir de relações sociais mais amplas: no esporte (o levantar das mãos para o céu), na música (a menção de personagens e sentimentos da fé) e no calendário (ciclo semanal de sete dias e feriados de cunho estritamente cristão).

Em conformidade com a variedade cultural que o Amazonas agrega, encontra-se a diversidade das manifestações religiosas professadas por sua população. Eduardo Galvão (1955) explica esse fenômeno por meio do entendimento que o aspecto religioso é característico da sociedade humana, inclusive, daquela primitiva. O autor também afirma que “o ambiente geográfico, as técnicas de sua exploração pelo homem, o forte contingente ameríndio, cultural e biológico emprestaram à Amazônia uma feição muito característica” (GALVÃO, 1955, p. 174). Assim, desde os tempos ditos coloniais, a região é marcada por uma condição tradicional e estável aos costumes tradicionais vividos pelos povos que a compõem.

Segundo o último Censo Demográfico, a população do Amazonas está composta, de acordo com sua declaração religiosa, por 93% de cristãos<sup>2</sup>. Com maioria absoluta em quantidade de fiéis declarados, os católicos são apresentados em três denominações: católica apostólica romana, católica apostólica brasileira e católica ortodoxa. A variedade de denominações evangélicas é mais extensa e pode ser exemplificada pelas três mais populosas, respectivamente: assembleia de deus, batista e adventista do sétimo dia.

Apesar de o catolicismo ser uma denominação tradicional e, atualmente, ocupar mais da metade da parcela cristã professada do Amazonas, superstições e credências fazem parte do cotidiano amazonense.

Galvão (1955, p. 3) justifica o fato ao explicar que o território: Era habitado por considerável massa indígena, a que se mescla-

<sup>2</sup> Católicos e evangélicos (também conhecidos como protestantes) compreendem uma só religião: o cristianismo (FLOR *et al.*, 2009; GONZÁLEZ, 2011b).

ram portugueses e um pequeno contingente africano. Dessa amálgama resultou uma cultura regional, em que repontam com mais intensidade do que em outras regiões brasileiras, as tradições ameríndias.

Com essa perspectiva, há motivos para classificar o estado do Amazonas como propício para a religiosidade sob a perspectiva pós-moderna, afinal, o pensamento contemporâneo tem “demonstrado um desejo de permitir que existam, lado a lado, construções concorrentes e aparentemente conflitantes” (GRENS, 2008, p. 69).

O Amazonas é também identificado como um dos estados brasileiros com menor incidência de pessoas que se declaram “sem religião” (6%) e o IBGE (2010) justifica o afloramento dessa forma de profissão de credo a partir do avanço de frentes ocupacionais “acompanhados por diversos segmentos evangélicos pentecostais e a crescente urbanização” (p. 93), destacando a pluralidade de denominações religiosas.

Diante desse quadro de expressão da realidade, se o processo evangelizador tem a intenção de ser relevante para o público contemporâneo, deve refletir acerca das formas da evangelização na sociedade pós-moderna que, para ser pertinente, precisa atuar a partir de métodos que levem em conta as peculiaridades da geração atual.

Para alcançar esse objetivo de manutenção e expansão, Santos Júnior (2007) incentiva as comunidades religiosas a não insistirem em formatos de culto anacrônicos que já não encontram mais recepção na atualidade e passem a investir em ações eficazes de evangelização pós-moderna, como não priorizando a racionalidade e enfatizando a experiência relacional.

A vivência das sociedades da modernidade tardia é caracterizada pela diferença; no entanto, a simples pluralidade das denominações religiosas não é o atrativo para o público atual, afinal, essa diversidade pode sugerir rigidez de pensamento, inclusive, nos detalhes menos relevantes da fé. Dessa forma, a cada pensamento divergente num grupo religioso, um novo grupo é formado e, assim, a variedade teria sua origem na multiplicidade de conclusões cognitivas em detrimento do que realmente seria atrativo para o público pós-moderno: a variedade de experiências do ponto de vista emocional e espiritual.

## Conclusões

A religiosidade do Amazonas não se limita à sua experiência atual. Um legado histórico de convivência entre diferentes posicionamentos religiosos perpassou o tempo em meio à defesa firme de ideias e à amalgamação de outras e, até hoje, raízes de uma teologia tradicional podem ser vistas.

No entanto, por vezes, essas experiências têm sido apresentadas como forma de lei, exigindo dos fiéis um comportamento tradicional, como regra de fé, o que pode afastar pessoas de mente pós-moderna.

Por isso, autores como Queiroz e Stetzer (2017) sugerem que a ênfase contemporânea deve estar no respeito à (1) descaracterização estrutural do prédio das igrejas, ao (2) relacionamento afetivo perceptível, sincero e profundo entre os fiéis e à (3) informalidade dos rituais e liturgias desenvolvidos.

## Agradecimentos

À professora Dra. Neiva Maria Machado Soares, minha orientadora no Mestrado.

## Referências bibliográficas

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Os Guarani: índios do sul – religião, resistência e adaptação. **Estudos Avançados**. Vol. 4:(10), São Paulo: Sep./Dec., 1990. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141990000300004>>. Acesso em 12 mai., 2019.
- CONCEIÇÃO, Douglas Rodrigues da. **Revista Estudos Amazônicos**. Vol. X, nº 1, 2014. p. 86-117.
- FLOR, Douglas Moacir; SEIBERT, Egon; DIETRICH, Jonas; SEIFERT, Paulo; RIE-TH, Ricardo; STELLEN Ronaldo; HEIMANN, Thomas. **Cultura religiosa**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2009.
- GALVÃO, Eduardo. **Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá; Amazonas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.
- GUERRIERO, Silas. A diversidade religiosa no Brasil: a nebulosa do esoterismo e da nova era. **Revista Eletrônica Correlatio**. n. 3, 2003. Disponível em: <<http://10.15603/1677-2644/correlatio.v2n3p128-140>>. Acesso em 5 jul. 2018.
- GRENZ, Stanley J. **Pós-modernismo: um guia para entender a filosofia do nosso tempo**. São Paulo: Vida Nova, 2008.
- HOORNAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro: 1550-1800**. 3 ed., Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010: resultados da amostra – religião**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/167J>>. Acesso em 28 ago. 2017.

SANTOS JÚNIOR, Reginaldo José dos. Reflexões sobre evangelização na pós-modernidade. **Revista Theos**. v. 3:(1), Campinas/SP: jun., 2007.

STETZER, Ed; QUEIROZ, Sérgio. **Igrejas que transformam o Brasil: sinais de um movimento revolucionário e inspirador**. São Paulo: Mundo Cristão, 2017.

TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado de metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: Construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas**. Petrópolis: Vozes, 2011.

# Grupo de Trabalho 4

## MIGRAÇÕES NA AMAZÔNIA NA ATUALIDADE

---

*Coordenação:*

*Dra. Carla Monteiro de Souza – PPGSOF/UFRR;*

*Dra. Lúcia Marina Puga Ferreira – PPGICH/UEA*

*Local:*

*Escola Superior de Artes e Turismo – ESAT/ UEA*

**Resumo:** o presente Grupo de Trabalho tem como objetivo central agregar o estudo de pesquisadores que tenham como objeto os processos socioeconômicos e socioculturais amazônicos e sua relação com as migrações, tanto as internas como as externas. O trabalho visa ao compartilhamento de pesquisas que tratem das conjunturas recentes que fomentaram esses processos e que abordem temas tais como: o incremento das migrações; as mudanças populacionais e demográficas observáveis na atualidade; a intensificação urbanização; as violações de direitos; as experiências e trajetórias migrantes de indivíduos e de grupos sociais da/na Amazônia, dentre outros.

# Perfil das imigrantes haitianas “vendedoras de tabuleiro” no comércio de rua na cidade de Manaus

Maria Celestina Barbosa Corrêa<sup>1</sup>

Lúcia Marina Puga Ferreira<sup>2</sup>

**Resumo:** este trabalho é resultado de parte da pesquisa de campo realizada na cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas. Ele aborda a participação de mulheres haitianas no mercado de trabalho informal, principalmente nas vendas de tabuleiro, pois é nesse comércio que se verifica um número significativo de imigrantes, que atuam vendendo meias, frutas, verduras, bombons, água, banana frita ou, ainda, como cozinheiras e costureiras. O levantamento de dados foi feito por meio da pesquisa *survey*, realizada entre os meses de janeiro a abril de 2019. Durante o mês de dezembro de 2018, foi realizada a contagem de pontos de vendas de tabuleiros no centro da cidade, nas principais ruas e avenidas de grande movimentação comercial. Dentre as ruas visitadas destacamos: rua Floriano Peixoto; avenida Eduardo Ribeiro; e 7 de setembro. Assim como em outros locais da cidade: avenida Djalma Batista; Feira do Novo Aleixo 3; e Mutirão, as duas últimas localizadas na zona leste da capital manauara.

Assim, contamos 150 mulheres haitianas em ocupações no comércio informal. Para uma amostragem válida, foi necessária a participação de 59 pessoas, cujo objetivo foi obter informações que levassem a traçar um perfil das imigrantes do comércio informal nas ruas da capital manauara. Os dados que compõem este resumo fazem parte

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/PPGICH – Universidade do Estado do Amazonas/UEA, 2018. Especialização em Metodologia do Ensino de História/UEA, 2015. Licenciatura Plena em História – Universidade Federal do Amazonas/UFAM, 2003; E-mail: celestina.barbosa.bc@gmail.com.

<sup>2</sup> PPGICH/UEA. Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (2013). Graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1997) e Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (2002). Professora da Universidade do Estado do Amazonas. Líder do Grupo de Pesquisa "Laboratório de Pesquisa em Ciências Sociais da Amazônia – LAPECSAM" (UEA). E-mail: luciapuga@outlook.com.

da escrita da dissertação intitulada *Imigrantes haitianas na cidade de Manaus: redes, mercado de trabalho informal e memórias (2010-2019)* e encontra-se em andamento no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/PPGICH – Universidade do Estado do Amazonas/UEA.

**Palavras-chave:** imigrantes haitianas; perfil; mercado informal

## Introdução

O presente resumo é parte da pesquisa de campo feita no período de janeiro a abril de 2019, quando realizamos, pelas ruas principais do centro e outros pontos de grande movimentação comercial, da cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, entrevistas com mulheres haitianas, vendedores do comércio informal. Para tal, utilizamos a pesquisa *survey*<sup>3</sup> nessa etapa de coleta de dados. Um dos objetivos do levantamento de dados foi a tentativa de traçar um perfil das mulheres imigrantes inseridas no comércio informal. Foi realizada uma análise das informações e obteve-se uma amostra válida para população de mulheres haitianas inseridas no mercado de trabalho informal nessa paragem<sup>4</sup> amazônica.

Verifica-se que o grupo é composto por mulheres com baixa escolaridade e média de idade entre 30 a 50 anos, casadas, vindas de distintas províncias do Haiti, residindo há um tempo mínimo de um ano na cidade de Manaus. A pesquisa ainda contribuiu para o conhecimento sobre a história migratória das haitianas, desde a decisão de emigrar até a escolha em permanecer na sociedade de acolhimento.

<sup>3</sup> Para Barbie (2003, p. 51), a pesquisa de *survey* pode ser empregada a vários tipos de pesquisas empíricas, como os censos demográficos, pesquisas de opiniões públicas, pesquisas de mercado sobre preferências do consumidor, estudos acadêmicos... É uma abordagem quantitativa que envolve a obtenção de informações sobre uma amostra de uma população, por meio de questionário e/ou entrevistas. Neste trabalho, usamos a pesquisa *survey* para fazer uma amostragem sobre o perfil das mulheres haitianas do comércio informal.

<sup>4</sup> Empregamos aqui o termo “paragem” no sentido de local físico, cidade, região, país, aqui estamos nos referindo à cidade de Manaus. Paragem definição no dicionário: local onde se para; cessação de movimento. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/linguaportuguesa/paragem>>. Acesso em 10 set. 2018.

## Metodologia

Entre janeiro a abril de 2019 foram aplicados<sup>5</sup> 59 questionários às imigrantes haitianas inseridas no mercado de trabalho informal. Os sujeitos foram abordados de forma individual, em suas vendas de tabuleiro e convidados voluntariamente a participar da pesquisa. Importante salientar que o questionário continha uma versão na língua crioulo haitiano<sup>6</sup>, além de um termo pós-informação.

O questionário constituiu-se de 38 perguntas divididas em 6 grupos: Grupo 1- Identificação pessoal; Grupo 2 – Questões migratórias; Grupo 3 – Questões das redes antes e depois da chegada; Grupo 4 – Questões de pertencimento; Grupo 5 – Experiência e inserção laboral; Grupo 6 – Espaço e cotidiano.

A análise dos dados coletados foi feita de forma conjunta e anônima, ainda que a ferramenta nos possibilitasse a identificação das participantes, em uma pesquisa quantitativa, cujos dados foram analisados qualitativamente.

## Fundamentação teórica

Para aplicação da pesquisa a partir da metodologia *survey*, buscamos apoio em Glaucia Assis (2004). A autora se utilizou dessa metodologia para traçar o perfil sociodemográfico dos migrantes na cidade de Criciúma, por meio da aplicação do questionário que contemplava, dentre outros, perguntas sobre idade, sexo, escolaridade, além de outras que direcionavam para as questões migratórias. Dessa forma, a autora afirma que obteve informações importantes que a levaram conhecer as características dos fluxos migratórios dos brasileiros de Criciúma para os Estados Unidos.

Outra base teórica foi Earl Barbie (2003), referência para discussões sobre as várias possibilidades de encaminhar uma pesquisa a partir desse viés investigativo. A autora coloca que “o *survey* pode ser usado vantajosamente no exame de muitos temas sociais e

<sup>5</sup> Para aplicação do questionário/entrevista, contamos com o apoio de dois colaboradores: Mía Amélia Pierre Toussaint (imigrante dominicana, com domínio de quatro idiomas, crioulo, francês, espanhol e português), interlocutora nas entrevistas, e Eduardo Brandão Costa (imigrante nordestino), ex-aluno da educação básica, exímio leitor das questões migratórias, que ajudou na sistematização de visitas nos pontos de vendas de tabuleiros.

<sup>6</sup> A necessidade do questionário em crioulo se deu em razão de a maioria das participantes não dominarem a língua portuguesa.

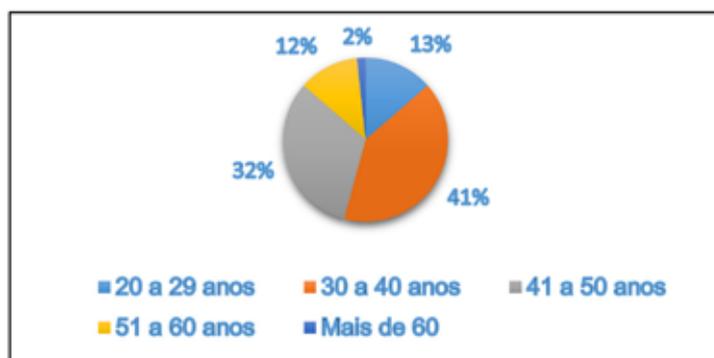
é particularmente eficaz quando combinado com outros métodos” (BARBIE, 2003, p. 45).

Neusa Rodrigues (2016), ao investigar a inserção social das imigrantes haitianas na cidade de Porto Velho, ampliou nossa visão sobre o mercado de trabalho informal como campo investigativo. As leituras nos deram possibilidades para desenvolvermos o trabalho de campo.

## Resultados e discussão

Destacaremos alguns pontos obtidos nessa pesquisa de campo<sup>7</sup>. O perfil das 59 imigrantes haitianas inseridas no mercado de trabalho informal especialmente nas vendas de tabuleiro<sup>8</sup>, se desenhou a partir de vários aspectos. No gráfico a seguir, temos a informação sobre a faixa etária das imigrantes.

**Gráfico 1: Faixa etária – Haitianas no comércio informal**



Fonte: Pesquisa de campo, 2019. Manaus/AM.

<sup>7</sup> Os dados completos coletados durante essa pesquisa de campo encontram-se em processo de análise e escrita na construção da dissertação.

<sup>8</sup> Em outros contextos históricos muitas imigrantes ganhavam a vida com vendas de tabuleiro, estes eram feitos de madeira e levados na cabeça pelas vendedoras que se deslocavam de um lado para outro oferecendo os vários produtos no tabuleiro (PANTOJA, 2001; PINHEIRO; PINHEIRO, 2017). O tabuleiro, atualmente, recebe novos elementos em sua estrutura, o que foi percebido durante a pesquisa de campo pelas ruas da cidade de Manaus. Os tabuleiros se compõem: de um carrinho de ferro, mesmo modelo usado pelos clientes dentro dos supermercados para transitarem com seus produtos ou um carrinho de mão, usado na construção civil para transportar material. O carrinho de mão foi adaptado recebendo três rodas. Em cima dessa estrutura (improvisada) coloca-se o tampão de madeira com proteção nas laterais. Dessa forma, temos as “vendas de tabuleiro” pelas ruas da capital amazonense (não há deslocamento de vai e vem, nessa forma de tabuleiro, são colocados em algum ponto dos logradouros). No entanto, é preciso lembrar que a venda no tabuleiro na cabeça continua, a pesar de ser discreta a incidência.

Os dados revelam a média de idade das mulheres haitianas:

- 8 participantes declararam ter entre 20 a 29 anos, um percentual de 13%;
- 24 afirmaram ter entre 30 a 40 anos, 41% das entrevistadas;
- 19 mulheres têm entre 41 a 50 anos, 32%;
- 7 mulheres estão na faixa etária entre 51 a 60, o que equivale a 12%;
- somente uma participante tem mais de 60 anos, um percentual de 2%, no universo de 59 mulheres participantes da pesquisa.

Se considerarmos a somatória dos dois maiores grupos, teremos 73% das mulheres na faixa etária entre 30 a 50 anos. Nessa faixa etária, a inserção no mercado laboral torna-se mais difícil.

Outro ponto abordado foi a questão da escolaridade. Os dados levantados revelam mulheres com baixa escolaridade, sem qualificação profissional: 25 mulheres afirmaram ter somente o ensino fundamental incompleto; 17 o ensino médio incompleto; 10 o completo; 3 declararam ter ensino superior completo; 1 o ensino fundamental incompleto; e 3 não tiveram acesso à escola e não sabem ler nem escrever.

Além desses pontos, outros foram analisados: as redes que se constroem antes, durante e após a chegada na sociedade receptora. A partir do campo estado civil e número de filhos, percebemos que as imigrantes primam por um reencontro familiar. Um dado importante em suas falas foi a declaração de que viajaram sozinhas e que a decisão de emigrar partiu delas.

## Conclusão

A amostra do perfil das haitianas inseridas no mercado de trabalho informal na capital manauara revela o que alguns estudos acadêmicos já comprovaram em outras regiões do país: mulheres com baixa escolaridade, média de idade entre 30 a 45 anos, casadas em sua maioria.

O estudo reafirma o perfil da mulher emigrante de países empobrecidos, definido por mulheres sem estudo, sem profissão e desfavorecidas economicamente.

Apesar dos dados, nossa visão sobre essa mulher migrante é de

empoderamento, pois, mesmo desprovidas de capital intelectual e econômico, elas rumam para outras paragens e, quando lá chegam, (re)criam estratégias que as fazem permanecer em uma busca constante por melhores condições de vida.

## Referências bibliográficas

**BABBIE, Earl.** Métodos de pesquisas de survey. Tradução. **Guilherme Cezarino.** **Belo Horizonte: UFMG, 2003.**

**RODRIGUES, Neusa Pivotto.** **A realidade social e cultural das mulheres haitianas em Porto Velho.** 2016. f. 108. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) – Universidade Federal de Rondônia – Núcleo de Ciências Humanas, Porto Velho.

**ASSIS, Gláucia de Oliveira.** **De criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros.** 2004, f. 348. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo.

**PINHEIRO, Luiz Balkar, S. P.; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte.** **Mundos do trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930).** Jundiá: Paco Editorial, 2017.

# Imigrantes venezuelanos: um processo de categorização e suas implicações nas relações de trabalho

**Maria Inah de Almeida Freitas<sup>1</sup>**

**Dra. Lucia Marina Puga Ferreira<sup>2</sup>**

**Resumo:** este artigo aborda a questão da categorização de imigrantes venezuelanos que, ao serem enquadrados na categoria imigrante, são submetidos a uma série de sanções. Desde o ano de 2017, chegam à cidade de Manaus uma quantidade significativa de venezuelanos que, com o passar dos últimos dois anos, o fluxo vem aumentando. Provenientes desse contexto, podemos encontrar um grande contingente de imigrantes venezuelanos, cujo principal objetivo é conseguir uma fonte de renda, nem que para tal tenham de abrir mão de seus direitos enquanto trabalhador e aceitar desenvolver atividades laborais, sendo muito mal remunerados. Diante deste cenário, fica evidente a situação de vulnerabilidade na qual se encontram esses sujeitos. A metodologia escolhida para realização do referido estudo compreende a revisão bibliográfica, tomando como referência os autores Abdumalek Sayad e Zygmund Bauman, que discorrem sobre a temática por meio de uma perspectiva crítica e apurada. A partir desse trabalho, concluiu-se que o sujeito, quando é classificado como imigrante, abdica dos seus direitos enquanto cidadão e, para ser tolerado em uma nova cultura, “aceita” ser considerado apenas como uma força de trabalho. Um exemplo dessa categorização pode ser observado nas das relações de trabalho, nas quais os imigrantes são mal remunerados, explorados, tendo constantemente os seus direitos violados enquanto ser humano e trabalhador.

**Palavras-chave:** imigrante; imigrantes venezuelanos; categorização, trabalho

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Estadual do Amazonas (UEA). Graduada em Psicologia pela UNIFACS – Universidade Salvador (2012). E-mail: mary\_inah@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (2013). Graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1997) e Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (2002). Professora da Universidade do Estado do Amazonas. Líder do Grupo de Pesquisa “Laboratório de Pesquisa em Ciências Sociais da Amazônia – LAPECSAM” (UEA). E-mail: luciapuga@outlook.com.

## Introdução

Sabe-se que as migrações são provenientes de diversos fatores e que ela existe desde os primórdios da humanidade e que, quando ocorrem de maneira voluntária, significam autonomia individual, escolhas, estratégias de vida e efetivação da liberdade de locomoção. Desse modo, são respeitadas e seu gerenciamento precisa equilibrar os interesses dos Estados e indivíduos (JUBILUT, *et al.*, 2018).

Em contrapartida, quando as migrações são forçadas decorrentes de crises humanitárias e políticas, nas quais ocorrem violações dos direitos humanos, os imigrantes não possuem direito de escolha, sendo levados pelas circunstâncias e migram em busca de uma melhor qualidade de vida.

A imigração venezuelana para cidade de Manaus é um importante exemplo de migração forçada. Os venezuelanos se encontram sem opções de trabalho, com escassez de comida e falta de medicações e, assim, deixam sua terra natal, chegando a Manaus com grandes expectativas de encontrar abrigo e, sobretudo trabalho.

Diante dessa demanda, fazer parte da categoria imigrante pode ocasionar uma série de implicações, principalmente no que se refere às relações de trabalho, em razão da inexistência de ações efetivas por parte do poder público, no sentido de fiscalizar e regulamentar o trabalho do migrante. Assim, os venezuelanos ficam sujeitos a violações de direitos, tanto como trabalhadores quanto seres humanos.

Diante disso, esse estudo pretende analisar as implicações em se fazer parte da categoria imigrante, principalmente no que tange às relações de trabalho.

## Metodologia

Utilizou-se como metodologia para realização do presente trabalho o levantamento bibliográfico de Abdumalek Sayad (1998) e Zigmunt Bauman (2012), teóricos que versam sobre a temática.

## Discussão

Segundo Sayad (1998), um imigrante se caracteriza como uma força de trabalho passageira. “A estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeita ao trabalho” (Sayad, 1998, p. 55). Enquanto o imigrante está trabalhando, ele é autorizado a permanecer no país

de imigração, porém, quando deixa de ser uma força de trabalho, junto com ela o homem também deixa de existir, já que sua existência está atrelada ao trabalho. Assim, ser reduzido a uma força de trabalho implica a desumanização, ou seja, o sujeito é visto apenas enquanto categoria, momento em que sua identidade e seus direitos enquanto cidadão são deixados para trás. Constantemente, as migrações forçadas são acompanhadas da categorização de indivíduos que se sujeitam a imposições muitas vezes exploratórias, pois precisam ser aceitos.

De acordo com Bauman (2012), para adentrar uma fronteira, elementos de fora precisam se adequar ao sistema. Dessa forma, no presente trabalho, trataremos sistema como o país de imigração.

Verifica-se que, para permanecer no país de imigração, os imigrantes precisam passar por modificações, a fim de que sejam “ajustados” ao conjunto de regras, cultura e costumes do novo país, pois somente dessa forma os imigrantes poderiam ser assimilados. “Para os recém-chegados, assimilação significa transformação, enquanto para o sistema, significa reafirmação de sua identidade” (Bauman, 2012, p. 14).

Podemos, então, observar esse movimento de transformação quando abordamos as relações de trabalho estabelecidas entre venezuelanos e brasileiros. No contexto migratório em questão, grande parte dos venezuelanos que chegam até a cidade de Manaus não possui documentação nem validação de certificados e diplomas que comprovem a qualificação profissional, sendo essas as exigências do sistema para que o imigrante seja inserido no mercado de trabalho. Logo, sem o devido reconhecimento da documentação pela Secretaria de Educação de Manaus, a dificuldade para encontrar emprego aumenta. Aliada a esses problemas, emerge também a dificuldade acerca do idioma, que, inicialmente, é um elemento a mais e que torna mais difícil ainda a busca por um emprego<sup>3</sup>. Então na tentativa de angariarem uma fonte de renda, os imigrantes são submetidos a situações de exploração no trabalho, e como não veem outra alternativa, aceitam permanecer e se ajustar a essa perversa relação laboral.

Vale salientar que existe uma distinção, para o governo brasilei-

---

<sup>3</sup> SEVERIANO, Adneison. Com fluxo migratório intenso, imigrantes venezuelanos voltam a acampar nas ruas de Manaus e podem ser alvos da exploração ilegal do trabalho. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/com-fluxo-migratorio-intenso-imigrantes-venezuelanos-voltam-a-acampar-na-rodoviaria-e-ruas-de-manaus.ghtml>>. Acesso em 10 mai. 2019.

ro, entre o imigrante e o refugiado: aqueles que realizam o pedido de refúgio passam a ser tutelados pelo governo brasileiro, adquirem o direito ao CPF e à carteira de trabalho, documentos importantes para regulamentação do trabalho do refugiado<sup>4</sup>. Entretanto, a maior parte dos venezuelanos que estão em Manaus chegaram por conta própria, sem pedido de refúgio e não possuem documentos. Assim, na ausência dessa documentação, os órgãos que fiscalizam o mercado de trabalho ficam impossibilitados de realizar ações efetivas no combate à exploração e ao trabalho escravo desses imigrantes venezuelanos.

## Conclusão

A partir desse estudo, conclui-se que a categoria imigrante pode implicar a ausência de direitos enquanto cidadãos e a destituição da identidade. Esse processo significa reduzir o sujeito a uma força de trabalho momentânea, na qual as pessoas enquadradas nessa categoria ficam vulneráveis à exploração e à escravidão no trabalho. A ausência de documentos contribui significativamente com esse processo de categorização, uma vez que, sem os documentos, as instituições que regulam e fiscalizam as condições de trabalho geralmente não têm acesso à situação real de exploração que os imigrantes venezuelanos vivenciam com frequência. O resultado de tais contingências está na ausência de ações efetivas de fiscalização e combate à exploração e trabalho ao escravo, como dito anteriormente.

## Referências bibliográficas

- BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- GODINHO, Luis Fernando. **Manaus reabre abrigo público para acolher venezuelanos vindos de Boa Vista**. 2018. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2018/09/05/manaus-reabre-abrigo-publico-para-acolher-venezuelanos-vindos-de-boa-vista/>>. Acesso em 6 mai. 2019.
- JUBILUT, Frinhani; LOPES, Liliana Lyra; DIAS, Fernanda de Magalhães; OLIVEIRA, Rachel de (organizadoras). **Migrantes forçados: conceitos e contextos**. Roraima: Universidade Federal de Roraima, 2018.
- SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

<sup>4</sup> GODINHO, Luis Fernando. **Manaus reabre abrigo público para acolher venezuelanos vindos de Boa Vista**. 2018, Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2018/09/05/manaus-reabre-abrigo-publico-para-acolher-venezuelanos-vindos-de-boa-vista/>>. Acesso em 6 mai. 2019.

# Atividade comercial e a estabilização do imigrante no Amazonas

Georgia Pozzetti Daou<sup>1</sup>

Dra. Lucia Marina Puga Ferreira<sup>2</sup>

**Resumo:** desde o ciclo da borracha, Manaus recebe imigrantes de várias partes do mundo. Assim, durante a formação da cidade, as várias nacionalidades que chegavam em busca de oportunidades melhores do que as encontradas na nação de origem, seja no comércio, na indústria, no extrativismo, na produção cultural ou em serviços, portugueses, italianos, sírio-libaneses, ingleses, japoneses, americanos e judeus, contribuíram para a construção de uma capital moderna e desenvolvida. Mesmo com os desafios econômicos visíveis no Brasil, o país ainda é a escolha de muitos imigrantes para a construção de uma nova vida, e, Manaus, por ser uma região fronteiriça, é a porta de entrada de muitos desses povos, como venezuelanos e haitianos, que continuam chegando à cidade há alguns anos.

Verifica-se, assim, que os imigrantes, inicialmente, procuram empregos, porém, ao se depararem com as dificuldades que essa busca oferece, seguem para atividades informais, como o comércio ambulante. Nos séculos XIX e XX, então, o comércio foi importante para a integração entre imigrantes e população local, além de se constituir parte do processo de pertencimento. Dessa forma, a partir da pesquisa bibliográfica e exploratória, desenvolvemos o trabalho a seguir em busca de entender se a atividade comercial também pode ser um fator de inserção socioeconômico e cultural para os imigrantes do século XXI que estão em Manaus.

**Palavras-chave:** imigração; comércio; trabalho inserção

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Estadual do Amazonas (UEA). Especialista em Gestão de Pessoas pela UniNorte (2014). Graduada em Hotelaria pela Castelli Escola Superior de Hotelaria (2009). E-mail: gpdaou@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (2013). Graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1997) e Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (2002). Professora da Universidade do Estado do Amazonas. Líder do Grupo de Pesquisa “Laboratório de Pesquisa em Ciências Sociais da Amazônia – LAPECSAM” (UEA). E-mail: luciapuga@outlook.com.

## Introdução

No decorrer da história da cidade, Manaus recebeu imigrantes de várias nacionalidades, como japoneses, libaneses, sírios, espanhóis, italianos, alemães e povos de outras nacionalidades que, segundo Staevie (2018), foram primordiais para a organização do mercado de trabalho da região. Isso porque, a partir dos esforços desses povos, em conjunto com a população manauara, a cidade conseguiu se desenvolver em diversos setores da economia.

Com o passar do tempo, os fluxos migratórios foram diminuindo. Manaus se tornou uma cidade estabelecida e a população local se acostumou com os traços e as características dos descendentes daqueles imigrantes anteriores. Agora, com os novos deslocamentos estrangeiros para a cidade, absorver e ambientar os novos moradores, seja no trabalho, moradia ou saúde, tem sido um desafio para a população.

A chegada em massa de haitianos (a partir de 2010) e venezuelanos (a partir de 2014), nos leva a repensar se a forma como os imigrantes – vindos no final do século XIX e início do XX – conseguiram se estabelecer e criar raízes no município pode também ser igual para esses novos imigrantes na região. Assim, foi com o objetivo de entender se a inserção socioeconômica e cultural dos imigrantes se dá também por meio da atividade comercial que este trabalho é desenvolvido.

## Metodologia

Tendo como base autores como Samuel Benchimol, a elaboração deste trabalho se dá a partir de pesquisas exploratória e bibliográfica, capazes de fornecer-nos os aportes necessários para a análise.

## Discussão

De acordo com Marília Ferreira Emmi (2009), no período entre 1850 e 1950, a Amazônia recebeu cinco fluxos migratórios que merecem ser destacados pela relevância na economia, sociedade, cultura e composição demográfica da região amazônica. São eles: portugueses, italianos, espanhóis, sírio-libaneses e japoneses que, de modo geral, vieram em busca de melhores condições de vida.

Além desses povos, Samuel Benchimol (2009) atribuiu também aos cearenses, judeus e norte-americanos a responsabilidade pela formação sociocultural da região amazônica. Staevie afirma que “é mister compreender que os estrangeiros foram fundamentais na estruturação do mercado de trabalho urbano, seja no âmbito da oferta, como na demanda por trabalho” (2018, p. 170), fato também observado nos fluxos migratórios abordados por Benchimol. Por exemplo, enquanto os portugueses foram pioneiros nas casas aviadoras e dominaram o comércio da borracha, os sírio-libaneses atuaram como regatões e mascates. Os italianos investiram no ramo de calçados e vestuário, os japoneses instalaram suas multinacionais, os ingleses focaram na exportação e os judeus viram uma excelente oportunidade de crescimento quando os europeus abandonaram a região na crise da borracha, tomando seu lugar na economia.

Na contemporaneidade, a cidade já está estabelecida e os novos personagens dos fluxos migratórios (haitianos e venezuelanos) que Manaus recebe têm procurado inserir-se nos setores de trabalho aos quais pertenciam em seu país de origem. Porém, “para aqueles que apresentam uma maior qualificação, o problema é encontrar trabalho na sua área, já que terão que revalidar os seus diplomas para exercer no Brasil a atividade laboral do país de origem” (SILVA, 2015, p. 167). Assim, pelo fato de o processo de revalidação ser longo e por priorizarem a necessidade de uma fonte de renda, acabam aceitando empregos inferiores à suas qualificações ou, ainda, partindo para o trabalho informal.

Por ser um modo de subsistência capaz de superar barreiras linguísticas, o comércio ambulante é uma forma de inserção no mercado de trabalho muito comum aos imigrantes. Hoje, em uma rápida caminhada pelo centro de Manaus, é possível identificar muitos haitianos e venezuelanos com suas barracas e carrinhos, ofertando frutas, salgados, doces e outros. O retorno de investimento rápido no ramo alimentício proporciona a essas pessoas a sobrevivência em uma nova terra, que os recebe ao mesmo tempo com oportunidades e preconceitos. Entre um consumidor e outro, o imigrante expressa a saudade de casa, os desafios pelos quais passou até chegar aqui, as expectativas para uma vida nova e a vontade de retornar à terra natal. Também apresenta características de seu país de origem, arrisca palavras em português e divulga os pratos típicos, a fim de manter

o vínculo com a sua identidade. A atividade comercial então, além de ser o ofício desses imigrantes, sociabiliza o indivíduo aos poucos.

## Conclusão

Com base nas bibliografias dos movimentos antigos e a observância dos fenômenos migratórios atuais da cidade de Manaus, concluímos que, de fato, o comércio pode ser considerado um importante meio de inserção socioeconômico e cultural, uma vez que o contato com o consumidor promove, além da habituação ao novo idioma, a possibilidade de propagação da cultura do imigrante e de formação de uma rede de contatos local.

## Referências bibliográficas

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: formação social e cultural*. 3 ed. Manaus: Valer, 2009.

EMMI, Marília Ferreira. **Fluxos migratórios internacionais para a Amazônia brasileira do final do século XIX: o caso dos italianos**. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). *Migração Internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA, 2009.

SILVA, Sidney Antonio da. **Inserção social e produtiva dos haitianos em Manaus**. In: PRADO, Erlan José Peixoto; COELHO, Renata (org.). *Migrações e Trabalho*. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

STAEVIE, Pedro Marcelo. **Imigração estrangeira, economia e mercado de trabalho na Amazônia brasileira entre o final do século XIX e início do século XX**. *Resgate - Rev. Interdiscip. Cult.*, Campinas, v. 26, n. 1 [35], p. 153-172, jan./jun. 2018.

# Grupo de Trabalho 5

## CONTEXTOS INDÍGENAS AMAZÔNICOS

---

*Coordenadores:*

*Prof. Dr. Sanderson Castro Soares de Oliveira  
(PPGL/FLET/UFAM FPI/DEEI/UFAM)*

*Profa. Dra. Carolina Ferreira Alves (FPI/DEEI/UFAM)*

*Profa. Me. Tharyn Machado Teixeira (FPI/DEEI/UFAM)*

*Local:*

*Escola Superior de Artes e Turismo (ESAT/ UEA)*

**Resumo:** a redemocratização do país coincide com um momento muito profícuo para os movimentos indígenas e indigenistas e, principalmente, com o fortalecimento da luta pela terra. Essas lutas acabam por ser reconhecidas na Constituição de 1988, o que gera uma série de avanços em diferentes áreas como o direito territorial, a saúde pública, a política de educação escolar indígena, a política e o direito linguístico, o reconhecimento de seus direitos civis e de suas culturas. Dessa forma, este Grupo de Trabalho tem como foco a discussão sobre as mudanças ocorridas no contexto indígena amazônico no período de redemocratização e seus desdobramentos. Busca-se, portanto, entender quais mudanças ocorreram, como ocorreram, que atores sociais estavam envolvidos e como são reconhecidos pelo Estado brasileiro. No momento em que muitos desses avanços vêm sendo questionados publicamente, principalmente por representantes do Estado, esta discussão faz-se mais do que necessária e espera-se que este Grupo de Trabalho possa ser um espaço de reflexão para o momento atual.

# O panorama da educação escolar indígena no município de São Gabriel da Cachoeira-AM: avanços e desafios

Aparecida Eufelia Fonseca Alencar<sup>1</sup>

**Resumo:** a Constituição Federal de 1988 garante às populações indígenas a oferta da Educação Escolar Indígena específica e diferenciada no processo ensino-aprendizagem e, assim, que as propostas pedagógicas atendessem o que tanto foi reivindicado pelas lideranças e movimentos indígenas: um ensino diferenciado, intercultural e bilíngue. Apesar do avanço na implementação da Educação Escolar Indígena nas escolas do município, percebe-se, na prática, que a mesma enfrenta desafios, principalmente no que diz respeito à falta de políticas públicas municipais que atuem de fato na efetivação dessa educação intercultural. Sendo assim, para os professores indígenas, a Educação Escolar Indígena é um desafio a ser superado, no qual deverá ressignificar sua prática metodológica envolvendo a interculturalidade e trabalhar de forma simultânea a educação escolar da sociedade indígena e não indígena, proporcionando ao discente indígena o reconhecimento de sua identidade étnica, valorizando a sua língua, a sua cultura e a do outro, sem qualquer forma de preconceito.

**Palavras-Chave:** interculturalidade; São Gabriel da Cachoeira-AM; avanços; desafios

## Introdução

O Município de São Gabriel da Cachoeira é um dos 62 municípios do estado do Amazonas. É admirado pelas suas belezas naturais e também pela diversidade cultural existentes. Sua população é formada por 23 grupos indígenas e não indígenas, vindos das diversas regiões do país. Essa diversidade enriquece culturalmente e linguisticamente o local, uma vez que são elementos que

---

<sup>1</sup> Indígena, da etnia tukana. Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas (2006). Especialista em Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, pelo Instituto Federal do Amazonas. Graduada em Licenciatura Plena em Letras - Língua Espanhola pela Universidade Federal do Amazonas (2017). Docente na Rede Estadual. Pedagoga na Rede Municipal.

identificam o município das demais regiões que formam o estado do Amazonas.

O município é protagonista na luta por uma educação escolar bilíngue e diferenciada há algumas décadas. Atualmente, ela está assegurada na Constituição Federal de 1988, no seu artigo 210, que garante às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e seus processos próprios de aprendizagem. Percebe-se, então, que as políticas educacionais brasileiras permitem que, em uma escola indígena, seja inserido o conhecimento indígena e o não indígena, uma abertura importante no processo de escolarização dos estudantes indígenas do Ensino Básico.

A partir dessa abertura, houve a criação de leis que garantem como deve ocorrer o processo de escolarização dos discentes indígenas. Dessa forma, pretende-se por meio desse trabalho analisar os avanços e desafios da Educação Escolar Indígena no Município de São Gabriel da Cachoeira AM, que teve a iniciativa, em conjunto com as lideranças e as comunidades indígenas, na reivindicação por uma educação específica, diferenciada e bilíngue.

## Metodologia

O trabalho foi desenvolvido por meio de Roda de Conversa, em uma abordagem qualitativa com 2 professores, que participaram efetivamente das discussões, juntamente com as demais lideranças indígenas a favor da Educação Escolar Indígena. Segundo os participantes, a luta começou por necessidade da valorização da língua materna, seus costumes e conhecimentos tradicionais, sendo esses os principais fatores para se pensar em uma educação escolar bilíngue e diferenciada.

O auge da discussão ocorreu na década de 80, a partir das grandes mobilizações, a fim de discutir e de convencer os indígenas contrários a essa educação considerada um retrocesso. Esse foi um pensamento fruto das políticas assimilacionistas e integracionistas do governo brasileiro, até a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Conforme narram os participantes, foram elencados avanços como:

- O ensino da Língua Materna nas Escolas Indígenas do Município;

- Cooficialização das Línguas Tukano, Baniwa, Nheegatú e Yanomami;
- Reconhecimento das Escolas Municipais e Escolas Estaduais com sede nas comunidades Indígenas como Escolas indígenas;
- Curso de Magistério Indígena;
- Curso de Licenciatura Intercultural;
- Saberes Indígenas; • Criação do Departamento de Educação Escolar Indígena.

Foram apresentados também os desafios que, de certa maneira, dificultam que a Educação Escolar Indígena seja concretizada como foi pensada pelas lideranças que protagonizaram por essa luta. Aqui, pontuamos algumas das dificuldades que travam o processo:

- Falta de apoio do poder público para efetivação da Educação Escolar Indígena;
- Falta de assessoria na produção do material didático próprio e específico;
- Matriz curricular em processo de elaboração;
- Falta de compromisso da maioria dos docentes indígenas com a prática da educação escolar indígena; • Projeto Político Pedagógico Indígena das Escolas indígenas em processo de construção.

Diante desse cenário, reconhecer os avanços e os desafios significa buscar novas estratégias para melhorar cada vez mais o que conquistamos. Assim, espera-se que os desafios sejam sempre elementos de avaliação e estudo para superação. Daí a necessidade de a escola acompanhar o processo educativo de acordo como os participantes, utilizando, para isso, recursos como: avaliar, periodicamente, o trabalho desenvolvido, verificando avanços e retrocessos por meio de encontros, debates e seminários; e construir o Projeto Político Pedagógico, a fim de garantir o reconhecimento como Escolas Indígenas e, futuramente, a autonomia da escola, com seu próprio currículo e matriz curricular.

## Fundamentação teórica

Historicamente, a população indígena da região do Alto Rio Negro tem sofrido preconceitos e hostilidades durante o processo civilizatório por parte do colonizador. E não foi diferente com o processo de escolarização com a chegada dos missionários salesianos, cujo objetivo era educar e catequizar os indígenas, formando bons cristãos e bons cidadãos. Para Rezende (2010), essas práticas educativas e evangelizadoras provocam mudanças nas práticas culturais, diminuição e/ou abandono de algumas práticas culturais e imposição/assimilação de outros valores não indígenas.

Conforme (WEIGEL, 2000), suas ações educativas fundamentavam-se tanto no ideal religioso quanto na teoria pedagógica formulada por Dom Bosco, cujos princípios constituíam o denominado Sistema Preventivo de Educação que, segundo o autor, tinha como eixos a caridade, a dedicação e o amor aos educandos: fomos educados para obedecer e servir a Deus e ao governo.

Essa visão muda a partir do momento em que a população indígena do município de São Gabriel da Cachoeira, juntamente com os demais indígenas do Brasil, organizados em movimentos sociais, iniciam a luta por reconhecimento de sua identidade étnica e pela diversidade linguística e cultural que formam a população brasileira. Essa luta tinha como objetivo reivindicar uma educação escolar específica e diferenciada para as populações indígenas.

Conforme Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI (2002), a Constituição Federal, nos seus artigos 210, 215 e 230, garante aos indígenas uma educação diferenciada. A nova Lei de Diretrizes e Base – LDB (Lei 9394/96), aprovada pelo Congresso Nacional em 17 de dezembro de 1996 e promulgada no dia 20 de dezembro do mesmo ano, também reconhece que escola deve proporcionar às comunidades indígenas oportunidades para manifestarem suas culturas e o uso da língua materna, que estes não sejam motivos de preconceito, mas, sim, de respeito e incentivo.

A escola que, há algumas décadas, desconheceu e desvalorizou o conhecimento tradicional, a língua materna, a cultura e a crença dos povos indígenas, de São Gabriel da Cachoeira em razão de políticas integracionistas da época, hoje tem o compromisso de rever esse passado e oferecer uma educação escolar indígena de qualidade, que respeite as diferenças culturais e étnicas. Assim, a escola

indígena deve ser um espaço de pesquisa, de produção de conhecimento e de reflexão crítica por parte de todos os que participam dela (RCNEI, 2002).

Segundo Rezende (2010), essas escolas, com seus trabalhos e projetos, exercem políticas públicas, sendo um espaço no qual os professores têm a oportunidade de contextualizar suas práticas pedagógicas diante da diversidade cultural que existe na sala de aula, oferecida por alunos de diferentes etnias.

Daí surge a importância de trabalhar a Educação Escolar Indígena na prática, proporcionando e ensinando os estudantes a preservar, da sua cultura, tudo o que ainda existe.

## Conclusão

A Educação Escolar Indígena, desde sua implantação no município de São Gabriel da Cachoeira, tem sido uma das prioridades no processo educacional. Ela obteve avanços, mas o seu grande desafio é a efetivação dessa educação de fato no ambiente escolar e na prática docente. Sendo assim, a educação intercultural é um desafio para todos, seja para docentes, comunidades indígenas e poder público, pois, enquanto não assumirem o compromisso de pôr em prática o que está garantido na Constituição Federal, o desafio persistirá.

As políticas integracionistas prevaleceram até a promulgação da Constituição Federal de 1988. A partir de então, nós indígenas começamos a escrever uma nova história no processo de escolarização: a educação escolar indígena, valorizando nossa cultura, nossa língua, nossos valores e nossos conhecimentos tradicionais. Assim, valorizar o conhecimento indígena e não indígena no espaço escolar significa trocar experiências, respeitando as diferenças.

Diante do que foi apresentado, a educação escolar indígena no município de São Gabriel da Cachoeira avançou, mas, como se pôde perceber, estagnou. Portanto, é necessário fazer uma autoavaliação do nosso compromisso como professor indígena, uma vez que a educação escolar indígena é da responsabilidade de cada professor.

Identifica-se, aqui, que está na hora de ressignificarmos a prática docente incluindo, para isso, a interculturalidade.

## Referências bibliográficas

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília, 2002.

REZENDE, Justino Sarmiento. **A educação na visão de um Tuyuka**. Manaus: Faculdade Salesiana de Dom Bosco, 2010.

WEIGEL, Valéria Augusta de Medeiros. **Escolas de branco em maloka de índio**. Manaus: Universidade do Amazonas, 2000.

# Pedagogia intercultural indígena: os perfis sociolinguísticos e suas relações com a proposta formativa do curso “PARFOR”, realizado em São Paulo de Olivença/AM

Kelson Oliveira da Rocha<sup>1</sup>

Sanderson Castro Soares de Oliveira<sup>2</sup>

**Resumo:** este trabalho objetiva apresentar o Projeto de Iniciação Científica, intitulado “Pedagogia Intercultural Indígena: os perfis sociolinguísticos e suas relações com a proposta formativa do curso Parfor, realizado em São Paulo de Olivença/AM”, cadastrada no Departamento de Apoio à Pesquisa (DAP) e financiada pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que conta com a contribuição, como orientador, do Prof. Dr. Sanderson Castro Soares de Oliveira. A pesquisa tem como objetivo central analisar a relação entre o perfil sociolinguístico das turmas de Pedagogia Intercultural Indígena (UEA) do município de São Paulo de Olivença/AM e a proposta formativa do curso. A metodologia tem cunho qualitativo e, para a coleta de dados, utilizamos a pesquisa bibliográfica, para a qual consultamos livros, artigos, revistas, teses, dissertações e documentos acessados digitalmente.

**Palavras-chave:** educação indígena; pedagogia intercultural; perfis sociolinguísticos **Introdução**

---

<sup>1</sup> Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM.

<sup>2</sup> Possui graduação em Língua Espanhola e Literatura Espanhola e Hispano-Americana pela Universidade de Brasília (2006). Obteve o título de Mestrado em 2009, no Programa de Pós Graduação em Linguística da mesma Universidade. Encerrou o doutorado em 2014, no mesmo PPGL. Foi professor do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga da Universidade do Estado do Amazonas de 2012 a 2018. Atualmente, é professor Adjunto da Universidade Federal do Amazonas - UFAM (Manaus), onde lidera do Grupo de Pesquisa Sobre Línguas e Culturas Amazônicas. Na UFMA, atua na graduação como professor do Curso de Formação de Professores Indígenas do Departamento de Educação Escolar Indígena e é professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras. É pesquisador do Laboratório de Línguas Indígenas da UnB. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Línguas Indígenas, atuando principalmente nos seguintes temas: línguas indígenas, Korúbo, Páno, descrição de línguas indígenas, Linguística Histórica, História Social da Linguagem.

As lutas dos povos indígenas pela educação não é um assunto que se pode declarar novo. Durante o percurso histórico de séculos de lutas, somente a partir da década de 1970 é que essas reivindicações tomaram força e espaço. No ano de 1988, a questão foi consolidada na Constituição Federal (BRASIL, 1998), mais precisamente em seus artigos 210, 215 e 230.

O presente projeto foi elaborado com o intuito de disseminar informações sobre algumas ramificações das lutas desses povos, como a formação de professores indígenas, legislações brasileiras relacionadas a questões linguísticas desses povos e questionários analisados de duas turmas do curso de Pedagogia Intercultural Indígena do município de São Paulo de Olivença, assim como a sua proposta formativa.

O objetivo central desta pesquisa é analisar a relação entre o perfil sociolinguístico das turmas de Pedagogia Intercultural Indígena da Universidade Estadual do Amazonas do Município de São Paulo de Olivença/AM e a proposta formativa do curso. Para isso, foram delimitados os seguintes objetivos específicos: 1. Realizar o levantamento bibliográfico e documental sobre indígenas; 2. Traçar o perfil sociolinguístico aplicado pelo NDE do curso (Kokama, Kambeba e Ticunã); 3. Identificar em que medida os dados levantados estão considerados na proposta formativa do curso de Pedagogia Intercultural Indígena (UEA/AM).

## Metodologia

A proposta desta pesquisa é uma análise documental, definida por Ludke e André (2013) como uma “[...] técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (LUDKE; ANDRÉ, 2013, p. 38), na busca por maior abrangência do objeto pesquisado e que sugerem novas formas de descoberta a partir dos dados encontrados.

Para definir o significado sobre documentos, Ludke e André (2013) baseiam-se na visão de Philips (1974), que justifica como sua definição quaisquer materiais escritos que possam ser utilizados como fonte de informação sobre o comportamento humano. Como complemento a este pensamento:

[...] estes incluem desde leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão e até livros, estatísticas e arquivos escolares.” (LUDKE; ANDRÉ, 2013, p. 38)

Partindo desses fundamentos, consideramos a análise documental uma importante ferramenta para alcançar os objetivos propostos e que contemplam nossos objetos de pesquisa.

Os documentos a serem analisados são:

1. As respostas ao questionário sociolinguístico, aplicado em 2015 aos acadêmicos;
2. O PPC do curso de Pedagogia Intercultural Indígena (UEA, 2017), no que diz respeito ao trabalho com as línguas indígenas;
3. A Resolução CNE 01/2015, que recomenda a diretriz sobre a questão sociolinguística nos cursos de formação de professores indígenas.

Os dados do questionário serão lançados e analisados separadamente em números totais e percentuais. A partir da obtenção desses números, algumas correlações serão investigadas (e.g. correlação entre etnia e fluência na língua indígena). Após as análises iniciais e as correlações, os dados obtidos serão considerados à luz do PPC do curso e verificada a adequação da proposta do curso com a realidade sociolinguística observada. Após a primeira análise, serão realizadas novas análises, considerando a adequação da realidade observada a partir dos dados sociolinguísticos à Resolução CNE/CP 01/2015.

## Resultados e discussões

Por muitos anos, a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) tem se preocupado com a formação dos indígenas que nessas terras habitam. Como destaca Santos (2016, p. 17):

Desde a sua criação, a UEA pautou sua política pública para educação superior nas demandas inadiáveis das populações amazônicas, sobretudo dos povos, comunidades e organizações indígenas que encontraram na instituição de ação indigenista, uma parceria relevante para as suas políticas indígenas.

No ano de 2004, é consolidada a Lei 2.894, na qual a UEA assume a responsabilidade para com as comunidades do interior com graduação “[...] para a população indígena, estabelecendo o necessário diálogo intercultural e privilegiando as regiões de maior concentração desses povos” (BRASIL, 2004).

Assim, a realização deste projeto permite o conhecimento e o debate sobre questões indígenas no seu âmbito linguístico, cultural e demográfico, assim como a análise da proposta formativa do curso de Pedagogia Intercultural.

## Conclusão

Pretendeu-se, aqui, abrir uma gama de possibilidades para as discussões linguísticas indígenas, que passam por um processo de perdas na atualidade. O resgate dessas línguas é de suma importância para as culturas indígenas, para pesquisadores da área e para o conhecimento das comunidades em geral. A formação de professores assume um papel importante para esse resgate e ampliação das questões linguísticas indígenas.

## Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 3 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei 2.894, que dispõe sobre as vagas oferecidas em concursos vestibulares pela Universidade do Estado do Amazonas e dá outras providências.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2 ed. São Paulo: EPU, 2013.

SANTOS, Luciano Cardenes. Pedagogia Intercultural: a trajetória de uma política indigenista de educação superior. In: **Unindo pessoas por meio dos rios: a experiência do proind no ensino presencial mediado por tecnologia**. Organizadores: Adria Simone Duarte de Souza; Célia Aparecida Bettiol. Manaus: UEA, 2016.

# Educação escolar indígena e a diversidade sociolinguística

Sanderson Castro Soares de Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** no presente trabalho, analisa-se o reconhecimento da diversidade sociolinguística nos documentos normativos e orientadores da Educação Escolar Indígena. De uma quase total ausência do reconhecimento da diversidade linguística brasileira no período pré-constituição de 1988 ao reconhecimento do bilinguismo como valor positivo no período posterior à constituição, pretende-se mostrar que o reconhecimento da diversidade linguística não foi acompanhado do reconhecimento da diversidade de contextos sociolinguísticos dessas línguas. A ideia de defender o bilinguismo como fator positivo dominou o início da consolidação da educação escolar indígena, esquecendo-se de que há contextos muito diversos nas comunidades indígenas que não poderiam se enquadrar nesse conceito. Essa demora no reconhecimento tem consequências para o quadro atual da área, que luta, ao mesmo tempo, para fortalecer as línguas indígenas e para reconhecer contextos diversos em que essas línguas não são mais faladas em algumas comunidades. Objetiva-se, portanto, mostrar como os documentos regulamentadores e orientadores da Educação Escolar Indígena ajudou a construir a imagem de um contexto bilíngue em comunidades indígenas, distanciando-se de outros contextos sociolinguísticos em que a língua não é mais falada nas comunidades, o que é muito comum em diversas sociedades contemporâneas. Essa contradição gera questões práticas que carecem de reflexão e que devem ser pensadas à luz das conquistas indígenas no contexto pós-constituente.

**Palavras-chave:** bilinguismo; diversidade linguística; contextos sociolinguísticos; línguas indígenas

---

<sup>1</sup> Graduação em Língua Espanhola e Literatura Espanhola e Hispano-Americana pela Universidade de Brasília (2006). Título de Mestrado em 2009, no Programa de Pós-graduação em Linguística da mesma Universidade. Doutorado (2014), no mesmo PPGL. Professor do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga da Universidade do Estado do Amazonas, 2012 a 2018. Professor adjunto da Universidade Federal do Amazonas - UFAM (Manaus), liderança do Grupo de Pesquisa Sobre Línguas e Culturas Amazônicas. Professor do Curso de Formação de Professores Indígenas do Departamento de Educação Escolar Indígena (UFAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras. Pesquisador do Laboratório de Línguas Indígenas da UnB. Experiência na área de Linguística, com ênfase em Línguas Indígenas: Línguas Indígenas Korúbo, Páno; Descrição de Línguas Indígenas; Linguística Histórica; História Social da Linguagem.

## Introdução

A educação escolar indígena foi reconhecida no Brasil a partir do texto constitucional de 1988, que, em seu art. 210, § 2º, estabelece que o “ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”. A partir desse texto, uma série de iniciativas que, entre outros aspectos, reconheciam experiências em curso como as do Acre, do Tikuna e do Alto Rio Negro, no Amazonas, dentre muitas outras, começa a tomar corpo e os seus atores se organizam em torno de discussões que começam a fomentar a institucionalização e a regulamentação de uma área da educação que ficou estabelecida como Educação Escolar Indígena.

Essa área da educação foi estabelecida com base em princípios muito claros e com pressupostos bastante consensuais no contexto das discussões da década de 1990. Entre os princípios, destaca-se aqui o do bilinguismo, que, por definição, marca uma posição muito clara de entendimento dos contextos indígenas como eminentemente bilíngue. Por outro lado, o princípio também se relaciona com o pressuposto de que o professor da escola indígena é, necessariamente indígena, pois é o elemento que trabalhará pelo fortalecimento de sua língua e cultura. Portanto, o professor é também eminentemente bilíngue e trabalhará em sala pelo fortalecimento de sua língua.

Essa visão dominou os documentos orientadores e reguladores, pelo menos, até o final da década de 1990, como pode ser observado nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Escola Indígena – RCNEI (1998). É apenas nos documentos dos anos 2000 que outros contextos começam a ser apontados e verifica-se um reconhecimento do trabalho com língua indígena em contextos não bilíngues. O presente trabalho traça esta trajetória com o objetivo de demonstrar as suas implicações para a construção de modelos de educação na atualidade.

## Metodologia

Para chegar ao seu objetivo, o presente trabalho analisa, em uma série histórica, os conceitos relacionados à língua indígena e aos contextos sociolinguísticos contidos nos marcos regula-

dores e orientadores da Educação Escolar Indígena brasileira. Para tanto, foram selecionados os principais marcos legais produzidos em âmbito nacional. Assim, foram também colhidos os conceitos considerados relacionados, a partir de uma análise subjetiva do autor, levando-se em conta sua experiência na área. Após essa seleção, passou-se a analisar esses conceitos, a fim de verificar como se relacionam aos contextos sociolinguísticos contemporâneos e de conhecimento amplo entre pesquisadores da linguística e da educação.

## Resultados e discussão

Após a análise inicial, demonstrou-se uma concentração das discussões e da regulamentação da Educação Escolar Indígena com base em um contexto bilíngue, generalizado entre indígenas brasileiros.

Essa noção vai sendo complexificada a partir do início dos anos 2000 e chega aos dias atuais com uma maior pluralidade de usos terminológicos que reconhecem o plurilinguismo, o monolingüismo (em língua portuguesa e em língua indígena) e diversas outras situações que não eram encobertas pelo termo bilingüismo. Não obstante a mudança de paradigma nos textos orientadores, nota-se que as discussões iniciais da década de 1990 deixam reflexos muito fortes em políticas em curso no período atual e geram desafios que ainda não foram pautados de forma clara nem pelos movimentos indígenas e nem pelos pesquisadores da questão.

## Conclusões

Haja vista o desenvolvimento da questão como apontado na seção anterior, nota-se a necessidade de levantar a questão e complexificar o debate sobre a língua na escola indígena. Por outro lado, é necessária uma série de cuidados para não expor os direitos conquistados em detrimento da precisão analítica ou terminológica. Se, por um lado, o bilingüismo, como defendido inicialmente pelos defensores da escola indígena, trouxe implicações para o presente, foi ele também que possibilitou a construção de experiências em que a língua indígena possa ser valorizada por seus falantes. Tratar a questão no contexto político atual merece não apenas um reconhecimento das dificuldades inerentes à questão, mas um comportamento ético

co dos atores envolvidos para com as línguas indígenas brasileiras e com os povos que as falam.

## Referências bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. **Referencial Curricular Nacional para a Escola Indígena**. Brasília, DF: MEC/SEF/DEPF, 1998.

# Dinâmica indígena no Amazonas: a necrópole de Miracanguera em Itacoatiara

Paulo Holanda<sup>1</sup>

Cristiano Paiva<sup>2</sup>

**Resumo:** a necrópole de Miracanguera (Itacoatiara – AM) está localizada às margens do rio Paraná da Trindade. Verificou-se, assim, que moradores da região sempre se mantiveram em uma organização social para a manutenção da memória da cerâmica ali encontrada. Dessa forma, entendemos que as grandes questões humanas sobrevivem nas obras, ou seja, é por meio delas que se conhecem os valores e os saberes de outros povos, sendo também na obra que aparecem as sobrevivências, atemporais e que ali ressurgem. Para o desenvolvimento desta pesquisa, realizou-se, primeiramente, um levantamento de informações bibliográficas, que se mostrou desafiante e gerou maior familiaridade com a problemática. Os demais dados foram coletados em trabalho de campo à comunidade, próxima da Costa do Miracauera. Conhecer outra cultura, e no caso específico a indígena, possibilitou visualizar aquilo que foi exposto em sala de aula sobre geografia cultural, espaço e cultura material, algo que na vida desses povos é cotidiano, mas para muitos em nossa sociedade se torna utópico. O que poderia possibilitar a nós (ocidentais modernos) um modo específico e outro ponto de vista para pensar nossa sociedade. Estes estudos sobre sociedades indígenas têm demonstrado a ineficácia da aplicação de conceitos ou de categorias exteriores a elas. Assumindo esta postura, abrimos as portas para o diálogo entre nossa cultura (do investigador) e a cultura que pretendemos compreender.

**Palavras-chave:** cerâmica indígena; cultura; etnoarqueologia

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas – UEA. Especialista em Desenvolvimento, Etnicidade e Políticas Públicas na Amazônia - IFAM. Licenciado em Artes Visuais – UFAM. E-mail: paulo.flu@sapo.pt.

<sup>2</sup> Mestrando em Geografia – UFAM. Especialista em Desenvolvimento, Etnicidade e Políticas Públicas na Amazônia – IFAM. Licenciado em Geografia – UFAM. E-mail: cristianopaiva1@hotmail.com.

## Introdução

A cerâmica apresenta formas estilísticas e funcionais variadas dentre os povos indígenas brasileiros e representa um universo de produção que inclui diferentes períodos históricos. Seu desenvolvimento ocorre com técnicas diferenciadas de produção e complexidade, desde a coleta de matéria-prima até os polidores feitos de sementes ou pedras. Um ofício totalmente manual e realizado, em sua maioria, apenas por mulheres, transmitido de geração em geração.

A necrópole de Miracanguera (Itacoatiara – AM) está localizada às margens do rio Paraná da Trindade. Os moradores da região sempre se mantiveram em uma organização social para a manutenção da memória da cerâmica ali encontrada. Por esse motivo, esta pesquisa adentrou no universo cerâmico pelo viés da geografia cultural, da antropologia da arte e da etnoarqueologia.

Nesse sentido, o presente trabalho objetiva entender a cerâmica indígena encontrada em Miracauera e sua importância para os povos que habitam a Amazônia. Em trabalho de campo, foi possível verificar a riqueza histórico-cultural, além da diversidade físico-natural. Este estudo proporcionou a oportunidade de vivenciarmos, na prática, as relações entre o espaço da natureza e o espaço construído ao longo do percurso. No ensinar e aprender de povos e culturas, é importante trabalhar com o espaço concreto para melhor assimilação de todo o contexto. O “ver, tocar, sentir” o espaço presente mobiliza as sensações e percepções, no processo da construção dos conceitos geográficos e proporciona a articulação entre a teoria e a prática da territorialidade e os vestígios cerâmicos.

## Materiais e métodos

Para o desenvolvimento desta pesquisa, realizou-se, primeiramente, um levantamento de informações bibliográficas que se mostrou desafiante e gerou maior familiaridade com a problemática, em áreas como arqueologia, antropologia da arte, história, arte, etnologia e órgãos oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Os demais dados trabalhados foram coletados em trabalho de campo à comunidade próxima da Costa do Miracauera, com saída no dia 29 de abril, na Praça da Saudade, centro de Manaus, e mais

10 paradas ao longo dos dias foram feitas, se dividindo entre os modais terrestres e fluviais. Foram utilizados câmera fotográfica e caderno de campo como elementos essenciais da pesquisa, permitindo as anotações ao longo do trajeto, assim como as observações de especificidades da área da necrópole.

## A importância da memória e cultura cerâmica

O fazer cerâmico é compreendido pelos registros orais e não é tarefa comum a todas as etnias indígenas, apresentando diferentes formas para cada local, explicitando a riqueza e a diversidade cultural presentes dentre esses povos. Ribeiro (1987) afirma que só na arte cerâmica a criatividade indígena encontra materiais capazes de conservar-se sob quaisquer condições. Perpetuando esse ofício como campo específico da cultura material nessas civilizações, onde constatamos uma produção rica em detalhes, exuberante em cores e nas mais diversas formas. Gallois (2016), no entanto, sinaliza para as tensões entre as abordagens “estetizantes” e abordagens “contextualizantes”, considerando duas maneiras bem distintas de estabelecer continuidades ou descontinuidades culturais.

Silva (2000) afirma que essa abordagem proporciona estudos sobre os padrões de subsistência e assentamento, produção e utilização da cultura material. Essas questões são relevantes para estudiosos de todo o continente americano e tornaram-se básicas na arqueologia amazônica. O levantamento bibliográfico acerca dessa produção mostrou que há poucos trabalhos referentes à cultura material. De acordo com Lima (1987), é essencial o esforço de reconstituição das culturas, utilizando elementos da cultura material que por muitos é considerada uma temática pouco nobre. Entendemos que os objetos e tecnologias adquiriram a capacidade de se transmutarem em elementos variados, adequando-se ao cotidiano e ao ritual entre os povos. Em outras palavras, a cerâmica constitui uma relação entre lugar e espaço, o espaço é o movimento, e espaços possuem suas próprias memórias.

## A cerâmica da costa do Miracanguera – Paraná da Trindade (Itacoatiara/AM)

A formação do Miracanguera, localizado no Paraná da Trindade, tem origem indígena. Essa terminologia significa, segundo Stra-

delli (1929): mira = gente, nação, povo; cauera = osso, ossada; Miracuéra = mortos; Mira can-uéra = osso de gente; Mira can-uéra-tyua = cemitério, lugar de ossos de gente. Na etimologia tupy, significa “onde tem osso de gente”, no caso, um cemitério.

A explicação e a relação com a terminologia se deve ao fato de que, durante o campo, foram encontrados fragmentos de cerâmicas (Figura 01) em um dos terrenos percorridos. Além disso, há, no local, a presença de numerosas manchas de solos pretos, de cor cinza-escuro, somada com a riqueza de cacos de cerâmica, os quais apontam haver existido ali uma ocupação indígena.

**Figura 01: Vestígios arqueológicos de cerâmicas na Costa do Miracanguera**



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2018.

Trata-se, portanto, de uma área que foi ocupada por indígenas, como anteriormente destacado. Existem, no entanto, relatos de Barbosa Rodrigues, em 1982, que atestam e descrevem essa região como a necrópole do Mirakanguéra. Como pode se observar nos escritos de Rodrigues:

Designam por esse nome, que quer dizer osso de gente que existiu, de mira, gente, kang, osso e kuera, que existiu, o terreno que ha seculos foi um extenso cemiterio de uma grande população que habitou nas proximidades, por dilatados annos. Occupa este cemiterio, verdadeira necropole, um espaço ao longo da costa, de mais de meio kilometro, e pelo interior se estende a grande

distancia, fóra o que tem sido arrebatado pelas aguas; facilmente se distinguem seus vestígios a dous metros abaixo da superfície do solo e a seis ou oito acima das aguas, no tempo da vasante. Desde a boca do Arauató até S. José do Amatarý, todo o terreno è levado annualmente pelas aguas do rio Amazonas, que o excava, fazendo com que as terras desabem, levando comsigo não só arvores da floresta primitiva, como a matta de nova apparição e os cacaoaes que estão ahi hoje plantados. (BARBOSA RODRIGUES, 1892).

A principal riqueza arqueológica do Brasil, sem dúvida, é a cerâmica indígena. A pesquisa e a divulgação do assunto na Amazônia, sobretudo em nosso estado, são quase nulas. Inexistem referências sobre os vasos da necrópole indígena de Miracauera – que significa “osso de gente que existiu”. Para Silva (2000: 122) (apud JOBIM, 1948), Miracanguera, “na sua mudez álgida, reflete os vestígios da extinta raça dos Aroaqui, e da civilização que ela trouxe, e não a obra de uma civilização estrangeira pré-histórica”. E Silva (2000: 122) também cita que o zoólogo suíço Emílio Goeldi (1859-1917) escreve:

Até hoje uma só voz se levantou, declarando positivamente que os construtores dos aterros sepulcrais de Marajó não são pré-históricos, que foram os Nheengaíbas, um ramo colateral dos Aroaqui. Foi Barbosa Rodrigues que chegou a este resultado pelo estudo comparativo da cerâmica funerária de Miracanguera (Serpa), no vale amazônico.

## Conclusões

As contradições, totalidades, articulações que ocorrem na relação sociedade e materialidade e o modo como essas contradições são contempladas pelo pensamento científico evidenciam uma necessidade de alargar as bases da produção do conhecimento voltadas para essa questão. A relação sociedade e materialidade, bem como todo saber e todo conhecimento sobre o mundo e sobre as coisas, há muito tempo tem estado condicionada pelos contextos históricos, ecológicos, culturais, geográficos, nos quais se produzem e reproduzem as variações da formação social.

Nesse processo, a história do homem na Amazônia é marcada por silêncios e ausências que acentuam a sua relativa invisibilidade e

velam os traços configurativos da sua identidade. Desse modo, adentrar o universo identitário dos povos amazônicos implica considerar um mundo de ambiguidades; trata-se de percorrer caminhos que se cruzam e se contrapõem, mascaram diferenciações sociais que têm entravado processos de emancipação social e política.

Os estudos sobre sociedades indígenas têm demonstrado a ineficácia da aplicação de conceitos ou de categorias exteriores a elas. Assumindo essa postura, abrimos as portas para o diálogo entre nossa cultura (do investigador) e a cultura que pretendemos compreender. Ressalta-se também ser necessário que haja outras discussões sobre a temática, uma vez que, para o avanço da ciência, é necessário o surgimento de questionamentos e problematizações.

## Referências bibliográficas

BARBOSA RODRIGUES, J. **Antiguidades do Amazonas. A necrópole de Mirakangüera**. Velloso. Contribuições do Museu Botânico do Amazonas (Arqueologia e Paleontologia, 1885-1888) 2: 1-40.

LIMA, Tânia Andrade. **Cerâmica indígena brasileira**. Cap. 7, p. 173-229. In: *Suma Etnológica Brasileira* 2. 2 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987.

GALLOIS, Dominique Tilkin. **Algumas aproximações entre etnologia, história e arqueologia**. 2 ed. Revista Teoria e Sociedade, nº 24, jul./dez., 2016.

RIBEIRO, Darcy. **Cerâmica indígena brasileira**. Cap. 1, p. 29-64. In: *Suma Etnológica Brasileira* 2. 2 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987.

SILVA, Fabíola Andréa. **As tecnologias e seus significados: um estudo da cerâmica dos Asuriní do Xingu e da cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma perspectiva etno-arqueológica**. (Orientadora: Lux Boelitz). São Paulo, 2000. 265 f. STRADELLI, E. **Vocabulários da língua geral português-nheêngatú e nheêngatú-português**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 104, vol. 158, p. 5-768. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929, 1.139 p.

# Grupo de Trabalho 6

## POLÍTICAS PÚBLICAS, CIDADANIA E MEIO AMBIENTE

*Coordenação:*

*Profa. Dra. Izaura Rodrigues Nascimento (UEA)*

*Prof. Dr. Valmir Cesar Pozzetti (UEA, UFAM)*

*Profa. Dra. Lucilene Ferreira de Melo (UFAM)*

*Local:*

*Escola Superior de Artes e Turismo (ESAT/ UEA)*

**Resumo:** o GT tem o objetivo de promover o debate sobre os temas Políticas Públicas, Cidadania e Meio Ambiente, abrigando resultados de pesquisas em: 1. Políticas Públicas: sobre o contexto neoliberal, a crise política institucional brasileira na contemporaneidade e os impactos das políticas públicas brasileiras. O capital social e o controle social; 2. Cidadania: a sociedade contemporânea e os desafios à cidadania efetiva; movimentos sociais, organizações não governamentais e cidadania. 3. Meio Ambiente: avanços e recuos na proteção ambiental no Brasil; a proteção ambiental e as populações tradicionais; biossegurança e Bioética; Cidade e Alteridade; Globalização e Sustentabilidade.

# A violência contra a mulher os desafios dos atendimentos realizados na DECCM-Manaus/AM

Laura Garcia Alencar<sup>1</sup>

Izaura Rodrigues Nascimento<sup>2</sup>

**Resumo:** este estudo tem como objetivo geral entender os desafios enfrentados pela Delegacia Especializada em Crimes contra a Mulher (DECCM) no município de Manaus/AM, quanto a seus objetivos, a sua atuação, a suas dificuldades e a sua dinamicidade entre a DECCM e suas usuárias. Pretendeu-se, assim, alcançar tal meta, inicialmente, por meio da revisão bibliográfica, buscando entender as relações entre saber e poder, os conceitos de saber jurídico, poder simbólico e campo jurídico. Em seguida, realizou-se a caracterização da pesquisa de campo para identificar suas potencialidades e desafios, para isso foi imprescindível o estudo das legislações que envolvem o combate a esse tipo de violência, a questão de gênero, as lutas sociais na busca dos direitos femininos. Enfatizamos, preliminarmente, a visibilidade dos dados que a violência doméstica ganhou no ano de 2019, por meio de mídias digitais, tanto locais como nacionais, nos instigando a estudar e buscar entender os atendimentos realizados, assim como os desafios nos atendimentos. Isso porque a especializada é uma das principais, talvez a primeira, instituição a ter contato com uma mulher em situação de violência doméstica. Concluímos o penúltimo objetivo específico, referente à pesquisa de campo, em que foi feita a observação dos atendimentos realizados, que abrangem simples orientações nos guichês de atendimento, registro de Boletim de Ocorrência e os depoimentos da ofendida na sala cartório, totalizando 34 (trinta e quatro) atendimentos observados ao longo de 07 (sete) idas à especializada. Encontramo-nos no último objetivo específico, que consiste na aplicação das entrevistas com servidores da DECCM.

**Palavras-chave:** legislação; direitos; prevenção

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito/ UEA. E-mail: lga.dir16@uea.edu.br.

<sup>2</sup> Atuação no Programa de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos/MPSP e em cursos de Graduação da Escola Superior de Ciências Sociais/ESO da Universidade do Estado do Amazonas/UEA. E-mail: izaura27@gmail.com.

## Introdução

Ao tratar de violência doméstica, no sistema penal brasileiro observa-se a tipificação de legislações que surgem em prol dos direitos femininos. Diante disso, o presente trabalho buscou entender como tal legislação vem vigorando, devido aos diversos percalços apontados por autores como Cunha (2014), Oliveira (2016), Souza (2016) e Rubim (2017).

A DECCM foi escolhida em razão de ser a instituição responsável por atender mulheres em situação de violência doméstica, sobretudo, por se tratar de uma das ferramentas essenciais para mudar essa realidade. Desse modo, propõe-se a seguinte questão de pesquisa: quais os desafios nos atendimentos realizados na DECCM?

A DECCM foi criada no estado do Amazonas, pelo Decreto nº 10.347, de 07/07/1987, localizada na rua Recife nº 3395 (Cunha, 2016).

Do ponto de vista acadêmico, ainda são poucos os estudos sobre a temática no estado. Além disso, ressalta-se que esta pesquisa se vincula a uma pesquisa de maior alcance, denominada *Homicídio Intrafamiliar no Amazonas*, implementada no âmbito de um projeto universal do CNPq, que trata do cenário político institucional de enfrentamento ao homicídio intrafamiliar. Ressalta-se, também, que este estudo soma-se à pesquisa sobre a DECCM, iniciada com o projeto anterior de Iniciação Científica intitulado *O enfrentamento à violência contra a mulher e o feminicídio a partir da atuação da Delegacia Especializada em Crimes contra a Mulher (DECCM)*, de natureza bibliográfica, realizada no período de agosto de 2017 a julho de 2018.

Para isso, este estudo tem como objetivo geral entender os desafios enfrentados pela Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher (DECCM) quanto a seus objetivos, atuação, dificuldades e dinamicidade entre a DECCM e suas usuárias. Como objetivos específicos, a revisão bibliográfica a partir das relações entre saber e poder e dos conceitos de saber jurídico, poder simbólico e campo jurídico; caracterização da pesquisa de campo e identificação das suas potencialidades e desafios; a identificação e análise das novas legislações que envolvem o combate à violência contra a mulher; identificação a Rede de Atendimento e Enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil e em Manaus; entender o funcionamento da DECCM, a partir da pesquisa de campo e identificar os desafios nos atendimentos realizados na DECCM.

## Metodologia

Foram realizadas pesquisa qualitativa e pesquisa de campo. Sobre as técnicas de coletas de dados utilizadas no presente estudo, nos propomos a observar o processo de atendimento na DECCM e aplicar entrevistas a alguns funcionários da DECCM. Para Ruiz (2014, p. 51), a entrevista “consiste no diálogo com o objetivo de colher, de determinada fonte, de determinada pessoa ou informante, dados relevantes para a pesquisa em andamento”. Quanto à técnica da observação, para Gil (2010, p. 129), a observação é “caracterizada pelo contato direto do pesquisador com o fenômeno a ser estudado, com a finalidade de obter informações acerca da realidade vivenciada pelas pessoas em seus próprios contextos”.

De acordo com Santos (2016), os recursos humanos que compõe a DECCM, localizada no bairro Parque Dez, totaliza 50 servidores. Assim, o público a ser entrevistado será constituído por servidores lotados nessa especializada no período de, no mínimo, 06 (seis) meses até a aplicação das entrevistas, sendo 04 estagiários, 04 policiais (ambos realizam os atendimentos às mulheres) e 02 delegados, contando com a titular, totalizando 10 (dez) entrevistas.

## Resultados e discursões

No Brasil, a partir da criação da Secretaria Especial de política para as Mulheres (SEPM), em 2003, as ações para o enfrentamento da violência contra as mulheres passaram a ser efetivadas, pois receberam maior investimento e a política foi ampliada, no sentido de promover a criação de novos serviços e de propor a construção de Redes de Atendimento em Manaus, fazendo parte dos órgãos de atendimento.

De acordo com Santos (2016), as instituições que fazem parte da rede em Manaus são: o SAPEM (Serviço de Apoio Emergencial a Mulher); o CREAM (Centro Estadual de Referência e Apoio à Mulher); o SAVVIS (Serviço de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual); a Casa Abrigo (para aquelas com risco eminente de morte); a Coordenação dos Serviços de Atenção em Defesa dos Direitos da Mulher; o CEDIM (Conselho Estadual dos Direitos da Mulher); a Vara Especializada em Crimes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; o Núcleo de Atendimento Especializado à Mulher

Vítima de Violência, da Defensoria Pública do estado do Amazonas; o CMDM (Conselho Municipal dos Direitos da Mulher); e o SEMAS-DH (Núcleo de Promoção dos Direitos da Mulher), que também fazem parte das ações de medidas protetivas às mulheres, oriundas da Lei Maria da Penha, na cidade de Manaus.

Desde dezembro de 2018, a Delegacia da Mulher-Anexo passou a funcionar de forma autônoma, ficando responsável pelos atendimentos das zonas norte e leste, e a especializada do bairro Parque Dez, responsável pela zona Sul, centro-oeste e oeste. Apesar de haver mais regiões, foi mencionado que é a Delegacia-Anexo a especializada que recebe maior atendimento por dia, em razão do número maior de habitantes das duas zonas que abrange. As observações se deram unicamente na especializada do bairro Parque Dez.

Quanto aos atendimentos: mesmo com a divisão, observou-se que os dias em que a DECCM do Parque Dez tem mais atendimentos continua sendo a segunda-feira, devido à proximidade com o final de semana; o atendimento é organizado por ordem de chegada; é imprescindível que as usuárias forneçam o endereço residencial ou laboral do autor ou de algum familiar do acusado (observou-se que algumas mulheres são pegadas de surpresas, pois há casos em que elas desconhecem a informação), detalhe que pode impossibilitar alguns dos procedimentos da especializada, a começar pelo registro do B.O.; geralmente a usuária está acompanhada de algum familiar ou amigo(a); é comum mulheres, sozinhas ou acompanhadas, entrarem na delegacia somente para tirar dúvidas, o que não deixa de ser um tipo de atendimento; quando há situações mais complexas, caso a titular não esteja, a mulher é orientada a voltar no primeiro dia útil seguinte para conversar diretamente com a titular e tomar as providências possíveis; durante o atendimento, caso estejam com o emocional abalado são encaminhadas a um atendimento no SAPEM, localizado atrás da delegacia; durante os atendimentos, é comum relatarem dúvidas pertinentes a questões familiares e outras demandas com outras pessoas, que não sejam especificamente o autor; quando há registro do crime de injúria, acompanhado por ofensas e palavras de baixo calão, as mulheres não se sentem à vontade em reproduzi-las. Então, diante dessa resistência, verifica-se uma insistência por parte de quem faz o atendimento, a fim de que se tome conhecimento acerca dessas ofensas; ainda é grande o número de mulheres que gostariam que fosse adotado o procedimento

antigo, que consiste na realização do Termo de Bom Viver, porém esse procedimento já não é mais utilizado.

Quanto à estrutura: há 04 (quatro) guichês de atendimento; dos 04, 03 guichês realizam os atendimentos, ficando um deles de reserva. Há 03 (três) salas cartórios, uma onde ficam os inquiridos que não foram para frente; a segunda denominada “sala da vítima”, onde a mulher é ouvida; e uma terceira sala de nome “sala do agressor”, onde o acusado é ouvido.

A titular da DECCM do Parque Dez se mostra bastante acessível e disposta a ajudar a todos que buscam informações na delegacia, principalmente por meio de entrevistas feitas por acadêmicos ou jornais locais.

Seguindo o nosso cronograma de atividades, estamos trabalhando com nosso último objetivo específico, que é a elaboração de entrevistas para servidores da delegacia e a aplicação delas para ajudar na identificação dos desafios nos atendimentos realizados na DECCM.

## Conclusões

A problemática da violência doméstica contra a mulher reflete um dos problemas sociais mais alarmantes e preocupantes presentes atualmente. Neste trabalho, vimos a abordagem de legislações referentes à questão, uma vez que estudar o arcabouço legal que envolve o combate à violência contra a mulher de fato é uma fase indispensável para entender o processo de evolução normativa que se obteve até então. Assim, entende-se que a identificação da Rede de Atendimento e Enfrentamento à violência contra as mulheres, no Brasil e em Manaus, é fruto dessa Rede e, de forma proposital, o objeto principal desse estudo: a Delegacia Especializada em crimes contra a Mulher do município de Manaus/AM, localizada no bairro Parque Dez de Novembro. Desde o início, por meio do estudo teórico, vimos a criação, a regulamentação, o funcionamento e as atribuições, sendo possível entender tais elementos em segundo plano por meio da observação de campo. Neste momento, resta identificar os desafios nos atendimentos realizados na DECCM, o que será feito por meio da aplicação das entrevistas com os servidores da especializada.

## Agradecimentos

Agradeço a Deus, aos meus familiares, aos meus amigos da faculdade e, em especial, a minha orientadora.

## Referências bibliográficas

- CUNHA, Flávia Melo. **Marcas de um crime invisível**. Manaus: Wega, 2014.
- GIL, Antônio Carlos, 1946: **como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- OLIVEIRA, Criscyanne Andrade de. **Ronda Maria da Penha: o papel do estado Amazonas na redução da violência doméstica e familiar contra a mulher**. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2016.
- RUBIM, Goreth Campos. **O homicídio qualificado pelo feminicídio: estudos de caos na cidade de Manaus**. 116 fls. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2017..
- RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 6 ed. (8. reimp.). São Paulo: Atlas, 2014.
- SANTOS, D. L. **As ambiguidades no conceito da violência: o caso das mulheres manauaras que buscam a Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, 2016. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/5156/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Danielle%20Santos.pdf>>. Acesso em 19 mar. 2018.
- SOUZA, Luanna Tomaz de. **Da expectativa à realidade: a aplicação de sanções na Lei Maria da Penha**. Tese de Doutorado em Direito, Justiça e Cidadania no séc. XXI na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2016. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/30197/1/Da%20expectativa%20%C3%A0%20realidade.pdf>>. Acesso em 23 abr. 2018.

# (In)certezas no combate à violência doméstica e familiar contra mulheres

Thamyres Alves Depietro<sup>1</sup>

Lucilene Ferreira de Melo<sup>2</sup>

**Resumo:** a violência pode conduzir ao homicídio. Neste trabalho “(in)certezas no combate à violência doméstica e familiar contra mulheres”, apresenta-se essa preocupação. Temos como área de investigação os três Juizados de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. A pesquisa tem como objetivo problematizar as (in)certezas na prevenção de mortes violentas de mulheres a partir das relações familiares para saber o que vem sendo feito e o que pode ainda ser realizado para potencializar o enfrentamento. O estudo é exploratório, de caráter qualitativo, com dados de fonte primária. Essas técnicas permitiram o acesso à experiência na intervenção dos profissionais dos Juizados Especializados no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a mulher. Os dados foram analisados a partir da Análise de Discurso à luz dos trabalhos de Foucault (1986). Buscou-se, portanto, com o projeto, verificar, a partir de casos concretos, que os profissionais atuaram, levando-se em conta as peculiaridades do Amazonas, sobre a prevenção de mortes violentas de mulheres e, assim, vislumbrar possíveis medidas alternativas de proteção. Apresentaremos os dados parciais alcançados por meios das entrevistas realizadas com seis profissionais dos Juizados, nos quais se apresentam possíveis medidas alternativas de proteção para a redução de fatores de risco detectados nos casos de mortes violentas de mulheres.

**Palavras-chave:** violência intrafamiliar; prevenção; intervenção profissional

## Introdução

Este resumo expandido apresenta resultados parciais do projeto “(In)certezas na prevenção aos perigos presentes no risco de

---

<sup>1</sup> Aluna da Universidade Federal do Amazonas, 7º período de Serviço Social.

E-mail: thamyresdepietro15@gmail.com.

<sup>2</sup> Profa. Dra. do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas.

E-mail: lucilenefmelo@yahoo.com.br.

mortes violentas de mulheres nas relações familiares na ótica dos juizados especializados no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher”. O estudo está sendo desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) – UFAM e fomento de iniciação científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

O estudo pesquisa como o Estado brasileiro vem prevenindo os casos de morte violenta de mulheres nas relações familiares, e, também o que pode ainda ser realizado para potencializar o enfrentamento.

Apresentaremos os resultados alcançados com o objetivo específico: possíveis medidas alternativas de proteção para a redução de fatores de risco detectados nos casos de mortes violentas de mulheres. Os dados foram analisados a partir da análise de discurso à luz dos trabalhos de Foucault (1986). Buscou-se, portanto, com o projeto, aprofundar a reflexão das informações dos profissionais, evidenciando as peculiaridades do Amazonas sobre a prevenção de mortes violentas de mulheres e suas possíveis medidas alternativas de proteção.

## Metodologia

O estudo é exploratório, de caráter qualitativo. Na primeira fase, centraram-se esforços na construção do referencial teórico, por meio de levantamento bibliográfico e de fichamentos das categorias centrais e secundárias. O levantamento bibliográfico sobre a temática foi realizado durante todo o decorrer do trabalho. A segunda fase constituiu-se na aplicação do pré-teste para validação do formulário. Na terceira fase, ocorreu a coleta de dados, sucedendo à entrevista como técnica privilegiada, foi aplicado um formulário para profissionais do corpo técnico dos juizados especializados no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. As entrevistas ocorreram com seis profissionais do corpo técnico, dentre homens e mulheres, de duas profissões: Serviço Social e Psicologia. A coleta de dados foi iniciada após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Solicitamos o Termo de Anuência da Instituição envolvida, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Termo de Gravação de Voz aos entrevistados. As entrevistas foram agendadas e realizadas em locais de melhor conveniência para os participan-

tes. Na quarta fase da pesquisa foi elaborado o relatório parcial. Na quinta fase deste projeto, a tabulação de dados para melhor controle e análise das informações. Na sexta fase, será elaborado o relatório final da pesquisa. As conclusões decorrentes da realização da pesquisa serão comunicadas também no Congresso de Iniciação Científica (CONIC).

## Resultados e discussões

Apresentaremos a análise dos dados a partir do objetivo que consistia em saber: possíveis medidas alternativas de proteção para a redução de fatores de risco detectados nos casos de mortes violentas de mulheres.

Os entrevistados, ao serem questionados acerca da possibilidade em realizar proteção efetiva às mulheres em situação de violência, emitiram os seguintes posicionamentos:

Entrevistado 1: “[...] violência vai passar necessariamente pelas políticas públicas.”

Entrevistado 2: “com o que temos hoje, para algumas mulheres acaba se tornando efetiva [...]”

Entrevistado 3: “Existem dispositivos que acabam sendo eficazes por conta de o Estado não suprir isso de forma adequada [...]”

Entrevistado 5: “É muito difícil garantir uma proteção efetiva à mulher [...]”

Nas respostas, observa-se a tendência para a incerteza na efetiva proteção às mulheres em situação de violência. Ao mesmo tempo, um reconhecimento da responsabilidade do Estado em contribuir para atenuar essa situação. Diante disso, um dos caminhos possíveis, hoje, é o reforço na prevenção.

Os autores Cardin e Mochi (2012), ao tratarem sobre o tema da prevenção, defendem a ideia das políticas públicas preventivas, em diferentes situações antes, durante e depois da violência, um esforço integrado nos diferentes níveis do governo, articulando a sociedade e diferentes profissionais.

Ao serem questionados sobre como reduzir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, os entrevistados colocaram-se da seguinte forma:

Entrevistado 1: “Apesar de os casos aumentarem, eu acredito que a denúncia, esses casos que vem à tona fazem parte do processo de visibilidade da violência de gênero.”

Entrevistado 3: “[...] acredito que isso seja possível além da repressão, mais educação, investir nos projetos [...]”

Entrevistado 4: “[...] Tem a mídia, palestras, trabalhos nas escolas, tem várias ações de conscientização da importância da denúncia.”

Entrevistado 5: “É algo complexo de se afirmar, eu particularmente penso que no cenário político está fazendo o contrário [...]”

Entrevistado 6: “[...] se a gente não está conseguindo é preciso políticas públicas efetivas, retorno de alguns políticos que a gente já teve, aumento de investimento nessa área mesmo [...]”

De fato, a violência intrafamiliar é uma questão complexa, sobretudo a intrafamiliar e doméstica. Strey (2007) diz que é mais provável que uma pessoa sofra violência pela família do que em qualquer outro lugar. A família autoritária submete as pessoas umas às outras, tornando-se comum a resolução dos conflitos com a violência. Mas, com base no que foi dito pelos entrevistados: a denúncia, a educação, as ações de conscientização e o aumento do investimento na área da redução da violência ainda permitem vislumbrar possibilidades para a redução da violência contra as mulheres.

Cardin, Mochi (2012) e Peres (2002), pelo entendimento da violência como algo multicausal e que ocorre de múltiplas formas, defendem um enfrentamento da violência com uma atuação integral, interdisciplinar e com diversas medidas para o trato da questão.

As medidas alternativas de proteção que visem à redução da violência foram questões perguntadas aos entrevistados. Sobre isso, eles disseram:

Entrevistado 2: “[...] Igualdade de gênero, sem ter o que temos, precisamos de uma lei mais específica para trabalhar a prevenção, a alternativa é a prevenção mesmo.”

Entrevistado 3: “Prevenção, se chegar na base nas famílias nas escolas, isso recai também nos profissionais [...]”

Entrevistado 5: “Desconstruir com a nova geração nas escolas

para que tente mudar um pouco esse quadro de como o homem vê a mulher [...]"

Entrevistado 6: "A gente tem as políticas públicas, [...] sociedade civil atuando é possível, creio que até com o papel de fiscalizador de políticas públicas contra o Estado de mobilização."

De acordo com dados apontados pela Organização Mundial da Saúde (2014), a prevenção é uma ótima estratégia, pois, além de promover o crescimento econômico, pode ser direcionada a diferentes setores da sociedade. A Lei 11.340, em suas diretrizes sobre medidas integradas de prevenção, propõe aspectos educacionais como forma de prevenção. Mas, ainda de acordo com o Relatório Mundial Sobre a Prevenção da Violência (2014, p. 28), o maior investimento com relação à prevenção tem relação com mudanças de normas sociais e culturais e, não, com programas em escolas.

## Conclusões

A partir da pesquisa, analisamos, com base na ótica dos profissionais dos três Juizados, como a prevenção e o enfrentamento à violência são realizados em Manaus, além do seu papel na rede de proteção. Foi possível avaliar, ainda, como ocorre o trabalho profissional, os programas e os projetos realizados no Juizado e em outras instituições, assim como a importância desse órgão para Manaus e para as famílias em situação de violência.

Dessa forma, foi possível perceber no trabalho que, mesmo diante de toda a complexidade da violência intrafamiliar e das incertezas na proteção às mulheres em situação de violência, ainda é possível dinamizar o trabalho existente. É preciso, no entanto, de acordo com o resultado das entrevistas, adotar medidas alternativas de proteção para a redução de fatores de risco que contribuem para a violência.

## Referências bibliográficas

CARDIN, Valéria; MOCHI, Tatiana. **Das políticas públicas de prevenção no combate à violência Intrafamiliar praticada contra a criança e adolescente**. Rio de Janeiro: Espaço Jurídico, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France em 02 de dezembro de 1970. Paris: Editions Gallimard, 1971.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório Mundial Sobre a Prevenção da Violência (2014)**. Núcleo de Estudos da Violência (Trad.) São Paulo: 2015. Acesso em 10/05/2019, <<http://nevusp.org/relatorio-mundial-sobre-a-prevencao-da-violencia-2014/>>. PERES, Maria Fernanda. **Prevenção e controle: oposição ou complementaridade para a redução da violência**. Cienc. Cult. Vol. 54 nº 1, jun./set. São Paulo, 2002.

STREY, Marlete Neves. Gênero, família e sociedade. In STREY, Marlete Neves; NETO, João Alves da Silva; HORTA, Rogério Lessa. **Família e gênero**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

# Aspectos da prática institucional no sistema penitenciário nas fases anterior e posterior ao massacre no COMPAJ, em 2017

Ruth Dutra Vieira<sup>1</sup>

Lucilene Ferreira de Melo<sup>2</sup>

**Resumo:** o presente artigo busca, a partir dos resultados parciais do projeto de pesquisa “Um estudo sobre aspectos políticos e institucionais da gestão do sistema penitenciário no Amazonas”, que está sendo desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) – UFAM, retratar aspectos da prática institucional no sistema penitenciário a partir da mídia. A instituição, na visão de Foucault, é o lugar no qual saber e poder circulam engendrando práticas institucionais. A metodologia deste estudo tem caráter quanti-qualitativo, que foi concebido como uma pesquisa documental. A coleta de dados foi realizada em jornais, sendo delimitado o período compreendido entre o segundo semestre de 2016 e primeiro semestre de 2017, correspondendo a um ano de publicações. Há de se frisar que esses são períodos anteriores e posteriores ao massacre no COMPAJ, em 2017. As matérias foram acessadas por meio de palavras-chave (as quais são inseridas no buscador da página on-line <http://d24am.com/> do jornal D24 Horas, respeitando o marco temporal delimitado para a pesquisa). O estudo encontra-se na etapa de análise dos dados coletados no jornal D24AM. Os dados permitem observar que, no semestre que antecedeu o episódio do Massacre no COMPAJ, há apenas 6 matérias com temas diversos sobre o sistema penitenciário. No semestre posterior à rebelião supracitada, relacionamos 17 notícias de temas variados, denotando um reforço nas atividades de revista e medidas para amenizar a situação de superlotação dos presídios. Observou-se o aumento da atenção midiática sobre o Sistema Penitenciário do Amazonas após o Massacre ocorrido no COMPAJ, principalmente com temas relacionados à se-

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Serviço Social – Universidade Federal do Amazonas. E-mail: [ruthdvieira@gmail.com](mailto:ruthdvieira@gmail.com).

<sup>2</sup> Professora Dra. Orientadora, Depto. de Serviço Social – Universidade Federal do Amazonas. E-mail: [lucilenefmelo@yahoo.com.br](mailto:lucilenefmelo@yahoo.com.br).

gurança, à gestão e aos investimentos, revelando uma imagem negativa do apenado.

**Palavras-chave:** gestão; recursos financeiros; direitos sociais

## Introdução

O trabalho aqui em questão traz resultados do projeto de pesquisa “Um estudo sobre aspectos políticos e institucionais da gestão do sistema penitenciário no Amazonas”, que está sendo desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) – UFAM, com bolsa do CNPQ. A pesquisa tem como objetivo geral analisar aspectos da gestão do sistema penitenciário. Os objetivos específicos consistem em sistematizar o destino dos recursos financeiros e orçamentários alocados ao Sistema Penitenciário no Estado do Amazonas e identificar a observância dos direitos dos presos no Sistema Penitenciário do Amazonas. Para atingir tal escopo, descreve-se a execução da Administração Penitenciária Amazonense, a quantidade de recursos financeiros alocados, bem como a administração de tais recursos no que se refere à garantia dos direitos dos presos.

Episódios como a rebelião no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, em 01/01/2017, fomentam debates acerca de políticas públicas destinadas ao sistema penitenciário e da violação dos direitos dos presos previstos na Constituição de 1988 e reforçados na Lei de Execução Penal (LEP).

O objetivo geral deste artigo consiste em retratar aspectos da prática institucional no sistema penitenciário a partir da mídia, delimitando como período de pesquisa o segundo semestre de 2016 e o primeiro semestre de 2017, sendo esses períodos que antecedem e sucedem à rebelião ocorrida no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (COMPAJ).

Dentre as obras essenciais para a pesquisa, destacam-se: *Vigiar e punir*, de Foucault (1987), e *Sistema Penitenciário do Amazonas*, de Ferreira e Valois (2006). Os estudos de Beccaria (1974) afirmam a prisão ser, antes de tudo, um suplício. Para Faleiros (2015), a instituição é utilizada para manter uma coerção sobre o indivíduo com relação à gestão social. Kauchakje (2007) entende como gestão de

ações públicas que atendem a demandas e necessidades do cidadão. Para Covre (2002), direitos sociais estão relacionados ao atendimento das necessidades básicas do ser humano.

## Metodologia

O método utilizado será a análise dos discursos em Foucault (1996), para quem o discurso é um acontecimento histórico, uma realidade material pronunciada. Sua produção é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos que têm por objetivo se aliar aos seus poderes para evitar sua temível materialidade.

Os dados do estudo aqui proposto são obtidos em campos de fonte secundária, configurando-se como uma pesquisa documental. O estudo é composto por duas etapas: a primeira delas, a construção do referencial teórico metodológico – leitura dos autores que embasam a discussão da pesquisa (as categorias e conceitos pesquisados têm como fonte livros e artigos científicos; a segunda fase consiste na coleta e análise dos dados, dividida em dois momentos: a) *locus* da coleta de dados na versão on-line do jornal D24. b) os documentos a serem analisados serão: Lei do Orçamento Anual (LOA) e balanços de execução orçamentária, publicados no site do Tesouro Nacional, Lei do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), publicada no site da Assembleia Legislativa do Estado, bem como documentos de controle financeiro disponibilizados pela SEAP.

As matérias foram acessadas por meio de palavras-chave, as quais são inseridas no buscador da página on-line <http://d24am.com/> do jornal D24 Horas, respeitando o marco temporal delimitado para a pesquisa. O estudo encontra-se na etapa de análise dos dados coletados no jornal D24AM.

Na análise dos dados, combina-se a utilização da estatística descritiva e a técnica de análise de discurso em Foucault. Buscou-se, em portais de transparência, documentos de controle financeiro da SEAP e em matérias de jornal, identificar discursos relacionados aos apenados do Sistema Penitenciário do Amazonas, que possibilitassem analisar o cumprimento dos seus direitos. Ao explorar a perspectiva analítica de Foucault, entende-se que os discursos precedem os sujeitos e este garante o primeiro, como quando mostra que o discurso sobre a loucura precede o louco.

## Resultados e discussão

A história humana vincula-se ao direito penal, pois desde a antiguidade era preciso um ordenamento coercitivo para manter a ordem social. As formas de punição empregadas eram severas, cruéis e desumanas, como ocorria nos famosos suplícios. Esses eram um estilo penal de espetáculo punitivo, consagrado pela aplicação sobre o corpo de uma aparente justiça cingida pelo clamor da vingança.

No fim do século XVIII e começo do XIX, nota-se a supressão da punição como espetáculo público. Aos poucos, esses atos começaram a ser vistos como algo negativo. O carrasco era comparado ao criminoso, a execução pública considerada incentivadora da violência, “fazendo do supliciado um objeto de piedade e de admiração” (FOUCAULT, 1987, p. 12). A humanidade buscou outras formas de punir os delitos, com a instauração do Direito Penal garantindo maior humanização da pena e do direito de punir.

Apesar de o suplício não ser mais a técnica central de sofrimento, sendo substituída pela perda de bens ou de direitos, permanece um fundo “supliciente” nos modernos mecanismos da justiça criminal, pois, para Foucault (1987, p. 19), “a prisão sempre aplicou certas medidas de sofrimento físico”.. O sistema penal brasileiro admite a teoria mista da finalidade da pena, que apresenta um sentido duplo de reprovação da conduta do agente delitivo pela retribuição por todo ato ilícito por meio da pena e da prevenção da prática do crime. De acordo com Noronha, “a pena tem índole retributiva, porém objetiva os fins da reeducação do criminoso e de intimidação geral. Afirma, pois o caráter de retribuição da pena, mas aceita sua função utilitária” (NORONHA, 2000, p. 223).

Com o fim do espetáculo punitivo, a situação do cumprimento da pena restringe-se à dinâmica interna das unidades prisionais, sendo revelada para a sociedade por meio de relatórios de inspeções realizadas ou em notícias de jornais, sendo mais frequentes após acontecimentos graves como rebeliões.

Ao realizar-se o levantamento das matérias do jornal on-line D24 referentes às notícias relacionadas aos direitos dos apenados do Amazonas, observou-se que, no semestre anterior ao episódio do Massacre no COMPAJ, relacionamos apenas 6 matérias, porém com temas diversos, pois se publicava pouco sobre o sistema penitenciário no jornal pesquisado. Entretanto, após a verificação do semestre

posterior à rebelião supracitada, relacionou-se 17 notícias de temas variados, com reforço nas atividades de revista e medidas para amenizar a situação de superlotação dos presídios.

Dessa forma, os dados obtidos permitem verificar a crise do Sistema Penitenciário do Amazonas, a partir de seus principais acontecimentos. Como resultado parcial obtido, observou-se o aumento da atenção midiática sobre o Sistema Penitenciário do Amazonas após o Massacre ocorrido no COMPAJ, porém pouco relacionada aos direitos dos detentos, prevalecendo temas relacionados à segurança, à gestão e aos investimentos, revelando, muitas vezes, a imagem negativa do apenado.

## Conclusão

Apesar deste estudo se encontrar em execução, ainda com dados parciais, é possível sinalizar que houve impactos no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (COMPAJ), a partir da ampliação da exposição na mídia a rebelião ocorrida.

Um dos aspectos da prática institucional no sistema penitenciário intensificada foi o controle e o monitoramento dos internos do sistema penitenciário.

Em relação aos direitos dos internos do sistema penitenciário, independentemente do período, o que antecede e ou sucede a rebelião ocorrida no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (COMPAJ), esses aparecem com pouca menção na mídia.

O trato da imagem do apenado também foi modificado pela mídia, após a rebelião ocorrida, pois, antes da ocorrência, essa era mais positiva.

## Referências bibliográficas

BECCARIA, op. cit. BECCARIA, C. **Dos delitos e das penas**. 1764. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/delitosB.pdf>>. Acesso em 25 out. 2018.

COVRE, M. L. M. **O que é cidadania?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 199, p. 14-15.

FALEIROS, V. P. **Saber profissional e poder institucional**. C 11 ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 41-76.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3 ed. São Paulo: Loyola, 1996. PDF.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 38 ed. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 238.

KAUCHAKJE, S. **Gestão Pública de Serviços Sociais**. Curitiba: Ibpex, 2007.

MAIA, M. Gestão Social: reconhecendo e construindo referenciais. **Revista Virtual Textos&Contextos**. Porto Alegre, n. 4, dez. 2005.

NORONHA, M. M. **Direito Penal**. V 35 ed. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 223.

# O cenário político-institucional para a prevenção à família em situação de violência em Manaus

Larissa Matos de Souza<sup>1</sup>

Lucilene Ferreira de Melo<sup>2</sup>

**Resumo:** a pesquisa versa acerca da violência intrafamiliar, seu objetivo geral busca analisar o cenário político-institucional para a prevenção à família em situação de violência em Manaus. Os objetivos específicos consistem em: identificar as prevenções existentes de violência intrafamiliar nas relações familiares a partir da experiência das Varas Maria da Penha; averiguar as fragilidades e fortalezas do meio político-institucional dos serviços/instituições públicas de atenção à violência intrafamiliar e evidenciar a trajetória dos serviços/instituições públicas utilizadas pela mulher antes da judicialização da violência intrafamiliar. Nesta pesquisa, compreende-se que, em meio às relações familiares e de parentesco, a violência também ocorre. Entende-se que a família pode apresentar diferentes níveis de poder, que são manifestos nas relações entre familiares que podem acarretar na prática da violência, configurando, assim, a violência intrafamiliar. O estudo é exploratório e de caráter quali-quantitativo. O *locus* da pesquisa são os Juizados Especializados no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Na coleta de dados, a entrevista é a técnica privilegiada. Foi utilizado um roteiro de entrevista com perguntas abertas e fechadas para ser aplicado aos profissionais dos Juizados. As respostas obtidas dos profissionais que atuam em meio à violência intrafamiliar, na rede de atendimento à mulher, foram submetidas à análise do discurso em Foucault. Ao que se pôde analisar, a violência intrafamiliar, pela sua complexidade, é trabalhada em categorias. São estabelecido grupos de intervenção, sobretudo grupos de mulheres, crianças e idosos.

**Palavras-chaves:** serviço social; discurso; Foucault

---

<sup>1</sup> Acadêmica em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Estudante do Grupo de Pesquisa em Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: larissa.msouza018@gmail.com.

<sup>2</sup> Prof. Dra. do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: lucilenefmelo@yahoo.com.br.

## Introdução

A pesquisa está sendo desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) – UFAM, que versa acerca da violência intrafamiliar e busca realizar uma análise do cenário político-institucional para a prevenção à família em situação de violência em Manaus. Para um primeiro passo para o estudo com as famílias, é necessário percebê-las como uma criação humana e mutável, para, assim, compreendê-la como um grupo social e um objeto de estudo científico.

A família é comumente apreendida como um espaço de promoção de afeto, segurança e respeito. Contudo, em meio às relações familiares e de parentesco, a violência também ocorre. Sabe-se que a violência é algo presente na sociedade, podendo ser categorizada em diferentes formas, dentre elas a violência intrafamiliar. A violência intrafamiliar, segundo o Ministério da Saúde (2012), é caracterizada por toda “ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família”. Considera-se que esta pesquisa poderá contribuir na discussão sobre a violência intrafamiliar a partir do olhar do Serviço Social, assim como na possibilidade de vislumbrar novas estratégias que possam estimular as instituições públicas na melhoria das formas de enfrentamento dessa modalidade de violência.

## Metodologia

A pesquisa é **exploratória**, de caráter quali-quantitativo, com dados de fonte primária. O trabalho está subdividido em cinco fases. Na primeira, a construção do referencial teórico, por meio de levantamento bibliográfico e de fichamentos das categorias centrais e secundárias. Na segunda fase, foi elaborado o roteiro de entrevista, com perguntas abertas e fechadas, de forma a abarcar questões pertinentes aos objetivos a que está pesquisa se propõe. Foi realizada aplicação do pré-teste para assegurar maior clareza e objetividade.

Na coleta de dados, a entrevista foi a técnica utilizada, sendo aplicado o roteiro de entrevista aos profissionais do corpo técnico dos Juizados Especializados no Combate à Violência Doméstica e

Familiar contra a Mulher. Todas as entrevistas foram gravadas e autorizadas pelos participantes.

Os critérios de inclusão adotados são: membros convidados do corpo técnico dos Juizados Especializados no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que aceitem participar da entrevista, independentemente de gênero, cargo ou função no órgão. Os critérios de exclusão são: membros convidados do corpo técnico dos Juizados Especializados no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que estejam há menos de 3 meses de trabalho no órgão e servidores que apresentem deficiência auditiva e verbal, pelo fato de não dispormos de intérprete.

Na quarta fase da pesquisa, foi elaborado o relatório parcial das informações adquiridas ao longo dos meses da pesquisa para apresentar ao Comitê Científico do PIBIC. A quinta fase da pesquisa está em andamento, e é constituída por transcrição das entrevistas gravadas e análise. As conclusões decorrentes da realização da pesquisa serão comunicadas também no Congresso de Iniciação Científica (CONIC), contribuindo, assim, para ampliar as reflexões das possíveis novas estratégias de prevenção e enfrentamento à violência intrafamiliar.

## Resultados e discussão

A análise do discurso em Foucault é o recurso teórico-metodológico que norteia o trabalho. O discurso é uma prática social sempre produzido nas relações de poder, ou, ainda um conjunto de enunciados que se apoiem na mesma formação discursiva (FOUCAULT, 1986, p. 135). A formação discursiva faz referência aos enunciados, pois esses são interdependentes e estão associadas a determinados campos de saber.

As entrevistas permitem observar como a prevenção é entendida e operacionalizada em Manaus. Sobre a prevenção, segundo um dos entrevistados, “as que nós executamos [...] fazemos em diversos locais como as Universidades, CRAS, CREAS, UBS, Centros de Convivências e empresas” (Entrevistado 01).

As ações de prevenção informadas pelos profissionais são, em maioria, atividades desenvolvidas pelos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Outra instituição mencionada nas entrevistas foi o Centro de Referência de Assistência So-

cial (CRAS), como demonstrado por outro entrevistado: “[...] eles vão desenvolvendo várias temáticas, acredito que, dentro dessa perspectiva da prevenção, eles estão atuando aí nos grupos, que é a forma que eles têm de chegar com o contato com a comunidade” (Entrevistado 03). A partir disso, a modalidade de grupo é uma estratégia para alcançar a maior parte da comunidade nas ações de prevenção.

Outro entrevistado, quando perguntado sobre de quem seria a iniciativa das atividades de prevenção: “Eram iniciativas nossas, especificamente das equipes técnicas. Depois, o CNJ trouxe algumas recomendações de trabalhos para serem realizados. Contudo, a Lei Maria da Penha já possui em seus artigos esses trabalhos de prevenção” (Entrevistado 01).

Sobre as tipologias de violência intrafamiliar que seriam privilegiadas na prevenção, foi apreendido, como demonstrado no enunciado: “No geral, as atividades são realizadas de forma segmentadas: violência contra à mulher, criança, idosos. São fragmentadas. Não vou dizer que isso é ruim, pois é um assunto muito amplo. Então acaba sendo fragmentado” (Entrevistado 1). Contudo, a violência familiar contra a mulher foi ressaltada pelos profissionais: “Geralmente o foco é na violência contra a mulher” (Entrevistado 2). “A questão da violência doméstica, o homem e a mulher mesmo é o maior público, claro que a gente já atendeu aqui adolescentes e pais envolvidos em violência doméstica” (Entrevistado 3).

Sobre a operacionalização do trabalho articulado do Poder Judiciário entre as políticas de Assistência Social, Saúde e Educação na prevenção à violência intrafamiliar, foi apreendido que há uma articulação; contudo essa ainda precisa ser melhor desenvolvida, como bem demonstrado nessa fala: “Eu costumo dizer que embora a nossa rede seja fragilizada, ela existe. Quando eu participo de encontros nacionais, eu percebo que em muitos estados nem existe uma rede [...] então, embora fragilizada, ela existe, precisa sim ter uma articulação maior, os trabalhos precisam ser melhor compreendidos [...] existem os serviços com uma certa articulação na rede, tanto com a educação quanto a saúde, mas que ainda precisar melhorar muito, precisa se fortalecer bastante. A gente avançou muito, mas ainda não são suficientes para dar conta da demanda que temos” (Entrevistado 1).

No que tange às fragilidades da rede de proteção à violência, temos dois enunciados que evidenciam as dificuldades relatadas: “[...] seria a ampliação dos serviços. Como eu falei, os Centro de Referência (de apoio à mulher) deveriam ser por zona. Nós usamos todo o aparato estatal e municipal [...] usamos os serviços que temos, mas ainda assim não são suficientes para atender as demandas” (Entrevistado 1). Reafirma na seguinte contribuição: “O público só cresce, as denúncias estão se multiplicando, nós precisamos de mais pessoas para trabalhar, não só no juizado que é o fim, a questão jurisdicional é a última instância [...] não se tem pessoal suficiente para dá conta dos serviços que são impostos” (Entrevistado 3). Temos dois aspectos importantes: a falta de instituições e de profissionais. A combinação desses aspectos contribui na sobrecarga de trabalho dos profissionais atuantes nessa rede e, conseqüentemente, na precarização do trabalho e do serviço público na rede de proteção.

Foi um consenso entre os profissionais entrevistados que o contexto político influencia diretamente a operacionalização da rede de proteção: “Deveria ter uma maior articulação que potencializasse essa rede [...] as mudanças que ocorrem na transição do governo também é um ponto negativo” (Entrevistado 3). Reiterando essa questão: “Quando tem mudança de governo há uma demissão em massa e depois uma recontração, infelizmente isso aconteceu nos últimos anos com muita frequência aqui, houve uma troca de governos 3 ou 4 vezes [...] É uma dificuldade de informação, a gente estava tentando articular, fazer uma formação da rede, mas com essas mudanças de governo acabou não dando pra fazer” (Entrevistado 2).

No que tange ao percurso feito pelas mulheres vítimas de violência intrafamiliar nos serviços da rede de proteção até chegar ao Juizado, foi compreendido que, no geral, as mulheres passaram em outro serviço ou instituição, não especificamente pela violência, mas, sim, por outras razões como demonstrado no enunciado a seguir: “**É difícil elas terem passado por algum outro local. Quando passaram no CRAS por serem beneficiárias do bolsa-família, Conselho Tutelar por algum conflito que envolva os filhos ou na delegacia, que o primeiro local que elas buscam para interromper a violência, de buscar esse amparo. Muitas passam pelas Unidades de Saúde, mas muitas vezes não relatam a situação de violência**” (Entrevistado 1).

## Conclusões

Todos esses pontos foram levantados para destacar como a prevenção à violência intrafamiliar em Manaus vem sendo estabelecida.

Ao que se pode analisar, a violência intrafamiliar, pela sua complexidade, é trabalhada em categorias. São estabelecidos grupos de intervenção a partir da prevenção e de grupos, sobretudo de mulheres, crianças e idosos. Contudo, a violência contra a mulher é ressaltada pelos profissionais como a mais recorrente nas ações de prevenção.

No que diz respeito à rede de proteção à violência, os profissionais afirmam que há articulação com as instituições e serviços da rede; contudo, ainda de forma tímida e fragilizada.

O contexto político exerce grande influência na operacionalização das instituições, podendo ser de forma positiva, quando há o compromisso reiterado das instâncias de coordenação da rede que contribuem para que os serviços possam ser operacionalizados de forma contínua, como também, pode influenciar de forma negativa, quando ocorre o inverso.

## Agradecimentos

Os agradecimentos são direcionados ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e à Universidade Federal do Amazonas (UFAM), pelo apoio na pesquisa.

## Referências bibliográficas

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar**: orientações para prática em serviço. Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

# Programa “fica vivo” e redução de crimes letais no morro das pedras, em Minas Gerais

Lilian Barbosa Vieira<sup>3</sup>

Maxwell Marques Mesquita<sup>4</sup>

**Resumo:** no Brasil, poucos programas de prevenção à violência letal intencional destacam-se de modo positivo, sendo necessário, diversas vezes, recorrer ao panorama global, a fim de se obter uma visão panorâmica do contexto em lide. O programa Fica Vivo, realizado no Morro das Pedras, em Minas Gerais, foi responsável pelas reduções criminais de diversos tipos, mais especificamente a morte violenta intencional dos homens. O programa teve início com ações de prevenção criminal, como a fixação de cartazes com orientações, realização de palestras, reuniões com a comunidade e propagação midiática de boas práticas a serem realizadas pelos jovens. Desse modo, foi observada a redução de homicídios logo na sequência da implementação do referido programa, bem como notou-se que, ao ser retirado de operação durante alguns poucos meses, houve crescimento desses eventos delituosos no ano de 2003, período em que foram a óbito muitos jovens, após a paralisação do referido programa. Assim, apenas no mês de julho de 2003, as taxas de homicídios do Morro da Pedras aumentaram, reduzindo-se novamente a partir de janeiro de 2006, quando atingiram os menores valores no período estudado. Assim, essa experiência da política pública conhecida como programa Fica Vivo reforça a necessidade de pensar de modo social e conjunto, a fim de reduzir os homicídios.

**Palavras-chave:** violência letal; Fica Vivo; Minas Gerais; Morro das Pedras

## 1 Introdução

O programa Fica Vivo foi implementado na cidade Belo Horizonte, mais especificamente no Bairro Morro das Pedras, nos anos de 2002

---

<sup>3</sup> Especialista em Administração Estratégica. E-mail: lbvieira6@hotmail.com.

<sup>4</sup> Mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: maxwell\_mesquita@hotmail.com.

e 2003. É caracterizado, enquanto programa de prevenção, pela busca em minimizar os fatores de risco observados nos jovens. Ele tem base na teoria da desorganização social, onde pequenas sociedades não conseguem controlar as condutas de jovens, como entrada no tráfico de drogas, porte ilegal de arma de fogo dentre outras práticas delituosas. Tais fatores seriam os responsáveis pelo grande crescimento da taxa de mortes violentas na capital mineira. O Fica Vivo, utilizando mecanismos sociais de controle, oferece suporte aos jovens, de modo que tenham maiores chances de não ingressarem nas práticas criminais e, assim, reduzir os crimes violentos letais. Dessa forma, este estudo foi realizado utilizando-se as pesquisas bibliográfica e documental, para construção dos conceitos norteadores.

## 2 Argumentação teórica

Silveira (2010) elenca diversas experiências bem-sucedidas no âmbito internacional, no que tange à redução dos homicídios, a saber:

[...] a literatura aponta experiências bem-sucedidas de prevenção, como o programa The Boston Gun Project's – Operation Ceasefire,<sup>a</sup> que enfrentou o problema dos homicídios entre jovens em Boston e inspirou outros municípios por meio de programas como o Reducing Gun Violence – Community Problem Solving in Atlanta,<sup>b</sup> o Reducing Gun Violence – Operation Ceasefire in Los Angeles e o Fica Vivo em Minas Gerais. O primeiro foi avaliado por desenhos quase-experimentais com modelos comparativos antes e depois da intervenção no território dos programas e utilização de modelos estatísticos lineares generalizados. O Fica Vivo foi objeto de uma avaliação de sua efetividade pelo método Diferenças em Diferenças com Pareamento por Escore de Propensão (Silveira, 2010, p. 497)

De acordo com Peixoto (2007), a metodologia acima compara os grupos de tratamento e de controle em termos de mudanças no produto relativo à pré-intervenção. Para tal, requer dados amostrais para os tratados e não tratados em, pelo menos, dois períodos no tempo, antes e depois da intervenção.

Segundo Silveira (2010), ao se observar o programa Fica Vivo, que é uma política de segurança pública realizada no estado de Minas Gerais, notou-se que há dificuldades de se isolar os seus efeitos das demais causas. Nesse sentido, o programa atrela integração à

gestão de segurança pública, operando com viaturas de policiamento comunitário e outros programas sociais, objetivando gerenciar, monitorar e avaliar as estratégias policiais de controle e prevenção da criminalidade no referido estado.

Neste liame, desde o ano de 2002, foi verificado que houve uma queda acentuada nos primeiros meses de implementação do projeto, ou seja, em que as ações de proteção social começaram a ser praticadas tanto aquelas realizadas por policiais quanto outras entidades que realizam projetos sociais naquele local visando à redução da criminalidade (SILVEIRA, 2010).

O aglomerado denominado “Morro das Pedras” situa-se na região Oeste de Belo Horizonte e contava com cerca de 18.000 habitantes em 2002. O local foi escolhido para sediar o Programa devido a sua alta incidência de homicídios e à malha de aparelhos públicos e lideranças comunitárias motivadas para o enfrentamento do problema. (SILVEIRA, 2010, p. 498)

Após a fase preventiva, teve início a fase de expedição e cumprimentos de mandados de prisão, emprego de policiamento velado e investigações, a fim de tirar do Morro das Pedras aqueles infratores reincidentes na prática dos homicídios. Foi implementado, ainda, um grupo de policiais que realizavam oficinas culturais com jovens de 12 a 24 anos, faixa etária de maior risco social.

Silveira (2010) argumenta que houve redução da taxa de homicídios enquanto o programa foi implementado e, no período em que houve a paralisação, novamente verificou-se o crescimento gradativo da taxa de homicídios. Porém, há uma explicação plausível que a autora cita, a saber, que a redução dos homicídios poderia ter ocorrido em razão da migração de grupos criminosos para outras áreas próximas, tendo em vista a adaptabilidade destes infratores adiante da implementação do referido projeto. Porém, esse fato não pode ser comprovado nem refutado cientificamente até o momento, contudo, não deve ser descartado.

Peixoto (2007) destaca o seguinte:

Os resultados apontam que o impacto do programa Fica Vivo é diferente nas áreas analisadas, sendo mais efetivo na área piloto de implementação, Morro das Pedras<sup>18</sup>. O efeito do programa

no Morro das Pedras (MP) é bastante robusto, persiste ao longo do tempo, mas não de maneira uniforme. Na primeira expansão, quando o programa foi implementado no MP, o impacto em termo de redução de homicídio é expressivo. Quando o Fica Vivo foi expandido para mais locais este impacto diminui, mas continua existindo em magnitudes significativas. No último período de expansão, que ocorreu após sete períodos de implementação, o impacto aumenta e ultrapassa a magnitude inicial. (p. 15)

Cabe ressaltar que o programa Fica Vivo apresenta características que o relacionam à redução criminal no que tange aos homicídios violentos observados no estado de Minas Gerais, mais especificamente no Morro das Pedras. Nesse sentido, essas ações favoreceram a implementação das ações preventivas de proteção social. Assim, essas ações garantem reduções dos índices de criminalidade no local onde o programa foi implementado, criando um círculo virtuoso e assegurando bons resultados a longo prazo.

Entretanto, em alguns locais, o número de homicídios voltou a aumentar após alguns anos, exigindo novas medidas e novos esforços para manter a mobilização comunitária em torno do problema. Nessa adaptação, o programa deve fazer parte do ciclo de políticas públicas, tendo em vista que novas metodologias devem ser implementadas pelo governo para manter os índices criminais em um nível aceitável pela sociedade.

### 3 Considerações finais

As intervenções sociais preventivas de sucesso, mais especificamente o programa Fica Vivo, têm fundamento no conhecimento das dinâmicas sociais locais do Morro das Pedras que desencadearam mortes violentas. Deve-se, também, observar que são necessárias intervenções intersetoriais que fortaleçam a presença do Estado nas áreas mais acometidas, ou seja, que o Estado angarie maior legitimidade perante a população local, isto é, devem ser realizadas ações de Saúde, Educação e Segurança Pública, sendo elas estatais ou sociais, de iniciativa pública ou privada, de modo que haja maior mobilização e participação da população no planejamento, monitoramento e avaliação das ações executadas.

Os resultados do estudo em voga sugerem que o programa Fica Vivo pode constituir uma importante alternativa de prevenção de homicídios para comunidades que compartilham características com a área na qual foi originalmente implementando.

## 4 Referências bibliográficas

PEIXOTO, Betânia Totino. **Avaliação do Programa Fica Vivo no município de Belo Horizonte. 35° Encontro Nacional de Economia. 2007.** Disponível em: <[www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A165.pdf](http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A165.pdf)>. Acesso em 31 ago. 2018.

SILVEIRA, Andréa Maria. **Impacto do Programa Fica Vivo na redução dos homicídios em comunidade de Belo Horizonte. ver.** Saúde Pública, 2010. 44(3):496-502. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102010000300013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102010000300013)>. Acesso em 29 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Prevenindo homicídios: avaliação do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte.** Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/AMSA-7DAKTX/tese\\_andrea.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/AMSA-7DAKTX/tese_andrea.pdf?sequence=1)>. Acesso em 15 fev. 2019.

# O direito à segurança alimentar e nutricional na perspectiva da sustentabilidade: um debate a partir da política pública de assistência social no Amazonas

Elizabeth Cristina Castro Gomes<sup>1</sup>

Marjory Batista da Rocha<sup>2</sup>

**Resumo:** o paradigma da sustentabilidade, vinculado à oferta de condições básicas de vida para a população, surge nas agendas políticas globais a partir da década de 1970, haja vista a introdução dos conceitos do ecodesenvolvimento e, posteriormente, do desenvolvimento sustentável. Diante disso, verifica-se no Brasil a execução de políticas públicas como estratégia de aplicação dos princípios da sustentabilidade, especialmente no âmbito social. Considerando as situações de (in)segurança alimentar e nutricional como uma das expressões da questão social mais evidente no país, sendo, portanto, objetos de intervenção do Estado brasileiro, elencou-se como objetivo geral deste artigo, elaborado por meio de pesquisas bibliográfica e documental, analisar o direito à segurança alimentar e nutricional na perspectiva da sustentabilidade, a partir da política pública de assistência social no Amazonas. Demonstrar-se-á, como resultados desta pesquisa, que a perspectiva de sustentabilidade está presente nas políticas públicas de assistência social e de segurança alimentar e nutricional, bem como o Programa Bolsa Família (PBF) representa uma das principais estratégias adotadas pelo Estado na garantia de alimentação regular e saudável da população. Por outro lado, serão evidenciados como desafios do processo de consolidação da segurança alimentar e nutricional, a necessidade de reajuste no valor dos benefícios e a escolha de alimentos mais saudáveis por parte das famílias beneficiárias do

---

<sup>1</sup> Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas e Pesquisadora no Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia (Inter-Ação). E-mail: elizabethgomes798@gmail.com.

<sup>2</sup> Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas e Pesquisadora no Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia (Inter-Ação). E-mail: marjory.mally@hotmail.com.

PBF, propiciada consideravelmente por meio das orientações de profissionais atuantes nas referidas políticas.

**Palavras-chave:** segurança alimentar e nutricional; sustentabilidade; assistência social

## Introdução

A década de 1970 representa um marco para a inserção da questão socioambiental nas agendas políticas globais. A partir desse período, a necessidade de preservação e conservação dos recursos naturais e a adoção de valores éticos e humanos começaram a ser vistos como pressupostos para a manutenção do globo e, conseqüentemente, da humanidade.

O paradigma da sustentabilidade, o qual consoante Sachs (1986) compreende como um conjunto de elementos para além da questão ecológica, quais sejam o social, econômico, ambiental, político, cultural e geográfico, surge com o intuito de garantir a oferta de condições básicas de vida para a população, enfatizando a execução de políticas públicas efetivamente voltadas ao combate às disparidades existentes na sociedade, como ação fundamental.

Tendo como ponto de partida o viés da sustentabilidade, o Estado brasileiro atua no enfrentamento às expressões da questão social, dentre elas as situações de (in)segurança alimentar e nutricional, por meio da implementação de um conjunto de ações, serviços, programas, projetos e benefícios assistenciais.

Dito isso, elencou-se como objetivo geral deste artigo, construído a partir de pesquisas bibliográfica e documental, conforme descrição na seção posterior, analisar o direito à segurança alimentar e nutricional na perspectiva da sustentabilidade, a partir da política pública de assistência social no Amazonas.

## Metodologia

Considerando as abordagens de Gil (2002), a construção deste estudo se fundamentou em pesquisas bibliográfica e documental, sendo possível a identificação, sistematização e análise de indicadores diretamente articulados à temática proposta, a qual está relacio-

nada a uma pesquisa de iniciação científica e a uma das Dissertações a serem apresentadas ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da UFAM, ambas vinculadas ao Grupo de Pesquisa Inter-Ação.

## Resultados e discussão

O século XX se configura como um marco para a humanidade, haja vista a ocorrência de um conjunto de transformações mundiais em diversas dimensões, especialmente a científica e a tecnológica. Por outro lado, a intensidade desse crescimento corroborou para a autodestruição do homem, em função do uso desenfreado de recursos naturais essenciais a sua sobrevivência (BELLEN, 2006).

Trazendo para o debate contemporâneo a perspectiva de sustentabilidade intrínseca às políticas públicas de assistência social e de segurança alimentar e nutricional e considerando que suas bases giram em torno do bem-estar social coletivo, são reconhecidos os entraves existentes acerca das reais possibilidades de implementação das mesmas diante das expressões da questão social no Amazonas, dentre elas as situações de (in)segurança alimentar e nutricional.

Uma das principais estratégias implementadas pelo governo brasileiro no combate à pobreza, que concentra, dentre outros fatores, as situações de (in)segurança alimentar e nutricional e a dificuldade de acesso à renda, está representada na criação do Programa Bolsa Família (PBF), o qual tem como principal finalidade promover melhorias nas condições de vida e de acesso a uma alimentação adequada às famílias mais pobres e vulneráveis à fome (CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2011).

Dados apontados pela CAISAN (2011) revelam que a renda transferida pelo PBF e a alimentação oferecida nas escolas públicas são atualmente as principais formas de acesso das famílias à alimentação. No quadro 01, extraído do Relatório de Informações Sociais - Segurança Alimentar e Nutricional, do Ministério da Cidadania, verifica-se, com base no levantamento realizado em março de 2019, o quantitativo significativo de famílias inscritas no Cadastro Único e referenciadas ao PBF no Amazonas.

**Quadro 01: Total de Famílias inscritas no Cadastro Único e Referenciadas ao PBF no Amazonas**

Cadastro Único e Programa Bolsa Família	Nº de famílias inscritas no Cadastro Único	Nº de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família
Total de famílias	641.431	408.470
Famílias com renda per capita até R\$ 89,00	373.108	344.070
Famílias com renda per capita entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00	84.127	58.487
Famílias com renda per capita entre R\$ 178,01 e meio salário mínimo	91.991	11.120
Famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo	127.701	0

Fonte: Cadastro Único / Ministério da Cidadania. Manaus, 2019.

Analisando os referidos indicadores, destaca-se o montante expressivo de famílias que estão no Cadastro Único no território amazonense, das quais 64% também recebem o benefício do PBF, cenário que esboça o avanço na cobertura de atendimento da política pública de assistência social, bem como no seu caráter intersetorial, tendo em vista o trabalho conjunto desenvolvido no alcance de seus objetivos e no de outras políticas públicas.

Ainda segundo a CAISAN (2011), se observa no Brasil a elevação no consumo de alimentos industrializados e açúcares por parte da população. Tal constatação aponta que o aumento do poder aquisitivo das famílias não tem sido acompanhado de escolhas alimentares mais saudáveis, realidade demandante de atenção por parte das gestões e profissionais atuantes nas políticas articuladas ao DHAA.

## Conclusões

A trajetória do DHAA no cenário brasileiro e amazonense compreende avanços e desafios quanto à efetivação do estado de segurança alimentar e nutricional. A execução de políticas públicas articuladas à garantia deste direito representa um importante passo

dado pelo Estado no sentido da ampliação e fortalecimento da rede de proteção social.

Por outro lado, a CAISAN (2011) aponta para os desafios postos ao PBF em relação à consolidação do estado de segurança alimentar e nutricional na perspectiva do direito, os quais vão desde a necessidade de ajustes nos valores dos benefícios, visando à garantia de renda básica às famílias mais vulnerabilizadas, até o aprimoramento de ações informativas acerca do uso qualitativo do recurso, destinadas ao público do Programa.

Dito isso, o alcance do estado de segurança alimentar e nutricional enquanto transversal às políticas públicas brasileiras deve se configurar como uma das prioridades do Estado, haja vista a perspectiva de efetivação dos direitos sociais prevista nas legislações em pauta.

## Referências bibliográficas

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004.

BELLEN, Hans Michael Van. **Indicadores de Sustentabilidade**: uma análise comparativa. Capítulos 1, 2 e 3. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. .

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015**. Brasília, DF: CAISAN, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Relatório de Informações Sociais**: Segurança Alimentar e Nutricional. Acesso em 27 maio 2019.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. Capítulos 6, 7 e 8. São Paulo: Vértice, 1986.

# Avanços e desafios no trabalho do assistente social frente à educação ambiental

Elizabeth Cristina Castro Gomes<sup>1</sup>

Marjory Batista da Rocha<sup>2</sup>

**Resumo:** a inserção da questão ambiental nas agendas políticas a partir da década de 1970 representa um marco para a retomada de valores éticos e humanos, considerando a natureza e toda a sua biodiversidade fundamentais para a manutenção da humanidade. O Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, passa a ocupar um espaço central no campo da questão socioambiental, haja vista a sua compreensão como resultado das contradições do sistema de produção capitalista. A discussão realizada neste ensaio tem como objetivo geral demonstrar os principais avanços e desafios do trabalho do assistente social adiante da educação ambiental, destacando a utilização da pesquisa bibliográfica como procedimento de alcance do objetivo proposto. Far-se-á uma discussão em torno do Serviço Social como trabalho, tendo como elemento central aspectos vinculados ao sistema de produção capitalista, e, ao final, os principais avanços e desafios do trabalho do assistente social no âmbito da educação ambiental, dentre estes, o reconhecimento da questão socioambiental como transversal por parte dos profissionais e a abertura de novos campos de atuação como avanços, e o desvelamento dos reais objetivos da educação ambiental e a efetivação do exercício profissional pautado nas previsões do Projeto Ético-Político como desafios.

**Palavras-chave:** trabalho; serviço social; educação ambiental

---

<sup>1</sup> Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas e Pesquisadora no Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia (Inter-Ação). E-mail: elizabethgomes798@gmail.com.

<sup>2</sup> Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas e Pesquisadora no Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia (Inter-Ação). E-mail: marjory.mally@hotmail.com.

## Introdução

O trabalho do assistente social diante da questão socioambiental ganha visibilidade no Brasil, especialmente no processo de planejamento, execução, monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos socioambientais desenvolvidos por empresas privadas, Organizações Não governamentais (ONGs) e Estado.

O Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, passa a ocupar um espaço central nesse espaço sócio-ocupacional, a partir da sua compreensão em torno da questão socioambiental como resultados da contradição entre capital e trabalho.

Elencou-se como objetivo geral deste artigo demonstrar os principais avanços e desafios do trabalho do assistente social adiante da educação ambiental, sendo adotada a pesquisa bibliográfica no alcance dos resultados propostos. Demonstrar-se-á, neste artigo, o Serviço Social como trabalho oriundo da sociedade capitalista, assim como alguns dos principais avanços e desafios postos ao trabalho do assistente social adiante da questão socioambiental.

## Metodologia

Considerando as abordagens de Gil (2002), a construção deste estudo se fundamentou em pesquisa bibliográfica, sendo possível a identificação e a análise de indicadores diretamente articulados à temática proposta, a qual está vinculada a uma pesquisa de iniciação científica e a uma das dissertações a serem apresentadas ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da UFAM, ambas relacionadas ao Grupo de Pesquisa Inter-Ação.

## Resultados e discussões

O trabalho, enquanto atividade fundamental do homem, considerando a sua capacidade em satisfazer necessidades, bem como de outros homens, é evidenciado por Iamamoto (2006) como o meio de materialização do homem enquanto ser social, sendo esta característica responsável pela sua distinção em relação à natureza.

Ao abordar o objeto de trabalho do assistente social, Iamamoto (2006) se refere à questão social em suas múltiplas expressões, as

quais demandam a intervenção qualificada deste profissional. A pesquisa e o conhecimento profundo acerca da realidade social tornam-se, então, condições fundamentais ao exercício profissional pautado no enfrentamento das referidas expressões.

No que concerne aos instrumentos de trabalho do assistente social, para além de um conjunto de técnicas, a visão destes se amplia e perpassa por outros elementos, enfatizando o conhecimento, sendo este um meio de trabalho sem o qual o assistente social não consegue desenvolver suas atividades.

Como terceiro aspecto participante desta discussão, tem-se o próprio trabalho, referenciado por Yamamoto (2006), enquanto atividade humana executada por sujeitos sociais, dotados de heranças culturais, éticas e morais, como também de conhecimentos técnicos e teóricos. Mesmo não tendo objetivos materiais, pelo fato de não produzir mais-valia, segundo Yamamoto (2008) este profissional carrega valores sociais, tendo em vista a sua intervenção no campo do conhecimento, dos comportamentos, das culturas e dos modos de vida e trabalho.

Nesse sentido, o debate em torno da questão socioambiental faz-se presente no interior do Serviço Social brasileiro, seja como campo de pesquisa ou intervenção. Segundo Silva (2010), a temática ganhou destaque mais precisamente a partir dos anos 2000, em decorrência do crescimento do mercado de trabalho neste segmento, propiciado pelo desenvolvimento de ações estatais, como também pela execução de programas e projetos de responsabilidade socioambiental nas empresas privadas.

Nesse processo dinâmico, os assistentes sociais são convidados a atuar em políticas, programas e projetos socioambientais, seja no planejamento, execução, monitoramento e/ou avaliação de atividades. Segundo Silva (2010), no período de 2003 a 2008, uma das principais intervenções do Serviço Social nesse segmento está representada na educação ambiental, com vistas à formulação de uma cultura ambientalista, entretanto, o discurso voltado à preservação e à conservação da natureza ainda não apresenta questionamentos às bases da produção destrutiva.

Mesmo a educação ambiental não se configurando como um campo de intervenção exclusivo dos assistentes sociais, Silva (2010) aponta para os seus avanços, seja no âmbito da pesquisa, por meio da criação de novos objetos de estudo ou nas intervenções cotidia-

nas em políticas, programas e projetos socioambientais. Tudo isso reafirma o caráter pedagógico da profissão, vista a inserção do Serviço Social em diversos espaços socio-ocupacionais oriundos das demandas da sociedade capitalista.

Em conformidade com Silva (2010), um dos desafios centrais do Serviço Social no âmbito da questão socioambiental é “desvelar a natureza teórica e política das propostas de educação ambiental nas quais a profissão é convocada a intervir” (SILVA, 2010, p. 151). Por essa razão, a articulação entre as dimensões social, cultural, econômica, geográfica e ecológica, em consonância com Sachs (1986), configura-se como os pilares da sustentabilidade e precisa ser apreendida no sentido crítico, pois são partes constitutivas de uma totalidade complexa.

Outro desafio colocado ao Serviço Social nesse segmento refere-se, para Silva (2010), à efetivação do exercício profissional pautado nas previsões do Projeto Ético-Político, o qual compreende, dentre outros aspectos, valores universalistas e a superação da desigualdade social, estando a questão socioambiental intimamente articulada a esse processo. Diante desse desafio, a intervenção qualificada na perspectiva teórico-crítica assume um papel fundamental, pois esta é quem de fato oferece subsídios para uma leitura totalizante ao redor das manifestações da questão socioambiental.

## Conclusões

As reflexões em torno do trabalho do assistente social adiante da educação ambiental propiciaram, num primeiro momento, a discussão do Serviço Social como trabalho intelectual, demandado de forma expressiva pelo Estado. Evidenciando o objeto de trabalho do assistente social, constata-se, a partir do reconhecimento da sustentabilidade enquanto novo paradigma, a relação direta entre as dimensões social e ecológica, pois ambas são frutos da sociedade capitalista, o que permite a concepção da questão socioambiental.

Diante da identificação do arsenal de possibilidades de intervenção profissional nesse espaço sócio-ocupacional, inúmeros avanços e desafios estão presentes no âmbito da educação ambiental, com destaque para a abertura do campo de atuação do assistente social nas empresas privadas, ONGs e no próprio Estado, instituições que atuam neste segmento.

Nesse sentido, a efetivação da perspectiva emancipatória no trabalho do assistente social nos diversos espaços sócio-ocupacionais, enfatizando a questão socioambiental, torna-se fundamental para o êxito e a ampliação das ações desenvolvidas e, especialmente, para o fortalecimento do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

## Referências bibliográficas

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 167-200.

\_\_\_\_\_. O trabalho do assistente social em tempo de capital fetiche. In: IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2º Ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 414-470.

SILVA, Maria das Graças. As incômodas evidências da questão ambiental e as principais alternativas adotadas pelo Estado e pelas classes sociais. In: SILVA, Maria das Graças. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**: desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010

# Conjuntos, loteamentos, ocupações e política: as conjunturas do transporte coletivo no bairro Novo Aleixo, Manaus-AM

**Gabriel Augusto Nogueira dos Santos<sup>1</sup>**

**Resumo:** a cidade de Manaus é caracterizada por um processo de expansão urbana acelerado a partir dos anos 1970, em razão do projeto Zona Franca de Manaus e da vinda de trabalhadores para as mais diversas áreas da cidade. As ocupações irregulares ganharam forças, principalmente, por questões políticas, além da falta de planejamento urbano relacionado à habitação. O contexto a ser apresentado é do bairro Novo Aleixo, localizado na zona norte de Manaus, cuja história e realidade são advindas da expansão urbana para a área norte da cidade, tendo como norteadores aspectos relacionados à sua construção e ao papel do transporte no ir e vir do cidadão da região, além do surgimento de novas centralidades e da especulação imobiliária a partir dos agentes modeladores do espaço.

**Palavras-chave:** urbanização; especulação; Manaus; ônibus

## Introdução

Os déficits habitacionais no Amazonas ganharam maior notoriedade a partir dos anos 1960, com a expulsão dos moradores da Cidade Flutuante. Com isso, as primeiras levas passaram a habitar o que corresponde ao atual bairro da Raiz e se expandiram em ocupações irregulares no eixo sul-leste de Manaus, nascendo os bairros do Coroadó, São Lázaro e os projetos habitacionais do Japiim (Conjuntos 31 de Março e Japiinlândia) pelo governo do Amazonas.

Entre os anos de 1970 e 1980, o Projeto Cidade Nova previa, em 5 etapas e 24 núcleos habitacionais, a construção de cerca de 15

---

<sup>1</sup> Graduando em Geografia (Bacharelado) pela Universidade Federal do Amazonas e bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM). E-mail: [nogueira.gabriel01@gmail.com](mailto:nogueira.gabriel01@gmail.com).

mil casas a partir do convênio entre o governo do Estado e o Banco Nacional de Habitação, em razão da política deste último no contexto do regime militar.

Dentro desse contexto, é importante ressaltar que os projetos habitacionais não foram suficientes, tornando, assim, a “indústria da invasão” e o surgimento de bairros para as áreas norte e leste, analisada por Lima (2005) e Santos (2019), de suma importância ao surgimento de novos bairros e localidades em Manaus. O contexto a ser inserido, no caso do Novo Aleixo, é relacionado também com a expansão do Projeto Cidade Nova, ainda em meados dos anos 1990.

O objetivo deste trabalho é mostrar as relações entre especulações imobiliárias, uso e ocupação do solo, a partir da questão de transporte, tendo como base a identificação dos agentes empresariais e as linhas operantes, além do abranger dessas linhas no cotidiano do bairro e suas subdivisões.

## Metodologia

A metodologia da pesquisa tem um caráter qualitativo, na qual se destaca a compreensão das relações subjetivas dentro do espaço e seus objetivos, conforme analisa Gunther (2006). A partir disso, a metodologia é dividida nos seguintes passos:

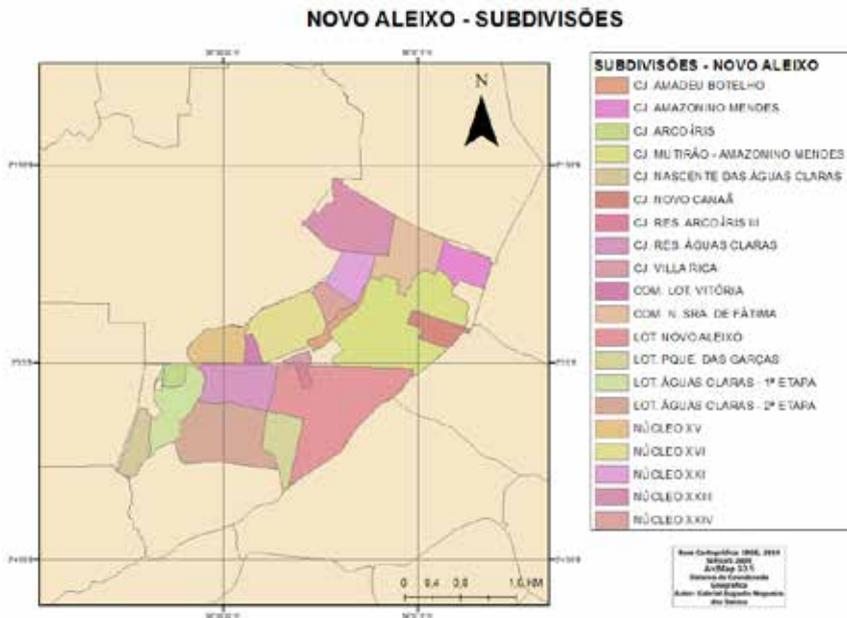
1. Revisão de literatura, envolvendo bibliografia relacionada à geografia urbana e econômica, além da utilização da mídia.
2. Trabalho de campo realizado no bairro para o catalogar de itinerários.
3. Tabulação das empresas e itinerários existentes e elaboração de produtos cartográficos.

## Resultados e discussões

O contexto social e político do bairro Novo Aleixo é vinculado principalmente a dois fatores: o projeto Cidade Nova e a criação do Loteamento Amazonino Mendes, sendo este também denominado Mutirão, em fins dos anos 1980 e início dos anos 1990. Chagas *et al.* (2018) destaca a relação da ajuda de comunitários em construir as casas, que eram feitas a partir de kits de madeira fornecidos pelo governo do estado.

Ao longo dos anos, a região integrada ao bairro Cidade Nova (neste caso, era ligada ao denominado Cidade Nova III, Cidade Nova IV e Cidade Nova V) sofreu processos de especulação imobiliária. Destaca-se, aqui, que o Loteamento Novo Aleixo nasceu a partir de uma ocupação irregular, Imobiliária Vieiralves, em 1992, e registrado em cartório, em 1995. Conforme descreve Peixoto (2018), além de seu reconhecimento como bairro em 2011 pela prefeitura de Manaus, faz parte dos 63 bairros existentes em Manaus, com as subdivisões observadas no mapa abaixo.

**Figura 1: Subdivisões do Novo Aleixo**



Fonte: Gabriel Santos (2019)

A partir do mapa, podemos analisar a distribuição espacial das localidades e seus impactos no transporte do lugar. Atualmente, o bairro é operado por três empresas de transporte: Expresso Colorado, Global Green e Líder, além das cooperativas de transporte executivo, criadas como complementar, conforme visto na tabela abaixo.

<b>LINHA/ITINERÁRIO</b>	<b>TIPO</b>	<b>EMPRESA</b>
037 - Núcleo 15 x T3 (via Núcleo 11, Riacho Doce)	1	Líder
039 - Núcleo 15 x T3 (via Núcleo 12)	1	Líder
043 - Novo Aleixo x T3 (via Parque das Garças, Amazonino Mendes, Conj. Amadeu Botelho)	1	Líder
045 - Amazonino Mendes x T3 (via Novo Aleixo - Av. Perimetral Norte)	1	Líder
047 - Amazonino Mendes x T3 (via Núcleo 16, Núcleo 17, Núcleo 21, Núcleo 24)	1	Líder
049 - Amazonino Mendes x T3 (Núcleo 23, Conj. Amadeu Botelho)	1	Líder
050 - Amazonino Mendes x T3 (via Nossa Senhora de Fátima I, Núcleo 22, Núcleo 23)	1	Líder
072 - São José I e II x T5 (via Novo Aleixo e Parque das Garças)	1	Global Green
423 - Amazonino Mendes/T2/Cachoeirinha	2	
439 - Núcleo 15 x Centro (via Novo Aleixo, Núcleo 21, Núcleo 23, Núcleo 16, 17, 18 19, Conj. Amadeu Botelho)	3	Líder
440 - Amazonino Mendes/T1/Centro (via Núcleo 15, Conj. Amadeu Botelho)	3	Líder
447 - Amazonino Mendes x Centro (via Novo Aleixo)	3	Líder
457 - Águas Claras/T2/Centro (via Loteamento e Conjunto)	3	Coroado
460 - Amazonino Mendes/T2/Centro (via Conj. Amadeu Botelho)	2	Líder
461 - Parque das Garças/T2/Centro (via Novo Aleixo, Conj. Arco-Íris, Águas Claras)	3	Expresso Coroado
807 - Núcleo 15 x Centro (via Núcleo 16, Núcleo 17)	4	Amore
816 - Novo Aleixo x Centro (via Colina do Aleixo)	4	COOTDAM
817 - Novo Aleixo x Centro (via Colina do Aleixo)	4	COOTDAM
818 - Novo Aleixo x Centro (via Amazonino Mendes)	4	COOTDAM
850 - Amazonino Mendes x Centro (via Parque 10)	4	Amazônia Cooper
852 - Amazonino Mendes x Centro (via Cidade Nova)	4	Amazônia Cooper

Tipos de linhas: 1 - Alimentador; 2 - Diametral; 3 - Radial; 4 - Executivo.

Fonte: SMTU e Trabalho de Campo (SANTOS, 2019).

Nota-se uma abrangência maciça de destinos na região do bairro Novo Aleixo, principalmente para o Terminal de Integração 3, a partir da tentativa de tornar o sistema tronco-alimentador, por meio do sistema Expresso. Em razão do fracasso do projeto, devido a questões políticas, surgiram, posteriormente, os modelos executivos, com tarifas diferenciadas para as áreas centrais, conforme visto abaixo.

**Figura 2: Linhas de ônibus do bairro Novo Aleixo**



Fonte: Acervo pessoal (SANTOS; SILVA; JARDIM, 2019).

Portanto, a organização de transporte na região é baseada em partes do antigo projeto expresso. Santos (2019) destaca que o projeto consistia em um sistema tronco-alimentador, mas que, por questões políticas, acabou por não haver uma continuidade em sua ideia, tornando assim, parte do sistema inadequado e favorecendo também o sistema executivo, com tarifa diferenciada e linhas abrangendo a região.

## Considerações finais

A questão da expansão urbana pode ser norteadada por diversos agentes modeladores do espaço, tanto públicos quanto privados. No caso do bairro Novo Aleixo, a história tem, em partes, o envolvimento do poder público e, posteriormente, com o capital, privado lotear áreas e vendê-las, assim surgindo diversas disparidades sociais e econômicas.

No contexto do transporte, entende-se o mesmo como um vetor de deslocamento. Assim, o bairro se caracteriza pelo escoamento

de passageiros na sua própria zona, em detrimento da área central, no caso das alimentadoras. Isso é característico pelo surgimento de novas centralidades e de novos polos geradores de viagem, como é o caso do Terminal 3, para onde se destina boa parte das linhas.

Portanto, é importante ressaltar o planejamento e a gestão em relação ao uso e à ocupação do solo na metrópole, para que a qualidade de vida seja atendida nos padrões determinados. Tanto em questões de moradia quanto de transporte, a questão do urbano deverá ser levada em consideração, para que os espaços não sejam marginalizados pela população e pelo poder público.

## Referências bibliográficas

CHAGAS, Jessica da Cruz; ROCHA, Sabrina Monteiro; MARQUES, Alessandra Rodrigues; CABRAL, Hileia Monteiro. **Análise da gestão ambiental na feira do mutirão localizada na zona norte de Manaus/AM.** In: Anais do Amazon Management Symposium, p. 1-10. Disponível em: <<https://amasconference.com/lamas/anais/arquivos/86.pdf>>. Acesso em 02 de maio de 2019

GUNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa *versus* pesquisa quantitativa: esta é a questão. **Psicologia: teoria e pesquisa.** Brasília, 2006, v. 22, n. 2, p. 201-209.

LIMA, Marcos Castro de. **O ir e vir urbano: uma análise sobre o transporte coletivo em Manaus entre 1980 e 2000.** 2005, 164f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas – Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Manaus.

PEIXOTO, Priscila. **Gigante na zona norte, Novo Aleixo completa seu 26º aniversário.** Disponível em: <<https://d.emtempo.com.br/amazonas/98414/gigante-na-zona-norte-novo-aleixo-completa-seu-26-aniversario>>. Acesso em 29 mai. 2018.

SANTOS, Gabriel Augusto Nogueira dos. **Idas e vindas das metrópoles amazônicas: estudo de caso dos sistemas de transporte coletivo de Manaus e Belém.** 2019 129 f. Monografia (Graduação) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

# Viver distante ou viver melhor: notas sobre o transporte coletivo nos projetos habitacionais de Manaus-AM e Belém-PA

**Gabriel Augusto Nogueira dos Santos<sup>1</sup>**

**Rafael de Jesus Corrêa Quaresma<sup>2</sup>**

**Eduardo Lucas da Silva Pereira<sup>3</sup>**

**Resumo:** a produção do espaço nas metrópoles tem ganhado notoriedade a partir dos estudos relacionados ao uso e ocupação do solo nas grandes cidades. O fato foi ocasionado em razão de diversas questões econômicas e sociais que culminaram com o urbanizar dessas áreas. As metrópoles Manaus e Belém destacam-se pelos projetos desenvolvidos na região Amazônica a partir dos anos 1960, que culminaram com uma expansão urbana, em ambas diferenciadas. O trabalho em questão tem como norte projetos habitacionais desenvolvidos nas cidades, tendo como ênfase o “Viver Melhor”, oriundo do Programa Minha Casa, Minha Vida, criado pelo Governo Federal em 2009, como uma política pública de acesso à moradia, devida ao déficit habitacional existente nas capitais. No âmbito das cidades da Amazônia, destacam-se os projetos desenvolvidos em parte por imobiliárias, outros por parte dos órgãos estatais responsáveis pela habitação, que esse trabalho levará em consideração.

**Palavras-chave:** moradia; habitação; metrópole; região metropolitana; Amazônia

---

<sup>1</sup> Graduando em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas e bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas. E-mail: [nogueira.gabriel01@gmail.com](mailto:nogueira.gabriel01@gmail.com).

<sup>2</sup> Graduando em Biologia pelo Instituto Federal do Pará e Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Cidades, Territórios e Identidades pela Universidade Federal do Pará. E-mail: [rafaeldejesus94@hotmail.com](mailto:rafaeldejesus94@hotmail.com).

<sup>3</sup> Graduando em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Pará. E-mail: [lucaspoeta14@gmail.com](mailto:lucaspoeta14@gmail.com).

## Introdução

Os processos de expansão urbana nas metrópoles amazônicas tiveram como fatos norteadores, a partir dos anos 1960, a idealização da integração da região pelo governo militar. Esse objetivo é relacionado principalmente aos projetos “desenvolvimentistas”, criados na região, a partir da denominada Integração Nacional.

A partir disso, a necessidade de moradia se tornou mais evidente, o que levou, em um primeiro momento, a se pensar em políticas habitacionais e, posteriormente, no surgimento do Banco Nacional de Habitação (BNH). Entretanto, diversas fases e os projetos estaduais e municipais de habitação, assim como a consolidação de partes dessa questão vieram com o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Assim, Silva (2014), Santos e Nogueira (2018) mostraram que as diversas sínteses e formatos da promoção desse Programa contribuíram para as expansões urbanas nas áreas mais longínquas dos centros urbanos, contribuindo também para o surgimento de novas centralidades.

O trabalho em questão é originário, em parte, da monografia intitulada “Idas e vindas das metrópoles amazônicas: estudo de caso dos sistemas de transporte coletivo de Manaus e Belém”, cujo objetivo é relacionado à análise do transporte nas metrópoles amazônicas, com o identificar dos agentes modeladores do espaço, dos agentes operacionais do transporte e o atuar do estado diante da organização do transporte.

## Metodologia

A metodologia da pesquisa tem um caráter qualitativo, na qual se destaca a análise das relações sociais e de seus impactos, tanto em aspectos objetivos quanto subjetivos, conforme analisa Gunther (2006). A partir disso, a metodologia foi baseada nas seguintes etapas:

1. Revisão de literatura, envolvendo aspectos da Geografia da Circulação e Planejamento Urbano.
2. Trabalho de Campo realizado em Manaus e Belém, na coleta de dados nos órgãos gestores e visitas as localidades.
3. Tabulação das empresas e itinerários existentes, a partir das tipologias de transporte e elaboração de produtos gráficos.

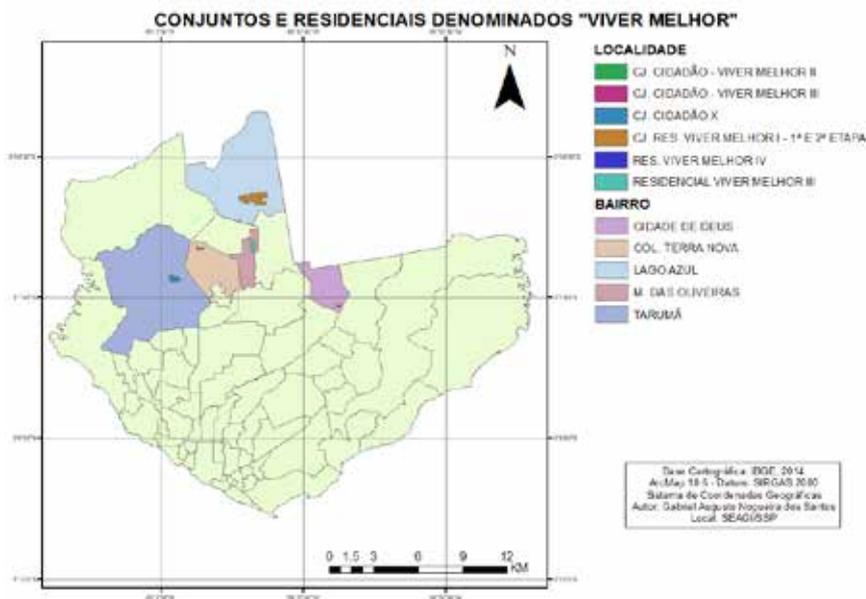
## Resultados e discussões

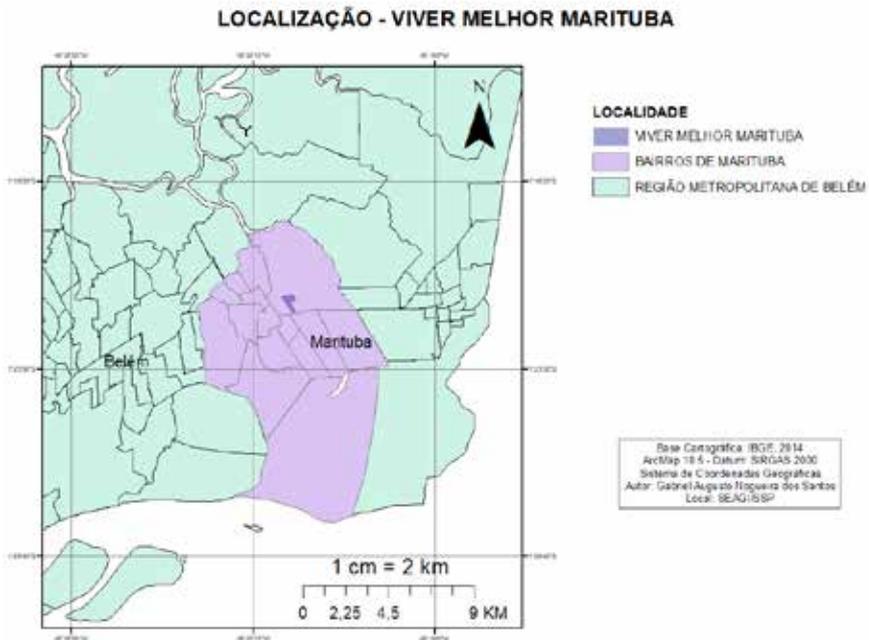
Os vetores de expansão das metrópoles são baseados em áreas mais afastadas dos centros urbanos. No caso de Manaus, é importante ressaltar que as áreas norte e leste da cidade, nos anos 1970 e 1980, concentraram o maior surgimento de ocupações que deram origem aos bairros e, posteriormente, aos subcentros, dando origem a bairros como Cidade Nova, Jorge Teixeira e São José Operário, conforme descrevem Lima (2005) e Santos (2015).

No contexto de Belém e Região Metropolitana, o processo de expansão urbana, segundo Trindade Jr. (2016), é caracterizado pelas léguas patrimoniais e o surgimento das áreas de expansão, neste caso, contribuindo para o surgimento dos municípios de Benevides, Santa Bárbara do Pará e Marituba, este último onde é localizado o empreendimento Viver Melhor.

Abaixo, o mapa mostrando ambos os conjuntos nas duas cidades.

**Figuras 1 e 2: Localização dos conjuntos e residenciais - Manaus e Belém**





Fonte: Gabriel Santos (2019).

Os conjuntos que compõem o Viver Melhor surgiram entre os anos de 2010 a 2018, com base no objetivo de diminuir os déficits habitacionais e fomentar a especulação imobiliária nessas localidades. Conforme descrito por Lima *et al.* (2015) e Santos (2019), a partir do espectro da periferização, formulamos o quadro a seguir:

**Tabela 1: Projeto Viver Melhor em Manaus (2010-2016)**

CONJUNTO (BAIRRO)	ANO	CIDADE	UNIDADES
Cidadão X – Conj. Viver Melhor I (Tarumã)	2014	Manaus	1287
Res. Viver Melhor I e II (Lago Azul)	2014	Manaus	8895
Conj. Viver Melhor II (Cidade de Deus)	2013	Manaus	512
Conj. Viver Melhor III (Cidade de Deus)	2013	Manaus	512
Conj. Viver Melhor IV (Colônia Terra Nova)	2014	Manaus	928
Res. Viver Melhor III (Monte das Oliveiras)	2016	Manaus	2000
Residencial Viver Melhor Marituba (Parque Verde)	2018	Marituba	4000

Fonte: Adaptado do Governo do Estado do Amazonas (2019).

No caso de acessibilidade de transporte nesses locais, foram notadas as seguintes conjunturas: uma presença do transporte formal, o mesmo organizado pelos órgãos reguladores, com territorialidade de empresas, a partir de processos licitatórios e concessões precárias, estando esta última presente na região metropolitana de Belém, conforme visto abaixo.

**Tabela 2: Linhas existentes nos conjuntos e residenciais em Manaus e Belém**

TIPO	LINHAS EXISTENTES
1	316 - Campos Salles via Cidadão X/ Terminal 1/ Centro 356 - Res. Viver Melhor (Etapas I e II) via Av. Torquato Tapajós/T1/ Centro 357 - Res. Viver Melhor (Etapas I e II) via Av. das Flores/T1-T3/ Centro
2	358 - Res. Viver Melhor (Etapas I e II)/T2 2/Cachoeirinha S/N - Viver Melhor x Shopping Castanheira (via Ananindeua)* 003 - 40 Horas x Marituba (até o Viver Melhor)* 017 - Icuí x Marituba (até o Viver Melhor)*
3	059 - São Pedro via Cidadão X/T3 028 - Res. Viver Melhor (Etapas I e II)/T3 041 - Res. Viver Melhor (Etapas I e II) via Av. das Flores/T4 044 - Res. Viver Melhor (Etapas I e II) via Vianorte/T4 055 - T3 via Rio Piorini/Conj. Viver Melhor III e IV
4	1 - Res. Viver Melhor (Etapas I e II) via Nova Cidade/ Alfredo Nascimento 2 - Cidade de Deus via Nova Cidade/ Res. Viver Melhor (Etapas I e II)

Tipologia das linhas: 1 - Radial; 2 - Diametral; 3 - Alimentador; 4 - Alternativo/ Complementar

\*Linhas em Marituba.

Fonte: Trabalho de Campo, SeMOB e SEGMOB - Marituba (2019).

Atualmente, nota-se também, a presença do informal e do complementar, visto que algumas dessas áreas se tornam pouco atrativas para o poder público. Isso colaborou, posteriormente, para o surgimento de Polos Geradores de Viagens desse modal, como tem ocorrido em ambas as cidades.

**Figura 3: Tipologias de ônibus em Manaus e Marituba**

Fonte: Santos, Correa e Jardim (2019).

## Considerações Finais

Entender o processo de urbanização e o surgimento de novos espaços habitacionais é essencial para o planejamento e a gestão nas cidades. Em primeiro momento, depois da conquista da moradia, o transporte é considerado de suma importância para o ir e vir dessas pessoas, sendo considerado como vetor de desenvolvimento dessas áreas.

Além disso, é importante ressaltar a importância da localização desses empreendimentos, que envolvem diversos agentes modeladores (estado, imobiliárias, construtoras). A partir deles é que serão traçados as modificações no solo e o destino daquele local, favorecendo processos de especulações, mesmo que sejam em áreas longínquas, e contribuindo para o processo de segregação social dessas populações.

Nas metrópoles amazônicas, o processo de uso e ocupação do solo se baseou em ocupações irregulares, mas que, atualmente, envolvem a participação do poder público e também de agentes privados, na questão do ocupar e, posteriormente, no surgimento de novas centralidades urbanas.

## Referências bibliográficas

GUNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão. **Psicologia: teoria e pesquisa**. Brasília, 2006, v. 22, n. 2, p. 201-209.

LIMA, José Julio Ferreira, SANTOS, Ricardo Bruno, SENA, Lucinda Freitas de As-

sis, ARAÚJO, Camilla Leandra da Costa. **Estrutura Social e Organização Espacial da Região Metropolitana de Belém.** In: CARDOSO, Ana Claudia Duarte, LIMA, J. J. F. (Org.). **Belém: transformações na ordem urbana.** 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015. p.145-172.

LIMA, Marcos Castro de. **O ir e vir urbano:** uma análise sobre o transporte coletivo em Manaus entre 1980 e 2000. 2005, 164f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas – Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Manaus.

SANTOS, Gabriel Augusto Nogueira dos. **Idas e vindas das metrópoles amazônicas: estudo de caso dos sistemas de transporte coletivo de Manaus e Belém.** 2019 129 f. Monografia (Graduação) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

\_\_\_\_\_; NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **Novos espaços habitacionais e tipologias de transporte:** notas relacionadas a casos em Ananindeua e Marituba, Pará. In: III Simpósio Internacional Cidades, Territórios e Identidades. 2018, Abaetetuba, Pará. p.1-14.

SANTOS, Tiago Veloso dos. **Metrópole e região na Amazônia:** trajetórias do planejamento e da gestão metropolitana em Belém, Manaus e São Luís. 2015. 276 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

SILVA, Marlon Lima da. **Habitação produzindo espaço urbano na reprodução de conjuntos habitacionais:** experiências e tendências na Região Metropolitana de Belém. 2014. 240 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2014. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro. **Formação metropolitana de Belém (1960-1997).** 1 ed. Belém: Paka-Tatu, 2016. v. 1. p. 392.

# Liberdade, respeito e dignidade: rodas de conversas para crianças

**fernanda Arruda de Oliveira<sup>1</sup>**

**Lucilene Ferreira de Melo<sup>2</sup>**

Resumo: tendo em vista as variadas formas de contribuição do espaço acadêmico na construção de diálogos com a comunidade e os meios institucionais para realizar determinadas atividades, surgiu a iniciativa de fomentar as reflexões sobre os direitos à liberdade, ao respeito e à dignidade, expressos nos artigos 15 e 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Isso por meio do Programa de Atividade Curricular de Extensão (PACE), no âmbito da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e o PACE intitulado *Liberdade, respeito e dignidade: refletindo sobre Estatuto da Criança e do Adolescente*, em fase de execução no Centro Social Roger da Cunha Rodrigues. A proposta abrange dois públicos-alvos: crianças e adolescentes. Assim, realização do projeto se dividiu em três etapas: planejamento, execução e, na fase inicial de planejamento, duas atividades pedagógicas de cunho colaborativo foram definidas para viabilizar as propostas de reflexões, rodas de conversas e oficinas. O presente trabalho é de caráter documental e objetiva descrever o processo de preparação das rodas de conversas para crianças, na discussão dos conceitos sobre liberdade, respeito e dignidade, à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de compreender a forma de criação de um espaço de aprendizagem recíproca sobre direitos humanos e cidadania, colaborando com o protagonismo do público infanto-juvenil.

Palavras-chave: infanto-juvenil; planejamento; direitos

## Introdução

Os processos históricos de criação dos Direitos Humanos, apoiados na discussão de Trindade (2003), Hobsbawm (2012), Mézaros (2008) e Barroco (2010), devem ser compreendidos como

---

<sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social/UFAM.

<sup>2</sup> Prof. Dra. do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: lucilenefmelo@yahoo.com.br

uma ampla construção conjunta de direitos econômicos, políticos, civis, sociais, culturais e ambientais, os quais atuam de maneira interdependentes e indivisíveis. Portanto, a devida efetivação desses direitos não compete somente ao âmbito estatal, já que as políticas públicas, fruto da operacionalização desses direitos, são públicas (PEREIRA, 2008). Nesse aspecto, diversos planejamentos se sucederam a partir de um processo sistemático de difundir a informação do conhecimento construído ao longo desse período histórico, seja por meio de planos nacionais ou projetos, a questão que se colocou em prática no Brasil foi a construção de uma educação em Direitos Humanos, proporcionando práticas sociais baseada na consciência cidadã de maneira reflexiva.

O papel do projeto em si deve ser aliado a uma construção conjunta. Os elaboradores devem ser construtores colaborativos em busca de incentivar a aprendizagem a partir de experiências e reflexões. Dentro dessa dinâmica, a atividade a ser analisada em seu processo de construção é a Roda de Conversa para crianças. As rodas de conversas constituem uma metodologia participativa e podem ser adaptadas às demandas da realidade e, por comporem essa dupla dinâmica, considera-se um instrumento efetivo.

O objetivo deste texto consiste em descrever o processo de planejamento de um instrumento para a aprendizagem recíproca sobre direitos humanos e cidadania, colaborando com o protagonismo do público infanto-juvenil.

## Metodologia

O texto foi produzido a partir de documentos, tendo como fontes de dados os relatórios de planejamento das rodas de conversa do PACE: *Liberdade, respeito e dignidade: refletindo sobre Estatuto da Criança e do Adolescente*. Foi feita a revisão bibliográfica em busca de categorizar os elementos fundamentais para a compreensão, bem como os conceitos que fazem parte da construção dessa preparação, a leitura do material de forma minuciosa para a devida descrição das etapas do processo em sua totalidade as quais se concretizaram nas fases de elaboração, execução e avaliação, e, por último, a análise dos materiais levantados, que se constitui em apontar o percurso das decisões tomadas, as técnicas, o sentido e a classificação das etapas, ou seja, o exame do material levantado.

## Resultado e discussões

O processo de preparação das rodas de conversa se orientou em três momentos: reuniões com os participantes, as quais foram divididas de acordo com os públicos que iriam trabalhar (crianças e adolescentes); levantamento bibliográfico, para subsidiar tanto o tema exposto na atividade quanto a dinâmica em si; e, por último, o planejamento da execução. As três etapas deram origem a um quadro descritivo, um instrumental norteador da atividade a ser realizada com as crianças, que será descrito a seguir.

O primeiro item do quadro, intitulado *preparação*, corresponde ao processo de organização da equipe anterior à execução da roda de conversa, como o levantamento bibliográfico do tema a ser apresentado e sua análise, bem como a própria preparação do espaço no dia em que a atividade será realizada. Nesse item, devem ser expostos o tempo estimado, a dinâmica a ser utilizada pelo grupo e a reflexão a ser alcançada. Como podemos observar, essa fase é de extrema importância, pois requer toda relação do diálogo em três atores: sujeitos, singularidades e história. Essas categorias aparecem articuladas de forma subjetiva, com a intenção de preparar a matriz da comunicação inicial em que sucederá a atividade; em outras palavras, a preparação busca dois grandes objetivos: o preparo do grupo e o recebimento do público.

O segundo item é *trabalhar*. Seguindo os passos anteriormente mencionados de tempo estimado, as dinâmicas utilizadas e as reflexões do tema, o objetivo se concentra em organizar a execução da roda de conversa. Aqui, fica exposto como a roda de conversa voltada para criança deve levar em consideração a realidade a ser compartilhada e a utilização de dinâmicas que facilitem ao sujeito a expressão de seus aspectos mais subjetivos sobre a própria compreensão do tema. Nesse caso, a dinâmica escolhida para apresentar os conceitos de liberdade, respeito e dignidade, sob à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, foi a montagem de um fluxograma misto, com palavras (conceitos) e animais. Essa dinâmica facilita a forma de comunicação e favorece que a criança possa criar sentido e fazer associações. Segundo Kishimoto (2011) e Rau (2007), a utilização de jogos e atividades lúdicas como ferramentas de aprendizagem são extremamente facilitadoras, além de impulsionarem a curiosidade, a descoberta e a criação.

Assim, a associação de imagens é de grande valor no processo de ensino, porém, a imagem escolhida deve ser pensada nesse aspecto singular do público-alvo. No item *trabalhar*, a dinâmica da associação dos animais aos conceitos não é vazia de sentido; a proposta é que cada animal represente um conceito do tema, que possa servir de associação para a aprendizagem. Porém, mais que isso, a natureza permite às crianças o experimento de sensações, sentimentos, valores e formas variadas de expressão. Dessa forma, esse espaço cria a oportunidade de protagonismo e autonomia para a construção de ideais e formas mais expansivas de aprendizagem.

Finalizando o quadro, tem-se o item *avaliar*. Obviamente, é necessário compreender o retorno do público em qualquer atividade colaborativa; todavia, é necessário assinalar o processo de análise das crianças em suas reflexões da atividade de forma geral. Como proposta, mais uma vez, o uso da linguagem em forma de imagens foi utilizado. As crianças deveriam desenhar um animal que definisse o encontro, com base nos valores que elas associam aos animais: força, felicidade, alegria, liberdade, medo, ou seja, a expressão singular de cada um. Desse modo, a estrutura da atividade remete à construção de diálogos entre interlocutores, refletindo a ludicidade, estabelecendo relações, aprendendo com e através dela, na tomada de consciência do seu meio e suas expressões.

## Considerações finais

A roda de conversa se apresenta como um grande instrumento colaborativo no processo de ensino e aprendizagem, proporcionando uma reflexão crítica de temas do próprio cotidiano. O tema escolhido é válido como contribuição na formação acadêmica e, mais que isso, se relaciona à realidade social de crianças e adolescentes, os quais requerem ações cada vez mais propositivas. O próprio amadurecimento do processo formativo se operacionaliza nessas ações e se refaz nesse duplo processo de aprendizado. Assim, a recíproca dessas reflexões afasta o educador, o facilitador ou o colaborador do “produzir”, “fazer” ou “concluir”, em que o protagonismo do exercício da cidadania, a visão mais ampla de direitos e as formas efetivas nos aproximam do acolhimento, da escuta, do incentivo e da confiança.

## Referencias

BARROCO, M. L. Ética e direitos humanos. In: **Colóquio Ética e Direitos Humanos do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Rio de Janeiro, 2010.

HOBBSAWM, E. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. 5 ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

MÉSZÁROS, I. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo, 2008.

KISHIMOTO, Tizuko M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

TRINDADE, J. D. L. **História social dos Direitos Humanos**. São Paulo: Petrópolis, 2003.

RAU, M. C. T. D. **A ludicidade na educação**: uma atitude pedagógica. Curitiba: Ibpx, 2007.

# Ir e vir na periurbanização: notas sobre os assentamentos e acampamentos do mst na região metropolitana de Belém - PA

**Gabriel Augusto Nogueira dos Santos<sup>1</sup>**

**Eduardo Lucas da Silva Pereira<sup>2</sup>**

**Resumo:** o fortalecimento das lutas em prol da reforma agrária se sustentaram principalmente após o período da redemocratização brasileira. Com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as lutas dos movimentos rurais ganharam mais força, aliadas ao surgimento das ligações com os partidos políticos de uma vertente mais progressista. No contexto do estado do Pará, as lutas tiveram grande impacto regional e midiático em razão dos conflitos existentes. Além disso, a região metropolitana, com seus processos de expansão urbana, se viu também presente pelo movimento, com as ocupações e a periurbanização, que passou a ser o principal contexto dessas localidades, cuja questão será analisada a partir do ir e vir dessas pessoas, baseadas no transporte de passageiros e a relação com a necessidade de seus moradores.

**Palavras-chave:** mosqueiro; rural; urbano; transporte coletivo

## Introdução

A atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é predominante por volta do ano de 1984, ano de sua criação, cuja bandeira principal é a reforma agrária. Entretanto, é importante compreender as lutas pela reforma agrária ainda a partir dos anos 1950. Pantoja (2010) e Santana (2013) ressaltam a importância do movimento no estado do Pará a partir dos anos 1990 e a partir de mudanças em seu formato após 1996. O movimento criou os

---

<sup>1</sup> Graduando em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas e bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas. E-mail: [nogueira.gabriel01@gmail.com](mailto:nogueira.gabriel01@gmail.com).

<sup>2</sup> Graduando em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Pará. E-mail: [lucaspoeta14@gmail.com](mailto:lucaspoeta14@gmail.com)

processos de jornadas, também caracterizadas como um aspecto pedagógico para o fortalecimento de suas ações e para a realização de ocupações em áreas próximas dos centros urbanos.

Dentro desse processo, destacam o surgimento de acampamentos e assentamentos em diversas partes do estado, principalmente na região metropolitana de Belém. Nesse processo, percebe-se o processo de periurbanização do espaço da RMB. Rebello *et al.* (2019) relaciona essas questões com a prática de atividades urbanas e demandas envolvendo o trabalho rural e urbano, gerando relações de pertencimento e acerca do planejamento de políticas voltadas à habitação rural.

O trabalho tem como objetivo destacar o ir e vir, a partir do transporte nas localidades ocupadas pelo movimento, conforme as seguintes conjunturas: identificar os assentamentos, analisar a relação dos mesmos com a questão urbana dos municípios e catalogar o formato de atendimento das localidades.

## Metodologia

A metodologia desse trabalho é baseada em aspectos relacionados a uma pesquisa qualitativa, em que Gunther (2006) relaciona os aspectos da subjetividade e da objetividade da pesquisa. Portanto, a metodologia está consubstanciada nos seguintes passos:

1. Revisão de literatura acerca de geografia agrária, história econômica, movimentos sociais e antropologia.
2. Catalogação dos assentamentos existentes a partir de trabalhos já desenvolvidos e estruturados, além dos portais oficiais sobre a agricultura.
3. Catalogação dos modais existentes e sua relação com o poder público.

## Resultados e discussões

No contexto da região metropolitana de Belém, a mesma é enquadrada como uma área denominada “Regional Cabana” do Movimento, conforme descreve Silva (2016). Destacam-se, também, os nomes desses locais, relacionados a fatos do movimento, personalidades que lutaram nos movimentos sociais e questões religiosas, conforme tabela abaixo:

**Tabela 1: Assentamentos na região metropolitana de Belém**

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>LOCALIDADE</b>	<b>FAMÍLIAS</b>
Benevides	Acampamento Terra Cabana	100
	Acampamento Chico Mendes	65
Belém (Mosqueiro)	Assentamento Mártires de Abril	95
	Assentamento Paulo Fonteles	64
	Assentamento Elizabeth Teixeira	38
Santa Bárbara do Pará	Acampamento Abril Vermelho	397
Santa Izabel do Pará	Acampamento Jesus de Nazaré	68
Castanhal	Assentamento João Batista II	154

Fonte: Silva (2016).

Um dos aspectos a serem levados em consideração, no caso da região metropolitana, é a extensa configuração territorial do transporte por ônibus nas localidades, principalmente as atendidas por transporte convencional vinculada à Superintendência de Mobilidade Urbana de Belém (SeMOB), a partir das linhas metropolitanas com ligação a Belém, conforme pode ser observado na tabela abaixo.

**Tabela 2: Linhas de ônibus – Assentamentos em Mosqueiro e Santa Bárbara do Pará**

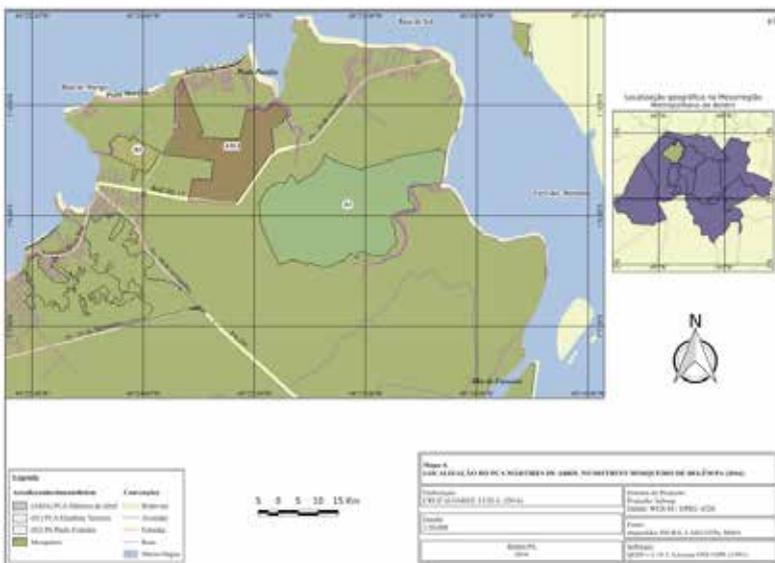
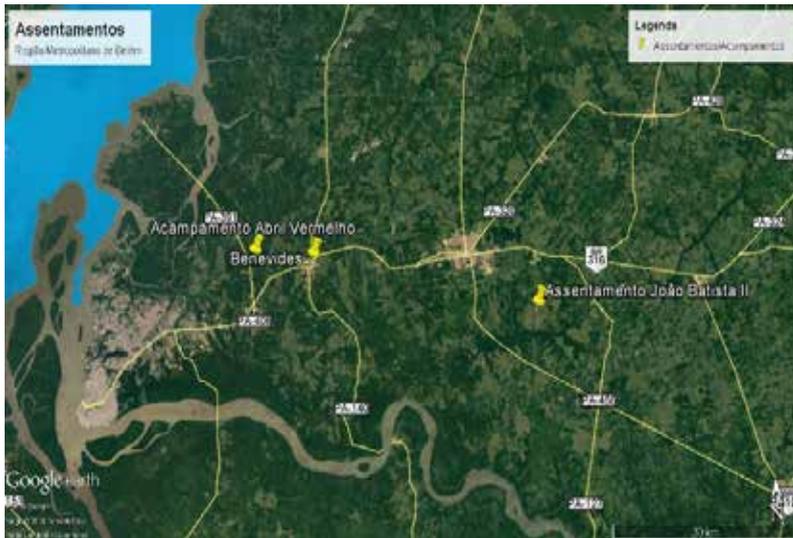
<b>LINHAS</b>	<b>ITINERÁRIO (VIA ASSENTAMENTO)</b>	<b>EMPRESAS</b>
001	Vila x Baía do Sol (Paulo Fonteles x Vila)	Shalon/Transmosqueiro
970	Mosqueiro x São Brás (via Abril Vermelho, Paulo Fonteles, Mártires de Abril, Elizabeth Teixeira)	Transcap
973	Santa Bárbara do Pará x São Brás (Abril Vermelho)	Transcap
975	Benevides x Presidente Vargas	Transcap
976	Benevides x São Brás	Transcap
977	Santa Bárbara do Pará x Presidente Vargas (Abril Vermelho)	Transcap

Fonte: Adaptado de SeMOB (2018).

A questão da periurbanização é presente com maior força na região de Mosqueiro. Entende-se o cotidiano do mesmo a partir da inserção dos assentamentos do MST entre alguns bairros da vila, conforme descreve Rebello (2017). Além disso, o processo urbano na ilha tem ganhado notoriedade, impactando no surgimento de um sistema de transporte coletivo, operado por cooperativas, em que há linhas destinadas a essas localidades.

Ao contrário de Mosqueiro, as demais localidades enfrentam dificuldades no acesso ao transporte, principalmente pelas distâncias percorridas para as principais vias. Uma exceção de organização é relacionada ao Assentamento João Paulo II, localizado no município de Castanhal, conforme visto no mapa abaixo.

**Figuras 1 e 2: Localização dos Assentamentos**



Fonte: Silva, 2019 (Adaptada).

Segundo Guilherme Junior (2013) e Santana (2013), o transporte desse local é realizado graças a um dos proprietários no assentamento, que cobra uma tarifa de R\$ 3,00 para o deslocamento até a cidade de Castanhal, em um trajeto de 20 quilômetros, para o levar de passageiros e o escoar da produção orgânica existente no assentamento, conforme visto na figura abaixo.

**Figura 3: Discrepância entre Mosqueiro e Castanhal**



Fonte: Acervo de Lucas Jacó e Santana, 2013.

Nos demais municípios, a questão de se tratar de acampamentos ainda não denota uma certeza da vitória em obter as terras ocupadas. No caso de Santa Bárbara do Pará e Benevides, os formatos de ocupação ainda são considerados um processo político-territorial, no qual Guilherme Junior e Nahum (2013) classificam como um formato de reprodução camponesa e de resistência do campesinato, visto que ainda não há definição sobre a desapropriação de terras.

## Considerações finais

Pensar a questão do MST, a reflexão não deve pairar somente na questão da terra, mas, sim, na da acessibilidade e da mobilidade de seu morador no ir e vir, tanto em questões de produção para venda, quanto para as necessidades. Isso engloba o estudo e os serviços a serem feitos em outros locais, nos quais é pouco presente a intervenção pelo poder público.

Além disso, o contexto da periurbanização presente em algumas áreas reflete a resistência aos modos de produção, tanto do

campesinato quanto da incorporação do rural diante das atividades urbanas. Isso ocasiona novas relações, fomentando também o pensar sobre as políticas públicas voltadas ao rural e ao urbano na Amazônia, a partir de suas identidades.

Portanto, o pensar sobre o rural em um aspecto envolvendo uma região metropolitana deve ser levado em consideração, assim como suas características e peculiaridades. Essa questão é o pensar principal acerca do que é a Amazônia e seus movimentos sociais, diferentes em cada região do vasto território.

## Referências bibliográfica

GUILHERME JUNIOR, José Antônio; NAHUM, João Santos. **Reprodução Social e Permanência no Campo**: um Estudo no Assentamento João Batista II, Castanhal - Pará. Revista Geoamazônia, v. 2, p. 134-147, 2013.

\_\_\_\_\_. **Reprodução camponesa em área de assentamento na Amazônia**: um estudo no Assentamento João Batista II, Castanhal - Pará. 2013. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém.

GUNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa *versus* pesquisa quantitativa: esta é a questão. **Psicologia: teoria e pesquisa**. Brasília, 2006, v. 22, n. 2, p. 201-209.

PANTOJA, Rosiane Cristina Pimentel. **Ação coletiva na criação e gestão do projeto de assentamento Paulo Fonteles em Mosqueiro, Belém - Pará**. 2010, 125p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém.

REBELLO, Yuri de Alcântara Pinto. **A Implantação de políticas públicas “espaciais” em assentamentos periurbanos**: uma análise do processo de constituição do Assentamento Mártires de Abril, Mosqueiro-PA. 2017, 102f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2017.

\_\_\_\_\_. LIMA, José Júlio Ferreira; LIMA, Alberto Patrick Cassiano. **Políticas de habitação e a urbanização periurbana na Amazônia**: o caso do Assentamento Mártires de Abril, Mosqueiro, Belém. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 98, jan. 2019.

SANTANA, Midiã Olivia Bentes. **O processo organizativo do MST através dos núcleos de base**: a experiência do Assentamento João Batista II - Castanhal/PA. 2013. 111 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém.

SILVA, Jane Andréia Cabral e. **Juventude rural e trabalho: o caso do Assentamento Mártires de Abril, Distrito de Mosqueiro - Belém/PA**. 2016. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Belém

# As violências praticadas na ótica das requerentes e requeridos do 1º Juizado Maria da Penha

**Malena Nascimento de Freitas<sup>1</sup>**

**Lucilene Ferreira de Melo<sup>2</sup>**

**Resumo:** este trabalho se propõe a analisar a ótica de requerentes e requeridos atendidos(as) no 1º Juizado Maria da Penha pela equipe psicossocial no ano de 2016. Tem como objetivo geral analisar as violências praticadas sob a ótica das requerentes e requeridos do 1º Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Juizado Maria da Penha). Os objetivos específicos são identificar as violências praticadas antes da judicialização da violência contra a mulher, verificar as alegações/justificativas para as violências praticadas e detectar o que levou a existência desta agressividade na relação conjugal. Os procedimentos metodológicos utilizados foram embasados por meio de uma pesquisa exploratória que utiliza dados oriundos de fichas sociais colhidas da equipe psicossocial do 1º Juizado Maria da Penha, para que possam ser obtidas respostas de teor quanti-qualitativos, seguindo uma linha documental e bibliográfica. Os dados foram analisados a partir dos trabalhos de Foucault (1986) no que diz respeito à relação de poder. Por meio deste trabalho, pode-se verificar a ótica que ambos sujeitos da violência doméstica contra a mulher têm em relação aos fatos, sendo possível a melhor compreensão de como essa violência se perpetua nos espaços domésticos. As informações colhidas e analisadas são oriundas de um banco de dados que a equipe do Primeiro Juizado Maria da Penha, de modo autônomo, criou, a fim de melhor compreender os usuários atendidos.

**Palavras-chave:** relação conjugal; judicialização; relações de poder

---

<sup>1</sup> Egressa da Universidade Federal do Amazonas, formada em Serviço Social.  
E-mail: malena.nasci@gmail.com.

<sup>2</sup> Prof. Dra. do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas.  
E-mail: lucilenefmelo@yahoo.com.br.

## Introdução

Este resumo expandido apresenta resultados do trabalho de conclusão de curso de Serviço Social, da Universidade Federal do Amazonas, intitulado: *As violências praticadas na ótica das requerentes e requeridos do 1º Juizado Maria da Penha*.

O trabalho é de relevância social, pois engloba tanto o homem quanto a mulher como sujeitos da violência. Dessa forma, os resultados poderão subsidiar os profissionais que atuam nesse contexto, fornecendo-lhes elementos fundamentais para o entendimento do que motiva e qual a perspectiva das pessoas envolvidas em relação à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Os dados foram analisados por meio da interpretação dos trabalhos de Foucault (1986), em que buscou-se, portanto, com o projeto, compreender a ótica das requerentes e requeridos atendidos no 1º Juizado Maria da Penha em 2016, para, assim, oferecer uma visão mais abrangente em relação ao contexto sócio-histórico em que estes foram ou estão inseridos. Pretende-se que, dessa forma, se possa não somente ser feito um trabalho punitivo, mas, também, preventivo, a fim de que sejam possíveis as transformações necessárias.

## Metodologia

O estudo é exploratório, de caráter qualitativo. A primeira fase do projeto visou à construção de um referencial teórico, por meio de levantamentos bibliográficos, que seguiu durante todo o período da pesquisa. A segunda fase constituiu-se na digitalização e na tabulação dos dados concedidos pelo 1º Juizado Maria da Penha, por meio de um termo de anuência. A terceira fase ocorreu sobre a análise dos dados colhidos e da ligação dos mesmos com o referencial teórico. Na quarta fase, se deu sobre a apresentação deste junto a uma banca examinadora, com vistas à conclusão do curso de Serviço Social.

## Resultados e discussões

Será apresentada a análise dos dados a partir: dos objetivos da identificação dos atos praticados antes da judicialização da violência contra a mulher; da verificação das alegações/justificativas para as violências praticadas; e da detecção do que levou a essa agressividade na relação conjugal.

Em relação à identificação das violências praticadas antes da judicialização, foi possível perceber que muitas mulheres afirmam ter sofrido a primeira violência ainda no primeiro ano de relacionamento (34,6% das que preencheram as fichas). Em seguida, elas falam sobre não terem mantido o relacionamento (46,5%), em razão do fato de compreenderem que a violência que deve ser denunciada é somente aquela que deixa marcas ou a que pode levar a uma situação ainda pior. Essa leitura direciona algumas mulheres a medidas defensivas, na tentativa de garantir sua integridade.

Neste sentido, as razões que levam as mulheres a denunciarem seus parceiros íntimos, de modo geral, ocorrem pelo receio de novas agressões ou ameaças, e de terem que fazer alguma coisa, para “ferrar” o parceiro ou “botar pra quebrar”, para “procurar meus direitos”, “tomar atitude” ou “mostrar para ele que eu não sou igual àquelas outras”. (SANTI; NAKANO; LETTIERE, 2010, p. 422)

Entende-se que muitas mulheres, ao tomar a decisão de judicializar, ou seja, buscar a justiça para que se tome real providência em relação às violências sofridas, têm o objetivo de não retomar a relação conjugal, por não conseguirem mais viver em situação de humilhação constante.

A partir deste trabalho, foi possível entender e detectar os motivos que levaram a essa agressividade na relação, e, assim, constatar que é um comportamento fruto de uma cultura de violência.

Nos dados analisados, três pontos foram apontados como sendo os principais que levam à violência: relacionamentos extraconjugais dos agressores (40,4%); ciúmes dos agressores (29%); e questões relacionadas ao patrimônio (13,8%).

Os dados nos levam à reflexão de que a noção de patriarcado na sociedade ainda se faz presente e contribui para a ideia de que o homem tem poder sobre a mulher.

Em relação às alegações ou às justificativas para a violência, é possível destacar que a principal delas diz respeito ao uso do álcool e de outras drogas. Tanto as agredidas quanto os agressores buscam explicar a violência por meio desse consumo, muitas vezes, até esquecendo-se de que, mesmo sob a ação de drogas lícitas ou ilícitas, a violência existe. Não houve um reconhecimento sobre o fato de que

a utilização dessas substâncias são potencializadoras da agressão.

Segundo Vieira (2014, p. 367), “estudiosos argumentam que o uso de álcool e outras drogas podem estar presente na Violência Contra a Mulher, tornando o enfrentamento desta, bem como a prevenção e a assistência às mulheres que vivenciam esta situação, ainda mais complexo e multidimensional”.

Em relação à visão dessas pessoas sobre a violência, é compreensível que existe uma noção de que tanto requerentes quanto requeridos entendem a violência como algo em que se pode existir justificativas. Assim, mesmo sofrendo agressões por muito anos, as mulheres tendem a permanecer em seus relacionamentos em razão da família e dos filhos. Por sua vez, os homens não se veem como agressores, por entenderem que as requerentes são suas mulheres e que precisam se sujeitar a eles.

## Conclusões finais

Por fim, a partir desta pesquisa, foi possível perceber os vários fatores em relação à violência doméstica e familiar contra mulher, mas os principais foram a relação de poder e a cultura da violência.

Entendemos, assim, que a violência contra a mulher ainda levará algum tempo para ser extinta, por isso, é necessário muito estudo e que se fale sobre o assunto, para que, dessa forma, a população tenha ciência do que acontece e possa transformar a relação de poder baseada na violência, deixando a cultura da violência apenas como um marco triste na história.

## Referências bibliográficas

SANTI Liliane Nascimento de; NAKANO Ana Márcia Spanó; LETTIERE Angelina. **Percepção de mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social.** Florianópolis, 2010.

RODRIGUES, Ana Paula Kravczuk. **Gênero e Sexualidade a Partir de Foucault: o longo processo histórico de normalização e normatização dos corpos e das condutas.** UNIJUI. Rio Grande do Sul, 2016.

VIEIRA, Letícia Becker *et al.* **Abuso de álcool e drogas e violência contra as mulheres: denúncias de vividos.** *Rev. bras. enferm.* [online]. 2014, vol. 67, n. 3, pp.366-372. ISSN 0034-7167. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5935/0034-7167.20140048>>. Acesso em 11/06/2019 às 15h.

# Direitos sociais, civis e políticos como bem essencial humano tutelado com caráter individual e coletivo

Deicy Yurley Parra Flórez<sup>1</sup>

Ulisses Arjan Cruz dos Santos<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente resumo expandido trata sobre a necessidade de tutelar os direitos sociais, civis e políticos como bem jurídico essencial, a fim de garantir o bem-estar da população. Ele tem como pano de fundo o reconhecimento internacional dos direitos humanos fundamentais, associado e não independente dos demais direitos. Nossa pesquisa aborda o dilema sobre a existência real de uma separação fática entre os direitos sociais, civis e políticos dos direitos humanos fundamentais, a fim de analisar a natureza deles no contexto nacional e internacional, além de comparar e mencionar suas principais similitudes. Procuramos também visibilizar a importância e o valor dos direitos sociais, civis e políticos, com vistas à diminuição, na medida do possível, das frequentes violações desses direitos. Fazendo uso do método indutivo, quanto aos meios da pesquisa, aplicou-se a bibliográfica-documental, e quanto aos fins, a pesquisa foi qualitativa. Concluiu-se, então, que não existe, a fundo, uma divisão marcada entre os direitos, mas que, diferentemente do conhecido, eles estão interligados. Contata-se, dessa forma, que, sem o exercício de um direito, as condições podem desfavorecer o exercício do outro. Assim, é sugerido, então, como mecanismo, a interação simultânea dos direitos em busca da essência comum de respeito à vida e à integridade humana.

**Palavras-chave:** direitos humanos; direito sociais; direitos fundamentais; visibilidade jurídica

---

<sup>1</sup> Discente do Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental (PPGDA-UEA) e advogada conciliadora em resolução de conflitos. É graduada em Direito pela Universidade de Pamplona (Colômbia). Email: deflo\_19@hotmail.com.

<sup>2</sup> Discente do Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/UEA). Bacharel em Direito pela Faculdade Martha Falcão Wyden (FMF Wyden) e em Administração pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Especialista em Direito Tributário pela Faculdade Metropolitana de Manaus (FAMETRO) e em Docência no Ensino Superior pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Email: ulissesarjan@hotmail.com ou ulissesarjan@gmail.com.

## Introdução

Com o objetivo de refletir sobre a importância: dos direitos humanos fundamentais, da população jurídica, da complexidade da ordem jurídica contemporânea, da normatividade e da principiologia protetiva, é necessário trazer à baila alguns relevantes questionamentos acerca da tutela e da natureza social e coletiva dos direitos sociais, econômicos e culturais.

O direito anterior é baseado nas declarações e convenções internacionais e nacionais, que fazem uma distinção dos direitos, gerando uma bipolaridade. Essa dicotomia tem raízes históricas, mas que, ao longo do tempo, gerou abordagens que permitem uma análise mais abrangente e universal sobre o impacto e a união com outros direitos, para emergir com novos paradigmas.

Nesse sentido, constitui-se uma temática de grande importância e complexidade para a cultura e o ordenamento jurídico atual, refletindo até mesmo na tutela dos direitos humanos. A pesquisa científica enfoca na interpretação dos direitos sociais e se eles são realmente direitos ou mera aspiração e, sobretudo, se podem assumir caráter individual e coletivo, protegendo os direitos considerados fundamentais com o fito de garantir o bem-viver e a dignidade da pessoa humana.

## Metodologia

Empregou-se o método científico indutivo, pois esse, de acordo com Fonseca (2010), estabelece conexão ascendente, partindo do particular para o geral. Também realiza uma análise de dados particulares, encaminhando-se para as noções gerais e fundamentando-se em premissas dadas como concretas, levando a uma conclusão verdadeira<sup>3</sup>. Quanto ao procedimento científico, aplicou-se a revisão bibliográfica, pois ela explica e discute um tema com base em referências teóricas publicadas em livros, revistas, periódicos e outros. Conforme Martins (2001), busca-se, também, conhecer e analisar conteúdos científicos sobre determinado tema<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> FONSECA, Luiz Almir Menezes. Metodologia científica ao alcance de todos. 4 ed. Manaus: Valer, 2010, p. 101.

<sup>4</sup> MARTINS, G. A.; PINTO, R. L. Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos. São Paulo: Atlas, 2001.

Marconi e Lakatos (2007) colocam o pesquisador em contato com o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto<sup>5</sup>.

Assim, segundo os autores citados, a pesquisa bibliográfica não é apenas uma mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre determinado assunto, mas, sim, uma forma de proporcionar o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

## Resultados e discussão

Uma questão que merece ser analisada é sobre se os direitos sociais estão ligados apenas à coletividade, enquanto os civis e políticos seriam direitos individuais. Apesar do vocábulo sociais, que está no plural, nos conceder a clara noção de coletividade, é um incerto acreditar que os direitos sociais se referem apenas a uma categoria de sociedade. Na verdade, ainda que possam adquirir perfis coletivos, esses direitos podem ser individuais e postulados em petições singulares por qualquer pessoa.<sup>6</sup>Nesse sentido, Abramovich e Courtis (2011, p. 54) demonstram:

A violação ao direito à saúde pode gerar a promoção de uma ação individual alegando a falta de produção de uma vacina específica ou a negação de um serviço médico indispensável à sobrevivência da pessoa. Do mesmo modo, situações discriminatórias em relação ao acesso à educação e ainda a discriminação na concessão de benefícios de assistência social podem dar ensejo a reclamações individuais<sup>7</sup>.

<sup>5</sup> MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

<sup>6</sup> A Corte Interamericana de Direitos Humanos tem posicionamento exposto a esse respeito, conforme expõe Manuel Robles, ao informar que a Corte Interamericana de Direitos Humanos já declarou que os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais têm uma dimensão tanto individual quanto coletiva (ROBLES, Manuel E. Ventura. *Jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos en materia de Derechos económicos, sociales y culturales*. In: DIREITO, Carlos Alberto Menezes; TRINDADE, Antônio Augusto Cançado; PEREIRA, Antônio Celso Alves. *Novas perspectivas do direito internacional contemporâneo – estudos em homenagem ao Professor Celso D. de Albuquerque Mello*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p. 564).

<sup>7</sup> ABRAMOVICH, Victor; COURTIS, Christian. *Direitos sociais são exigíveis*. Tradução de Luis Carlos Stepharov. Porto Alegre: Dom Quixote, 2011. p. 54.

Na seara do direito do trabalho, civil e internacional, discriminações em face de colaboradores e imigrantes, por exemplo, podem ensejar petições individualizadas, demonstrando também uma forma de buscar individualmente esses direitos, conforme o caso em questão. Nesse sentido, Basílico (2014, p. 203) destaca:

O adjetivo “sociais” não qualifica esses direitos para distingui-los dos direitos “individuais”. Apenas omite-se o adjetivo “individuais” para ressaltar a função desses direitos, que é a de realização da justiça sócia, vale dizer, direitos que se colocam a serviço de cada pessoa (individualmente) como instrumento de sua promoção social mediante a melhoria de suas condições humanas materiais, educacionais, culturais, elevando-a tanto no aspecto biológico quanto no psicológico. Pode-se afirmar, com certeza, que os direitos sociais são direitos individuais que realizam justiça social em prol dos seres humanos carentes em razão de alguma deficiência física ou psíquica<sup>8</sup>.

Não há motivos para diferenciarmos os direitos sociais dos direitos civis ou políticos. Os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (DESC) são direitos tanto quanto os Direitos Civis Políticos. Ambos têm o intuito de ser plenos, porém, não é viável afirmarmos a plenitude de qualquer direito atualmente, pois, levando-se em consideração a complexidade, o dinamismo do ordenamento jurídico e as relações interpessoais são relativos segundo a Constituição Federal do Brasil de 1988. Logo, os direitos sociais são direitos, e não apenas aspirações, bem como os direitos civis e políticos.

Logo, os direitos sociais podem assumir tanto um viés individual, quando violado na esfera particular e postulados individualmente, quanto coletivo, se um grupo da sociedade for prejudicado.

## Considerações finais

O conceito de direito humano deve, portanto, sopesar de forma proporcional os direitos sociais, civis, políticos e culturais, na medida em que existe uma integração e uma interligação entre eles, afirmando a ideia de direitos do homem, não existindo uma distinção entre noções como minorias, sexo, religião, cultura, ou, pelo contrário, perpetrando na relação dos indivíduos para visibilizar sua conexão e interdependência.

---

<sup>8</sup> BASILICO, Carlo Artur. Direitos Sociais – Questões conceituais e efetividade. Interesse Público, ano XVI, n. 83, 2014, p. 203.

Sejam quais forem os diferenciais existentes, sejam conceitos já estabelecidos ou limitantes criados, os direitos e garantias fundamentais que incorporam a junção dos direitos sociais, civis, políticos e culturais permitem o pleno disfrute dos indivíduos em ter uma posição dentro da sociedade, com características naturais que não limitam sua integração e interação.

Nesse sentido, mostra-se como um desafio, tanto para os governos como para as organizações, políticas e mesmo para a população, validar essa não distinção de direitos para a efetiva aplicação e disfrute dos direitos.

## Referências bibliográficas

ABRAMOVICH, Victor; COURTIS, Christian. **Direitos sociais são exigíveis**. Tradução de Luís Carlos Stepharov. Porto Alegre: Dom Quixote, 2011.

BASILICO, Carlo Artur. **Direitos Sociais – Questões conceituais e efetividade**. Interesse Público, ano XVI, n. 83, 2014.

FONSECA, Luiz Almir Menezes. **Metodologia científica ao alcance de todos**. 4 ed. Manaus: Valer, 2010.

MARTINS, G.A.; PINTO, R. L. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ROBLES, Manuel E. Ventura. **Jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos en matéria de Derechos económicos, sociales y culturales**. In: DIREITO, Carlos Alberto Menezes; TRINDADE, Antônio Augusto Cançado; PEREIRA, Antônio Celso Alves. *Novas perspectivas do direito internacional contemporâneo – estudos em homenagem ao Professor Celso D. de Albuquerque Mello*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p. 564.

# Municípios, poderes e a busca por novas modernidades: a desmilitarização do corpo de bombeiro como medida eficiente para uma segurança mais cidadã e humana no Amazonas

**Ernandes Herculano Saraiva<sup>1</sup>**

**Resumo:** este trabalho objetiva analisar os diversos aspectos de implementação das políticas de segurança cidadã nos municípios como meio de efetivação dos direitos fundamentais. A pesquisa torna-se importante porque traz uma reflexão crítica quanto aos pressupostos atualmente utilizados do estruturalismo militar, em especial, a do Bombeiro Militar, refletindo principalmente nas esferas do serviço de defesa social, do conflito político, do federalismo e, concomitantemente, do constitucionalismo democrático, tendo como ênfase a segurança pública nas cidades interioranas do Amazonas. Trata-se de uma pesquisa etnográfica, com enfoque bibliográfico, no qual os resultados obtidos descrevem, por meio das análises os diversos campos que permeiam a violência simbólica do Estado na ação ou omissão quanto ao estruturalismo militar. As conclusões desta pesquisa detectaram que o Amazonas conta com apenas 694 bombeiros militares, entre homens e mulheres, e que dos 62 municípios em estudo, há presença da corporação em apenas em 8 cidades interioranas. Outro fato importante analisado é que não existe, em 54 municípios, uma unidade do Corpo de Bombeiro Militar, pois, como a competência de criação ainda é estadual, fica à mercê da boa vontade político-governamental do Estado, deixando os municípios sem as políticas públicas sociais consagradas pela Constituição de 1988. Assim, concluiu-se que o estruturalismo militar, em especial, o do Corpo de Bombeiro, não mais é compatível com as necessidades interioranas, bem como não

---

<sup>1</sup> Professor M.Sc Ernandes Herculano Saraiva. Graduação em Direito pela Laureate International Universities - UNINORTE; Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos (UEA); Advogado, Professor voluntário do Curso de Direito da UEA. Técnico em Segurança Pública pelo IESP/AM - Pesquisador Científico do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) e do Grupo Interdisciplinar de Estudos da Violência (GIEV/UEA) - Tefé - Amazonas - Brasil. E-mail: ernandesherculanosaraiva@gmail.com. Telefone: (092) 98245-9540.

atendem às prerrogativas de segurança cidadã implementadas por nossa Carta Magna.

**Palavras-chave:** federalismo descentralizado; autonomia municipal; segurança pública; cidadania; direito das cidades

## Introdução

Passadas três décadas da promulgação de nossa Carta Magna de 1988, o Estado ainda é fonte de diversas críticas e transformações nos aspectos sociais, culturais, jurídicos dentre outros. Sob a perspectiva de apresentar ou revisar determinados conceitos estruturantes ou estruturados no que tange às competências do Estado e dos entes federativos, que caracterizaram o federalismo brasileiro no período pós-redemocratização, a presente pesquisa se detém na análise desta soberania estatal em relação à segurança pública, partindo do sistema de competências privativas, bem como passando pela apreciação do federalismo de cooperação e de coordenação como chave para interpretar a descentralização de competências nas políticas públicas desenvolvidas pela União e pelos estados e municípios (MACHADO; PALOTTI, 2015). O estigma do “totalitarismo” militar e sua estrutura ainda vigente em repartições públicas, bem como a fragmentada formação dos agentes militares, contribuem para os elevados índices de violência, descrédito e aceitação da sociedade quanto às atuais políticas de segurança pública adotadas no Brasil, as quais não veem mais a necessidade de instituições como o Corpo de Bombeiro Militar e outras forças ainda acentuarem suas organizações e seu estruturalismo nas características tipicamente militares.

Daí a necessidade de uma mudança nos atuais pressupostos adotados pelo sistema de segurança pública do país, bem como, necessariamente, de uma reflexão mais detida aos principais métodos adotados, merecendo estes serem repensados. Pode-se citar como exemplo a concentração de competência por parte da União e dos Estados para legislar sobre Segurança Pública em detrimento da competência dos municípios e suas necessidades. Esse será, portanto, um foco da presente pesquisa, concomitantemente ao objetivo primordial, qual seja, a reflexão à reestruturação do Corpo de Bombeiro Militar para Bombeiro Civil municipal rumo à modernidade. A descentralização desse órgão para a competência das pequenas cidades (municípios), a desmilitarização estatal, bem como

a adequação da instituição às atuais tendências da segurança cidadã e dos direitos humanos apresentados, proporcionariam ao estado do Amazonas, e quiçá ao Brasil, uma transformação não apenas da atual conjectura do sistema de segurança pública, como também na geração de emprego e renda, no desenvolvimento nacional, na redução das desigualdades sociais e regionais, na garantia dos direitos humanos, além de desmistificar o estigma da violência simbolizada na identidade dos órgãos de segurança militarizada do país.

## Metodologia

A pesquisa tem índole etnográfica quanto ao método de procedimento e índole bibliográfica quanto à análise descritiva, buscando evidenciar, pelos métodos propostos, discussões quanto ao sistema de soberania da República, especificando a autonomia municipal, além de dialogar com a sistemática militar nas instituições públicas em plena democracia. Segundo Clifford (2014, p. 9), nos limites do discurso disciplinar, a etnografia é entendida como a observação e a análise de grupos humanos considerados em suas particularidades e necessidades. Nesse sentido, o grupo se constitui dos militares insertos no Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas, definindo este como o lugar e a autonomia municipal como o objeto da pesquisa.

## Resultados e discussão

Por apresentar uma estruturação militarmente hierarquizada, o Corpo de Bombeiro Militar se concentra como unidade de serviço centralizada, preferencialmente, nas capitais brasileiras e, infelizmente, apenas em poucas cidades interioranas, ferindo, assim, o sistema de cooperação do federalismo brasileiro, que concentra a responsabilidade da União em ter essas unidades como força auxiliar do Exército, dirigindo sua organização e direção aos estados federados, que pouco desenvolvem políticas sociais e públicas de inclusão dessas unidades militarizadas nas cidades interioranas. Essa estruturação dificulta claramente a descentralização desses órgãos e sua direção aos demais municípios interioranos espalhados no Brasil, ferindo claramente inúmeros princípios constitucionais, tais como o da universalidade do serviço público de cooperação ou de coordenação, o da cidadania, o dos direitos humanos e tantos outros.

Atualmente, o estado do Amazonas reúne 62 municípios, e o aparato humano existente do CBMAM é de aproximadamente 694 bombeiros, entre homens e mulheres, para o desenvolvimento dos seus serviços nas 11 companhias da capital Manaus. O interior do Estado tem companhias nos municípios de Iranduba, Manacapuru, Itacoatiara e Rio Preto da Eva, as quais atuam no serviço-fim. No entanto, as unidades dos municípios de Parintins, Tefé e Tabatinga ficam designadas como brigada de incêndio de competência da Infraero, deixando a população de suas cidades sem atendimento, em caso de necessidade. Todavia, interessante ressaltar que os demais 54 (cinquenta e quatro) municípios do estado não contam com a presença de uma unidade do CBMAM, pois como a competência de criação ainda é estadual, fica à mercê da boa vontade político-governamental do estado, deixando os municípios sem as políticas públicas sociais consagradas pela Constituição de 1988.

A presença militar no sistema de segurança pública interna, na gestão e no controle de instituições militares é um ranço ditatorial, que obstaculiza o desenvolvimento democrático, da cidadania e do resguardo ao livre exercício de direitos fundamentais. Uma reforma, em especial, de competência de gestão e autonomia tem por finalidade essencial conter a repetição de graves violações de direitos humanos, perpetradas pela concentração de competência do Estado, e incluir definitivamente a cidadania aos demais municípios brasileiros que sofrem a ausência deste órgão de defesa e controle societário, quanto necessitam.

Para que possamos definitivamente ter a presença estatal de forma eficaz e eficiente, representado por seus órgãos e desempenhado suas finalidades, precisamos derrubar o mito do discurso do “eficientismo militar” e reconstruir canais de comunicação social, principalmente nas pequenas cidades interioranas do Brasil, onde a presença do Corpo de Bombeiro não existe, delegando aos municípios a competência de gerência, retirando-a do estado. E, assim, com o intuito de forjar identidades sociais inclusivas e de respeito às diferenças, responderemos às injustiças econômicas e reconheceremos o legado institucional perante as injustiças sociais.

Em resumo, precisamos falar e agir claramente com vistas à modificação das estruturas institucionais oriundas de períodos ditatoriais e construir uma sociedade mais livre, justa e solidária para todos, como prerrogativa de direitos fundamentais, traduzindo em

práticas o conceito de direitos fundamentais, proposto por Alexy (2012, p. 63) como sendo a “exteriorização de um sistema de valores centrado na personalidade humana, que cresce com dignidade e liberdade no seio de uma sociedade”. Também consoante o pensamento de Moraes (2011), os direitos fundamentais existem para consagrar o respeito à dignidade humana, garantir a limitação do poder e visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana no âmbito nacional, o que significa rejeitar o uso concentrado e utilitarista do militarismo em órgãos e repartições estatais.

## Conclusões finais

Pelo exposto, conclui-se que o atual modelo de descentralização da segurança pública do estado para os municípios não atendem às modernidades de política pública de segurança cidadã, merecendo serem repensados. Inúmeras são as cidades interioranas que não têm a presença do Corpo de Bombeiro Militar, ferindo diversos princípios consagrados em nossa Constituição, posto que o modelo utilizado torna-se ineficiente, fortalecendo o discurso e o estruturalismo militar exclusivista. Infelizmente, esse estruturalismo autoritário e dito preconceituoso não se apresenta apenas no período ditatorial. Ele está nos períodos ditos democráticos, pois, na sombra do regime militar, perduram-se “jurássicas” instituições que aderem como método “legal” de controle administrativo ao próprio militarismo. Nesse contexto, essas instituições nos obrigam a repensar esse autoritarismo que transcende aos próprios períodos autoritários, merecendo uma reanálise quanto ao discurso do “eficientíssimo militar” e a própria militarização de instituições como o Corpo de Bombeiro Militar no Amazonas.

## Referências bibliográficas

ALEXY, Robert. **Teoria de los Derechos Fundamentales**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1990.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Organizador José Reginaldo Santos Gonçalves. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

MACHADO, José A.; PALOTTI, Pedro L. M. **Entre cooperação e centralização: federalismo e políticas sociais no Brasil pós-1988**. Artigo apresentado a RBCS. Vol. 30, n° 88, junho/2015.

MORAES, Emanuel. **A origem e as transformações do Estado**. V Rio de Janeiro: Imago, 1998.

# Grupo de Trabalho 7

## INTERDISCIPLINARIDADE NA AMAZÔNIA: PERSPECTIVAS, LIMITES E CAMINHOS

---

*Coordenação:*

*Dra. Cristiane da Silveira (PPGICH/UEA)*

*Dra. Ana Claudeise Silva do Nascimento (PPGICH/UEA/  
MAMIRAUÁ)*

*Local:*

*Centro de Estudos Superiores de Tefé – CEST*

**Resumo**As experiências do contemporâneo apontam para uma mudança paradigmática, como indicado nos escritos de Boaventura de Sousa Santos e Edgar Morin, na perspectiva da interdisciplinaridade, fruto de um intenso movimento para a eliminação das fronteiras territoriais, temporais, espaciais e do conhecimento. Essas incidem diretamente sobre as práticas políticas, econômicas, culturais e sobre a circulação das pessoas. Em vista dessa dinâmica, emergem novos desafios e perspectivas nos espaços acadêmicos, tanto no que diz respeito à construção do conhecimento como na própria forma de se fazer e experimentar a cultura. Nessa perspectiva, o Grupo de Trabalho “Interdisciplinaridade na Amazônia: perspectivas, limites e caminhos” visa a abrigar discussões de trabalhos que privilegiem narrativas sobre os sujeitos, as práticas, os saberes e os espaços amazônicos. Busca-se, assim, inaugurar outros espaços de discussão, que ultrapassem uma visão simplista e que caminhem para a interdisciplinaridade, a complexidade e a valorização dos múltiplos saberes na Amazônia.

# As contribuições das influências africanas na construção identitária dos estudantes da Escola Estadual Eduardo Sá, Tefé-Amazonas

**Thaila Bastos da Fonseca<sup>1</sup>**

**Resumo:** o presente trabalho apresenta as influências africanas como contribuição para a formação da identidade cultural dos estudantes da EJA<sup>2</sup>. Tendo em vista que somos frutos de uma miscigenação, e essas influências são latentes, mas ainda pouco valorizada na escola. A escassez de material específico para o estudo e a aplicação da literatura e da cultura africanas no âmbito escolar é evidente. Desse modo, não há valorização e reconhecimento efetivos no contexto escolar. Nesse sentido, desmistificar concepções etnocêntricas enraizadas pelos nossos colonizadores é uma tentativa de resistência que contribui para a consciência da construção de nossa identidade. Dessa forma, objetivamos desenvolver e aplicar estratégias diversificadas no contexto escolar como subsídio pedagógico aos professores e, acima de tudo, evidenciar e ressignificar os conhecimentos das heranças africanas na escola de acordo com a Lei 11.645, de 2008. O trabalho apresentou resultados significativos, tendo em vista que os estudantes aprenderam mais profundamente acerca das nossas heranças culturais e desconstruíram atitudes preconceituosas.

**Palavras-chave:** cultura africana; ensino-aprendizagem; identidade cultural; resistência

---

<sup>1</sup> Graduada em Letras-Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Amazonas (CEST/UEA); Graduada em Letras-Língua Inglesa (UEA/PARFOR); Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e suas Literaturas (CEST/UEA); Mestre em Ciências Humanas pelo Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH-UEA); Professora Supervisora do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID/CAPES/UEA; Professora efetiva de Língua Inglesa, Língua Portuguesa e suas Literaturas na Secretaria de Estado e Educação de Qualidade de Ensino (SEDUC-TEFÉ). E-mail: thailabastos@yahoo.com.

<sup>2</sup> Educação de Jovens e Adultos.

## Introdução

A ausência de material específico para os estudos sobre África e os afrodescendentes contribui para a criação de uma série de estereótipos e preconceitos que dificulta a construção de uma identidade positiva sobre as nossas origens e permite a formulação de hipóteses preconceituosas e desinformadas. A contribuição da história e da tradição dos povos africanos e de seus descendentes para a formação da identidade do povo brasileiro é de suma importância, pois foram esses povos que contribuíram para a formação dos aspectos culturais da nossa sociedade.

Nesse sentido, objetivamos explorar o conceito de culturas africanas no contexto escolar, enfatizando as suas contribuições na construção dos aspectos da cultura local levando em consideração a Lei 11.645/2008, a fim de desmistificar concepções preconceituosas ainda enraizadas no contexto atual e demonstrar o quanto as influências africanas foram relevantes para a formação da identidade cultural dos estudantes da Escola Estadual Eduardo Sá, levando-os, assim, ao reconhecimento das heranças e dos elementos africanos pertinentes à sua realidade.

Nas instituições de ensino, ainda perpetuam diversas formas de desigualdades e preconceitos entre os estudantes relacionadas ao racismo. Assim, quando não se responde às curiosidades dos educandos a respeito de suas origens, estamos negando aos mesmos a possibilidade da ação da reflexão sobre o mundo, do entendimento da diversidade étnico-racial e de outras áreas de conhecimento:

[...] diante desse quadro geral, enfrentaremos grandes desafios para fazer valer a Lei Federal 10.639/03, em virtude da carência de docentes na área das relações étnico-raciais e, também da parca pública e circulação de materiais didáticos, teóricos e literários pertinentes à demanda atual, que é primar pela valorização e ressignificação da história e cultura africana e afro-brasileira, sem cair nas teias enredadas pelo racismo à brasileira. (OLIVEIRA, 2008, p. 1) Ensinar e aprender literaturas e culturas africanas é romper com o discurso hegemônico de poder, superar as diversas formas de desigualdades instauradas na escola, avançar no combate ao racismo e promover a inclusão. Assim como preservar os aspectos culturais e reconhecê-los é uma forma de construção e legitimação da identidade e de resistência.

Durante muito tempo, pessoas negras ou de culturas e costumes negros eram vistos, pensados e considerados seres de raça inferior, pois eram marcados em razão de sua cor. A reflexão errônea e pejorativa ainda insiste em perpetuar nas sociedades atuais. Assim, para desconstruir essa ideia carregada de estereótipos e absurdos, temos a Lei 10.639, de 2003, alterada em 2008 para a Lei 11.645, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nas disciplinas de história, língua portuguesa e de artes nas escolas:

A identidade consiste em ter orgulho da condição racial, expressando-se, por exemplo, na atitude de proferir com altivez: sou negro! A fidelidade é a relação de vínculo indelével com a terra-mãe, com a herança ancestral africana. A solidariedade é o sentimento que une, involuntariamente, todos os “irmãos de cor” do mundo; é o sentimento de solidariedade e de preservação de uma identidade comum. (MUNANGA, 1988, p. 44.)

Metodologicamente, visamos a diversificar o processo de ensino e aprendizagem e a conscientização dos educandos acerca da temática retratada, pois, conforme afirma PARENTE (2006, p. 58) “a educação tem o objetivo de desenvolver esse homem no máximo de suas potencialidades, na relação dialógica entre educador, em busca do desvelamento, da conscientização”. Desse modo, foi realizada uma investigação de ação participante, levando em consideração a importância dos sujeitos em nossa pesquisa (alunos). É um enfoque diferente do método tradicional, no qual as pessoas são vistas como meros objetos de pesquisa. Diante desta constatação Cano (2003, p. 59) demonstra que a investigação participante:

[...] mais do que uma atividade investigativa, é um processo eminentemente educativo de autoformatação e autoconhecimento da realidade na qual a pessoa, que pertence à comunidade ou ao grupo, sobre os quais recai o estudo, tenha uma participação direta na produção do conhecimento sobre a realidade.

Na pesquisa participante, torna-se relevante o diálogo entre os integrantes da pesquisa e ação docente. Nesse sentido, os estudantes reproduzem seus conceitos e visões de mundo que lhes são transmitidos a partir das vivências em sociedade. Portanto, a ação

educativa precisa se constituir a partir de atitudes éticas em favor da construção de uma educação antirracista, inclusiva e democrática. De acordo com esta perspectiva, realizamos um estudo contextualizado e dirigido sobre a Lei 11.645/2008, como também reflexões acerca da temática afro-brasileira na construção da identidade brasileira. Em seguida, assistimos ao vídeo *O xadrez das cores*, cuja temática aborda o preconceito racial mascarado no século XXI, socializando na aula seguinte.

Esse processo foi de grande valia, pois ao se posicionarem criticamente acerca da temática retratada, desenvolveram o posicionamento crítico.

Logo após, promovemos um cinedebate, com base no filme *12 anos de escravidão*, que retrata a biografia de um negro livre da cidade de Nova Iorque e, ao ser enganado, passou 12 anos na condição de escravo, no estado da Louisiana (EUA). Com este filme, os estudantes aprenderam aspectos historiográficos relativos à escravidão, pois muitos estados se negavam a libertar seus escravos, como exemplo, a Louisiana. Este debate foi muito produtivo e causou comoção nos educandos, uma vez que as cenas eram fortes e se aproximavam muito da realidade da época. Assim, o processo de conscientização e aprendizagem da história foi se consolidando.

Posterior a isso, os estudantes realizaram um levantamento da culinária afro-brasileira, pertinente na culinária tefeense. Essa atividade foi desenvolvida grupalmente, no intuito de promover a aprendizagem coletiva. Desse modo, eles perceberam que a culinária brasileira teve grandes influências africanas. Logo após, cada turma preparou um prato culinário afro-brasileiro, como a feijoada, a cocada, o acarajé, o bolo de milho, a rabada, o vatapá e o cuscuz, explanando o modo como prepararam essas receitas culinárias e a origem do prato, em seguida compartilharam entre si.

Os estudantes dramatizaram coreograficamente a música *Identidade*, de Jorge Aragão, e interpretaram personalidades negras como Pelé, Zumbi dos Palmares, sua esposa Dandara e a poeta Conceição Evaristo. A partir dessa atividade, os alunos aprenderam a história dessas pessoas, uma vez que tiveram acesso às suas biografias e contribuições na formação da identidade cultural brasileira.

Assim, constatamos uma forte presença negra em nossa história e que faz parte da terceira matriz que forma o povo brasileiro: ín-

dia, branca e negra. Desse modo, sob a perspectiva de pesquisadora e também de professora atuante no Ensino Básico, faz-se necessário colocar em evidência os PCN, em especial, a aplicação das ideias sobre a pluralidade cultural na prática pedagógica, tendo em vista que as pluralidades de mundos e as identidades deveriam ser aprofundadas desde o Ensino Fundamental, pois essa pluralidade cultural é caracterizada como “expressão de identidade”, que possibilita o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural brasileira e das formas de perceber e expressar a realidade própria dos gêneros, das etnias e das muitas regiões e grupos sociais do país (BRASIL: PCN/Ensino Médio, 1999, p. 76).

## Considerações finais

As heranças dos nossos ancestrais africanos devem ser evidenciadas e ressignificadas no contexto escolar e a proposta em curso contribui para este processo, uma vez que é uma tentativa de resistência e perpetuação da herança cultural das nossas ancestralidades. Além do mais, ela possibilita novas visões de mundo a partir de atitudes étnicas e morais para viver e compreender o seu semelhante. Acreditamos na reinvenção de nós mesmos e de nossa história, na reinvenção de um caminho afro-brasileiro de vida, fundado em sua experiência histórica, na utilização do conhecimento crítico e inventivo de suas instituições golpeadas pelo colonialismo e pelo racismo.

Enfim, reconstruir no presente uma sociedade dirigida ao futuro, mas levando em conta o acervo do passado, pois a crítica histórica e cultural na sala de aula deve se constituir da transversalidade da “Pluralidade Cultural”, posto que o conhecimento de como se constituiu a identidade do povo brasileiro é desconstruir o discurso hegemônico.

## Agradecimentos

À equipe gestora do turno noturno da Escola Estadual Eduardo Sá-SEDUC/TEFÉ-AM e, sobretudo, aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos-EJA, que é um público de tripla jornada e que, ainda assim, construiu o seu protagonismo por intermédio deste trabalho.

## Referências bibliográficas

CANO, Milagros Flores. **Investigación participativa: inicios y desarrollos**. Xalapa: Nueva, 2003.

GOMES, Nilma Lino. **Implantação da Lei 11.645/08 esbarra na gestão do sistema e das escolas**. In: Revista Nação Escola, n° 2 – NEN (Núcleo de Estudos Negros), Florianópolis: Atilende, 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1988, p. 37.

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus. **Literatura afro-brasileira infanto-juvenil: enredando inovação em face à tessitura dos personagens negros**. São Paulo: Abralic, 2008.

PARENTE, Roseane Pereira. **Pesquisa e prática pedagógica II**. Manaus: UEA, 2006.

SEDUC – Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino, Governo do Estado do Amazonas. **Proposta Curricular de Língua Portuguesa para o Ensino Médio**. Manaus, 2012.

# Escola: um lugar de transforção ou reprodução das desigualdades sociais, um olhar dessa perspectiva no 1º Centro Municipal de Aplicação em Educação Walter Cabral

Naraiza Caldas Lira<sup>1</sup>

Rosa Maria Ferreira dos Santos<sup>2</sup>

**Resumo:** o objetivo deste trabalho é confrontar teoricamente duas concepções que giram em torno da comunidade escola: uma que concebe a escola como transformadora e agente educacional, que pode colaborar para diminuir as desigualdades sociais; e outra que conduz a pensarmos a escola como agente de reprodução velada das desigualdades sociais. Todas as discussões estarão relacionadas a dados empíricos adquiridos nos relatórios de Estágio Supervisionado II e III, realizado com alunos do Ensino Fundamental, 1º ao 5º ano, e Educação de Jovens e Adultos- EJA do 1º Segmento, 1ª e 2ª etapa do 1º Centro Municipal de Aplicação em Educação Walter Cabral na cidade de Tefé- AM. Além de embasamento teórico por autores que analisam a educação e sua relação com a sociedade. Consequentemente, pretende-se discutir os dados empíricos à luz de teóricos como Edgar Morin (2014), Imbernón (2011) e Bourdieu (1989). A temática é desafiadora, mas a formação e a sensibilização sobre ela são importantes, pois, a partir dessas reflexões, podemos avançar no processo de educação escolar que emancipa e não exclui. No Brasil, essa perspectiva democrática ainda é bem recente e, atualmente, tem recebido, por parte das esferas governamentais, duros golpes. A ciência construtora do conhecimento também pode promover inclusão, na medida em que passar a considerar a complexidade e a diversidade das pessoas.

**Palavras-chave:** escola; desigualdades sociais; transformação social

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (UEA). Assistente Social na Coordenadoria Regional de Educação de Tefé; Assistente Social no Centro Municipal de Convivência da Família; Pós-Graduada em Políticas e Gestão de Serviço Social (UNIASSELVI). Graduada em Serviço Social (UFAM). E-mail: naraizacoari@hotmail.com.

<sup>2</sup> Mestranda no Programa de pós-graduação interdisciplinar em ciências humanas (UEA). Graduada em Pedagogia na UEA. E-mail: [rosa\\_barbosa2011@hotmail.com](mailto:rosa_barbosa2011@hotmail.com).

A escola se firma como um dos agentes institucionais de caráter democrático que mais contribui com o processo de transformação social de uma sociedade. As discussões firmadas em busca de uma educação formal diferenciada, democrática, cidadã e de qualidade indicam a necessidade de escolas que trabalhem pedagogicamente as possibilidades de transformação social. Contudo, nem todas as instituições educacionais de caráter formal têm se prevaletido de uma força transformadora na sociedade. Como bem destaca Edgar Morin (2014), o conhecimento científico, atualmente, em relação a outras formas de conhecimento, apenas tenta provar suas “virtudes de verificação e descoberta”. Para o autor, é o conhecimento “vivo” que provém das pessoas e que conduz à grande aventura da descoberta do universo, da vida, do homem. Para tanto, é necessário acabar com a dicotomia que permeia as ciências e compreender a ambivalência da mesma. Além disso, podemos perceber que as instituições de ensino formal têm, de um lado, concebido seus alunos e disseminado conhecimento de forma dual e, dessa forma, colaborando em certa medida para a reprodução das desigualdades sociais.

Parafraseando Bourdieu (1989), a educação é um campo de produção que configura como microcosmos da luta simbólica entre as classes, em que a classe dominante luta por hierarquia e em que o poder se assenta no capital econômico, conforme Bourdieu (1989). Todavia, é importante destacar que a educação por si só não é determinante para minimizar as desigualdades sociais. Devemos, assim, pensar que elas se manifestam na escola e podem até ser reproduzidas nesse espaço, mas não é esta a instituição que gera as desigualdades sociais. Importante, aqui, o entendimento de que as desigualdades sociais surgem de questões sociais, estabelecidas pelo sistema econômico dominante.

Assim sendo, instala-se, com essa reflexão, uma questão importante: será que as escolas têm buscado exercer um papel de transformação social e, ao mesmo tempo, considerados os contextos sociais e territoriais em que elas estão inseridas?

Partindo da perspectiva da escola como agente de transformação, é necessário destacarmos que as transformações sociais advindas da escola nem sempre são percebíveis nem acontecem de um dia para o outro. Elas costumam ser lentas, assim como foi lento o processo pelo qual o Brasil passou até conquistar o título de um país democrático, que hoje dispõe de uma constituição cidadã, e

até chegar à concepção de que a escola tem de ser uma instituição de caráter participativo. As relações sociais que se desenvolvem na escola entre os atores que lá convivem diariamente nem sempre são harmoniosas, ou seja, tendem a ser conflitantes. Uma das possíveis causas seriam as opiniões divergentes e o preconceito voltado para os alunos e seus contextos sociais e culturais, que segrega, conforme percebemos na fala da estagiária:

Percebe-se também que a escola se constitui como um ambiente onde diferentes alunos, de distintas classes econômicas e sociais, buscam o mesmo objetivo: o de concluir os estudos visando, futuramente, à melhor qualidade de vida e, conseqüentemente, conquistar uma vaga no mercado de trabalho, mesmo que eles não busquem esse resultado da mesma forma, nem como meu esforço. (RELATÓRIO DE ESTÁGIO, 2014)

As discussões sobre as possibilidades de transformação social buscam refletir a respeito do que seria necessário para que de fato ela acontecesse. Para isso, pensemos na qualidade do ensino ofertado na escola. Hoje, os alunos não são sujeitos passivos ou invisíveis, ou, ainda, sem voz. Eles, de fato, são os principais atores de um processo de transformação, que não só dependem da escola como também das relações sociais construídas fora dela. Como enfatiza Imbernón (2011), a escola não pode ser usada como forma de reprodução do conhecimento dominante, onde somente se aprende o básico; pelo contrário, ela deve ser um lugar destinado a ensinar assuntos que proporcionem a compreensão da complexidade do que se chama “ser cidadão” e dos contextos em que a educação se insere.

Desse modo, conclui-se que toda ação desenvolvida na escola envolve e necessita de atores diferentes: alunos, pais, professores, comunitários. O que devemos, portanto, é realizar imediatamente uma busca por valores coletivos e democráticos que possam ser emanados na escola. É necessário, portanto, que busquemos uma escola verdadeiramente equilibrada sob a plataforma da democracia, onde todos possam gozar dos mesmos direitos. Trazemos, aqui, a reflexão teórica proposta para o 1º Centro Municipal de Aplicação Walter Cabral. Vejamos o que entende a estagiária de Pedagogia sobre a relação família e escola:

A escola atende a diversas classes sociais: famílias de classe média a pessoas humildes. O nível de aprendizagem e assiduidade dos alunos é bom, alguns fatores contribuem para bom desenvolvimento dos alunos. Entre eles, pode-se destacar a participação da comunidade em projetos que envolvem a interação da família no processo educativo. (RELATÓRIO DE ESTÁGIO, 2014)

Uma atitude determinante para a transformação educacional e social, por meio da escola, é incluir o aluno na participação do que lhe ensinam. Isso porque, quando não há o interesse do aluno em participar das transformações sociais que são proporcionadas no ambiente escolar, torna-se difícil superar outros obstáculos que serão vivenciados futuramente. Entretanto, para a escola agir de forma transformadora, deve haver respeito às diversidades e às particularidades dos seus alunos, dos pais e docentes, criando um ambiente democrático de gestão. Nas palavras da estagiária:

O modelo que a gestão exerce representa um papel importante na comunidade educacional. Observou-se que a escola pratica uma gestão dita democrática, com profissionais comprometidos com a aprendizagem significativa do educando, fazendo o planejamento de todas as atividades em conjunto com a participação de todos os segmentos da escola; há o espaço para o diálogo com os professores, pais e alunos para um melhor resultado na qualidade do ensino. No entanto, observou-se que a opinião da gestora é a que todos acatam como a melhor; não ficou evidente se era a melhor ou se era obedecida pela posição de hierarquia ou poder. (RELATÓRIO DE ESTÁGIO, 2014)

Por meio das falas da professora e das impressões da estagiária aqui analisadas, compreendemos que o 1º Centro Municipal de Aplicação em Educação em Educação Walter Cabral tem feito um esforço de construir uma atitude transformadora, geradora de mudanças significativas na melhoria da qualidade de vida de seus alunos e na mudança social do território onde ela está inserida.

## Conclusões finais

Neste trabalho, não entendemos a transformação social feita por meio de grandes revoluções e tampouco como um modismo.

Entendemos, sim, que essa transformação é necessária e que a escola é o campo extraordinário para que ela ocorra, sendo passível de acontecer, desde que a escola se proponha a construir novas práticas para a promoção da qualidade de vida dos discentes e para a construção de novas metodologias educacionais que venham satisfazer e dialogar com a comunidade escolar. Assim, a escola transformadora deve dispor não só de leis que resguardem tal intenção, mas, também, do desejo real de articular seus sujeitos e lutar coletivamente por tal propósito de emancipação.

## Referências bibliográficas

- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília/DF, 1988.
- \_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, ano 134, n. 248, p. 27833-41, dez./1996.
- BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Espaço social e poder simbólico: coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- IMBERNÓN, Francisco. **Escola de Formação de Professores e Qualidade de Ensino**. Pinhais: Melo, 2011.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa da Graças Camargos. **Docência no Ensino Superior**. Coleção Docência em Formação. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011..
- SANTOS, Rosa Maria Ferreira dos. **Relatórios de Estágios Supervisionados I e II**. Avaliado no Curso de Pedagogia CEST/ UEA, 2014.

# Educação e povos indígenas: por uma educação específica e diferenciada

Magiles de Souza Macedo<sup>1</sup>

Cristiane da Silveira<sup>2</sup>

**Resumo:** o presente trabalho tem como objetivo abordar a educação indígena escolar como ponto de partida a reexistência das populações indígenas. Em tempos atuais, verifica-se, em muitos territórios indígenas, uma educação imposta, geralmente, por parte do município indiferente à realidade e ao universo indígena. Tal educação, cujas diretrizes são produzidas nos grandes centros, acabam contribuindo com o silenciamento e a marginalização das populações indígenas no Brasil. Desse modo, a emergência de uma educação escolar a partir dos indígenas é o ponto de partida para reexistência e o fortalecimento étnico dos povos indígenas no Brasil.

**Palavras-chave:** reafirmação étnica; cultura; resistência

## Introdução

O presente artigo tem como objetivo fazer uma reflexão sobre a questão da educação dos povos indígenas, enfatizando a proposta de uma educação para esse povo que pretenda ser específica e diferenciada. Essa proposta parte de uma crítica em relação à educação, que é direcionada e até mesmo imposta aos povos indígenas. Em muitas regiões indígenas espalhadas pelo território brasileiro, a questão da educação ainda é tratada com descaso e indiferença. Desse modo, a grande problemática que se constata é a de que a educação praticada nesses locais não é produzida nem elaborada nos territórios indígenas, mas, sim, uma educação produzida nos centros urbanos e em outros locais distantes da realidade das aldeias. Da mesma forma, os ditos conhecimentos universais ociden-

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Email: hismacedo@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professora Assistente da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: silcristiane@yahoo.com.br.

tais produzidos nesses centros são impostos, ou seja, obrigatórios. Em contrapartida, os conhecimentos culturais, religiosos, técnicos e tantos outros do universo indígena são deixados à margem desse processo educacional que forma indivíduos bem conectados com o universo ocidental, mas desconectados com a sua própria realidade local e comunitária. O resultado desse processo educacional para as populações indígenas é negativo, uma vez que contribui para o enfraquecimento da identidade cultural das inúmeras etnias que há muitos anos lutam para sobreviver numa sociedade que insiste no desaparecimento e na extinção dessas populações. Nesse sentido, é dentro do movimento de resistência e do protagonismo dos povos indígenas que podemos abordar uma educação específica e diferenciada, que respeite e leve em consideração a diversidade étnica e cultural, bem como o reconhecimento dos seus saberes tradicionais, transmitidos ao longo de muitas gerações. Portanto, a abordagem de uma educação específica e diferenciada nos remete a uma proposta que já é realidade em muitas comunidades indígenas, nas quais a vida se revitaliza, na medida em que os aspectos culturais, a língua, os costumes, a religião, as danças, os mitos, os conhecimentos técnicos e tantos outros saberes tradicionais são valorizados e ensinados, sendo estes fatores fundamentais para a reexistência das populações indígenas no Brasil.

## Metodologia

A metodologia utilizada no presente trabalho foi documental e bibliográfica, com a consulta a documentos e a autores que trataram da educação escolar indígena no Brasil.

## Resultado e discussão

Na introdução do presente artigo, afirmamos que, em muitos territórios indígenas espalhados pelo Brasil, a questão da educação é tratada com descaso e indiferença. Desse modo, a primeira problemática referente à educação indígena se refere ao lugar onde se produz essa educação. Desse modo, a educação imposta às populações indígenas é produzida e elaborada nos centros urbanos e em outros locais distantes e diferentes da realidade das aldeias e comunidades indígenas. Da mesma forma, os ditos conhecimentos

universais produzidos nesses centros são impostos às aldeias e às comunidades indígenas como exclusivos e obrigatórios. Já os saberes e conhecimentos tradicionais das populações indígenas são deixados à margem e, aos poucos, vão sendo ofuscados e esquecidos. Como também já salientamos, o resultado desse processo educacional é negativo para as populações e comunidades indígenas, que acaba contribuindo para a perda da identidade cultural do indivíduo e das diversas populações indígenas. Desse modo, é no contexto de resistência e de protagonismo dos povos indígenas pelo direito a uma educação própria é que podemos falar de uma educação específica e diferenciada, uma reivindicação antiga e um direito conquistado e assegurado constitucionalmente a partir de 1988:

A Constituição Federal, no parágrafo 2º do artigo 210, assegura o direito dos povos indígenas à Educação Escolar, com a utilização das línguas maternas e de seus próprios sistemas de ensino e aprendizagem. No artigo 231, são reconhecidos aos povos indígenas “sua organização social, costumes, línguas e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, protegê-las e fazer respeitar todos os seus bens”. Fica assim explicitado o direito ao reconhecimento, à proteção e à promoção de seus bens culturais, o que inclui o direito a uma Educação Escolar própria, ou seja, organizada como um sistema específico com regras e definições político-pedagógicas normativas e gerenciais. Em síntese, trata-se do direito dos povos indígenas de construir suas propostas pedagógicas de forma autônoma, segundo princípios, processos e práticas educativas próprios, vinculados às identidades, aos territórios e à sustentabilidade socioambiental. (DOCUMENTO BASE DA II CONEII, p. 34)

A Constituição Federal de 1988, de fato, é um marco decisivo na implementação de uma educação que pretende ser específica e diferenciada para os povos indígenas. Na Constituição, ficam explicitadas as características da educação específica e diferenciada. Primeiramente, essa educação própria dos povos indígenas tem de se atentar para o resgate da língua materna como um fator fundamental para a revitalização da identidade cultural indígena, como salienta o professor Benedito do Espírito Santo Pena Maciel, quando se refere à revitalização da cultura Cambeba:

Lembrar a história, falar a língua tradicional nem que seja somente parte dela, é manter-se ligado aos antepassados ter o domínio sobre sua história, continuar vivendo como povo diferente dos demais que o cercam, poder obter terra para continuar vivendo como Cambeba, ser reconhecido como Cambeba pela sociedade nacional, manter sua sabedoria, crer no futuro e alegrar-se para viver o presente. É este um dos principais sentidos da memória para os Cambebas: relembrar para reconstruir a vida. (MACIEL, apud, SAMPAIO/ERTHAL, 2006, p. 20)

A educação específica e diferenciada almejada pelos povos indígenas terá também como característica uma educação escolar própria, ou seja, a própria comunidade indígena terá autonomia para elaborar e construir propostas político-pedagógicas de acordo com a sua realidade local e em comunhão com as identidades, com o território. Assim também deverá ocorrer com as questões ambientais, não mais em uma perspectiva predatória, mas sustentável, dentro daquela concepção harmoniosa entre homem e natureza que os povos indígenas compreendem e praticam naturalmente.

O documento base da II Conferência de Educação Escolar Indígena explicita ainda mais as características e a proposta da Educação específica e diferenciada:

As inovações da Educação Escolar Indígena estão vinculadas à elaboração de projetos políticos pedagógicos próprios, com autonomia de gestão pedagógica, curricular e administrativa. O fazer pedagógico está articulado com o projeto de bem viver da população indígena, assumindo como parâmetros a valorização das histórias e línguas maternas, a reafirmação de suas identidades e a defesa dos direitos coletivos e do território. Os processos em que se deram as inovações educativas incorporam a necessidade de um modelo educacional que não seja o de imposição e, sim, de escolhas autônomas para fortalecimento dos povos que buscam manter seu patrimônio imaterial e material e seu modo próprio de ser no mundo. (DOCUMENTO BASE DA II CONEII, p. 40)

É importante salientar que a Conferência de Educação Escolar Indígena é o espaço onde os próprios índios, reunidos em assembleia, discutem os avanços e as conquistas, bem como os desafios

da Educação Escolar Indígena. No documento base que serviu de estudo para a Conferência, constatamos algumas propostas e características da educação própria dos índios, que pretende ser específica e diferenciada. Primeiramente, a Educação Escolar Indígena é autônoma, ou seja, é a própria escola indígena que será responsável pela elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP). O espaço será o de uma escola com autonomia de gestão pedagógica, curricular e administrativa. Na Educação Escolar Indígena, a prática pedagógica está relacionada com o universo do bem viver da população indígena e assumirá como parâmetros a valorização das histórias e línguas maternas, ou seja, o ensinamento dos já chamados saberes tradicionais. Nessa Educação Escolar Indígena, a trajetória das lutas e da resistência dos povos indígenas também será lembrada e ensinada como forma de levar os indivíduos, no presente, a continuar a luta pelos direitos coletivos, bem como a luta pelo direito ao território.

Nesse sentido, a proposta de uma educação específica e diferenciada para os povos indígenas é importante na medida em que é essencial para a revitalização da cultura e reafirmação da identidade dos povos indígenas. Como afirmamos anteriormente, só podemos entender a reivindicação de uma educação própria para os índios dentro do movimento de luta dos povos indígenas pelo direito à terra, às suas manifestações culturais e aos seus costumes, enfim, pelo direito à vida. São direitos conquistados com muitas lutas que precisam ser respeitados e promovidos por todos.

Por muito tempo, a proposta de uma educação específica e diferenciada para os índios foi um sonho que se resumia em debates e teorias defendidas por aqueles que acreditavam na sua realização. Em tempos atuais, constatamos que esse sonho se tornou realidade em muitas das aldeias e comunidades indígenas espalhadas pela Amazônia e por todo o Brasil.

Portanto, a prática de uma educação específica e diferenciada nessa realidade está sendo positiva, uma vez que constatamos a revitalização da cultura e a reafirmação das identidades étnicas dos vários povos indígenas que tanto sofreram com o colonizador e com o processo de colonização que tentou apagar a memória e a presença dessas etnias.

## Considerações finais

Assim, no presente artigo, procuramos abordar as propostas e as características de uma educação específica e diferenciada para os povos indígenas. Constatamos, desse modo, que essa é uma luta antiga, travada pelo movimento indígena que já produziu muitos frutos. Contudo, a luta continua na medida em que os direitos indígenas são constantemente ameaçados. Desse modo, a educação específica e diferenciada já é uma realidade em muitos territórios indígenas, que reafirmam todos os dias suas identidades e seu direito de viver em meio às lutas travadas com a dita sociedade brasileira no passado e no presente.

## Referências bibliográficas

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. **República Federativa do Brasil**. Documento Base da Conferência Nacional de Educação Indígena.

SAMPAIO, Patrícia Melo; ERTHAL, Regina de Carvalho. **Rastros da memória: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia**. EDUA, Manaus, 2006.

